



Mensagem à

Assembleia Legislativa

2006



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Superintendência Central de Planejamento

MENSAGEM DO GOVERNADOR

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Apresentada na reunião inaugural da
quarta sessão legislativa ordinária
da décima quinta legislatura

BELO HORIZONTE - MG
2006

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Superintendência Central de Planejamento
Rua Tomaz Gonzaga, 686 - Lourdes
Belo Horizonte - MG
30.180-140

Minas Gerais. Secretaria de Estado de Planejamento e
Gestão. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.
Superintendência Central de Planejamento.

Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa do Estado de
Minas Gerais: apresentada na reunião inaugural da quarta sessão
legislativa ordinária da décima quinta legislatura. Belo Horizonte:
Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2005.
362 p.

1. Administração Pública - Minas Gerais. I. Título

CDU 353 (815.1)

APRESENTAÇÃO	VII
QUADRO MACROECONÔMICO	001
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA	003
DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS	019
SETOR PÚBLICO ESTADUAL	033
GOVERNADORIA DO ESTADO	035
GOVERNO	051
PLANEJAMENTO E GESTÃO	057
FAZENDA	077
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	087
TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	099
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA	107
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	113
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	123
AGROPECUÁRIA	131
TURISMO	139
REFORMA AGRÁRIA	147
DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO JEQUITINHONHA, MUCURI E NORTE DE MINAS	153
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES	159
EDUCAÇÃO	167
SAÚDE	173
CULTURA	187
DEFESA SOCIAL	201
POLÍCIA MILITAR	213
BOMBEIROS MILITAR	223
POLÍCIA CIVIL	229
ANEXOS	237

APRESENTAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados:

Ao iniciar mais um período legislativo, em cumprimento à determinação da Constituição do Estado de Minas Gerais, e com o objetivo de assegurar a transparência das ações do governo e o pleno exercício dos direitos de informação e fiscalização, encaminho a esta egrégia Assembléia Legislativa a presente mensagem.

Em 2003, após o rigoroso ajuste promovido pelo Choque de Gestão, o déficit fiscal foi de R\$ 283 milhões, contra uma expectativa inicial de resultado negativo em R\$ 2,4 bilhões. Em 2004, o Estado de Minas Gerais alcançou o equilíbrio fiscal, com um superávit de R\$ 91 milhões e, em 2005, o superávit, em trajetória crescente, foi ampliado para R\$ 221 milhões. Alguns efeitos imediatos do equilíbrio foram o retorno à normalidade do pagamento da despesa de pessoal, a reinserção do Estado no mercado de crédito e a recuperação da credibilidade com os fornecedores e demais parceiros. Além disso, o expressivo resultado de 2005 possibilitará o atendimento à histórica e justa reivindicação das tabelas salariais dos servidores.

A ampliação da receita em 2005 foi de R\$ 3,7 bilhões em relação ao ano anterior, já que as receitas decorrentes de fontes próprias do Estado responderam por 88,5% desse aumento, o que caracteriza um ajuste estrutural que não depende de transferências voluntárias da União ou de outras receitas frequentemente incertas.

Senhoras e senhores, a evidência mais notável, única, do equilíbrio fiscal mineiro, com absoluta certeza, é o acentuado incremento nos investimentos observado no período. Ao contrário do usual em políticas fiscais contracionistas, em que o ajuste ocorre nas despesas de capital, Minas ampliou os investimentos de 2004 para 2005 em 79%, atingindo R\$ 2,7 bilhões, dobrando o investimento em relação a 2003. Ao se separarem os investimentos realizados com recursos ordinários do Estado, fonte decorrente de esforço próprio, o crescimento é de 107% em 2005 em comparação com 2004, atingindo R\$ 1,4 bilhão. É o ajuste fiscal virtuoso, o que não penaliza a sociedade com a supressão ou deterioração de serviços. A razão principal para isto é a presença de uma estratégia consubstanciada nos projetos estruturadores, que orienta a alocação de recursos evitando a expansão indiscriminada usual no setor público de despesas correntes.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

E o Estado demonstra eficiência. Mudamos a máxima de que o setor público não consegue realizar, mesmo dispondo de recursos: 91% dos investimentos autorizados foram executados e, ao se considerarem os investimentos inicialmente previstos para 2005, a execução alcançou expressivos 215%.

Vejamos, portanto, dados relevantes sobre as principais realizações do governo no ano que passou, com destaque para os projetos estruturadores.

Na infra-estrutura rodoviária, 7.500 quilômetros das rodovias estaduais pavimentadas sofreram intervenção desde 2003, o que representa 54% da malha conservada pelo DER. Conforme previsto no ProMG, houve a recuperação funcional de 5 mil quilômetros em 2005, com investimentos de R\$ 130 milhões. Já o ProAcesso – cujo objetivo é a pavimentação de ligações e acessos rodoviários aos municípios –, investiu R\$ 280 milhões em 2005, beneficiando 70 municípios, 19 dos quais com acesso concluído, e o restante em fase de conclusão. Para implementar os Corredores Radiais de Integração e Desenvolvimento, houve a entrega da modelagem PPP da MG-050 e R\$ 10,6 milhões foram investidos em serviços de manutenção e conservação no período anterior à concessão, prevista para este ano.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), os investimentos em transporte incluíram a restauração e adequação da MG-424, licitação para duplicação da MG-020, e iniciou-se a construção da “Linha Verde”, maior obra viária da RMBH, que alterará o padrão de desenvolvimento de Minas com a atração de investimentos e negócios para o Estado. A Linha Verde é acompanhada por uma estratégia de desenvolvimento da região, com a criação da Plataforma Logística de Comércio Exterior na RMBH, que transformou o Aeroporto Internacional Tancredo Neves no primeiro aeroporto industrial do Brasil, e promoveu o início das obras do moderno Centro de Manutenção da Gol.

Em suma, o setor transportes, em 2005, recebeu 90% a mais de investimentos em relação a 2004, alcançando R\$ 728 milhões de aplicações, marca histórica para o Governo do Estado.

No setor energético, houve importantes realizações no que diz respeito à oferta de gás natural e na eletrificação. No primeiro caso cita-se, por exemplo, a ligação da Gerdau/Açominas e da planta de pelotização da CVRD com 336 quilômetros de rede de distribuição de gás natural alcançados e expansão das redes de distribuição para São Brás do Suaçuí, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco e Ouro Preto.

Na eletrificação, o programa Energia Elétrica para o Noroeste Mineiro permitiu a conclusão de 557 quilômetros de rede de média tensão, o que representará um “choque” de competitividade para o agronegócio e outras atividades da região que dependem de maior capacidade energética para o desenvolvimento. A universalização do acesso prevista no programa 100% Eletrificação em Minas Gerais avançou em 2005 com a ligação de 45.229 consumidores, fornecimento de energia elétrica a 1.184 assentados rurais e



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

1.192 escolas estaduais e municipais, que hoje já contam com energia disponível.

Na área de fomento ao desenvolvimento econômico, o Estado avançou no programa Empresa Mineira Competitiva com a liberação de financiamentos no valor de R\$ 40 milhões para 107 empresas e implantação do Minas Fácil em Belo Horizonte. Agora, é possível abrir uma empresa na capital em apenas oito dias corridos, menor prazo do país. As medidas de simplificação adotadas no Estado, associadas à desoneração fiscal de mais de 150 produtos ocorrida em 2005, melhoraram sensivelmente o clima de investimento. Para as empresas dispostas a investir em Minas, há linhas de crédito exclusivamente estaduais, que aplicaram aproximadamente R\$ 500 milhões em 2005, aumento de 94% em relação a 2004.

O potencial cultural e turístico do Estado também é um importante fator de desenvolvimento. Nesse sentido, em 2005, houve importantes iniciativas dentro do programa Circuito Cultural Praça da Liberdade, como a definição dos parceiros e preparação para implementação dos Centros Culturais para os prédios que abrigavam as Secretarias da Fazenda e Defesa Social, o Centro de Referência do Professor, e a Reitoria da UEMG, todos com obras iniciando-se este ano. Dentro do programa Estrada Real, houve a instalação de 100 postos telefônicos rurais, geoprocessamento do eixo principal e sinalização turística em 48 municípios, realização de 160 cursos de capacitação profissional, saneamento em 16 municípios e investimentos de R\$ 2,3 milhões na melhoria da segurança na Estrada Real.

O Estado de Minas deu um dos mais significativos passos para o desenvolvimento social ao priorizar a Agenda da Segurança, conseguindo, em 2005, uma substantiva redução da criminalidade. Após anos de crescimento da criminalidade violenta no Estado, 2005 marcou o início efetivo de redução neste índice. Na RMBH, a consistente queda no número de homicídios já reflete os resultados da estratégia do governo na segurança. Em 2005, o Estado investiu na área de segurança pública 136% a mais do que em 2004. Os investimentos em equipamentos para a polícia e na ampliação de vagas do sistema prisional atingiram R\$ 250 milhões. Isto representa mais viaturas, armas e equipamentos para as polícias. Importante destacar a implantação do Comando Regional Integrado de Policiamento da Capital (Risp), consolidando a estratégia de integração da ação das polícias adotada no Estado, que alcançou, adicionalmente, 16 áreas integradas em Uberlândia e Uberaba, a integração do Registro de Ocorrências (Reds) e da Gestão Policial (Igesp).

Na infra-estrutura prisional, houve a ampliação de vagas e modernização da gestão do sistema com a construção de quatro penitenciárias e ampliação de outras duas, construção de dois presídios, reforma de 17 cadeias e estabelecimento de uma Apac (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado). O número de vagas criadas, a partir de 2003, no sistema prisional, duplicou sua capacidade, comprovando novamente a eficiência do governo e a atenção dedicada à segurança pública.

Medidas corretivas na área da segurança são necessárias, mas o desenvolvimento social depende, sobretudo, de pesados investimentos em educação. Nesse sentido, o Estado de Minas criou, em 2005, 177.460 vagas para alunos de seis anos, dando prosseguimento a esta iniciativa pioneira.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

Adicionalmente, foram capacitados 25 mil docentes dos anos iniciais do ensino fundamental. Mil escolas foram beneficiadas pelo projeto Aluno de Tempo Integral, houve a construção ou reforma de 191 escolas dos projetos Escola Viva e Escola Referência e instalaram-se laboratórios de informática e conexão de 3.825 das escolas à internet. Além do mais, 430 escolas participaram do Peas (Programa Afetivo Sexual) e outras 626 do Projeto Incluir (acessibilidade às pessoas com deficiência).

Quanto ao ensino médio, dentro das metas da promoção de sua universalização com qualidade, houve a expansão das oportunidades de acesso, garantindo vaga nesse nível a todos os concluintes do ensino fundamental e à demanda de todos os jovens-adultos situados na faixa de 15 a 24 anos. Foram instalados energia elétrica, água potável e esgotamento em todas as escolas rurais, e, mais uma vez ampliando iniciativa pioneira, o Governo do Estado adquiriu 2,7 milhões de livros didáticos de física, química e biologia para todos os alunos, e de português e matemática para os novos alunos.

Em relação à saúde, houve o lançamento do Programa Saúde em Casa com investimentos de R\$ 48 milhões por ano para qualificação de pessoal, obras nos postos de saúde, compra de equipamentos e material de consumo, beneficiando 3 mil equipes do Programa Saúde da Família (PSF) em 771 municípios mineiros. Com o intuito de promover a regionalização da assistência à saúde, houve o fortalecimento e melhoria dos hospitais do SUS (PRO-HOSP), beneficiando 120 hospitais com investimentos da ordem de R\$ 50 milhões. Foram entregues 914 ambulâncias; mais de 30 UTIs móveis para a Fundação Hospitalar de Minas Gerais (FHEMIG) e para os consórcios intermunicipais de saúde, além de 30 unidades de resgate para o Corpo de Bombeiros. Investimentos da ordem de R\$20 milhões foram realizados para a maior obra de reforma de estrutura física do Hospital João XXIII (HPS), maior instituição da América Latina especializada em traumas, contribuindo assim para a estruturação da rede assistencial no Estado. Somam-se a isso os investimentos no Programa Viva Vida para o fortalecimento da rede de assistência à gestante e ao recém-nascido. A meta é reduzir em 25% a mortalidade infantil e a diminuição do índice de mortalidade materna. Minas Gerais evoluiu, neste indicador, da 15ª para a 12ª posição no país.

O programa de saneamento Mais Saúde para Todos atendeu 115 mil residências com acesso a água, beneficiando cerca de 400 mil pessoas e 59 mil residências com rede de esgoto, atendendo cerca de 208 mil pessoas. Um total de 1.500 módulos sanitários foi instalado para 5 mil pessoas sem acesso aos serviços básicos de saneamento.

A assistência social é, hoje, uma importante dimensão da política pública de desenvolvimento, e várias ações vêm sendo implantadas em Minas nessa direção. Em continuidade ao projeto de Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, iniciado em 2004, houve, no ano que passou, a realização de três campanhas de combate à violência e exploração sexual, a qualificação de recursos humanos para gestão e controle da política, a implantação de seis Casas Lares, totalizando 60 casas, e de 170 Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). Além disso, em atendimento às exigências do



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foi aprovado o modelo da política de descentralização da assistência social.

Em relação à habitação popular, por meio do programa Lares Geraes, 10.108 unidades habitacionais foram contratadas e estão em construção, com previsão de entrega em maio deste ano.

O programa Minas sem Fome beneficiou 50 mil famílias em projetos de lavouras comunitárias, 256 mil famílias em projetos de horticultura, 47 mil famílias em projetos de pomares, 45 mil famílias em projetos de criação de pequenos animais e foi implantada uma fábrica do Vitasopa em Janaúba.

Uma inovadora iniciativa para a promoção do emprego foi a criação, em 2004, dos Centros Públicos de Promoção do Trabalho (CPPTs). Em 2005, foram implantadas outras oito unidades em Belo Horizonte (Bairro da Gameleira), Três Corações, Pitangui, Araçuaí, Campo Belo, Divisópolis, Uberaba e Uberlândia. Com isso foi possível o treinamento de 4.301 trabalhadores e distribuição de 5.952 kits no Programa de Competências Básicas para o trabalho, a qualificação de 3.933 pessoas para o 1º emprego e a contratação de 425 estagiários. Outra ação com vistas à capacitação e inclusão no mundo do trabalho foi o programa de Inclusão Digital, com a montagem de 22 Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), a implantação de 320 telecentros, em seis municípios, a montagem de uma unidade móvel e a participação na Mostra de Tecnologia da Informação do Brasil na França, por ter sido considerado o melhor projeto de inclusão digital do país para inclusão social.

A questão ambiental bem como a dimensão econômica e a social formam os três pilares condutores do padrão de desenvolvimento sustentável integrantes da visão de Minas Gerais para o século XXI. Sete Unidades Regionais Colegiadas (URC) foram implantadas para a descentralização do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), permitindo, assim, um processo de gestão ambiental mais próximo da sociedade. O programa Minas sem Lixões levou a uma ampliação, nos últimos três anos, de 100% no número de pessoas beneficiadas, atingindo 5 milhões de habitantes das áreas urbanas com sistemas tecnicamente adequados de disposição final de lixo, capacitações por meio de seminários direcionados aos agentes municipais e sensibilização de 496 prefeituras possuidoras de lixões. O Programa de Vigilância Ambiental foi implantado e buscou-se investir na recomposição florestal com mata nativa e proteção de nascentes em 88 unidades. Foram construídas e reformadas as estruturas de defesa, uso público e administração dos parques estaduais do Brigadeiro, Itacolomi e Rio Doce, e foram iniciadas as obras nos parques estaduais do Ibitipoca, Rio Doce, Papagaio, na Floresta Estadual de Uaimií e na Estação Ecológica do Tripuí.


Com vista à revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, destacam-se o georeferenciamento de todos os pontos de emissão de esgoto dos municípios da Bacia do Rio das Velhas, seu principal afluente, e a definição das redes de quantidade e qualidade de água dos grupos de sub-bacias São Francisco. Os investimentos em saneamento nessa bacia atingiram R\$ 147 milhões em 2005.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

Por fim, cumpre-nos salientar que todos os resultados alcançados são fruto do esforço de se promover uma gestão eficiente. Para isso, o Estado vem aprimorando o Choque de Gestão com investimentos em pessoas, na qualidade e na inovação na administração pública. Em 2005, houve a publicação de dez leis de carreira na ALMG, a conclusão do primeiro período de avaliação de desempenho individual dos servidores, a assinatura de mais dez acordos de resultados, a qualificação de mais 30 OSCIPs, a publicação das tabelas salariais das carreiras da educação básica, educação superior e da saúde e a qualificação de 4.626 servidores pela Escola de Governo.

Portanto, senhores e senhoras desta egrégia casa, que é nossa Assembléia Legislativa, desejo que os investimentos que estamos realizando em Minas e os inúmeros avanços já conquistados se revertam em resultados e promovam a verdadeira transformação na vida de todos. O Governo do Estado reitera o compromisso central assumido com os mineiros: tornar Minas o melhor Estado para se viver, trabalhando com responsabilidade e seriedade para gerar prosperidade para os que vivem e trabalham em nossa terra. Minas, em 2005, cresceu mais que a média nacional. Batemos recordes nas exportações e na criação de empregos. Em 2006, as escolas mineiras estarão novamente abertas às crianças de seis anos. Os indicadores de segurança continuarão em acentuada queda. Os jovens receberão novos livros para estudar, os cidadãos terão melhor atendimento na rede de saúde e, estou certo, com o investimento do governo em infra-estrutura, atingiremos novos recordes na economia. Assim, Minas será mais forte, mais equilibrada e mais justa.


AÉCIO NEVES DA CUNHA
Governador do Estado de Minas Gerais

QUADRO MACROECONÔMICO

INTRODUÇÃO

A economia mineira alcançou expressivos resultados em 2005, em especial quando se considera o contexto nacional em que se inserem.

O Brasil poderá alcançar crescimento de 2,6% em seu Produto Interno Bruto (PIB), significando dinamismo bastante inferior aos 6,4% estimados para o conjunto dos países em desenvolvimento. Os últimos dados disponíveis para o PIB estadual referem-se a setembro e neles se verifica expansão econômica acumulada de 4,6% em Minas Gerais ante 2,6% obtida pelo país.

O destaque setorial em Minas é a indústria que atingiu 5% de crescimento até setembro, enquanto no país o resultado é de 2,9%.

A evolução da produção física das indústrias extrativas e de transformação acumula em doze meses, expansão de 61% até novembro, enquanto a média nacional atinge 3,5%. Essa melhor performance se traduz em crescimento que supera 10% para a folha de pagamento da indústria, o melhor resultado do país, que observou crescimento médio de em 3,7%.

Também no setor de serviços o crescimento em Minas é superior à média do país. Os dados até setembro indicam crescimento mineiro de 3,2% e de 2,1% no país.

Já no setor agropecuário registra-se a expansão de 6,9% na produção de grãos em Minas e de 6,3% na produção animal. Esses resultados são insuficientes para compensar o efeito do caráter bianual da safra do café sobre o crescimento da agropecuária em 2005, que, até setembro, acumula crescimento de 1,1%, próximo ao observado no país (1,5%).

Quanto ao setor externo da economia mineira, destaque-se a manutenção em 2005 do 2º lugar alcançado pelo estado na classificação dos maiores exportadores brasileiros, tendo as vendas externas se expandido em 35% no ano, passando de 10,4% para 11,4% do total exportado pelo país.

Em 2005, esse contexto propiciou a geração de mais de 155 mil novos empregos formais no estado, o que equivale a 12,4% do total gerado no país. Trata-se do segundo ano consecutivo em que a expansão do emprego formal em Minas supera a da média nacional. No biênio encerrado em 2005 o crescimento acumulado no estado alcança 13,3% enquanto a média nacional é de 12,0%.

A carteira de projetos de investimentos anunciados para Minas Gerais superou o montante de R\$ 60 bilhões em 2005, o que representa acréscimo de 47,6% em relação aos projetos anunciados até 2004. Quando implantados os projetos, estima-se a geração de cerca de 76 mil novos postos de trabalho.

1 - DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A economia brasileira encerra 2005 com menor dinamismo que em 2004, inflação em queda e estabilidade no nível de endividamento do setor público.

O PIB cresceu em torno de 2,6%¹ no ano de 2005, portanto abaixo dos 5,2% alcançados em 2004 e muito inferior ao desempenho de 6,4% estimado para o conjunto dos países em desenvolvimento².

A inflação permaneceu dentro da margem de tolerância adotada pelas autoridades monetárias ao alcançar 5,7% em 2005, quando medida pela IPCA, e inferior aos 7,6% observados em 2004.

O nível de endividamento do setor público consolidado permaneceu em cerca de 51% do PIB, o mesmo patamar alcançado no ano precedente. Esse resultado reflete a austeridade da política fiscal.

O controle exercido pelas diversas esferas de governo nas contas públicas orientou-se em busca de melhoria na arrecadação tributária e contenção dos gastos públicos, proporcionando a obtenção de resultado primário de 5,6% do PIB³. Conforme destaca o Banco Central, os governos subnacionais (unidades federativas e municípios) e as estatais é que têm contribuído para o melhor resultado fiscal em 2005. Estados e municípios ampliaram a geração de resultado primário para 1,28% do PIB em 2005, até novembro, ante 1,11% alcançados em igual período de 2004. Já o governo central reduziu a geração de resultado primário de 3,46% do PIB para 3,40% nos mesmos períodos.

O crescimento de 2,6% esperado para o PIB está abaixo das previsões feitas para 2005. Contribuirão para este desempenho a expansão de 2,7% no consumo, acompanhada do crescimento de 1,3% na formação bruta de capital e do resultado líquido favorável de 1,8% alcançado no comércio externo⁴.

No que se refere ao comércio internacional o superávit de R\$ 44,8 bilhões em 2005 é 33% superior ao de 2004, o maior da história do Brasil. Decorre de recorde nas exportações que alcançaram R\$ 118,3 bilhões, superando em 23% o valor comercializado no exercício anterior. Ressalte-se que as importações em 2005 tiveram crescimento de 18%, percentual inferior ao das exportações, o que também contribuiu para o expressivo resultado do superávit comercial.

¹ De acordo com “Relatório Trimestral de Inflação” do Banco Central, vol.7, nº 4, Dezembro de 2005

² Conforme o “World Economic Outlook 2005” do Fundo Monetário Internacional, setembro/2005.

³ BCB, Economia e Finanças, “Notas econômico-financeiras para a imprensa”, 23/12/2005 (valores acumulados em 12 meses até novembro/05)

⁴ Banco Central do Brasil, “Relatório Trimestral de Inflação”, idem.

Olhando o PIB sob o ponto de vista da oferta, a indústria será a principal atividade impulsionadora de seu crescimento: prevê-se o fechamento do ano com expansão de 3%, resultante dos aumentos de 11,2% na extrativa mineral, de 2,2% na indústria de transformação, de 3,9% nos serviços industriais de utilidade pública e de 0,6% na da construção. Em seguida, serviços apresentam-se como o segundo segmento de maior crescimento no PIB, com destaque para a expansão de 3,6% nos transportes e de 3,4% no comércio. Completando o PIB sob a ótica da oferta, o setor agropecuário deverá ter crescido 1,5% em 2005.

2 – EVOLUÇÃO DO PIB MINEIRO

Dados preliminares divulgados pela Fundação João Pinheiro⁵ sugerem que o crescimento do PIB de Minas Gerais poderá superar o esperado para o país em 2005.

As taxas de crescimento do PIB em Minas Gerais e no Brasil, observadas até setembro de 2005, estão indicadas na tabela 1.

Tabela 1
Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)
Minas Gerais e Brasil
Acumulado 3º trimestre 2004-2005

Ítems	Minas Gerais	Brasil
Acumulado no ano (*)	4,6	2,6
Agropecuária	1,1	1,5
Indústria	5,0	2,9
Serviços	3,2	2,1

Fonte: FJP, Informativo CEI, Dez/05

Nota(*) Acumulado no ano a preços de mercado, demais a preços básicos

Pelos valores acumulados até setembro de 2005, verifica-se que, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, a taxa de crescimento em Minas Gerais, foi de 4,6%, enquanto no país ela atingiu 2,6%. Esse diferencial foi influenciado fortemente pelo desempenho da indústria em Minas Gerais cuja taxa de crescimento de 5% foi bem superior à de 2,9% obtida no país.

2.1 – ESTRUTURA DO PIB E TAXAS ACUMULADAS DE CRESCIMENTO

A composição setorial do PIB mineiro a preços básicos e as variações acumuladas em 2005, até setembro, estão destacadas na tabela 2.

⁵ Fundação João Pinheiro, “Informativo CEI”, 3º trimestre de 2005

Tabela 2
COMPOSIÇÃO DO PIB EM 2004 E TAXAS DE CRESCIMENTO SETORIAL DO PIB ATÉ 3º TRIMESTRE DE 2005
PREÇOS BÁSICOS
MINAS GERAIS

Especificação	PARTICIPAÇÃO RELATIVA - 2004	Até 3º TRIMESTRE DE 2004 (1)	ULTIMOS 4 TRIMESTRES (2)
- Agropecuária	9,1	1,1	0,3
- Indústria	45,3	5,0	4,8
Extrativa Mineral	2,0	13,1	12,3
Transformação	28,7	4,2	4,6
SIUP(3)	4,6	7,3	5,4
Construção	10,0	4,3	3,3
- Serviços	45,5	3,2	3,1
Comércio	8,5	7,8	7,1
Transporte	2,5	6,6	6,9
Comunicações	2,6	5,3	4,1
Aluguéis	9,6	0,7	1,2
Outros Setores(4)	22,4	1,1	1,4
- PIB a preços básicos	100,0	3,8	3,7
-PIB a preços de mercado	100,0	4,6	4,6

Fonte: FJP - Centro de Estatística e Informação (CEI) - PIB MG - 3º trimestre de 2005

Notas (1) - Taxa acumulada até o trimestre em relação a igual período do ano anterior

(2) - Taxa acumulada nos últimos quatro trimestres em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores

(3) - Serviços Industriais de Utilidade Pública

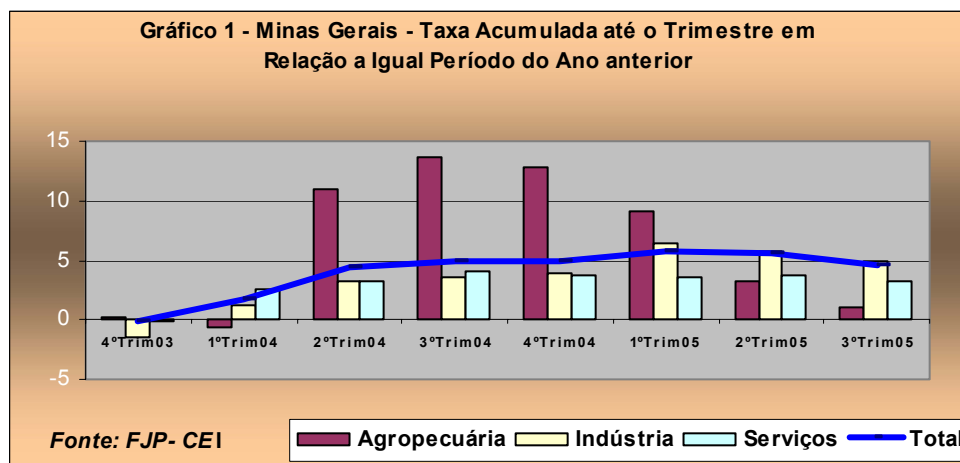
(4) - Inclui alojamento e alimentação, instituições financeiras, administração pública, educação e saúde, serviços

A indústria de transformação é o setor que mais contribui para o PIB estadual, participando com cerca de 29%.

No que tange às taxas de crescimento, os maiores destaques ficam por conta da indústria extrativa mineral, dos SIUP (Serviços Industriais de Utilidade Pública), do comércio e dos transportes, com variações expressivas.

O gráfico 1 apresenta a evolução das taxas acumuladas até o trimestre em relação a igual período do ano anterior, em Minas Gerais, desde o 4º trimestre de 2003.

Os dados revelam trajetória ascendente do PIB mineiro até o 1º trimestre de 2005, estabilizando-se o crescimento em torno de 5% desde então. Eles evidenciam também as alterações ocorridas no desempenho do setor agropecuário que, após atingir taxa de crescimento de 13,8% no 3º trimestre de 2004, reduz sua expansão a apenas 1,1% no 3º trimestre de 2005.



3 – O SETOR AGROPECUÁRIO EM MINAS GERAIS⁶

O setor agropecuário representou 9,1% do PIB mineiro a preços básicos em 2004. Nesse ano, o setor havia crescido de 12,8%, comportamento que não se repete no fechamento de 2005, uma vez que até setembro a agropecuária reduziu sua taxa de crescimento para 1,1%. Essa queda reflete a bianualidade da lavoura cafeeira, que impõe baixa produtividade para a safra de 2005, observando-se que o café é o principal produto agrícola mineiro, respondendo por 23% do valor bruto da produção.

O aumento significativo da produção de grãos (6,9%) na safra 2004/2005, especialmente arroz (15,7%), feijão (20,4%), milho (5%), algodão (13,4%), mamona (253,5%) e soja (11,4%) bem como os resultados favoráveis em todos os segmentos da produção animal não foram suficientes para compensar a queda na produção de café.

O *milho*, apesar das baixas cotações observadas em 2004, é o segundo produto no ranking do valor da produção agrícola mineira e representou 14,2% da produção nacional. Em 2005 há acréscimos de 5% e 2,6%, na produção e área colhida, respectivamente.

A produção e a área colhida de *soja* atingiram a terceira posição no ranking da agricultura mineira, uma evolução de 11,4% e 3,7%, não obstante a queda acentuada na cotação do produto em 2004, e ainda não totalmente revertida. Além das condições climáticas favoráveis no estado, técnicas para um melhor controle da *ferrugem asiática* contribuíram para o aumento de 7,5% no rendimento médio do produto.

⁶ Dados básicos e parte das análises fornecidos pela Fundação João Pinheiro, por intermédio do Centro de Estatística e Informações (CEI).

A *cana-de-açúcar* representou 5,9% da produção nacional em 2004 e situa-se como o quarto produto mais relevante para a produção agrícola mineira. Prevêem-se, no período 2005/2004, acréscimos de 4,3% na produção e 4,4% na área colhida, refletindo a boa rentabilidade do açúcar e do álcool. Destaca-se também o crescimento da produção de cana em Minas Gerais nos últimos cinco anos, em função dos investimentos que incrementaram os canaviais no Triângulo. Os preços do açúcar seguem em alto patamar depois da curva altista que começou a ser desenhada há cerca de dois anos, deflagrada pelas perspectivas de déficit global do produto.

A *produção animal*, responsável por cerca de 43% do valor da produção agropecuária mineira, cresceu 6,3% no acumulado até o terceiro trimestre de 2005, refletindo o bom desempenho de todos os subsetores. A *bovinocultura de corte* aumentou em 4,4%, a *suinocultura* mineira cresceu 4,1%, a avicultura de corte, 4,0% enquanto a produção de leite se ampliou em 7,2%.

4 - A INDÚSTRIA EM MINAS GERAIS

O setor industrial contribui com 45% do PIB do estado e é constituído pela extrativa mineral, de transformação, da construção e pelos serviços industriais de utilidade pública. O resultado de 5% alcançado pela indústria mineira nos valores acumulados até setembro de 2005, comparativamente ao mesmo período de 2004, indica ritmo de crescimento industrial no estado superior ao nacional.

A indústria da construção, que participou com 10% do PIB estadual em 2004, apresentou em 2005 taxas de crescimento de 4,3% nos valores acumulados até setembro, ante o mesmo período de 2004, e seu desempenho é atribuído à retomada das obras governamentais.

Em contrapartida ao dinamismo observado nas obras públicas, o desempenho da construção habitacional tem sofrido o reflexo negativo de custos dos financiamentos incompatíveis com o nível de renda da população. Com isso, esse segmento da construção teve, de janeiro a novembro de 2005, queda de 8,8% na oferta de imóveis (número de unidades disponíveis para venda), 28,4% nos novos lançamentos e 5,2% no volume de vendas, comparativamente ao mesmo período em 2004.

Os serviços industriais de utilidade pública (SIUP), responsáveis por 4,6% do PIB mineiro em 2004, tiveram crescimento de 7,3% nos dados acumulados de janeiro a setembro de 2005, em relação ao mesmo período de 2004.

Esses serviços são compostos basicamente pela energia elétrica e água. Ambos os segmentos apresentaram desempenho bem acima da média de crescimento das outras variáveis que compõem o PIB mineiro. A geração de energia elétrica cresceu 14,9% nos valores acumulados até setembro de 2005 ao passo que o consumo nos valores acumulados elevou-se em 5,3% ante o consumo de 2004, sendo influenciado fortemente pelo acréscimo de 6,9% no

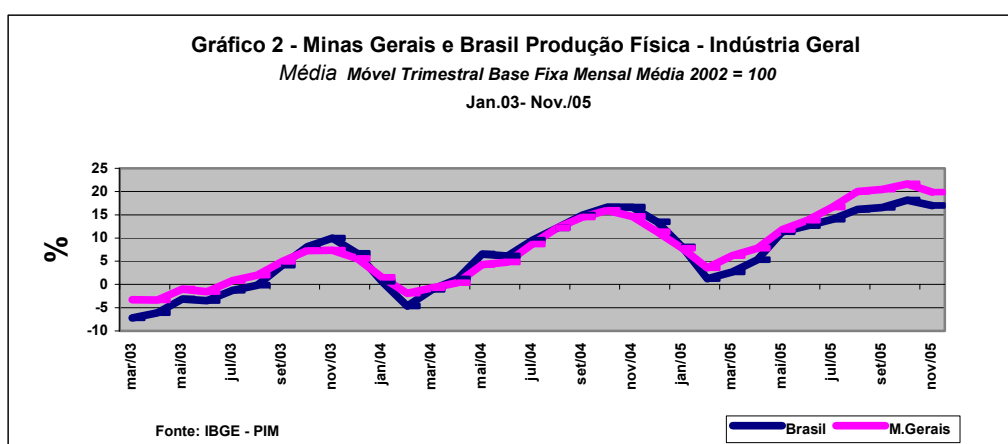
comercial, uma vez que o residencial cresceu apenas 0,9% e o consumo industrial apresentou queda de -0,6%.

O serviço de abastecimento de água, predominantemente prestado pela COPASA, apresentou taxa de crescimento relativamente baixa, com 1,6% no acumulado até novembro de 2005, quando confrontado com o mesmo período do ano anterior.

4.1 – PRODUÇÃO FÍSICA DAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS E DE TRANSFORMAÇÃO

O conjunto das indústrias extrativas e de transformação no Estado manteve em torno de 83% o nível de utilização da capacidade instalada no ano de 2005 até novembro, conforme apuração da Federação das Indústrias de Minas Gerais⁷.

A partir dos dados do IBGE relativos a produção física nessas indústrias apresentados no gráfico 2 a seguir, o desempenho mensal em Minas Gerais e no Brasil é calculado pela média móvel trimestral dos índices de base fixa, tendo 2002 como ano-base. Vale mencionar que o conjunto de atividades industriais integrantes da extrativa mineral e de transformação é denominado “indústria geral” nessa pesquisa do IBGE.



O gráfico 2 evidencia as trajetórias ascendentes no desempenho da indústria geral tanto no Brasil quanto em Minas Gerais. A diferença fundamental é que no estado as taxas de crescimento na indústria geral são superiores às do país em 2005, à semelhança do que já ocorrera em boa parte de 2003.

As taxas de crescimento da produção física industrial no Brasil e em Minas, em 2004 e nos valores disponíveis até novembro de 2005, estão

⁷ FIEMG, “Relatório da Pesquisa Indicadores Industriais”, ano 14, nº 11, novembro de 2005

apresentadas na tabela 3 e no gráfico 3, distribuídas entre o comportamento da extrativa e da indústria de transformação.

Tabela 3		
TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO FÍSICA - INDICADORES DA INDÚSTRIA - (EM %)		
MINAS GERAIS E BRASIL		
Nov/2005		
Regiões e Setores	Últimos 12 meses*	Acum.até Nov/05 Acum.até Nov/04
Brasil		
Indústria Geral	3,5	3,1
Indústria Extrativa	10,0	10,3
Indústria de Transformação	3,1	2,7
Minas Gerais		
Indústria Geral	6,1	6,4
Indústria Extrativa	12,1	12,7
Indústria de Transformação	5,1	5,4
Fonte: IBGE - PMI		
* Acumulado últimos 12 meses até nov/05, em relação ao mesmo período em 2004.		

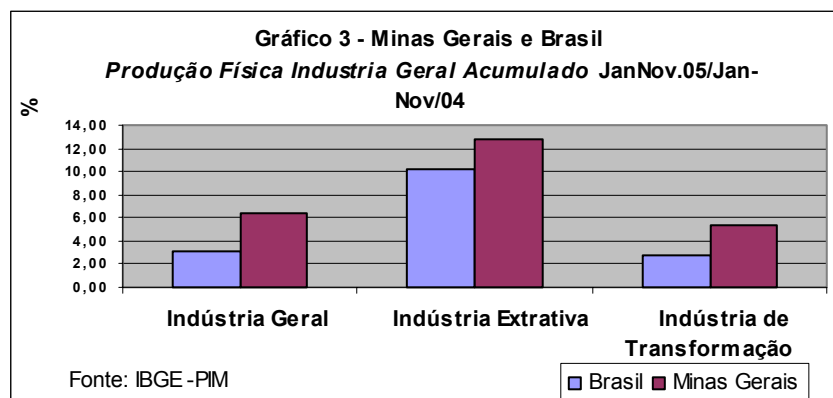
Os dados da tabela 3 mostram que a indústria geral em Minas Gerais terá obtido crescimento em sua produção física superior ao alcançado no país e próximo do alcançado em 2004 no estado⁸.

O desempenho observado na indústria mineira nos valores acumulados até novembro de 2005, confrontado ao mesmo período do ano anterior, reflete o aumento de 12,7% na extrativa e de 5,4% na indústria de transformação.

A extrativa mineral foi impulsionada pelo aumento no volume das exportações e pela alta da cotação do minério de ferro no mercado internacional.

O desempenho favorável na de transformação nesse mesmo período foi alcançado mediante o aumento na produção de dez entre as doze atividades pesquisadas pelo IBGE. O Instituto identifica que as maiores contribuições ao crescimento advêm da produção de veículos (11,3%), sobretudo automóveis, e de produtos de metal (32,3%). Como destaque negativo comparece o desempenho da metalurgia (-2,8%), atribuído à queda nos preços internacionais.

⁸ Em 2004 a taxa foi de 5,97% (IBGE-PMI, 2005).



4.2 – EMPREGO E SALÁRIO NA INDÚSTRIA

A evolução favorável da produção física na indústria geral em Minas se faz acompanhar de performances positivas no emprego e salários, conforme as apurações da Pesquisa Mensal de Emprego e Salário (PIMES), do IBGE.

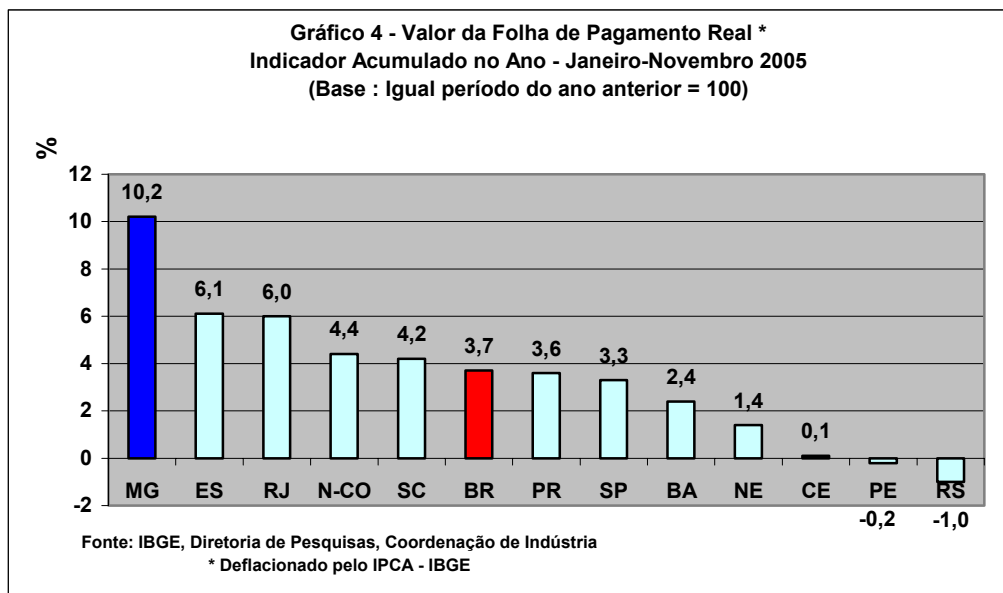
Os indicadores na indústria mineira e brasileira referentes aos últimos 12 meses até novembro de 2005, estão apresentados na tabela 4. Neles se evidencia o impacto mais positivo propiciado pela indústria mineira que o da nacional em 2005 no pessoal empregado e no número de horas pagas.

Tabela 4
 Taxa de crescimento: Pessoal Ocupado e Número de Horas Pagas
 Minas Gerais e Brasil
 Referência - Últimos 12 meses até novembro de 2005 - %

Itens	Minas Gerais	Brasil
Pessoal Ocupado	4,2	1,5
Número de Horas Pagas	5,1	1,2

Fonte: IBGE-PIMES - novembro/05

Os índices acumulados até novembro de 2005 referentes ao valor da folha de pagamento real nos principais estados brasileiros estão apresentados no gráfico 4, com destaque para Minas Gerais, onde se verificou a maior expansão na folha de pagamento da indústria.



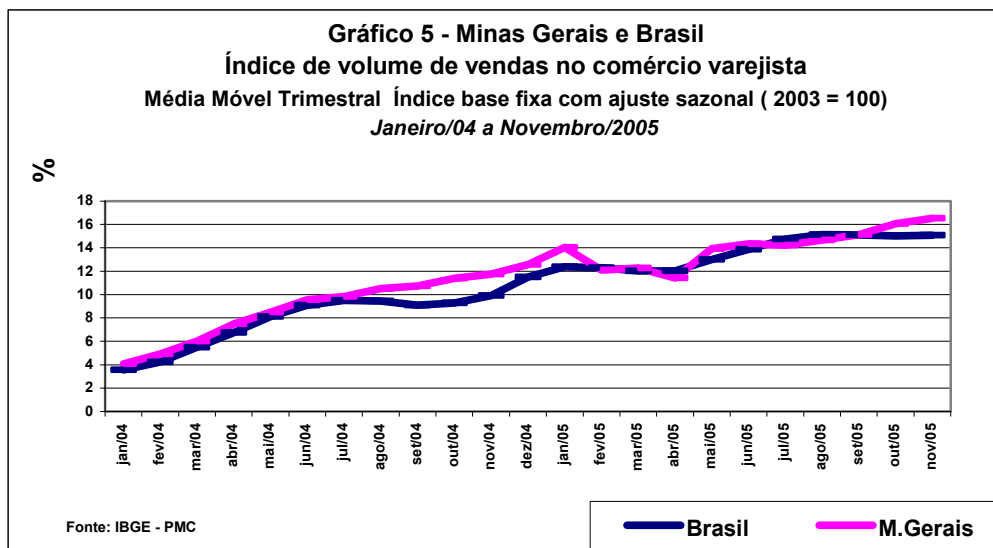
5 – SETOR TERCIÁRIO EM MINAS GERAIS

O setor de serviços, responsável por 45,5% do PIB mineiro em 2004, apresentou até setembro de 2005 crescimento de 3,2% em relação ao mesmo período de 2004.

Nesse setor, o comércio apresenta-se com participação relativa de 18,7% em 2004, equivalendo a 8,5% do PIB mineiro. Em valores acumulados até setembro de 2005 ele se ampliou em 7,8% ante o mesmo período no ano anterior.

Dados recentes divulgados pelo IBGE⁹ confirmam a tendência de crescimento no comércio. A evolução do volume de vendas no comércio varejista no Brasil e em Minas Gerais está apresentada no gráfico 5. Os índices sazonalmente ajustados referem-se ao período de novembro de 2003 a novembro de 2005, e consideram a média móvel trimestral, tendo-se como base o ano de 2003.

⁹ IBGE, “Pesquisa Mensal do Comércio”, Nov/2005



O desempenho do volume de vendas no comércio em Minas Gerais superou o do Brasil até janeiro de 2005. Após este período há uma alternância nas taxas de crescimento, com o de Minas superando novamente o do país, nos últimos dois meses.

Ainda com relação ao volume de vendas, os dados da Tabela 5 mostram variações bem próximas nos índices de crescimento apresentados pelo estado e pelo país, com a característica de que os valores nacionais superam os do estado.

Tabela 5
 TAXAS DE CRESCIMENTO DO VOLUME FÍSICO DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA (EM %)
 MINAS GERAIS E BRASIL - NOVEMBRO 2005

Região	Últimos 12 meses *	Acum. Até Novembro 2005 Acum. Até Novembro 2004
Brasil	5,5	4,8
Minas Gerais	4,8	4,2

Fonte: IBGE: PMC, out/2005

*Acumulado últimos 12 meses até outubro de 2005, em relação ao mesmo período em 2004.

Quando se adota como base o ano de 2003, as vendas do comércio varejista acumulam expansão média de 14,5% em Minas Gerais no trimestre encerrado em novembro de 2005, enquanto, no país, o crescimento é de 13,2%.

O setor de transportes representou 2,5% do PIB mineiro em 2004 e cresceu 6,6% no acumulado até setembro de 2005, relativamente ao mesmo período em 2004, conforme a apuração do PIB estadual pela Fundação João Pinheiro (FJP).

As comunicações, que participaram com 2,6% do PIB de Minas Gerais em 2004, cresceram 5,3% nesse mesmo período.

5.1 – MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO CELETISTA

Dados divulgados pela CAGED-MTE¹⁰ mostram menor intensidade na geração de emprego celetista em 2005 quando comparada à observada no ano anterior, tanto em Minas Gerais quanto no Brasil. Vale notar que em ambos os anos a geração de emprego em Minas foi mais vigorosa que a do país.

Discriminam-se na tabela 6 os empregos líquidos gerados no Brasil e em Minas 2004 e 2005, acompanhadas as taxas de crescimento observadas na geração de empregos em cada setor.

Taxa de crescimento na geração de emprego celetista por subsectores da atividade econômica
MINAS GERAIS E BRASIL
2004 - 2005 - %

Setores	Minas Gerais		Brasil	
	2004/2003	2005/2004	2004/2003	2005/2004
Total	7,0	5,9	6,6	5,1
Extrativa Mineral	9,7	12,1	7,4	6,2
Indústria de Transformação	10,7	4,9	9,4	3,0
Construção Civil	7,9	14,4	4,7	8,4
Comércio	7,1	7,5	7,9	7,0
Serviços	5,4	5,2	5,1	5,9
Total de Empregos Líquidos Gerados*	175.254	155.409	1.523.276	1.253.981

Fonte: MTE - Caged

* Diferença entre admissões e demissões

Em Minas Gerais, a taxa de crescimento no emprego celetista foi de 5,9% em 2005, o que ganha maior expressão quando se considera que ocorrera significativa expansão de 7% em 2004. Tal performance pode ser creditada em boa parte ao crescimento de 12,1% na extrativa mineral e de 14,4% na construção civil.

¹⁰ MTE – “Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED”, Lei 4.923/65, dezembro de 2004

Fato similar, porém com menor magnitude, ocorreu com o país, cujo aumento na construção civil contrabalançou o menor dinamismo em outros setores.

Em termos absolutos, a geração líquida de 155 mil empregos celetistas em Minas Gerais correspondeu a 12,4% do total gerado no país em 2005, percentual que supera a participação mineira de 11,1% no total da População Economicamente Ativa no país apurada em 2003.

Essa geração de empregos formais contribuiu para a diminuição observada na taxa de desocupação, apurada pelo IBGE nas principais regiões metropolitanas do país, dentre as quais a de Belo Horizonte, conforme tabela 7.

A desocupação em novembro de 2005 é menor que a do mesmo período em 2004 tanto na RMBH quanto no conjunto das seis regiões metropolitanas pesquisadas.

Tabela 7
Taxa de Desocupação
Brasil e Região Metropolitana de Belo Horizonte
Dezembro de 2004 e Dezembro de 2005

Regiões	Dezembro de 2004	Dezembro de 2005
RMBH*	9,2	8,2
Brasil**	10,6	9,6

Fonte: IBGE - PME

* - Região Metropolitana de Belo Horizonte

** - Considera seis regiões metropolitanas pesquisadas

(Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre)

6 – SETOR EXTERNO E A ECONOMIA MINEIRA

As exportações originárias de Minas Gerais se expandiram em 2005, mais do que as do país. Com taxa de crescimento de 35% as exportações mineiras totalizaram US\$ 13,5 bilhões, superando a taxa de crescimento médio do país de 22,6%. Com isso, as exportações do estado passaram a representar 11,4% do total das exportações brasileiras, mantendo Minas Gerais como o segundo maior estado exportador do país.

Predominaram nas exportações mineiras as atividades relacionadas à mineração e aos produtos agrícolas, beneficiadas pela conjuntura internacional favorável em relação a preços. A comercialização do minério de ferro no exterior predominou na pauta, sendo responsável por 21,3% do valor exportado em 2005, representando aumento de 45% em relação a 2004. Em seguida aparece o café, que atingiu 13,8% do total exportado pelo estado, e acumulou acréscimo de 59,9% em relação a 2004, beneficiado pelo

comportamento de preços internacionais. Vale destacar ainda o incremento observado nas exportações de outros itens que até então não tinham expressão relativa no conjunto das exportações mineiras, como os motores a diesel, produtos feitos de carne de peru e carne bovina congelada.

As importações mineiras em 2005 totalizaram US\$ 3,9 bilhões, superando em 31,7% a valor importado no ano anterior. A importação de bens de capital e de insumos industriais representou 64% do total importado e, no conjunto, cresceu 27,6% em 2005.

O diferencial de crescimento entre as exportações e as importações de Minas Gerais contribuiu, de forma decisiva, para a obtenção de US\$ 9,6 bilhões de superávit na balança comercial do estado. Com esse resultado, Minas Gerais mantém a posição de maior participação relativa no superávit comercial do país, sendo responsável por 21,4% do total gerado.

7 - INVESTIMENTOS EM MINAS GERAIS

Os investimentos anunciados para Minas Gerais continuam em patamares significativos, conforme detalhado na tabela 8. Nela se discriminam de projetos e investimentos anunciados para o estado em valores acumulados e sua distribuição em termos de setor público ou privado e correspondentes previsões de empregos.

Tabela 8
Evolução e características de Investimentos anunciados*
MINAS GERAIS - 2004-2005

Anos	Fonte - R\$ milhões			Empregos Previstos	Número de Projetos
	Privado	Público	Total		
2004 (A)	42.405	12.294	54.699	67.367	330
2005(B)	60.801	19.939	80.740	76.864	361
Variações % B/A	43,4	62,2	47,6	14,1	9,4

Fonte: INDI - MG

* Valores acumulados (assim 2003 está contido em 2004)

Os investimentos previstos acumulam R\$ 60,8 bilhões a serem realizados até 2010, o que representa acréscimo de 47,6% em relação ao saldo acumulado até 2004.

Essa evolução é consequência do acréscimo de 9,4% no total de projetos, que passaram de 330 em 2004 para 361 em 2005. Com esses novos projetos prevê-se acréscimo de 14,1% no número de empregos gerados, que passariam de 67.367 em 2004 para 76.864 em 2005.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS

INTRODUÇÃO

Os investimentos públicos estaduais superaram R\$ 2 bilhões no ano de 2005 e, ao mesmo tempo, no exercício se renovou o equilíbrio fiscal alcançado em 2004. Os valores investidos pelo estado representam 8% da despesa total, o que constitui significativo destaque da execução orçamentária de 2005, em especial por terem sido eles propiciados pelo esforço do próprio Estado de Minas Gerais.

A continuidade de medidas adotadas para maior efetividade nos gastos públicos e melhorias na gestão tributária estadual, levando a expressivos resultados no incremento das receitas próprias, propiciou os recursos necessários para a expansão dos investimentos.

O acréscimo nominal de cerca de R\$ 3,7 bilhões alcançado na receita corrente em 2005, nela já deduzido o Fundef, superou em R\$ 1,4 bilhão o crescimento da despesa corrente no mesmo período.

Observe-se também que as despesas vinculadas constitucionalmente às receitas tributárias em favor de áreas específicas tiveram trajetórias de crescimento nominal semelhantes a essas últimas, oferecendo recursos significativos para as áreas de educação, saúde e fomento à pesquisa. Destaque-se ainda que os incrementos na arrecadação do ICMS e do IPVA se traduzem em ganhos correspondentes para os municípios mediante as transferências de quotas-partes.

A retomada da política de investimentos públicos em 2004, intensificada vigorosamente em 2005, contribuiu com o incremento dessas despesas que atingiram o montante de R\$ 2,7 bilhões em 2005, superando em 79%, ao registrado em 2004.

Saliente-se, ademais, nos indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a manutenção do enquadramento do estado no limite legal de 60% para o comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) com as despesas de pessoal.

No que concerne ao indicador do nível de endividamento, ou seja, a Dívida Consolidada Líquida como proporção da RCL, a relação reduziu-se de 224,53% em 2004 para 203,10% em 2005, cumprindo-se, portanto a trajetória de ajuste prevista na Resolução do Senado Federal nº 40 de 2001.

Dessa forma, as ações de governo, em seu conjunto, determinaram o prosseguimento do ajuste fiscal ao longo desses três anos, consolidando o aprimoramento do setor público e o melhor atendimento às demandas sociais por serviços essenciais. Além disso, estimulam o clima de negócios no estado, pressuposto da ampliação de investimentos empresariais e da contínua expansão na oferta de novos empregos aos mineiros.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS EM 2005

A política de austeridade nas despesas e incremento das receitas próprias do estado, adotada desde o início da administração do atual Governo de Minas Gerais, gerou em 2005 resultados positivos na execução do orçamento fiscal, com destaque para a mencionada expansão nos investimentos estaduais. Além disso, manteve-se em 2005 o equilíbrio das contas públicas alcançado em 2004.

A Tabela 1 apresenta a evolução das receitas e despesas fiscais de Minas Gerais subdivididas nas categorias corrente e capital no período 2004-2005. Os valores apresentados em 2005 referem-se a receitas e despesas realizadas, incluindo os resultados das empresas do estado dependentes do Tesouro Estadual.

TABELA 1
Minas Gerais - Execução Orçamentária Fiscal - 2004/2005

Especificação	Valores Correntes		Participação Relativa (%)		Taxa de Crescimento Nominal (%)
	R\$ milhões				
	2004	2005	2004	2005	
1 - Receita Corrente	22.940	26.889	105,1	105,4	17,2
2 - Dedução Fundef	-1.743	-2.047	-8,0	-8,0	17,4
3 - Despesa Corrente	19.767	22.146	90,6	86,8	12,0
4 - Resultado Corrente (1+2-3)	1.430	2.696	6,6	10,6	88,6
5 - Receita de Capital	620	672	2,8	2,6	8,2
6 - Despesa de Capital	1.960	3.146	9,0	12,3	60,5
7 - Resultado de Capital (5-6)	-1.339	-2.474	-6,1	-9,7	84,8
8 - Receita Total (1+2+5)	21.817	25.514	100,0	100,0	16,9
9 - Resultado Orçamentário (4+7)	91	222	0,4	0,9	144,5

Fonte: Relatório Fiscal RFCAE 341 E 448 (Receita e Despesa) – SIAFI - MG

Destaque-se a evolução do resultado corrente que, ao superar R\$ 2,6 bilhões em 2005, representou mais de 10% da receita e propiciou os recursos aplicados nas despesas de capital. Para o resultado corrente, observe-se que, em 2005, a receita corrente obteve crescimento nominal de 17,2%, superior aos 12% alcançados pela despesa corrente. A receita de capital alcançou aumento nominal de 8,2% e a despesa de capital se expandiu nominalmente em 60,5%.

O estado alcançou superávit orçamentário de R\$ 222 milhões em 2005, o que constitui provisão para custear o aumento esperado nas despesas de pessoal em 2006 decorrentes dos novos planos de carreira dos servidores.

COMPORTAMENTO DA RECEITA ESTADUAL

A receita orçamentária fiscal do estado totalizou R\$ 25,514 milhões em 2005, sendo 97,4% provenientes da receita corrente e 2,6% da receita de capital. Em comparação à receita arrecadada em 2004, o crescimento nominal

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS

foi de 16,9%, haja vista que a receita corrente alcançou expansão nominal de 17,2%, enquanto a receita de capital obteve acréscimo nominal de 8,2%.

Conforme a tabela 2, houve aumento de R\$ 3,7 bilhões em valores correntes no total da receita fiscal de 2005, em relação a 2004, devido principalmente ao acréscimo de R\$ 3,3 bilhões na arrecadação das receitas próprias, que participaram com 88,5% do crescimento total. A atuação planejada e intensiva da administração e da fiscalização fazendárias foi determinante para esse crescimento.

O ICMS, principal receita do estado, foi responsável por um aumento de R\$ 2,3 bilhões, com variação nominal de 17,4%, o que corresponde a 60,9% do crescimento observado na receita fiscal.

TABELA 2
Minas Gerais - Evolução da Receita Corrente Fiscal - 2004/2005.

Especificação	Valores Correntes		Participação Relativa (%)		Taxa de Crescimento Nominal %	Contribuição para o Crescimento - %
	2004	2005	2004	2005		
1 - Receita Corrente	22.940	26.889	105,1	105,4	17,2	106,8
1.1 - Receita da Arrecadação Estadual	18.654	21.927	85,5	85,9	17,5	88,5
Receita Tributária	15.212	17.839	69,7	69,9	17,3	71,1
ICMS	12.931	15.184	59,3	59,5	17,4	60,9
Outros Tributos (1)	2.281	2.655	10,5	10,4	16,4	10,1
Receita de Contribuição Social	1.795	1.927	8,2	7,6	7,4	3,6
Receita de Multas/Juros Mora e Dívida Ativa	597	697	2,7	2,7	16,8	2,7
Receita Patrimonial	422	736	1,9	2,9	74,4	8,5
Outras Receitas Correntes (2)	629	728	2,9	2,9	15,7	2,7
1.2 - Receita de Transferências	4.286	4.962	19,6	19,4	15,8	18,3
Transferências da União	2.644	3.103	12,1	12,2	17,4	12,4
Transf. Multigovernamentais (FUNDEF)	1.526	1.778	7,0	7,0	16,5	6,8
Outras Transferências	117	81	0,5	0,3	-30,4	-1,0
2 - Dedução do Fundef	-1.743	-2.047	-8,0	-8,0	17,4	8,2
3 - Receita de Capital	620	672	2,8	2,6	8,2	1,4
Total da Receita Fiscal	21.817	25.514	100,0	100,0	16,9	100,0

Fonte: Relatório RFCAE 341 - Receita Fiscal - SIAFI - MG

Nota: (1) Inclui: IPVA, IRRF, ITCD e Taxas

(2) Inclui as receitas de contribuição econômica, agropecuária, industrial, serviços, indenizações e restituições e receitas diversas

A arrecadação de outros tributos (IPVA, IRPF, ITCD e TAXAS) teve acréscimo de 16,4%, comparada com 2004. A receita patrimonial teve expressiva variação nominal de 74,4%, devido a uma melhor gestão de ativos do estado, acompanhada da distribuição de dividendos pelas empresas estatais Cemig e Copasa. Observa-se também uma variação nominal de 7,4% na receita de contribuição social e de 16,8% nas receitas procedentes das multas/juros de mora e da dívida ativa.

As receitas correntes provenientes de transferências ao estado pela União, comparadas com as recebidas em 2004, tiveram um crescimento de 17,4% na sua variação nominal, portanto acompanhando os 17,5% alcançados na receita de arrecadação própria do estado.

A dedução da receita corrente para o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental) teve variação nominal de 17,4%.

Esse incremento deve-se, principalmente, ao aumento da arrecadação de ICMS (principal, multas, juros de mora e dívida ativa dele decorrentes) e do FPE (Fundo de Participação dos Estados), que contribuem para a formação do Fundef.

Os valores destacados na Tabela 3 discriminam a composição e os dados relativos a taxas de crescimento nominais e reais da receita tributária de 2005, em comparação com as de 2004.

TABELA 3
Minas Gerais : Arrecadação Tributária - 2004/2005
Valores Correntes - R\$ milhões

Receita Tributária	Período		Taxa de Variação	
	2004	2005	Nominal - %	Real - % (1)
ICMS	12.931	15.184	17,4	9,8
IPVA	932	1.087	16,6	8,2
Outros tributos e taxas	1.349	1.568	16,3	8,7
Total	15.212	17.839	17,3	9,6

Fonte: Relatório RFCAE 341 – Receita Fiscal – SIAFI - MG

Nota: (1) - Valores atualizados pelo IPCA (Dez/2005 = 100)

Desde 2003 a política tributária estadual tem pautado suas ações em medidas que promovem a elevação do nível de arrecadação. Tais medidas impulsionaram não só as receitas de ICMS, sem aumento da carga tributária, como também o crescimento tanto nominal quanto real nas arrecadações de outros tributos e taxas.

No que se refere ao ICMS, que representa 85,12% da receita tributária, a variação real de 9,8% é bem significativa se comparada com os 2,6% de taxa de crescimento prevista pelo Banco Central do Brasil para o PIB nacional. Essa previsão do PIB é impulsionada principalmente pelos setores da indústria extrativa mineral, do comércio, dos transportes e dos serviços industriais de utilidade pública.

A base de arrecadação do ICMS é concentrada nos seguintes segmentos econômicos: energia elétrica, comunicações, combustíveis e lubrificantes, além da prestação de serviços de transportes, conforme se evidencia na Tabela 4.

TABELA 4		
Minas Gerais : Composição da Arrecadação do ICMS - 2004/2005		
Valores Correntes		
	Arrecadação Corrente	
Discriminação da Receita	2004	2005
	% do Total	% do Total
Energia Elétrica	13,6	14,4
Combustíveis e Lubrificantes	22,8	21,8
Comunicações	10,8	11,2
Transportes	2,6	2,0
Subtotal	49,7	49,3
Demais segmentos	50,3	50,7
Total	100,0	100,0
Fonte: DINF-RMA/SEF-MG		
Nota: ICMS sem juros, multas e dívida ativa		

Os dados da Tabela 4 são extraídos dos Relatórios Mensais de Arrecadação, que mostram que a concentração do ICMS em quatro bases geradoras (energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, comunicações e transportes) atingiu 49,3% da arrecadação total em 2005. Essa taxa de concentração é pouco menor que a de 49,7% registrada em 2004, mas bem significativa se comparada com os 53,2% registrados em 2003. Essa trajetória de diminuição reflete a maior e melhor distribuição para os demais segmentos da arrecadação, que passam de 46,8% da arrecadação total em 2003 para 50,3% em 2004 e 50,7% em 2005. A evolução econômica observada em 2005 bem como as ações adotadas na gestão tributária estadual contribuíram para essa melhoria na diversificação da arrecadação do tributo.

A performance da arrecadação do ICMS em Minas Gerais e os destaques quanto à arrecadação em outros estados demonstram que Minas alcançou uma das maiores taxas de crescimento desse imposto em 2005 e, com isso, mantém a posição de segunda maior unidade federativa na arrecadação do tributo obtida em 2004, como apontam os dados gerenciais apresentados na tabela 5.

Em 2005, o Estado de Minas Gerais apresentou a segunda maior taxa de crescimento nominal e real entre os principais estados brasileiros, superando a média de crescimento desse tributo no país. Dessa forma, o estado aumenta sua participação relativa na arrecadação total do país de 9,6% em 2004 para 10,1% em 2005.

TABELA 5
Brasil - Arrecadação do ICMS nos principais Estados (1)
Regime de Caixa - Consolidado Jan a Dez - 2004/2005 - Valores Correntes

Unidades da Federação	Arrecadação 2004		Arrecadação 2005		Variação % 2005/2004	
	R\$ milhões	% do Total	R\$ milhões	% do Total	Nominal	Real (2)
Minas Gerais	13.222	9,6	15.638	10,1	18,3	10,8
São Paulo	45.922	33,3	51.001	33,0	11,1	4,1
Rio de Janeiro	13.052	9,5	13.397	8,7	2,6	-4,0
Rio Grande do Sul	9.638	7,0	11.383	7,4	18,1	10,6
Paraná	7.824	5,7	8.760	5,7	12,0	4,8
Outros	48.394	35,1	54.466	35,2	12,5	5,5
Total	138.052	100,0	154.645	100,0	12,0	4,9

Fonte: MEFP-COTEPE/ICMS

Elaboração: Divisão de Tratamento da Informação-DTI/DINF/SAIF/SEF-MG

Nota: (1) - inclui principal, multas, juros e dívida ativa.

(2) - IPCA-IBGE - Base: Dezembro/2005=100

As receitas vindas de transferências correntes estão destacadas na Tabela 6. Essas transferências são constituídas, em sua maior parte, de recursos tributários arrecadados pela União e transferidos às unidades federativas por determinação constitucional. Além disso, ocorrem as transferências de recursos em função de convênios destinados a serviços e investimentos específicos a serem implementados pela unidade recebedora. Existem também transferências de recursos para o atendimento de serviços prestados pelo Estado, os quais requerem contrapartida estadual como por exemplo, o Sistema Único de Saúde - SUS.

De acordo com os dados da tabela 6, as transferências correntes recebidas pelo estado em 2005 apresentaram um acréscimo nominal de 15,8% em relação ao transferido em 2004.

Houve incremento de 25,2% nas transferências do FPE (Fundo de Participação dos Estados). O aumento nominal de 63,4% nos repasses da CIDE (Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico) em 2005 deve-se, em grande parte, à data de início de sua transferência, o que reduz a base de comparação.

TABELA 6
Minas Gerais : Transferências Correntes - 2004/2005
Valores Nominais em milhões e em %

Transferências Correntes	2004		2005		Variação
	R\$ milhões (A)	% Total	R\$ milhões (B)	% Total	% B/A
1.1 - Transferências da União	2.644	61,7	3.103	62,5	17,4
FPE	1.066	24,9	1.334	26,9	25,2
IPI	245	5,7	278	5,6	13,6
CIDE	119	2,8	194	3,9	63,4
QESSE	133	3,1	144	2,9	8,0
Comp.Exportação (Lei Kandir)	329	7,7	329	6,6	0,0
SUS	541	12,6	553	11,1	2,2
Convênios	82	1,9	96	1,9	16,6
Outras	129	3,0	175	3,5	36,1
1,2 - FUNDEF	1.526	35,6	1.778	35,8	16,5
1,3 - Outras Transferências	117	2,7	81	1,6	-30,4
Total das Transferências	4.286	100,0	4.962	100,0	15,8

Fonte: Relatório RFCAE 341 - Receita Fiscal - SIAFI - MG

Conforme se evidencia na Tabela 7, houve crescimento nominal de 8,2% na receita de capital em 2005 quando comparada à obtida em 2004. Os recursos de capital representam 2,6% da arrecadação total do Estado. As amortizações de empréstimos tiveram redução nominal de 7,7%. As operações de crédito, com variação nominal de 504%, se beneficiaram de liberações para a execução do Projeto Jaíba e de recursos do empréstimo BNDES/CVRD para infra-estrutura rodoviária.

Ressalta-se, também, que as transferências de capital da União para o estado em 2005 somaram R\$ 152 milhões, enquanto em 2004 foram de R\$ 203 milhões, provocando uma diminuição de 25,1% na sua variação nominal. Porém, esse item possui pequena participação relativa no total da receita fiscal.

TABELA 7
Minas Gerais - Evolução da Receita de Capital Fiscal - 2004/2005.

Especificação	Valores Correntes		Participação		Taxa de Crescimento	Contribuição para o Crescimento - %
	R\$ milhões		Relativa (%)			
	2004	2005	2004	2005		
1 - Receita Corrente	22.940	26.889	105,1	105,4	17,2	106,8
2 - Dedução do Fundef	-1.743	-2.047	-8,0	-8,0	17,4	8,2
3 - Receita de Capital	620	672	2,8	2,6	8,2	1,4
3.1 - Operações de Crédito	11	64	0,0	0,2	504,0	1,4
3.2 - Amortizações de Empréstimos	327	302	1,5	1,2	-7,7	-0,7
3.3 - Transf. da União de Capital	203	152	0,9	0,6	-25,1	-1,4
3.4 - Outras Receitas de Capital	80	154	0,4	0,6	93,1	2,0
Total da Receita Fiscal	21.817	25.514	100,0	100,0	16,9	100,0

Fonte: Relatório RFCAE 341 - Receita Fiscal - SIAFI - MG

COMPORTAMENTO DA DESPESA ESTADUAL

As despesas fiscais do Estado de Minas Gerais, em 2005, atingiram R\$ 25,3 bilhões, conforme os dados da Tabela 8, sendo 16,4% nominalmente superiores aos gastos realizados em 2004.

TABELA 8
Minas Gerais - Evolução da Despesa Orçamentária Fiscal - 2004/2005

Especificação	Valores Correntes		Participação Relativa (%)		Taxa de Variação	Contribuição para o
	R\$ milhões				Nominal %	Crescimento - %
	2004	2005	2004	2005		
1 - Despesa Corrente	19.767	22.146	91,0	87,6	12,0	66,7
Pessoal e Encargos	10.439	11.337	48,0	44,8	8,6	25,2
Juros e Encargos da Dívida	1.372	1.644	6,3	6,5	19,8	7,6
Transferências a Municípios	4.130	4.740	19,0	18,7	14,8	17,1
Outras Despesas Correntes	3.826	4.426	17,6	17,5	15,7	16,8
2 - Despesa de Capital	1.960	3.146	9,0	12,4	60,5	33,3
2.1 - Investimentos Gerais	1.527	2.734	7,0	10,8	79,0	33,9
Investimentos	1.110	2.025	5,1	8,0	82,4	25,7
Inversões Financeiras	418	710	1,9	2,8	70,0	8,2
2.2 - Amortizações da Dívida	432	411	2,0	1,6	-4,8	-0,6
Total (1 + 2)	21.727	25.292	100,0	100,0	16,4	100,0

Fonte: Relatório RFCAE 448 - Despesa Fiscal - SIAFI - MG

Tais dados mostram que a participação relativa das despesas correntes no total das despesas foi menor em 2005, totalizando 87,6% contra os 91% de 2004. As despesas com pessoal e encargos em todos os poderes que integram o estado, rubrica de maior expressão, apresentou acréscimo nominal de 8,6%, contribuindo com 25,2% do total de crescimento na despesa fiscal. Os fatores que mais contribuíram para esse incremento foram o crescimento vegetativo da folha, a admissão de novos funcionários por meio de concursos públicos e a implantação de novas carreiras e tabelas salariais, principalmente nas áreas da Saúde e Educação.

Apesar desse acréscimo, pela ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal, (Lei Complementar nº 101/2000), que impõe a observância ao comprometimento da despesa com pessoal do Executivo que não pode exceder a 49% da Receita Corrente Líquida (RCL), o Poder Executivo cumpriu a meta estabelecida, conforme detalha a Tabela 9.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS

TABELA 9
MINAS GERAIS - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2005

LRf, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	R\$ milhares
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	8.297.248
Pessoal Ativo	5.861.652
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.058.593
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	1.622.996
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.007
Decorrentes de Decisão Judicial	252.621
Despesas de Exercícios Anteriores	93.820
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.275.548
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	204.291
TOTAL DESPESA PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I + II + III)	8.501.538,81
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	19.550.334
% do TOTAL DESP. PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V * 100)	43,49
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	9.579.664
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 46,55%	9.100.680

FONTE: SIAFI - MG - dados sujeitos a auditoria

Elaboração: SCCG/SEF

Nota: (I) despesas com Pensionistas = elemento de despesa 3 - Pensões do Grupo 1 - Pessoal e Enc. e do Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

No que se refere a despesa de pessoal do conjunto do estado em relação à RCL, limitada a 60% pela Lei de Responsabilidade Fiscal, verificou-se em 2005 a observância ao teto legal, como já o fora em 2004, conforme evidenciado pela Tabela 10.

Tabela 10
Minas Gerais - Consolidado da despesa realizada com pessoal
Período 2004 - 2005 - Valores Correntes

Poderes	2004		2005	
	R\$ milhares	%(RCL)	R\$ milhares	%(RCL)
Executivo	8.069.231	48,3	8.501.539	43,5
Legislativo	379.714	2,3	421.723	2,2
Judiciário	943.213	5,6	947.844	4,9
Ministério Público	318.819	1,9	342.727	1,8
Consolidado	9.710.977	58,2	10.213.833	52,3
RCL	16.695.979	100	19.550.334	100

Fonte: Publicações individualizadas de cada Poder no Minas Gerais de 26.01 a 30.01.06

Elaboração: SCCG/STE/SEF

As despesas de Transferências a Municípios tiveram aumento nominal de 14,8% em 2005 em decorrência do compartilhamento legal dos tributos estaduais, seguindo assim trajetória de crescimento nominal semelhante à da arrecadação estadual do ICMS e do IPVA, além de multas, juros e dívida ativa relativos a tais impostos.

Já o item Outras Despesas Correntes, que abrangem as despesas com manutenção da máquina administrativa, apresentou crescimento nominal de 15,7%, com ligeira queda na participação relativa, passando de 17,6% em 2004 para 17,5% em 2005.

Quanto à despesa realizada com o pagamento de juros e encargos da dívida pública, o montante desembolsado, em 2005, foi da ordem de R\$ 1,6 bilhão, superior em 19,8%, em valores nominais, ao despendido no exercício anterior. Esse acréscimo refletiu o aumento da receita líquida real do estado, base para aplicação do percentual de 13% relativos ao pagamento dos contratos de refinanciamento da dívida interna ao amparo da Lei Federal nº 9.496/97.

Quanto às despesas de capital em 2005, foi executado orçamentariamente o montante de R\$ 3,1 bilhões, o que representa 60,5% de aumento nominal, em comparação com o ano anterior, elevando para 12,4% a participação relativa dessas despesas no conjunto da despesa orçamentária fiscal.

Fator determinante para o alcance desse resultado foi a elevação do volume de recursos alocados em investimentos gerais, que passou de R\$ 1,5 bilhão em 2004 para R\$ 2,7 bilhões em 2005 (vide tabela 8). Cabe destacar nesses gastos que os projetos estruturadores da carteira GERAES receberam R\$ 1,4 bilhão, montante superior em R\$ 849 milhões ao aplicado em 2004, portanto um incremento de 143%, no período 2004-2005.

Do total aplicado, destinou-se para os investimentos o total de R\$ 2 bilhões, registrando um acréscimo nominal de 82,4%, o equivalente a um adicional de recursos investidos de R\$ 915 milhões.

Vale lembrar que o equilíbrio financeiro deu ao estado os pré-requisitos essenciais à consolidação do processo de desenvolvimento econômico e à ampliação dos investimentos gerais, o que promoveu a realização de obras de infra-estrutura social, principalmente nas áreas da educação, saúde, segurança pública e transportes, bem como o estímulo às atividades produtivas pelos fundos estaduais. Em 2005, o conjunto dessas áreas absorveu 71,4% do total dos investimentos, ou seja, do volume de R\$ 2,7 bilhões investidos no ano, R\$ 1,95 bilhão foram autorizados para atendimento das demandas sociais e econômicas.

COMPORTAMENTO DA DÍVIDA ESTADUAL

A dívida pública estadual continua tendo como seu principal componente refinanciado com o governo federal sob a Lei 9.496/97. Conforme se observa na Tabela 11, o estoque da dívida pública estadual atingiu R\$ 42,3 bilhões em 31/12/2005, sendo apenas 0,43% superior ao saldo apresentado no mesmo período do ano anterior.

Tabela 11
Minas Gerais - Estoque da Dívida Pública Estadual - Posição em 31.12.2004 e 31.12.2005
Valores Correntes

Especificação	Posição em 31.12.2004		Posição em 31.12.2005		Variação Nominal
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%	
Dívida Pública Fundada	42.111,9	100,0	42.293,4	100,0	0,43
1 - Interna	41.326,6	98,1	41.743,1	98,7	1,01
Refinanciamento da Dívida Lei 9496	24.989,5	59,3	25.581,2	60,5	2,37
Saneamento do Sistema Financeiro	11.503,5	27,3	11.604,1	27,4	0,87
Outros	4.833,6	11,5	4.557,8	10,8	-5,71
2 - Externa	785,3	1,9	550,3	1,3	-29,90

Fonte: Relatório RFCAE 349 - Balancete Mensal - SIAFI - MG e SEF/STE/SCOC/DACD

Ressalte-se que essa pequena variação refletiu o comportamento tanto da dívida interna quanto da externa, de acordo com os dados da Tabela 11.

Nota-se, entretanto, que o maior impacto vem da evolução do estoque de duas dívidas contratuais internas que juntas corresponderam a 87,9% do endividamento total. Ou seja, do saldo devedor da dívida refinanciada com a União que atingiu R\$ 25,6 bilhões, sendo 2,37% acima do ano anterior e do estoque do financiamento para o saneamento e privatização dos bancos estaduais, cujo saldo devedor alcançou R\$ 11,6 bilhões em 31.12.2005, superior em apenas 0,87% ao saldo de 2004.

A evolução do estoque dessas dívidas se mostrou atípica no exercício de 2005, com pequena variação em relação ao saldo devedor de 2004. Esse fato explica-se por duas razões. A primeira, a variação do IGP-DI se manteve em 1,22% no exercício, e esse indicador é utilizado para atualizar os saldos das duas dívidas. A segunda, pelo atendimento do pleito dos estados pela União de rever a metodologia de apropriação de cálculo dos juros dos contratos amparados pela Lei nº 9.496/97. A revisão realizada em 2005 no cálculo do saldo devedor retroagiu à data de celebração dos contratos de refinanciamento com a União e seu efeito, em Minas Gerais, reduziu o estoque dessa dívida no montante aproximado de R\$ 1 bilhão.

O saldo da dívida externa apresenta redução nominal de 29,92% na apuração do final do exercício de 2005 em relação ao de 2004, reduzindo-se assim sua participação relativa no total da dívida estadual de 1,9% para 1,3%.

O menor saldo da dívida externa em 2005 se explica pelos pagamentos feitos pontualmente no ano para quitá-la, bem como pela valorização do real em relação ao dólar norte-americano neste ano.

Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, a tabela 12 descreve o comportamento da "Dívida Consolidada e da Dívida Consolidada Líquida", mostrando os estoques existentes em 31/12/2004 e 31/12/2005.

TABELA 12
Minas Gerais - Estoque da Dívida Fiscal Líquida
Valores Correntes - R\$ milhões - Posição em 31/12/2004 e 31/12/2005

Especificação	Saldo em 31/12		Variação
	2004	2005 (1)	Nominal %
Dívida Consolidada	42.715	45.764	7,1
Deduções:			
- Ativo Disponível	1.470	3.069	108,8
- Haveres Financeiros	4.903	5.026	2,5
+ Restos a pagar processados	1.146	2.038	77,9
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	37.488	39.707	5,9
Receita Corrente Líquida (RCL)	16.696	19.550	17,1
Relação DCL/RCL (%)	224,53	203,10	-9,5

Fonte: Relatório RFCAE 349 - Balancete Mensal - SIAFI - MG

Nota: (1) Dados preliminares referentes ao exercício de 2005, sujeitos a auditoria.

Quanto ao limite de 200% para a DCL em relação a RCL, o Estado de Minas Gerais encontrava-se desenquadrado no final do exercício de 2001 e, portanto, deve seguir uma trajetória de ajuste até alcançar o referido limite em abril de 2015, conforme dispõe a Resolução do Senado Federal n.º 40 de 2001.

Em 31.12.2004, a relação DCL/RCL foi de 224,53%, e em 31.12.2005 esse índice passou para 203,10%. A trajetória para esse ajuste ocorreu em função da revisão no saldo da dívida com a União, do crescimento das receitas próprias do estado, do aumento nos haveres financeiros e dos pagamentos de dívidas que o estado tem realizado.

GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Gabinete Militar do Governador (GMG) é um órgão autônomo, diretamente subordinado ao governador do estado, e tem por finalidade planejar, coordenar e executar atividades de defesa civil, de segurança do governador, vice-governador e familiares, bem como prestar assessoramento direto ao chefe do Executivo Estadual em assuntos policiais-militares.

A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC) tem por finalidade planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de Defesa Civil no Estado de Minas Gerais, com as atribuições previstas na legislação em vigor. Pertence ao Gabinete Militar do Governador e representa uma importante atuação do órgão na prevenção, preparação, socorro e reconstrução dos municípios mineiros, no enfrentamento de "situações de emergência" ou de "estados de calamidade pública", decorrentes de desastres naturais ou provocados pelo homem.

Em 2005, além de desenvolver as atividades regulares, a CEDEC criou a "Escola Permanente de Defesa Civil" com o objetivo de capacitar agentes designadas pelos municípios para atuarem na defesa civil. O curso básico de defesa civil tem ocorrido na sede da coordenadoria bem como nas sedes de associações microrregionais, para onde são encaminhadas equipes itinerantes de treinamento. No período, 257 municípios participaram desta capacitação, totalizando 657 alunos. Para os servidores da CEDEC foram realizados cursos de capacitação em defesa civil, como o Curso Operacional de Defesa Civil (CODC), Administração e Planejamento para a Redução de Desastres (APRD), Curso de Avaliação de Danos (CADAN), Emergências Químicas (PEQUIM), além de treinamentos em risco geológico e primeiros socorros.

*Criação da
Escola
Permanente de
Defesa Civil*

Além das atividades mencionadas, o Gabinete Militar tem apoiado os municípios mineiros em situação de anormalidade, especialmente na elaboração dos procedimentos técnicos e legais, uma vez que, pelo Decreto Federal 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, tornou-se necessária a homologação pelo estado das situações de anormalidades, tendo em vista o reconhecimento pelo governo federal.

*Assistência
técnica aos
Municípios em
situação de
emergência*

A Defesa Civil de Minas Gerais esteve presente no período de secas, atuando na prestação de serviços a 78 municípios em situação de emergência homologada, tendo em conta que 102 municípios foram afetados. Deste total, dez foram reconhecidos pelo governo federal.

A Cedec integra ativamente a Campanha Minas Solidária, em parceria com o Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS), com a Companhia de Habitação (COHAB) e outras entidades. Assim, coube à sua diretoria técnica o levantamento de casas destruídas pelas chuvas, bem como o cadastramento dos beneficiários, além da atuação efetiva na entrega de materiais de distribuição gratuita às vítimas de calamidades.

*Assistência
material às
prefeituras e
famílias
prejudicadas*

Foram assinados 17 convênios com as prefeituras para execução de obras emergenciais decorrentes de danos provocados pelas chuvas. Esta ação,

cujo objeto principal foi a reconstrução de pontes, visou garantir a circulação de pessoas e veículos, principalmente o escoamento da produção local.

No período de janeiro a novembro a Cedec distribuiu para 480 municípios ou comunidades do estado, em caráter emergencial (socorrimento de vítimas de chuvas, secas e desastres), 38.852 cestas básicas, 19.990 colchões, 21.603 telhas de fibrocimento, 44.345 cobertores e 1.690 metros de lonas.

*21 vôos para o
Programa MG
Transplantes*

O Gabinete Militar igualmente, graças a termo de cooperação firmado com a Secretaria de Estado de Saúde, com interveniência da Polícia Militar, operacionalizou 21 vôos das aeronaves do Governo do Estado para atendimento das demandas do MG Transplantes, possibilitando o transporte de órgãos doados advindos de localidades distantes de Belo Horizonte.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAS

*Inauguração
da nova
sede da
Auditoria
Geral do
Estado*

O atual cenário econômico-social requer agilidade, eficiência e eficácia da máquina pública. Assim, a Auditoria Geral do Estado, cuja missão é desenvolver e coordenar as políticas de auditoria e correição no Poder Executivo Estadual, visando à transparência e efetividade das ações governamentais em benefício da sociedade, inaugurou, em julho de 2005, as novas instalações da Auditoria Geral do Estado. Localizada na Avenida Barbacena, 1.219, Bairro Santo Agostinho, a nova sede não encerra uma iniciativa isolada, mas constitui mais um passo decisivo na efetiva consolidação do sistema de controle interno do Poder Executivo Estadual.

*Celebração
do Acordo
de
Resultados
com o
Governo do
Estado*

A Auditoria Geral do Estado, no intuito de aprimorar e alavancar o exercício das funções auditoria e correição, celebrou, em setembro de 2005, o Acordo de Resultados com o Governo do Estado, sob a interveniência da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e da Secretaria de Estado de Fazenda. A assinatura do Acordo de Resultados orienta a proposta de crescimento das funções auditoria e correição pelas metas propostas, e seu fiel cumprimento proporcionará o pagamento de prêmio de produtividade aos servidores da Auditoria Geral em efetivo exercício, decorrente da economia com despesas correntes de que trata o art. 3º do Decreto n.º 43.674, de 4 de dezembro de 2003.

*Atos
Administrativ
os de
Pessoal de
Uso Geral*

De igual forma, a Auditoria Geral do Estado e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, com o objetivo de padronizar a elaboração de atos administrativos das áreas de recursos humanos de órgãos e entidades da administração direta, autarquias e fundacional do Poder Executivo, elaboraram em conjunto o novo Manual de Atos Administrativos de Pessoal de Uso Geral.

*Cadastro de
Fornecedores
e Impedidos
de Licitat e
Contratar*

Outro destaque é a implementação do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitat e Contratar (CAFIMP), com o objetivo de possibilitar um controle mais eficaz de fornecedores, pessoas físicas ou jurídicas, que não atendam às necessidades da administração pública estadual. Instituído pela Lei Estadual 13.994/01, e regulamentado pelo Decreto 43.701/03, o CAFIMP cria instrumentos legais para impedir fornecedores que cometeram atos ilícitos de contratar e licitar com a administração pública estadual.

Igualmente, a Auditoria Geral do Estado elaborou o manual de orientações para aplicação de recursos transferidos, visando a disciplinar e detalhar padrões a serem observados quanto aos procedimentos adotados na formalização, execução e prestação de contas de convênios. Tal medida vem atuar pedagógica e preventivamente na ocorrência de inconformidades na celebração e prestação de contas de convênios de natureza financeira que têm por objeto a execução de projetos ou realização de eventos, regulamentados pelo Decreto n.º 43.635/2003.

Manual de Orientações para Aplicação de Recursos e Prestação de Contas de Convênios

A Superintendência Central de Auditoria Operacional (SCAO/AUGE) tem por finalidade a orientação, a coordenação, o acompanhamento técnico e a avaliação das atividades das 70 unidades de auditoria setoriais e seccionais nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Poder Executivo.

Subsistema de Auditoria Operacional

Como executora direta de trabalhos de auditoria, a SCAO/AUGE emitiu 20 relatórios de auditoria, decorrentes de demandas específicas do Governo do Estado ou para apuração de denúncias de órgãos da administração, veiculadas na mídia ou transmitidas pelo “site” da Auditoria Geral.

Como unidade central do subsistema de auditoria operacional, a SCAO/AUGE buscou ampliar o relacionamento e o trabalho em conjunto, somando esforços para constituir-se instrumento preventivo e de apoio gerencial de avaliação da eficiência e eficácia do sistema de controle, uniformizando e sistematizando procedimentos, visando a objetivos comuns. Nesse sentido, foram realizadas 1.724 visitas e reuniões programadas com as unidades setoriais e seccionais de auditoria e promovidos 25 encontros dos coordenadores da SCAO/AUGE e dos auditores do subsistema de auditoria com enfoque no aperfeiçoamento e execução da função auditoria.

Nesta mesma diretriz, a evolução do projeto indicadores de auditoria, cujo objetivo é o estabelecimento de indicadores de auditoria capazes de sinalizar ou detectar desvios dos parâmetros preestabelecidos para o controle da execução orçamentária e financeira da despesa e da receita, foi marcada pela elaboração e implementação de três indicadores envolvendo a avaliação de procedimentos de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Projeto Indicadores de Auditoria

As unidades setoriais e seccionais de auditoria, em 2005, elaboraram 2.358 produtos de auditoria entre relatórios, pareceres técnicos, certificados, cartas de recomendação e notas técnicas.

2.358 trabalhos de auditoria coordenados

Para conscientizar os agentes de auditoria do sistema estadual de auditoria interna sobre a importância do controle interno no acompanhamento da gestão das políticas públicas, dos programas de governo e da execução orçamentária, financeira, operacional, contábil e patrimonial da despesa e da receita, bem como proporcionar a atualização e conhecimento dos instrumentos e mecanismos de controle interno, de forma a prepará-los para o exercício do cargo de auditor setorial/seccional, foi realizado o curso de Auditoria Interna na Administração Pública, o qual capacitou 130 servidores

nas áreas de controle interno, planejamento e orçamento, execução orçamentária e auditoria.

84% das unidades de auditoria estão plenamente estruturadas

Diante da necessidade de estruturação e sistematização do subsistema de auditoria operacional com vistas à otimização do exercício da função auditoria no âmbito da administração pública estadual, a SCAO propôs o Programa Gerenciamento do Subsistema de Auditoria Operacional, cujo objetivo é orientar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades das 70 unidades setoriais e seccionais do subsistema estadual de auditoria operacional, com a meta de implementação de 18 unidades de auditoria estruturadas no exercício de 2005. Os resultados demonstram que a meta foi alcançada e que, hoje, 59 unidades de auditoria (84%) estão plenamente estruturadas, possibilitando um funcionamento adequado e compatível com a previsão do referido programa.

A Superintendência Central de Auditoria de Gestão (SCAG) tem como objetivo complementar, com alternativas políticas e estratégicas de gestão, os resultados técnicos disponibilizados pelo sistema de controle interno. Dessa forma, é de sua competência atestar a observância das normas relativas à aplicação dos recursos públicos, o cumprimento da missão institucional dos órgãos e entidades da administração pública estadual e a demonstração do impacto social advindo da implementação dos projetos, planos e programas de governo.

Criação da Diretoria Central de Avaliação de Programas Governamentais

Para alcançar este objetivo, a estrutura da SCAG sofreu alterações, por meio da criação da Diretoria Central de Avaliação de Programas Governamentais (DCAPG), conforme Decreto 43.948, de 3 de janeiro de 2005, responsável pelo planejamento, coordenação e execução de trabalhos de auditoria de gestão dos programas de governo nos órgãos e entidades da administração pública do Poder Executivo.

Nesta perspectiva, no decorrer de 2005, a SCAG, por meio da DCAPG, com o intuito de conferir maior transparência aos atos praticados pelos gestores públicos, não apenas quanto à sua conformidade à norma legal, mas também no tocante ao alcance dos resultados produzidos por suas ações, realizou auditorias de avaliação dos programas “Minas Sem Fome”, “100% de Eletrificação Rural” e “PRÓ-MG”.

Entre os trabalhos de auditoria realizados podemos destacar também o relatório de auditoria contendo análise de indicadores do relatório de gestão fiscal, exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal; relatório de avaliação da lei orçamentária anual, exigido pela Lei Complementar n.º 33/94, cujo enfoque principal foi a avaliação do desempenho da ação governamental; e relatório de avaliação social dos programas governamentais sobre o perfil do gasto e o desempenho gerencial de cada projeto estruturador.

Manual do Relatório de Gestão Fiscal

Dentre as medidas implementadas, deve-se ressaltar a elaboração do Manual do Relatório de Gestão Fiscal, cujo objetivo é estabelecer regras de harmonização e definição de orientações metodológicas para a preparação do referido relatório, conforme parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e grupo de trabalho composto pela Diretoria Central

de Auditoria de Contas da Superintendência Central de Contadoria Geral/SEF, pela Superintendência Central de Orçamento/SEPLAG e Advocacia Geral do Estado.

Outro destaque é um treinamento prático de técnicos da Auditoria Geral com equipe do Tribunal de Contas da União referente às novas metodologias para a avaliação sistemática de programas, projetos e atividades. Além do curso presencial e prático mencionado, também houve a participação de auditores no curso a distância promovido pelo Tribunal de Contas da União denominado Auditoria para Avaliação de Programas. Assim, os conhecimentos adquiridos permitirão implementar mecanismos efetivos de responsabilização por desempenho no Estado de Minas, bem como vão contribuir para o aperfeiçoamento das ações de governo.

Capacitação, junto ao TCU, nas novas metodologias de avaliação sistemática de programas

As principais funções da Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento (SPD) consistiram em apoiar as demais unidades da Auditoria Geral do Estado no trabalho de estruturar e coordenar planos, programas e atividades que levem ao aprimoramento e desenvolvimento do sistema de controle interno.

No decorrer de 2005, a Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento apresentou projetos estratégicos que fizeram parte do corpo do planejamento da Auditoria Geral do Estado. Incorporados no mês de março, esses projetos foram elaborados para aperfeiçoar o sistema de controle interno, compreendendo a auditoria propriamente dita e a correição administrativa.

Neste quadro, foi elaborado o livreto de apresentação da Auditoria Geral do Estado, que contém informações sobre o que é o sistema de controle interno do Poder Executivo Estadual, tornando tal sistema mais conhecido, sensibilizando a sociedade a contribuir e a participar da gestão austera dos recursos públicos. Esse livreto tem o objetivo de apresentar a Auditoria Geral e divulgar seus trabalhos tanto em Minas Gerais quanto em outros estados da federação.

Livreto de apresentação da Auditoria Geral do Estado

A Superintendência Central de Correição Administrativa (SCCA) continua seu trabalho segundo as diversas ações previstas em seu plano estratégico definido no PPAG 2004-2007, mantendo o enfoque na prevenção da ocorrência de ilícitos administrativos.

Assim, prosseguiu sua atuação, como Secretaria Executiva do Conselho de Corregedores do Poder Executivo Estadual, na articulação e integração da função. Além disso, atua como Secretaria Executiva do Conselho de Ética Pública do Estado de Minas Gerais, gerenciando a parte administrativa necessária aos trabalhos deste conselho.

Reestruturação da Superintendência Central de Correição Administrativa

Com respeito à reestruturação da SCCA, a partir da publicação do Decreto n.º 43.948, de 3 de janeiro de 2005, foram estabelecidas formalmente as competências da SCCA e de suas novas diretorias, cumprindo-se a ação prevista no PPAG.

Quanto a outra ação de destaque, também prevista no plano, a revisão do marco legal sobre o regime disciplinar pôde vislumbrar o resultado do mapa de estudo de normas e sugestões realizado pela Superintendência.

Com efeito, a SCCA teve fundamental participação na elaboração da Resolução SEPLAG n.º 21/2005, publicada em 19 de maio de 2005. Tal Resolução dispõe sobre a exoneração ou dispensa a pedido do servidor, assim como sobre abandono de cargo, e remete à Resolução AUGÉ n.º 09/2003, elaborada pela SCCA.

*Módulo II do
Programa de
Prevenção de
Ilícitos e
Capacitação*

Quanto a outra ação prevista no plano estratégico da SCCA, a desconcentração da atividade correicional, que visa aperfeiçoar a apuração processual aproximando-a do local da ocorrência do ilícito e da lotação dos servidores e testemunhas, bem como difundir a cultura preventiva por meio dos servidores treinados para apurar os ilícitos, obteve-se um importante passo na sua materialização, por meio do desenvolvimento do módulo II do programa de prevenção de ilícitos e capacitação versando sobre sindicância e processo administrativo disciplinar.

Ainda neste ano foram realizados cursos em dois momentos capacitando 67 servidores, 37 do Tribunal de Contas do Estado e 30 da Secretaria de Estado de Saúde, Hemominas, Fhemig e Funed.

*1º Encontro de
Reciclagem de
Presidentes de
Comissão*

Relacionado a esta ação, houve o 1.º Encontro de Reciclagem de Presidentes de Comissão, versando sobre caixa escolar, contando com a participação de 22 presidentes de comissão e dois coordenadores de regionais da SEPLAG.

*Orientação a
1.141
servidores no
Programa de
Prevenção de
Ilícitos e
Capacitação*

No trabalho de prevenção da ocorrência de ilícitos administrativos previsto em outra ação estratégica, a orientação aos servidores públicos, a SCCA aplicou o módulo I do programa de prevenção de ilícitos e capacitação, atingindo um público de 1.141 servidores na capital e nas cidades de Curvelo, Divinópolis, Governador Valadares e Teófilo Otoni.

Por meio de todas estas ações, a Auditoria Geral do Estado buscou, no gerenciamento do sistema estadual de auditoria interna, cumprir sua missão institucional de contribuir para a melhoria dos resultados da gestão pública, dentro de uma filosofia preventiva e de assessoramento aos dirigentes dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO

À Advocacia Geral do Estado cumpre, na forma da legislação estadual, o exercício da representação judicial e extrajudicial do estado, bem como das atividades de consultoria e assessoramento jurídico.

A promulgação da Emenda Constitucional n.º 56/2003, criando a Advocacia Geral do Estado, encadeou um processo de mutação administrativa definindo os atuais contornos de sua atuação, complementado com a edição da Lei Complementar n.º 83 que operacionalizou a fusão da Procuradoria Geral

do Estado e da Procuradoria Geral da Fazenda Estadual, refletindo o paradigma reformista do atual governo.

Objetivando atender as demandas do estado, realizou-se, neste ano, concurso público de provas e títulos para o provimento de vagas de procurador do estado, numa demonstração efetiva de compromisso com a nova realidade do governo, com a nomeação de 97 novos procuradores.

*Nomeação de
97 novos
procuradores*

Promoveu-se também a desconcentração regional do órgão, que se mostrou vigorosa durante o atual exercício, com investimento da maior parte da dotação orçamentária com despesas de capital na reestruturação das nove Advocacias Regionais já existentes, perfazendo-se o montante de R\$ 500.000,00. Outro passo importante nesse sentido foi a criação dos Escritórios Seccionais da Advocacia Geral do Estado em São João del-Rei, Muriaé, Sete Lagoas, Passos, Pouso Alegre e o Escritório da Advocacia Geral em Contagem.

*Reestruturação
das Advocacias
Regionais e
criação de 5
Escritórios
Seccionais*

A interiorização do órgão tem-se demonstrado definitiva, com a designação de 98 procuradores para exercício nas Advocacias Regionais e de 21 procuradores nos Escritórios Seccionais.

A destinação de procuradores do estado às Assessorias e Procuradorias Jurídicas dos órgãos e entidades promove, por sua vez, desconcentração administrativa dos centros de consultoria e assessoramento jurídico e o processo de uniformização da linguagem jurídica do estado.

*Centros de
consultoria e
assessoramento
jurídico*

São exemplos da efetivação dessa política os casos da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Defesa Social, a Procuradoria Jurídica do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais, do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), entre outros.

Para se ter uma idéia da repercussão desse processo, no DER inscreveram-se R\$ 433.818.460 de precatórios judiciais na Lei Orçamentária Anual em 2004; em 2005, esse valor foi reduzido para R\$ 176.571.125. Para 2006, a provisão orçamentária decresceu para R\$ 6.199.890, numa demonstração efetiva de que o processo de desconcentração de procuradores do estado nos órgãos e entidades da administração mineira é substancial e de alto impacto, dados os resultados apresentados.

O desempenho da Advocacia Geral do Estado, acumulado até outubro de 2005, demonstra a efetivação e a firmeza do projeto político da atual gestão.

*Arrecadação
de 148
milhões até
outubro na
cobrança da
dívida ativa*

Com uma estimativa de arrecadação de dívida ativa de aproximadamente R\$130 milhões para todo o ano, as unidades responsáveis pela cobrança judicial do crédito tributário levantaram R\$ 148.583.314,11 até outubro. Neste mesmo sentido, até setembro, foram inscritas 16.760 certidões de dívida ativa.

*Suspensão da
liminar que
impedia a
construção da
Linha Verde*

A importante vitória conquistada no contencioso judicial da Advocacia Geral com o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar que impedia a construção da Linha Verde, viabilizando o maior conjunto de obras viárias da região metropolitana de Belo Horizonte.

Igualmente destaca-se a vitória obtida pela AGE no Supremo Tribunal Federal, com a expedição de liminar que determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) suspendesse as inscrições do Estado de Minas Gerais no Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios (CAUC), cuja inclusão prejudicava a liberação de recursos federais e internacionais previstos em convênios e projetos propostos pelo estado ao governo federal.

*Desimpedimento
da BR 354*

Obteve-se, também, decisão favorável do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que afastou a interdição de tráfego de ônibus e caminhões na BR 354 determinada em ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual.

Na área ambiental, foram cassadas liminares que questionaram licenças ambientais, em especial as referentes à mina Capão Xavier, situação que demonstra o compromisso do órgão de representação judicial do estado no fomento do desenvolvimento econômico.

Na área de segurança pública, em episódio recente, destaca-se a impetração de quatro mandados de segurança contra os atos de interdição da Cadeia Pública e de soltura de detentos expedidos pelo juízo de execução penal da comarca de Contagem.

*2.560 recursos
julgados pelo CAP*

Já o Conselho de Administração de Pessoal (CAP), unidade colegiada integrante da estrutura orgânica da Advocacia Geral, sob a presidência do advogado geral, processou 2.560 recursos até setembro de 2005.

A consultoria e o assessoramento jurídico aos órgãos da Administração Pública foram responsáveis pela emissão de 442 notas técnicas e pareceres. O assessoramento técnico legislativo, por sua vez, no mesmo período, produziu 605 notas técnicas.

Quanto às ações judiciais acompanhadas pelas Procuradorias não-tributárias, constata-se o seguinte panorama.

*Desempenho
das
Procuradorias
não-tributárias*

A Procuradoria de Obrigações acompanhou 10.618 processos de natureza cível e indenizatória até setembro. Recebeu, até outubro, 1.971 citações e notificações em mandado de segurança e 1.208 mandados de intimação.

A Procuradoria Administrativa acompanhou 26.564 processos de servidores públicos, ações constitucionais e outras matérias de direito público até setembro. Recebeu, até outubro, 3.133 citações e notificações em mandado de segurança e 1.463 mandados de intimação.

A Procuradoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente acompanhou, até setembro, 9.212 processos relativos a desapropriações,

defesa da incolumidade do patrimônio do estado e do meio ambiente. Respondeu, até outubro, a 3.965 ações de usucapião promovidas em face do estado e executou 204 multas do COPAM.

A Procuradoria do Tesouro, Precatórios e Trabalho acompanhou 1.385 processos de natureza trabalhista e de conciliação de precatórios cíveis e trabalhistas até setembro. Recebeu, até outubro, 1.549 mandados de citação e notificação em mandado de segurança e 504 mandados de intimação. Neste quadro, a conciliação de precatórios cíveis e trabalhistas gerou um proveito para o estado de R\$ 2.960.057,47 no período de janeiro a outubro de 2005.

Por fim, há que se sublinhar o engajamento da Advocacia Geral do Estado no chamado controle finalístico da Administração Pública, proposto como dimensão importante da política governamental do “Choque de Gestão”, assinando Acordo de Resultados com vigência de 2005 a 2006, comprometendo-se com metas e objetivos claros na condução de suas ações e no desempenho de suas competências constitucionais, sempre ciosa de seu papel na consecução do plano de governo de Minas.

*Assinatura
do Acordo
de
Resultados*

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS (IPSEMG)

Na busca da satisfação de seus beneficiários e dada a dimensão de sua estrutura, o IPSEMG em 2005, em consonância com a reforma administrativa do estado, preconizada no Choque de Gestão, identificou necessidades, construiu objetivos e implantou a modernização de seu modelo de gestão de maneira a otimizar a sua atuação.

O Acordo de Resultados firmado pelo IPSEMG e o Governo do Estado revela o compromisso assumido pelo instituto para melhoria e ampliação dos serviços prestados aos beneficiários, na busca da otimização do repasse de recursos disponíveis para as suas áreas finalísticas. Foram pactuadas metas institucionais e melhorias nos segmentos de atuação do IPSEMG, previdência e saúde, bem como na área de desenvolvimento institucional. Este instrumento permitirá avaliar o desempenho do IPSEMG nos anos de 2005 e 2006 e garantirá a transparência da ação governamental.

*Assinatura do
Acordo de
Resultados com o
Governo do
Estado*

Os prazos de concessão de benefícios é alvo de ações permanentes do instituto visando a sua redução, como forma de prestar adequada proteção ao beneficiário. No exercício de 2005, a implantação do novo sistema de concessão de benefícios possibilitou vantagens como automação de processos, geração automática de relatórios, integração de base de dados do cadastro único e, principalmente, a redução do tempo gasto entre a solicitação e a concessão do benefício.

*Implantação do
novo sistema de
concessão de
benefícios*

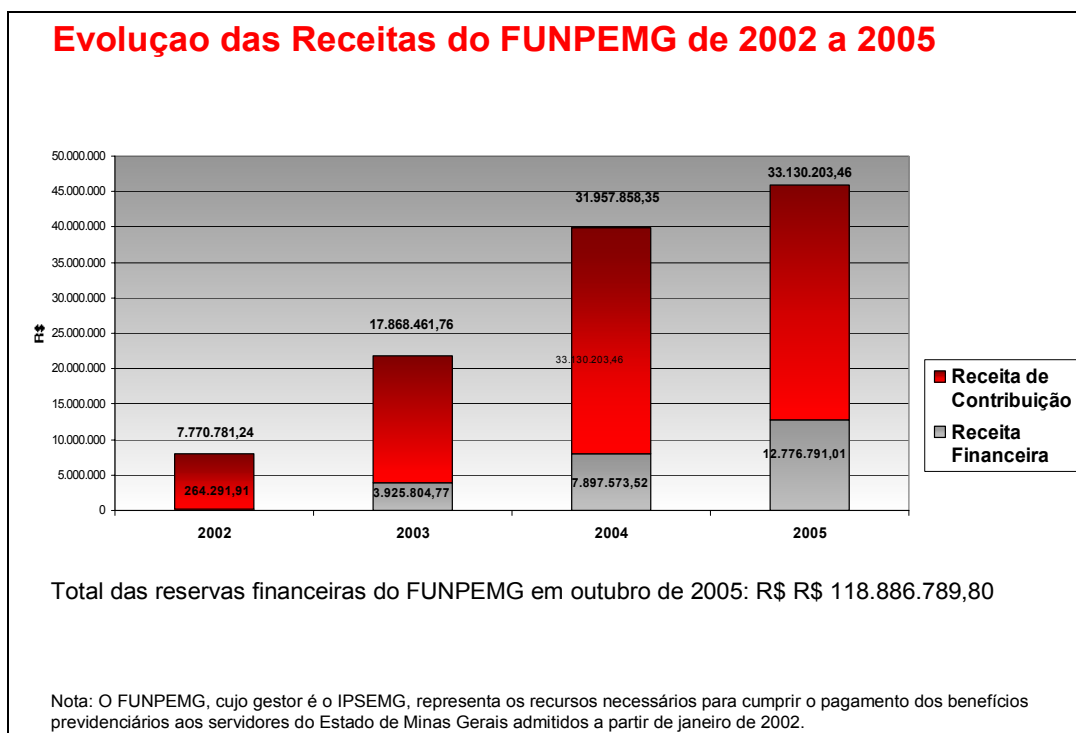
Com o objetivo de identificar incorreções e regularizar o sistema de pagamento de benefícios, bem como combater e inibir fraudes, foram implementadas diversas iniciativas entre as quais o cruzamento das bases de dados do Sistema de Pagamento com o Sistema de Registro de Óbitos da União, como também o recenseamento de pensionistas e visitas domiciliares a

*Combate a
fraudes e
recuperação
de recursos*

pensionistas com idade superior a 80 anos. Nos casos de ações fraudulentas, não solucionadas por via administrativa, foi feita uma parceria com a Polícia Civil para garantir a recuperação dos recursos pagos indevidamente. Os resultados destas ações garantiram ao IPSEMG a identificação de R\$ 1 milhão em pagamentos indevidos de benefícios e recuperação efetiva de R\$ 723,01 mil. Além disso, com a suspensão do pagamento de alguns benefícios, há uma economia mensal de R\$ 255,8 mil para os cofres do estado.

*Meta financeira
anual do
FUNPEMG
superada em
57%*

O Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais (FUNPEMG), com reservas financeiras de R\$ 118 milhões até outubro de 2005, espelha resultados que demonstram o equilíbrio financeiro, tendo superado a meta atuarial estipulada, que é o INPC mais 6% ao ano, resultando em uma performance financeira superior em 57% no ano.



*“Tabela de
Pacotes”*

Dentro de um novo modelo de assistência à saúde, o IPSEMG implantou a "Tabela de Pacotes", pela qual os pagamentos dos procedimentos de internação hospitalar serão feitos pelo atendimento total e não mais por itens isolados. Com essa mudança, tanto o IPSEMG quanto os hospitais credenciados ganham agilidade na apresentação e processamento das contas hospitalares, uma vez que os valores dos procedimentos são estabelecidos previamente, possibilitando ainda maior segurança no processamento das despesas médico-hospitalares.

Com esta nova metodologia, em Montes Claros foi implantado um sistema-piloto, com a ampliação da capacidade de atendimento para cerca de 85 mil beneficiários da região, garantindo 3.500 novas consultas especializadas por mês, além das 5.500 que já eram realizadas, o que representa um aumento de 57% na oferta de consultas eletivas. Esse modelo poderá ser estendido a outras regiões, mas depende de uma nova política e de adequação do orçamento do IPSEMG.

No interior do estado, uma das prioridades da atual administração, destaca-se a readequação do plano de redimensionamento e a readequação da rede assistencial médico-hospitalar e odontológica, abrangendo novos contratos na área médico-hospitalar, o credenciamento de odontólogos, possibilitando o retorno da assistência odontológica e a ampliação da cobertura assistencial aos beneficiários, a readequação das unidades regionais visando a aumentar a eficiência administrativa, diminuir gastos e proporcionar ganhos administrativos, além da realização de cursos de capacitação em diversas áreas.

*Rede
Assistencial do
interior*

O Projeto de Lei 2.265/05 que autoriza a doação do imóvel para a Santa Casa, destina dois andares ao IPSEMG e extingue a Fundação Cardiominas foi aprovado no dia seis de outubro de 2005, possibilitando a transferência do Centro de Especialidades Médicas do IPSEMG para o prédio do extinto Cardiominas, o que representa para o instituto uma economia de R\$ 1,3 milhão em despesa de aluguel por ano, além de proporcionar um local definitivo para o ambulatório na região hospitalar.

*Cessão de dois
andares do
prédio do
extinto
Cardiominas
ao IPSEMG*

Em 2005, várias ações foram implementadas no Hospital Governador Israel Pinheiro para melhoria no atendimento, como a reforma e ampliação das instalações da unidade de radiologia, ultra-som, mamografia e ecocardiograma, a implantação do curso básico de suporte de vida (ACLS), a abertura de novos leitos de CTI, resultando em um total de 30 leitos no ano de 2005, fato que contribui para a diminuição do drama de beneficiários diante do déficit de leitos de terapia intensiva no município, além da redução de despesas médico-hospitalares.

*Novos leitos de
CTI no Hospital
Governador Israel
Pinheiro*

Os atendimentos laboratoriais de saúde próprios mantiveram sua política de melhoria contínua, com a manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade ISO, sendo realizadas pesquisas constantes para medir a satisfação dos serviços prestados ao beneficiário. Os atendimentos realizados pela Drogaria experimentaram melhoria devido ao aumento do número de medicamentos padronizados passando de 203 itens em 2004 para 261 itens em 2005.

*Ampliação do
número de
medicamentos
padronizados
pela Drogaria*

O Centro Odontológico da Capital passou por uma completa reformulação da estrutura física, com aumento de 22 consultórios, totalizando 74 consultórios individuais, salas de espera, rampa de acesso para pessoa com mobilidade reduzida, garantindo mais conforto e privacidade. Dentro da proposta de atendimento preventivo, educativo e curativo integral aos beneficiários, o instituto fez o lançamento do Programa de Atenção à Saúde

*Aumento de
22 consultórios
no Centro
Odontológico
da Capital*

(PASS), que engloba clientes desde a infância (APOIA) até a maturidade (PAM), com diferenciação para os portadores de prótese.

*Conclusão da
1ª etapa de
levantamento
de custos do
instituto*

Diante da necessidade de se fortalecer uma gestão eficiente, transparente e responsável, foi concluída a primeira etapa do levantamento de custos do instituto, com o objetivo de auxiliar o processo de tomada de decisão para a melhoria da prestação de serviços e da atuação institucional, além de construir modelo procedimental padronizado, automatizado e descentralizado para levantamento de dados e informações dos custos administrativos fixos de cada unidade administrativa da estrutura orgânica formal do IPSEMG.

*Implantação
do Sistema de
Informações
de Seguridade
Social*

Na área de informática vários projetos foram concluídos como o Sistema de Informações de Seguridade Social (SISSO) que engloba o Sistema de Cadastro Único (CADU), o Sistema de Assistência Descentralizada à Saúde (SADS), o Sistema de Arrecadação (AREC), além do Sistema de Concessão de Benefícios (SICON) e do Sistema de Informação Laboratorial (SIL). Para suportar a implantação do Sistema Integrado de Informações Hospitalares (SIHH), em processo de aquisição, estão em andamento a preparação da infra-estrutura do Hospital Governador Israel Pinheiro, sendo concluída em 2005 a rede lógica de 600 pontos, com “backbone” de fibra óptica, de alta velocidade, que possibilitará o tráfego de imagens.

*Informatização
das unidades
do interior*

A informatização das unidades do interior (centros regionais e agências regionais) foi destaque em 2005, com distribuição e instalação de equipamentos, configuração de redes, instalação de linhas de comunicação de dados e disponibilização de acesso aos sistemas corporativos do Estado nos centros regionais e execução de novas redes lógica e elétrica nas regionais de Uberaba e Montes Claros.

O IPSEMG vem atuando na assistência à saúde dos servidores do Estado de Minas Gerais com um valor per capita de 2,5 vezes menor do que aquele necessário, o que demonstra o esforço da entidade em cumprir seus objetivos institucionais.

OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

*Instalação da
Ouvidoria
Geral do
Estado*

A Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais (OGE) foi criada pela Lei 15.298, de 6 de agosto de 2004, com o objetivo de receber, encaminhar e acompanhar, até solução final, denúncias, reclamações e sugestões de agente, órgão ou entidade da administração pública direta e indireta do Poder Executivo Estadual, bem como de concessionário e permissionário de serviço público estadual, visando ao aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos.

Com a posse do ouvidor geral do estado, desembargador Lúcio Urbano Silva Martins, em 18 de maio de 2005, foi instalada a OGE e iniciou-se o processo de estruturação com ênfase na sua regulamentação institucional, buscando adequar os recursos orçamentários, financeiros, humanos e materiais para seu pleno funcionamento.

A Ouvidoria Geral do Estado é composta das seguintes ouvidorias especializadas: Ouvidoria de Polícia, Ouvidoria do Sistema Penitenciário, Ouvidoria de Saúde, Ouvidoria Educacional, Ouvidoria Ambiental e Ouvidoria de Fazenda, Patrimônio e Licitações Públicas.

As atividades da OGE estão sendo executadas ainda sem a instalação de todas as ouvidorias especializadas, o que ocorrerá a partir de janeiro de 2006 com a ocupação da nova sede, planejada e equipada para atendimento adequado da população do estado.

A OGE atendeu 1.150 demandas entre sugestões, reclamações e denúncias, a maioria pela Ouvidoria de Polícia, única ouvidoria especializada em pleno funcionamento, dado que preexistente à própria OGE.

*Atendimento
de 1.150
demandas*

Com recursos federais e estaduais foram implantados em 2005 nove núcleos de atendimento da Ouvidoria de Polícia nas cidades de Contagem, São João del-Rei, Juiz de Fora, Uberlândia, Ipatinga, Teófilo Otoni, Poços de Caldas, Diamantina e Montes Claros, núcleos que deverão em breve abarcar toda a área de atuação da Ouvidoria Geral do Estado.

*Novos núcleos
da Ouvidoria
de Polícia no
interior*

Outro destaque se refere à inauguração do serviço Disque Corrupção pelo telefone 0800-2839191 para atendimento em todo o estado de denúncias de abuso ou ilegalidade cometidas por policiais civis, militares e do corpo de bombeiros militar.

*Inauguração
do Disque
Corrupção*

Igualmente, em parceria com o Ministério da Justiça, foram promovidos vários cursos de capacitação totalizando cerca de mil agentes das polícias civil, militar, corpo de bombeiros, membros de conselhos comunitários de segurança pública e entidades de defesa dos direitos humanos, com o objetivo de fortalecer a integração do policial com a sociedade civil. Estes cursos foram administrados nos seguintes módulos: Escola Democrática de Protagonismo Social, Comunicação, Mobilização e Responsabilidade Social, Indicadores de Criminalidade e Violência em Minas Gerais e Influência da Sociedade sobre a Atividade Policial.

*Capacitação
de agentes
policiais e
membros da
sociedade civil*

Encontra-se, também, em fase de execução uma pesquisa financiada com recursos da Fapemig com o objetivo de identificar os fatores que possam vir a caracterizar o desvio de conduta dos policiais, buscando diminuir a incidência de agentes com comportamento desviante, otimizando a atuação das organizações policiais.

Cumprindo sua missão de prestar assessoramento direto ao governador do estado em suas atribuições constitucionais, nos atos de gestão e administração dos negócios públicos e assuntos relativos à política de comunicação social, a Secretaria de Estado de Governo (Segov) vem desempenhando seu papel de coordenação das ações de representação e relacionamento político institucional com lideranças políticas e sociedade como um todo.

Internamente a Segov promoveu, em 2005, um intenso processo de modernização administrativa em seus diversos órgãos. Neste sentido, foi criada a Comissão Interna de Modernização Institucional que atuou decisivamente no planejamento estratégico no qual possibilitou a revigoração do prédio onde se situa o Palácio dos Despachos, com a modernização de suas instalações físicas, elétricas e lógicas e a dos equipamentos de informática e de telefonia.

*Criação da
Comissão Interna
de Modernização
Institucional*

Na esfera da Subsecretaria da Casa Civil houve a implantação do Sistema Integrado de Processamento de Atos (Sipa), por meio do Decreto 43.874/2005, o que resultou na eliminação do uso de papel para a impressão dos atos do governador que passaram a tramitar por meio eletrônico e possibilitou a assinatura com uso da tecnologia de certificação digital. A implantação do SIPA significou expressiva economia a todos os órgãos da administração direta, no tocante à elaboração e tramitação dos atos, para posterior publicação no “Minas Gerais”.

*Implantação
do Sistema
Integrado de
Processamento
de Atos*

A Subsecretaria de Comunicação Social, tendo como base os desafios enfrentados pela nova Administração e o desenvolvimento de programas, projetos e ações do Governo de Minas para superá-los, definiu a estratégia de comunicação do Governo para o período 2003 a 2005. O planejamento global da comunicação vem obedecendo a uma lógica que reflete o momento e o eixo principal das estratégias e das ações e resultados alcançados pela administração pública.

Para dar coerência e ênfase às mudanças operadas no Estado e no seu processo de gestão pública, o governo de Minas tratou o ano de 2003, em sua comunicação, como o Ano das Mudanças. Esse foi o período em que o Governo de Minas priorizou a gestão pública e realizou a maior reforma do Estado da história de Minas, com vistas a obter a maior racionalidade possível nos processos, no gasto público e na alocação de investimentos. O objetivo era – com o “Choque de Gestão” – domar a grave crise financeira e fiscal herdada, sanear as contas públicas, recuperar a qualidade da prestação de serviços e restabelecer progressivamente a capacidade de investimentos do Estado.

O ano de 2004 foi apresentado a partir dos resultados gerados pelas mudanças operadas no ano anterior. A informação dessas conquistas se traduziu em 2004, o Ano dos Investimentos, mostrando os primeiros resultados das medidas de gestão que conferiam a Minas posição destacada para investimentos nacionais e internacionais e a recuperação progressiva da

capacidade própria de investimentos e articulação do Estado, em relação ao seu conjunto de parceiros institucionais.

Em 2005, já foi possível colher resultados positivos. As somas das ações para as mudanças e a retomada dos investimentos permitiram alcançar o patamar necessário para que Minas Gerais avançasse, tanto na instituição de um novo modelo de gestão pública quanto na geração das condições necessárias para a retomada do processo de desenvolvimento. Por isso o conceito da comunicação foi: 2005 - O Ano dos Avanços.

*Implantação de
479 projetos
em 187
municípios*

Ao longo dos doze meses de 2005, acompanhou a execução total do Programa Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais, PRÓ-SAN. Concorreu para a implantação de 479 projetos, em 187 municípios de todas as regiões mineiras, beneficiando 14.778 famílias, ao custo de R\$ 3,8 milhões, parte da verba destinada ao Programa Estruturador Minas Sem Fome. Vale ressaltar que este programa mantém, desde 2003, metodologia diferenciada, pois atende a demandas que partem das associações comunitárias e de agricultores familiares.

Ainda em 2005, o Consea-MG promoveu cinco reuniões plenárias ordinárias nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto e novembro. E uma plenária extraordinária, em julho. Nos meses de abril e setembro aconteceram encontros estaduais das Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, que são os 21 braços descentralizados das ações do Consea-MG.

LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tem por finalidade, mediante a exploração de jogos lotéricos e similares no âmbito do Estado, gerar recursos e destiná-los à promoção do bem-estar social, programas das áreas de assistência, desporto, educação, saúde e desenvolvimento social.

Com o objetivo de cumprir sua missão institucional e fixar sua marca como referencial e, também, ampliar o seu mercado de atuação, a Loteria Mineira, internamente, desenvolveu programas de conscientização e racionalização, buscando a correta utilização dos recursos materiais, evitando perdas desnecessárias o que, conseqüentemente, culminou na redução dos seus custos administrativos e operacionais.

*Crescimento
de 20% em
2005*

A Loteria do Estado obteve sucesso nas ações desenvolvidas em 2005, encerrando o exercício com receita de R\$ 30.214.998,00, ou seja, quase 20% acima da fixada. Para atender aos seus objetivos sociais firmou convênios com a Sedese no montante de R\$ 2.011.000,00.

*Concurso
"Minas Nota
10"*

Também foi dada continuidade ao Concurso "Minas Nota 10", instituído pelo Governo do Estado no final de 2003, objetivando o incremento da arrecadação de ICMS, pelo incentivo aos consumidores finais de concorrerem semanalmente a diversos prêmios, participando dos sorteios promocionais realizados pela Loteria Mineira, órgão ao qual foi dada a

incumbência da operacionalização deste concurso, conforme disposições do Decreto nº 43.647/03.

ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DE MINAS

Os escritórios em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, cumpriram sua função de representar e defender os interesses do Governo do Estado.

IMPrensa Oficial DO ESTADO DE MINAS GERAIS (IOF/MG)

A Imprensa Oficial aperfeiçoou a divulgação dos atos oficiais dos Poderes do Estado, além da constante modernização dos processos de produção gráfica do jornal impresso, tornando mais rápido e eficaz o acesso às informações via internet.

Os processos de racionalização das despesas foram otimizados, possibilitando expressiva economia nos gastos com energia elétrica, telefone, água, contratos de manutenção e serviços terceirizados além de maior transparência e economia de recursos com a utilização de licitações na modalidade pregão eletrônico.

A aquisição de mais uma impressora rotativa, equipamentos com tecnologia digital, modernização do serviço de acabamento, treinamento de pessoal e redução dos custos de produção, ampliou o leque de produtos oferecidos pela autarquia. Os bilhetes da Loteria Mineira já são produzidos na Imprensa Oficial, com alto padrão de qualidade, mantendo-se os recursos em nosso Estado.

Aquisição de Equipamento

Pelo terceiro ano consecutivo foram superadas as metas financeiras, graças ao aumento da produtividade, qualificação dos servidores e melhoria nos processos financeiros e administrativos.

Metas Superadas

Foi celebrado convênio com UFMG-Ipead a fim de promover a modernização dos serviços, notadamente junto ao Judiciário e Prefeituras, no que diz respeito à entrada de matéria a ser publicada no “Minas Gerais”.

Convênio UFMG-IPEAD

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) tanto nos projetos estruturadores quanto nos programas prioritários pautou-se no esforço contínuo de aprimorar as atividades do setor público, sendo 2005 marcante pela pactuação de resultados entre a Secretaria e o governador, o que motivou um esforço ainda maior para modernizar e aperfeiçoar a gestão pública e o planejamento governamental em Minas Gerais.

Outro ponto importante foi a integração das ações do Sistema de Planejamento e Gestão com ações conjuntas da SEPLAG, Fundação João Pinheiro, Prodemge e MGS.

Em 2005, as ações do projeto estruturador Choque de Gestão: Pessoas, Qualidade e Inovação na Administração Pública foram no sentido de implementar o novo modelo de gestão proposto, preocupando-se cada vez mais com a melhoria da gestão e eficácia da máquina pública.

O projeto Choque de Gestão alicerçado no alinhamento estratégico das instituições está orientado para um novo arranjo institucional com respectivo modelo de gestão focado em resultados, tendo como base a avaliação de desempenho institucional realizada a partir da celebração de acordo de resultados e da adoção de formas inovadoras de relacionamento do setor público (OSCIPs).

O processo de celebração de acordo de resultados, iniciado em 2004, vem alcançando a mudança de foco dos órgãos ou entidades envolvidos – do processo para os resultados de seus projetos ou atividades, além de favorecer um maior envolvimento dos servidores com a missão da instituição e maior comprometimento das instituições com a estratégia de governo. Em 2005, mais dez instituições celebraram acordos de resultados: Instituto Mineiro de Agropecuária; Secretaria de Estado de Meio Ambiente; Instituto de Pesos e Medidas; Secretaria de Estado da Saúde; Vigilância Sanitária; Fundação Ezequiel Dias; Secretaria de Estado de Defesa Social; Auditoria Geral do Estado; Advocacia Geral do Estado; Instituto de Previdência dos Servidores de Minas Gerais. Outros acordos estão sendo negociados com as Secretarias de Estado de Agricultura, de Cultura, de Governo e de Educação. Além dos novos acordos, foram realizadas avaliações dos seis acordos celebrados em 2004 e assinatura de seus termos aditivos.

*Celebração de
10 Acordos de
Resultados*

Quanto à adoção de formas inovadoras de relacionamento do setor público, está sendo trabalhada a celebração de termos de parceria entre o Estado e entidades privadas sem fins lucrativos, para execução de políticas públicas não exclusivas do Estado. Como nos acordos o foco são os resultados, observando o alinhamento às estratégias do governo. Para a celebração do termo de parceria com o Estado, a entidade deve ter o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Para tanto, desde 2004 é feita a qualificação e, atualmente, são 59 entidades detentoras do título. Em 2005, foram celebrados cinco termos de parceria, quais sejam: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esporte com a Organização para Educação e Extensão da Cidadania (ECO) e com a Humanizarte; Secretaria de Estado de Defesa Social e a ELO - Inclusão e Cidadania; Fundação Rural Mineira e a Associação Mineira de Promoção de Entidades de Interesse Social

*Celebração de
5 termos de
parceria*

de Minas Gerais (AMEIS); Fundação TV Minas e Associação de Desenvolvimento da Radiodifusão de Minas Gerais (ADTV). Vale ressaltar que, com exceção do termo de parceria da TV Minas, todos são voltados para implementação de ações previstas em projetos estruturadores ou programas prioritários do governo, como o Programa Primeiro Emprego, coordenado pela SEDESE; o projeto Redução da Criminalidade, coordenado pela SEDS; e a Revitalização do São Francisco, coordenado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

*Servidores
avaliados:
95.203 mil em
61 órgãos e
entidades do
estado*

Com relação às pessoas, o Projeto Choque de Gestão busca um novo padrão de gestão, a partir de uma nova política de recursos humanos que enfatiza a avaliação de desempenho. Assim, foi concluído o 1º ciclo da Avaliação de Desempenho Individual, sendo avaliados 95.203 mil servidores públicos de 61 órgãos e entidades do Estado. Com o fim do primeiro período avaliatório alguns resultados qualitativos puderam ser mensurados, como: mudança de comportamento por parte dos servidores envolvidos no processo; maior aproximação na relação chefia-servidor; obtenção de relevantes informações gerenciais; satisfação dos servidores, no momento da entrevista e do preenchimento do Plano de Gestão do Desempenho Individual; identificação das necessidades de capacitação; verificação de irregularidades na situação funcional dos servidores e regularização dos casos mais simples; atualização de dados funcionais dos servidores; diagnóstico e melhoria das condições de trabalho oferecidas aos servidores pelo órgão ou entidade; identificação de servidores subaproveitados e realocação de servidores. Em julho iniciou-se o 2º ciclo de avaliação já com aprimoramentos após a experiência do primeiro.

*Implantação
de 122
carreiras
beneficiando
400 mil
servidores*

A reestruturação das carreiras, iniciada em 2004, também é objeto da política de recursos humanos. Entre julho de 2004 e janeiro de 2005 foram sancionadas 16 leis referentes às 122 carreiras do Poder Executivo Estadual, beneficiando 393.034 servidores. Nas carreiras que envolvem novas tabelas remuneratórias e posicionamento dos servidores primeiramente, trabalharam-se tabelas de vencimento básico das 36 carreiras do grupo de atividades dos profissionais da educação básica, do grupo de atividades da saúde e do grupo de atividades da educação superior, vigentes a partir de 1º de setembro de 2005. Em outubro foi encaminhado o projeto de lei à Assembléia Legislativa contendo outras 136 tabelas salariais, referente a 86 carreiras.

*Implantação da
Política de
Desenvolvimento
dos Servidores*

Além disso, foi instituída a Política de Desenvolvimento dos Servidores com a finalidade de capacitá-los em temas alinhados aos objetivos e metas dos órgãos e entidades; valorizando-os por meio de sua capacitação permanente; aprimorar as competências e habilidades do servidor; adequar o quadro de servidores aos novos perfis profissionais requeridos pelo setor público; racionalizar e tornar mais efetivo os investimentos em capacitação.

*Qualificação de
4.626 servidores*

Mesmo antes da Política de Desenvolvimento dos Servidores, ações de formação, qualificação e capacitação já integravam o Choque de Gestão com manutenção e aperfeiçoamento dos cursos de graduação, especialização e mestrado em administração pública da Escola de Governo; criação de grade de cursos de curta duração atendendo as demandas identificadas pelas áreas de recursos humanos; novos cursos de formação ocupacional como o de

planejamento, gestão e finanças e de auditoria. Em 2005, participaram destas ações 4.626 servidores.

O Gestão Estratégica de Recursos e Ações do Estado (GERAES), composto de 31 projetos estruturadores escolhidos no PMDI e materializados no PPAG e LOA, apresenta foco bem definido, e pretende ser catalisador do desenvolvimento no Estado. Esses projetos abrangem a modernização da receita estadual, a reforma administrativa, a infra-estrutura, o meio ambiente, a educação, a segurança, a saúde, entre outras áreas. Os projetos estruturadores, objeto de gerenciamento intensivo e condição importante em ambientes de restrição fiscal, têm fluxo de recursos garantido.

*Geraes e os
Projetos
Estruturadores*

Para tal, o GERAES, através da Unidade de Apoio ao Gerenciamento de Projetos (UAGP), utiliza-se de ferramentas de gerenciamento comuns ao setor privado, buscando permanentemente o alinhamento de todas as áreas – pessoas e demais recursos – em torno dos resultados finalísticos propostos.

O Relatório de Situação - Status Report - acompanha, mês a mês, o desenvolvimento dos projetos. A Agenda Positiva, de periodicidade mensal, retrata as realizações e metas atingidas. O Plano de Ação, outro dispositivo usado pela UAGP, baseia-se nas dificuldades e riscos de cada projeto, propondo soluções e definindo prazos de ação. Em 2005 criou-se o Painel de Controle, relatório trimestral de acompanhamento de metas e fluxo orçamentário dos projetos estruturadores.

*Relatório de
Situação
Mensal*

Foi investido, em 2005, um total de R\$ 1.362.845.244,42 nos projetos estruturadores, gerenciados pelo GERAES em todas as suas etapas: orçamentária, liberação mensal e realocação de recursos entre projetos de acordo com o desempenho. Tudo isso, aliado às reuniões gerenciais realizadas com a presença do governador, garante a transparência e a eficácia desta gestão inovadora.

*Investimentos
de R\$ 1,3
bilhão no
Geraes*

Em 2005, a Seplag negociou a liberação de R\$ 8,9 milhões do Fundo Jaíba para crédito agrícola aos pequenos e médios produtores, dando um significativo impulso na produção de frutas da gleba C2 da etapa 2 como um todo. Foram colocados em dia os pagamentos da construtora ALSTOM e disponibilizados R\$ 2,4 milhões para conserto dos canais pela Seapa. O futuro da fruticultura irrigada no Jaíba, porém, não foi esquecido: foram iniciados os estudos de gestão do projeto englobando as suas duas etapas. O acordo de crédito com o JBIC foi encerrado por decurso do prazo contratual, garantindo a aplicação dos recursos em obras, consultoria e crédito para os irrigantes.

*Liberação de 8,9
milhões de reais
aos pequenos e
médios
produtores do
Jaíba*

A SEPLAG, visando a efetivar a integração do planejamento e do orçamento, num trabalho articulado entre a SUCEP, a SUCOR e as SPGFs, procurou alinhar os programas e ações definidos no PPAG e a alocação de recursos no orçamento anual, bem como sua execução, às diretrizes e objetivos estratégicos de longo prazo definidos no PMDI. Neste contexto, o Plano Plurianual de Ação Governamental desponta como a estrutura básica sobre a qual se desenha a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

*Avaliação do
PPAG*

A primeira avaliação do Plano de governo para o exercício de 2004 foi realizada no Estado contemplando duas dimensões: avaliação dos cenários do PMDI e dos programas do PPAG.

A avaliação dos cenários do PMDI objetivou identificar os efeitos, potenciais e já perceptíveis, das políticas estaduais nas variáveis críticas no PMDI em que o estado exerce um papel decisivo. Desse modo o trabalho representou uma avaliação da coerência estratégica do atual governo e mostrou como resultado um ambiente político, institucional, econômico e social eficiente e competitivo para Minas Gerais

*286
Programas
avaliados*

Os 286 programas do PPAG 2004-2007 foram avaliados, atendendo a Lei nº. 15.033/2004, e encaminhados ao Poder Legislativo em 30 de junho de 2005. A avaliação dos programas subsidiou a revisão do plano para o exercício de 2006 e foi apresentada na reunião preparatória das Audiências Públicas de 2005.

A segunda revisão do PPAG, trabalho coordenado pela SUCEP para o exercício de 2006, vem consolidando a transformação do PPAG num instrumento gerencial de planejamento, incorporando os principais resultados dos programas e ações obtidos no primeiro relatório de avaliação do PPAG 2004-2007.

*Audiências
Públicas*

Em parceria com a Assembléia Legislativa por meio das audiências públicas, o controle social e a transparência da gestão pública vêm-se consolidando no acompanhamento dos resultados dos programas estratégicos do governo e, dessa forma, subsidiando o processo legislativo de revisão do PPAG e da proposta orçamentária para 2006.

*Elaboração
PPA
Municipal*

Com o objetivo de fortalecer os municípios a pensar o futuro, recolocando o planejamento em novas bases para a elaboração dos planos plurianuais, pautado por uma mudança cultural no trato com os recursos públicos e na definição de prioridades, a SUCEP participou juntamente com a Assembléia Legislativa de fóruns realizados em 11 regiões do Estado com ampla participação dos gestores municipais e entidades da sociedade civil.

Uma cartilha com orientações para a elaboração dos PPAs municipais foi elaborada e distribuída a todos os municípios mineiros objetivando o fortalecimento de uma rede nacional de planejamento e gestão pública com uma articulação entre a União, os estados e municípios visando a criar as condições necessárias ao cumprimento da Constituição Federal de 1988, e reafirmado pela exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº. 101/2000).

*Implantação
do módulo de
monitoramento
do SIGPlan*

A partir de abril de 2005 foi implantado e disponibilizado para todos os órgãos e entidades o módulo de monitoramento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). A execução física e financeira dos programas e ações e seus principais resultados estão sendo monitoradas pela SUCEP e publicadas trimestralmente, com informações subsidiando as decisões da Junta de Programação Orçamentária e Financeira (JPOF) quanto à liberação de recursos.

Com objetivo de consolidar a integração dos processos de planejamento e orçamento e aprimorar o monitoramento dos projetos estruturadores, foi desenvolvido o Portal de Planejamento o que torna mais eficaz a metodologia de gerenciamento (MEPCP/INDG) aplicada aos projetos estruturadores, explorando adequadamente os recursos tecnológicos disponíveis. Os sistemas SIGPlan e Elaboração da Proposta Orçamentária serão mantidos em suas funções específicas, cabendo ao novo sistema agregar a solução Enterprise Project Management (EPM) da Microsoft para gerenciar e controlar as principais operações e funções do processo de planejamento e orçamento. O Portal entrará em funcionamento no início de 2006.

*Portal de
Planejamento*

Cumprindo seu papel de coordenação da ação governamental, a SEPLAG promoveu a ação conjunta entre DER, COPASA, GASMIG e PBH-URBEL culminando na assinatura de convênio prevendo a remoção e o assentamento de 517 famílias e a duplicação da rodovia MG-020. Além disso, promoveu a implementação do Programa Lares Geraes - Segurança Pública, resultando em: edição do Decreto nº. 44.112/2005, que define critérios para a permissão temporária de uso de moradia funcional no âmbito do programa; assinatura de Protocolo de Intenções objetivando a implantação das obras de infra-estrutura urbana no loteamento “Bairro Tiradentes” na RMBH, a fim de possibilitar a construção de 860 moradias; compra de terreno no município de Varginha visando à edificação de 104 moradias; aperfeiçoamento de métodos de captação de recursos, articulação e estreitamento de relações com órgãos do governo federal e do governo estadual, e com instituições gestoras de recursos oriundos de transferências voluntárias federais; identificação de fontes de recurso, elaboração, coordenação ou captação de recursos em andamento para 67 projetos de governo nas áreas de ciência e tecnologia, segurança pública, defesa dos direitos humanos e da cidadania, melhoria do sistema de ensino público, apoio e desenvolvimento de práticas esportivas, melhorias para o sistema público de saúde, melhorias sanitárias e domiciliares para população de baixa renda, desenvolvimento do turismo e da cultura, entre outras.

*Assentamento
de 517
famílias para
duplicação da
rodovia
MG020*

O DATAGERAIS, um conjunto de ações de curto, médio e longo prazo, com o objetivo de construir a implantação de uma ampla e confiável base de dados e indicadores de Minas Gerais, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e elaboração da Fundação João Pinheiro, busca estruturar e sistematizar procedimentos para a coleta, a geração, a atualização e a divulgação de informações confiáveis. Uma atividade fundamental do DATAGERAIS é a criação de alguns indicadores capazes de aferir de forma mais atual e dinâmica os impactos das ações do governo e também da sociedade civil e do mercado nos níveis de desenvolvimento e bem-estar do Estado.

*Coordenação
do Datagerais*

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) representa a primeira iniciativa estratégica do DATAGERAIS, por expressar o nível de desenvolvimento de cada município mineiro, representado por informações de educação, saúde, segurança pública, emprego e renda, demografia, gestão, habitação, infra-estrutura e meio ambiente, cultura, lazer e desporto.

*Criação do
Prêmio
Excelência em
Gestão Pública
do Estado de
MG*

Na busca de valorização dos servidores foi criado o Prêmio Excelência em Gestão Pública do Estado de Minas Gerais com o objetivo de reconhecer, premiar e divulgar boas idéias e práticas que contribuam ao aumento da eficiência da administração pública e da qualidade dos serviços por ela prestados. Por meio do prêmio é possível identificar iniciativas de cada servidor, além de incentivar a busca por soluções para os problemas diários e a geração de conhecimentos em gestão e políticas públicas. O prêmio foi dividido em duas categorias: “experiências e iniciativas de sucesso” e “idéias inovadoras implementáveis”. Em cada categoria o servidor deveria optar por um dos dois temas: “governança eletrônica” ou “modernização administrativa”. Foram premiados o primeiro e segundo lugares de cada categoria e tema, totalizando oito trabalhos.

*Terceirização
do atendi-
mento do LIG-
Minas*

Durante o ano foi consolidada a avaliação de sítios e do Plano de Desenvolvimento de Sítios, iniciativas cruciais para a melhoria dos padrões dos serviços web oferecidos à sociedade. Nessa linha, destaca-se o aprimoramento contínuo do Portal Minas On-line e sua integração com o LIG-Minas, propiciando um mecanismo sem precedentes na inclusão digital. Pelo telefone, gratuitamente, os cidadãos têm acesso a todos os serviços disponíveis na internet, eliminando a barreira entre excluídos e incluídos digitalmente. Essa integração só foi possível a partir do novo modelo de gestão do LIG-Minas que, terceirizado, conta agora com atendimento profissionalizado nos sete dias da semana. Ademais, foi desenvolvida a metodologia de satisfação dos usuários do Minas On-line, de modo a gerar subsídios para melhoria no atendimento ao cidadão. Um feito importante foi o início do projeto de integração entre o Minas On-line e o Detranet, os dois sites de maior acesso no governo estadual. Tal integração é fundamental para garantir a conformidade das informações e propiciar melhor atendimento ao cidadão pelos diversos meios existentes.

No plano dos avanços internos, o programa de Governança Eletrônica também obteve resultados importantes, dentre os quais a criação e implementação da Rede Corporativa de Comunicação Móvel, que proporcionou grande economia de recursos nas comunicações entre o corpo gerencial. Ainda no que concerne à infra-estrutura de comunicações foi realizada uma análise de todos os contratos de telefonia do Estado, de modo a subsidiar os projetos de licitação da rede de longa distância (DDD-DDI) e de entroncamento digital. O inventário de tecnologia da informação atuou de forma complementar. Com esse inventário é possível planejar a integração e a padronização dos equipamentos e sistemas de informação no âmbito estadual.

No âmbito dos sistemas de informação estaduais, o Sistema de Protocolo (SIPRO) realizou alterações para adequação do processo de aposentadoria e o novo Sistema de Informações Institucionais (SINFI) oferece maior transparência e controle das instituições públicas mineiras. Tem-se ainda o sistema de apoio ao atendimento telefônico e eletrônico do Minas On-line. As ações de governo eletrônico de todos os órgãos e entidades estaduais foram mapeadas pelo SISEGOV, sistema de inventário das ações de governo eletrônico. Ainda no plano dos sistemas, foi especificado o novo Portal de Compras do Governo do Estado de Minas Gerais. Pretende-se que esse seja o portal mais inovador do Brasil, ampliando a economia na compra e aquisição

de bens e serviços já propiciada pelo sistema atual. Há ainda o Plano de Modernização e Integração dos Sistemas Corporativos que estabelecem ações como baixar a plataforma de hardware das aplicações permitindo um ambiente tecnológico mais avançado e com menor custo e o mapeamento das bases corporativas com intuito de gerar definições da estratégia de integração.

Foi desenvolvido o Plano Corporativo de Segurança da Informação englobando três órgãos centrais do Estado: SEPLAG, SEF e Prodemge, projeto que visou estabelecer ações e estratégias para garantir os padrões mínimos de disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações.

Em relação à implantação e manutenção do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (SIAD), o sistema encontra-se amplamente utilizado pelos órgãos e entidades estaduais, os quais podem contar com o Sistema de Registro de Preços e com a integração do Cadastro de Fornecedores com o Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual – SIARE. Além disso, o sistema passou a impedir a emissão de empenhos para fornecedores sem Certificado de Registro Cadastral, tornando os processos de compras cada vez mais confiáveis. Outro ponto importante foi a ampliação ao acesso de informações no Armazém de Informações SIAD – Compras, melhorando a gestão informacional de suprimentos.

Ainda na área de suprimentos houve a melhoria contínua do sistema de compras, no que se refere a aquisições, por meio da especificação de regras de negócio dos módulos do SIAD e da especificação do portal de compras, projeto desenvolvido junto com a Synergia/UFMG e com a Superintendência Central de Governança Eletrônica da SEPLAG. Ainda no que se refere ao sistema de compras, o sistema de registro de preços foi finalizado e vários registros de preços estão sendo realizados.

Com relação às atividades para melhoria do atendimento aos fornecedores, em abril houve um treinamento para multiplicadores, por meio do convênio Sebrae/CDL/Seplag, com o objetivo de ensinar a utilizar os sistemas de compras eletrônicas do Governo de Minas Gerais. Os atendentes do LIG-Minas também foram treinados para dar suporte aos fornecedores nas compras eletrônicas.

Também efetivou-se a descentralização das especificações de materiais de 102 classes para os órgãos ou entidades responsáveis pelas atividades fins: Fhemig, CBMMG, SEE, SEAPA. Além disso, registraram-se preços de telefonia, de combustível, de pregões do programa FundoMac, e da Fhemig.

A área de patrimônio imobiliário atua em diversas frentes, atendendo demandas de órgãos e entidades públicas e também organismos sociais. A dinâmica da gestão dos imóveis mostra que o investimento em informática e a normatização dos procedimentos é imprescindível e que a diversidade da matéria ocasionou a elaboração de várias rotinas para a administração do patrimônio imobiliário. A partir da aplicação do Decreto nº 43.645, de 3 de novembro de 2003, houve a descentralização das vistorias de imóveis para fins de locação; 153 escolas municipalizadas foram doadas e transferidas aos municípios em decorrência da Lei nº 14.969, após 1º de janeiro de 2005; 20%

*Doação de
153 prédios
escolares aos
municípios*

dos imóveis estaduais tiveram seus valores contábeis atualizados; revisou-se a legislação sobre imóveis mediante registro - há uma minuta de projeto de lei em fase final de análise. Assim, 92% dos imóveis estão regularizados e registrados.

Com o aprimoramento do sistema de gestão do patrimônio imobiliário, elaborou-se o Sistema Imobiliário de Minas Gerais (SIM), via internet, que está sendo atualizado pela SEPLAG e, em meados de março de 2006, todos os órgãos e entidades terão acesso a ele.

*Novo Modelo
do SISAP*

Na área de gestão de recursos humanos, encontra-se em desenvolvimento e produção o novo módulo de pagamento do Sistema de Administração e Pagamento de Pessoal (SISAP), com implantação prevista para abril de 2006. O novo módulo de pagamento, que integrará dados funcionais dos servidores das administrações direta e indireta do Poder Executivo Estadual, propiciará maior agilidade e controle na administração e pagamento de pessoal.

Foi realizado com sucesso o posicionamento por meio eletrônico de 99,4% de um total de 282.921 servidores nas novas carreiras da educação e saúde. Restaram 1.768 servidores que estão sendo posicionados pelas DRHs dos órgãos, sob a orientação desta Secretaria. Esse fato demonstra a capacidade do Executivo para gerenciar o quadro de pessoal com o emprego de novas tecnologias.

*Implantação
do Armazém
de
Informações
do SISAP*

O Armazém de Informações do SISAP foi implantado em março de 2005 e encontra-se em uso na SEPLAG e no IPSEMG. A capacidade de gerar relatórios a partir do Armazém SISAP permitiu a Secretaria executar pesquisas sobre a consistência de dados da vida funcional e de pagamento dos servidores. Isso permite maior controle de legalidade e transparência na administração de pessoal do Executivo.

O Estado de Minas quitou em dezembro de 2005, a última parcela das verbas retidas em governos passados aos servidores do Poder Executivo.

A Secretaria assessorou, ainda, a realização de concursos públicos em 23 órgãos e entidades da administração direta e indireta estadual. Desses concursos, nove estão concluídos e 17 estão em andamento. Foram abertas vagas para o provimento de 24.222 cargos, com a nomeação de 5.603 candidatos até o momento.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP)

Merece destaque em 2005 o início da execução do projeto DATAGERAIS, sob coordenação da SEPLAG, que envolveu a contribuição principal de três Centros desta instituição: o CEES, através da construção do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS); o CEI, responsável pela alimentação dinâmica do componente Minas em Números, e a Escola de Governo, com versão analítica sintética dos principais indicadores disponíveis para o conjunto do estado. No início de dezembro, foi inaugurado o sítio

específico do projeto, com aporte técnico fornecido pela PRODEMGE. Os trabalhos de consolidação do projeto terão continuidade em 2006.

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) foi elaborado em cumprimento à Lei 15.011, de 15/01/2004, abordando as dimensões saúde, educação, habitação, infra-estrutura e meio ambiente, segurança pública, renda e emprego, gestão fiscal, cultura, desporto e lazer. Seus resultados foram apresentados no sítio do DATAGERAIS e em versão própria de consulta em CD-ROOM, com distribuição gratuita.

A instituição deu continuidade em 2005, através do Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA), ao projeto Facilita Minas. Integrante do programa estruturador Empresa Mineira Competitiva, representa um esforço de simplificar as relações do Estado com as empresas. A partir do Facilita Minas, o Governo de Minas, em parceria com prefeituras municipais e órgãos de classe, criou a central “Minas Fácil”, cujo objetivo é agilizar a abertura de empresas.

Execução do projeto Facilita Minas

O CDA realizou também para a Secretaria de Segurança Alimentar do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome o curso de capacitação de gestores de restaurantes populares. Além disso, os programas diagnóstico da indústria de software e tecnologia da informática e diagnóstico sobre o setor de propaganda de Minas Gerais e assistência técnica às instruções de microfinanças de Minas Gerais foram contratados pelo Sebrae e se encontram em desenvolvimento.

O Centro de Estudos Históricos e Culturais (CEHC) tem buscado parcerias com outras instituições governamentais e também com a iniciativa privada para manutenção de suas linhas de atuação no cenário cultural de Minas Gerais e do país. Responsável por estudos, pesquisas e publicações sobre a história e a cultura mineira, bem como pela formulação, acompanhamento e avaliação de políticas culturais, realizou importantes projetos em sua área temática, contando, principalmente, com apoio da Fapemig, da Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria de Estado do Turismo, Telemig Celular e Usiminas. Teve participação ativa na elaboração do Índice Mineiro de Responsabilidade Social, quanto aos indicadores do componente Cultura.

O Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos (Cemme) está negociando dois projetos de caráter metropolitano: estudos básicos para a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – e diretrizes para o desenvolvimento integrado da Região Metropolitana do Vale do Aço-RMVA, em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru). Foram elaborados os planos diretores para os municípios de Barão de Cocais, Pedro Leopoldo, Lavras, Barbacena e projetos na área de recursos humanos e reforma administrativa para os municípios de Lavras e Unaí. Estão em negociação planos diretores para Patrocínio, Paracatu, João Pinheiro, Pouso Alegre, Governador Valadares e Sete Lagoas e o projeto de Capacitação dos Municípios Impactados pela Duplicação da BR-381, para elaboração de seus planos diretores.

Elaboração de planos diretores para os municípios

O Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES) continuou a acompanhar a implementação da Lei estadual n.º 13.803/00 (Lei Robin Hood). Foram desenvolvidos os projetos Desenvolvimento Humano Sustentável no Recife e Região Metropolitana II e ministrados cursos de treinamento sobre o IDH/Brasil-2000 no Amazonas, Paraíba, Maranhão e Bahia e para multiplicadores dos escritórios regionais do PNUD.

Para a Secretaria de Estado de Educação (SEE) foi elaborado o Atlas da Educação (2000-2004) - software contendo todos os registros do sistema educacional nos 853 municípios; para a Secretaria de Estado de Turismo (Setur) os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) dos Pólos Turísticos Caminhos do Norte (nove municípios) e Vale Mineiro do São Francisco - ambos localizados na Região Norte de Minas - no âmbito do Prodetur-NE II.

*Elaboração do
Anuário de
Informações
Criminais*

As ações desenvolvidas pelo CEES para a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) abrangeram a elaboração e divulgação de Anuário de Informações Criminais e boletins trimestrais; a realização do Seminário Homicídios, com participação de renomados especialistas para discussão de políticas públicas para prevenção e repressão a esse fenômeno, e um curso para capacitação de agentes públicos das organizações do sistema de justiça criminal, ligado às Atividades de Inteligência.

No âmbito do tema Saúde, foram ainda concluídos os relatórios de pesquisa Gasto estadual com saúde em Minas Gerais (1997 a 2002), Gastos municipais com saúde em Minas Gerais - 2000 a 2002, e Estudo de Avaliação Externa do Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS/MG, Módulo Macrorregional; realizados os seminários Oficina Pro-Hosp e 1.º Seminário Estadual do Pro-Hosp.

Através de financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), o CEES está desenvolvendo as pesquisas Organização e Gestão da Segurança Pública, e Fluxo do Crime de Homicídios, além de cursos de análise quantitativa e de análise de regressão utilizando o software SPSS, para capacitação interna. Para o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), estão em andamento os projetos Avaliação do Programa de Crédito Popular (Credipop) e Avaliação do Programa Fundese Geraminas. Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-MG), existe o Estudo sobre Mercado de Trabalho Informal.

Já a Escola de Governo da Fundação João Pinheiro desenvolveu diversos projetos tendo como principais clientes e parceiros a Seplag, a Secretaria de Desenvolvimento Social, a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Fundação Hemominas, a Loteria Mineira, o Deop, o Ima, a Jucemg, a SEE, a PMMG, a SEF, os alunos e instituições públicas e privadas de ensino superior, os profissionais da área de educação e saúde, além de cursos para outros estados e prefeituras municipais.

Foi realizado o concurso público para provimento de cargos da carreira de pesquisador em ciência e tecnologia a fim de suprir a carência de recursos

humanos com doutorado em administração pública, economia e direito para a Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho.

Para formar profissionais na carreira de administração pública, o vestibular 2005 aprovou 226 alunos do ensino médio. Está em andamento um curso de capacitação em auditoria interna na Administração Pública, que atende a 40 servidores efetivos da administração pública estadual, bem como um curso de licitações e contratos capacitando 240 servidores.

Pode ser citada também a formação para especialistas em políticas públicas e gestão governamental; orçamento público; português e oficina de textos, com cinco turmas em andamento; regime próprio de previdência social; gestão local de segurança urbana, políticas e programas de crime e violência; licitações e contratações na administração pública, programa de capacitação em planejamento, gestão e finanças I e II; programa de capacitação em políticas públicas; seminário sobre contratualização e parcerização; e treinamento de profissionais da diretoria central de monitoramento do Geraes (pós-graduação lato sensu, de setembro de 2005 a fevereiro de 2007, para formar oito especialistas em gestão e três mestres em administração).

Para gestão de recursos humanos e materiais de modernização administrativa, organização, sistemas e métodos desenvolveu-se o curso de especialização em administração pública (Proap II). Para habilidades no campo de controle interno, especialmente na esfera estadual do governo, desenvolveu-se o curso de especialização em controle interno (Proap II). Já o curso de especialização em direito administrativo (Proap III) supriu as instituições públicas estaduais com especialistas na área de direito administrativo, enquanto os de especialização em direito tributário (Proap II e Proap III) se incumbiram de formar profissionais na área de direito tributário.

Os cursos Proap II e Proap III possibilitaram aos participantes usar novas tecnologias de gerenciamento de pessoas, assim como os de especialização em gestão estratégica da informação do Proap II e do Proap III enfatizaram a análise do ambiente interno e externo para o desenvolvimento integrado de programas e projetos de concepção, implantação e avaliação dos sistemas de informação. Com o objetivo de apurar habilidades técnicas e gerenciais relativas ao ciclo orçamentário e das finanças públicas houve o curso de especialização em orçamento e finanças públicas (Proap II) e o curso de especialização em orçamento e finanças públicas/controle interno e externo (Proap III). O planejamento institucional, a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas foram objetivos dos cursos de especialização em políticas públicas e gestão governamental, respectivamente Proap II e Proap III.

O curso de mestrado em administração pública procura usar recursos de gestão característicos da administração pública moderna, além de processos de regulamentação e de descentralização nas políticas públicas e gerenciamento de sistemas de informação.

O Centro de Estatística e Informação (CEI) viabilizou a produção, sistematização e divulgação de informações estatísticas sobre o desempenho econômico e social de Minas, vital para o processo de tomada de decisões tanto no setor privado quanto público, para os 853 municípios mineiros. Além desta sistematização de estatísticas secundárias, atua na produção de dados estatísticos próprios. Uma atribuição fundamental do CEI é elaborar as estimativas de contas regionais para Minas Gerais, e efetuar sua divulgação em 2005: PIB Municipal de 1999-2003, PIB dos três primeiros trimestres de 2005, PIB estadual anual de 2003 e 2004/preliminar, em convênio com a Fundação IBGE.

Dando continuidade à atualização permanente de bases de dados sobre demografia, atividades econômicas, comércio exterior, educação, saúde, finanças públicas, emprego, saneamento básico e consumo de energia elétrica, produziu em 2005 informativos temáticos diversos veiculados pela internet, com periodicidade variada, e a consolidação de dados estaduais na publicação Perfil do Estado de Minas Gerais, patrocinado pela CBMM, em sua nona edição.

A PED-RMBH, pesquisa domiciliar mensal amostral direta sobre a temática do emprego e desemprego, registrou seu décimo ano de levantamento ininterrupto, por meio de convênio entre FJP, Sedese/Sine, Fundação Seade e Dieese, abrangendo coleta de dados, análise e divulgação mensal.

O Centro de Estatística e Informações começou em 2005 a elaborar com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sectes – a análise do processo de incubação de empresas em Minas Gerais por meio do projeto Caracterização do Processo de Incubação de Empresas de Base Tecnológica em Minas Gerais.

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Prodemge)

*Datacenter do
Estado*

A Prodemge consolidou em 2005, sua posição como Datacenter do Estado de Minas Gerais, com a hospedagem de equipamentos e serviços para diversos clientes como Ipsemg, Secretaria da Saúde e Polícias Civil e Militar.

Dentro das ações de modernização da gestão de recursos humanos do estado, a Companhia desenvolveu, para a Secretaria de Planejamento e Gestão, o Sistema de Avaliação de Desempenho dos Servidores que, junto com o Armazém de Informações de Recursos Humanos, passou a fornecer ao gestor informações precisas e ágeis sobre o histórico de cada servidor estadual.

Em função de um novo plano de carreiras do Poder Executivo do Estado, a Prodemge implantou o posicionamento dos servidores estaduais nas novas carreiras, sendo 280 mil em nove instituições.

O novo módulo de pagamento do Sistema de Recursos Humanos do Estado (Sisap), em fase de implantação, simplificará os processos envolvidos na gestão do pagamento. O projeto do Portal Sisap consolidará essa

modernização, funcionando como local onde todos os servidores terão acesso a todas as informações em tempo real.

No que se refere à gestão de compras, a Companhia está desenvolvendo um novo Portal, que proporcionará a consolidação de processos e integrará todos os envolvidos: compradores, fornecedores, pregoeiros, etc.

*Novo Portal de
Compras*

Compartilhando competências, a Prodemge e a Empresa de Tecnologia da Informação do Governo do Estado de São Paulo (Prodesp) estão implantando o Sistema de Prescrição e Dispensação de Medicamentos para a Secretaria de Saúde, a fim de otimizar a distribuição de medicamentos na capital e, posteriormente, em todo o estado.

Na esfera previdenciária, com o desenvolvimento do Sistema de Concessão de Pensão, o Ipsemg alcançará a redução do prazo de concessão de benefícios aos pensionistas do estado.

A Prodemge, como autoridade certificadora do estado, desenvolveu projetos como a implantação da certificação digital para o Sistema Web de Controle de Certificados de Curso de Formação de Condutores para o Detran e Polícia Civil e o sistema de tramitação de atos normativos do governo, com vistas a reduzir a burocracia e agilizar o atendimento.

*Autoridade
Certificadora*

Dentre os serviços de infra-estrutura realizados em 2005, destacam-se: a execução de cabeamento elétrico/lógico para redes locais de computadores em 26 Superintendências Regionais do Ipsemg no interior do estado de Minas Gerais; a elaboração de projeto e execução de cabeamento estruturado para rede local da SEGOV, no Palácio dos Despachos; a elaboração de projetos arquitetônico / ar condicionado / incêndio / cabeamento estruturado e execução das obras do Psiu Barreiro; fiscalização de obras de cabeamento estruturado contratados pela SEF em 42 unidades do cliente em Belo Horizonte e no interior do Estado.

Houve recepção técnica de 1.709 equipamentos de informática adquiridos pelos clientes da Prodemge; execução de 1.578 pontos lógicos para redes locais de computadores; execução de 3.156 pontos elétricos para redes locais de computadores; elaboração de 11 projetos de cabeamento estruturado para redes locais; manutenção corretiva de 274 equipamentos de informática do patrimônio da Prodemge.

Melhorar o atendimento aos clientes que utilizam os serviços da Prodemge, especialmente as reclamações e demandas técnicas anteriormente atendidas, também foi um dos objetivos da empresa em 2005. Foi criado o setor de Pronto Atendimento, que é responsável pelo primeiro contato com o cliente, e o setor de Atendimento Avançado, que tem uma especialização maior para solução de problemas.

O parque da Prodemge também sofreu atualização tecnológica com a instalação de três impressoras de grande porte com capacidade para 6 milhões

de páginas e a instalação de 60 impressoras, 440 estações de trabalho e 21 servidores de grande capacidade.

Admissão de
45 trainees
por concurso

Na área de recursos humanos e desenvolvimento de pessoas, destaca-se a realização de concurso público para a formação de *trainees*. Foram admitidos 45 jovens recém-formados nas áreas de informática, comunicação e administração. Foi realizado também concurso público para o provimento de 222 vagas em diversas áreas da Prodemge.

Com o objetivo de estimular a busca pelo autodesenvolvimento e facilitar a mobilidade de pessoal na empresa, está sendo estruturado um novo Plano de Carreira, com foco em competências.

Pesquisa de
Clima
Organizacional

A fim de alcançar suas metas, manter a motivação das equipes e proporcionar um ambiente que satisfaça às necessidades de seus empregados, a Prodemge realizou recentemente uma Pesquisa de Clima Organizacional em parceria com a Fundação Dom Cabral. Visando incentivar a parceria interna e a busca de soluções conjuntas, os gestores da Companhia participaram, ainda, do Diagnóstico de Gestão de Pessoas.

A área de recursos humanos e desenvolvimento de pessoas é responsável pela seleção e acompanhamento de 178 estagiários alocados na Prodemge e em clientes.

Em 2005, a Prodemge estabeleceu uma parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC), incorporando-se ao PAEX – Parceiros para Excelência –, programa criado e aplicado pela Fundação desde 1992 com o foco de otimizar os resultados globais das empresas parceiras. Nessa parceria, os dirigentes e profissionais das empresas, com apoio dos consultores da FDC, são estimulados a buscar soluções adequadas e flexíveis, que levem a melhorias contínuas da gestão e dos resultados empresariais.

A avaliação dos resultados é feita mensalmente durante a AGM – Avaliação Gerencial Mensal, mediante de indicadores monitorados pela ferramenta “Painéis de Bordo”, que permite gerenciar as metas. A elaboração e gerenciamento dos painéis é responsabilidade de cada unidade administrativa, cabendo ao nível estratégico intervir quando as ações e definições para alcance de uma meta extrapolar o nível tático. Além dos indicadores, foram definidos e priorizados projetos estratégicos que visam aos objetivos, segundo os seguintes campos de resultado: econômico-financeiro - identificar e melhorar itens que tragam o equilíbrio financeiro; mercado - melhorar a capacidade de resposta ao mercado; valor para o cliente - aumentar o grau de satisfação do cliente; processos e tecnologia - melhorar os processos-chaves da empresa; patrimônio-humano - aumentar a competência e comprometimento das pessoas.

Aquisição do
ERP

Com relação à modernização e automação de seus processos internos, a empresa adquiriu o sistema ERP – Sistema Integrado de Gestão, que já está com a maioria dos seus módulos implantados, reunindo, num mesmo ambiente e numa mesma base de informações, os sistemas internos da Companhia, trazendo eficiência e melhoria na gestão empresarial.

Realizado o processo de registro de preços de locação de servidores e microcomputadores para subsidiar contratações visando a atender futuras necessidades, como o Projeto Downsizing, diversos órgãos da administração estadual e federal manifestaram interesse em aderir às Atas do Registro, como órgãos participantes, tendo em vista a qualidade técnica dos equipamentos e as condições comerciais registradas.

Foi publicado a segunda edição da revista Fonte, no primeiro semestre de 2005. A revista abordou o tema software livre em seus diversos aspectos, contando com a colaboração de especialistas brasileiros e internacionais no assunto e na terceira edição o assunto foi a convergência digital em sua dimensão tecnológica, cultural e de mercado, tendo recebido a colaboração dos maiores especialistas e profissionais.

*Revista
Fonte*

Edição do livro *A Prodemge e sua História*, homenagem ao professor Domingos de Carvalho Mendanha, um dos fundadores da Companhia, com larga folha de serviços prestados ao Estado. Por meio do livro também é contada a evolução da tecnologia da informação e sua interface com a gestão pública em Minas.

*A Prodemge
e a sua
história*

Foi implantado o sistema de Concessão de Pensão (SICON) no IPSEMG, permitindo o cadastramento dos pensionistas e preparando as bases de dados para interligação futura com o novo sistema de pagamento e reativado o COBOM de Governador Valadares, com a utilização do sistema de controle de atendimento, trazendo grandes benefícios ao cidadão e ao município.

Diversos sistemas foram implementados, permitindo um trabalho integrado de defesa social através do acesso a informações, via web, de dados criminais, veículos, condutores e da integração entre os sistemas de Defesa Social (REDS) e o Sistema de Informações Policiais (SIP).

A Integração do Estado de Minas Gerais ao Sistema Nacional de Integração de Informações em Justiça e Segurança Pública (INFOSEG), foi efetivada, com o envio sistemático de informações criminais para o Cadastro Nacional da SENASP.

Foram implantados o sistema de Informações do Atendimento Jurídico da Defensoria Pública, permitindo o controle do atendimento jurídico ao cidadão carente, o de Defesa da Autuação (SIAUT) e implementações nos diversos sistemas do Detran, em decorrência da Resolução 149 do Denatran - Defesa Prévia, que permitiu ao cidadão impetrar recurso prévio antes da emissão da Notificação de Penalidade.

Implantação da Central RENACH em Uberlândia, permitindo a preparação e confecção da Carteira Nacional de Habilitação naquela localidade, sem necessidade de remessa para a capital, agilizando todo o processo.

Desenvolvimento do sistema Registro Nacional de Infrações de Trânsito (RENAINF), em conformidade com Resolução do DENATRAN, possibilitando o registro das infrações de trânsito, não importando onde a

infração tenha sido cometida, onde o veículo esteja registrado ou qual o domicílio do condutor.

Implantação, via web, do Sistema de Encaminhamento automático de alunos da 8ª série do ensino fundamental para o ensino médio, permitindo a garantia de vagas para os alunos concluintes do ensino fundamental nas Escolas Municipais e Estaduais.

Implantação nos municípios do sistema de Inventário do Acervo de Bens Culturais do Estado de Minas Gerais, possibilitando o registro do acervo patrimonial em cada município, mantendo atualização do acervo estadual.

Implantação, via web, do módulo de Prestação de Contas dos recursos de convênios repassados às escolas estaduais para aquisições diversas.

Desenvolvimento do site do Minas Film Commission para a Secretaria Estadual de Cultural, buscando incentivar produções em Minas Gerais.

MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A (MGS)

Em 2005, a Minas Gerais Administração e Serviços S/A (MGS) deu prosseguimento às suas atribuições estatutárias, que é a prestação de serviços às áreas-meio das administrações direta e indireta do estado, destacando-se os serviços executados na região metropolitana e no interior, para as unidades das grandes instituições da área de assistência social e saúde, desenvolvimento rural e urbano do Estado de Minas Gerais, que são Sedese, Fhemig, Hemoninas e Funed, Sedru, Copasa e DER-MG.

A MGS, em conjunto com a Secretaria de Estado de Defesa Social, as Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros (Sistema Integrado de Defesa Social) propiciou o retorno de policiais e bombeiros às suas primordiais funções. Também ajudou a Divisão de Registro de Veículos do Detran a agilizar o atendimento do processo de vistoria, licenciamento e emplacamento de veículos da capital.

A empresa vem executando a transição de seu antigo quadro de pessoal para o de servidores concursados de forma planejada e gradativa, de modo a não acarretar prejuízo e solução de continuidade dos serviços prestados, com um aumento do número de empregados de 6.561 em dezembro de 2004 para 6.911 em outubro de 2005, dos quais mais de 1.190 no interior do Estado.

Na missão de reguladora de mercado, vem cumprindo rigorosamente seu papel no contexto da moderna gestão governamental de busca de redução e erradicação do déficit orçamentário. Junto com as Secretarias de Estado de Planejamento e Fazenda e a Advocacia Geral do Estado, deu continuidade ao relevante trabalho de revisão e quitação dos precatórios da administração indireta, o que vem gerando significativa economia para o tesouro estadual. Até 31 de outubro de 2005, depois de conciliados 3.389 processos, referentes à demanda de 19.611 reclamantes, apurou-se a economia de

*Economia de
R\$ 407
milhões com
precatórios*

R\$ 407.307.528,28 em relação à dívida anteriormente consolidada nos precatórios.

A modernização do sistema de gestão da empresa implantou novo centro de treinamento para seus empregados, com instrutores capacitados e equipamentos de última geração visando à melhoria operacional e redução de custos da empresa. Outro aspecto que marcou a gestão da MGS foi o realinhamento de sua estratégia para inserir novos segmentos de negócios, como a gestão de estacionamentos (Expominas) e condomínios (Edifício Bemge), o que aumentou ainda mais o leque de atuação da MGS no Estado de Minas Gerais.

Cabe à Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) prover e gerir os recursos financeiros, formulando e implementando políticas que garantam a justiça fiscal, o equilíbrio das contas públicas e a consecução das ações de governo, em benefício da sociedade mineira.

Para a viabilidade financeira das políticas de governo, em consonância com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), tendo como foco os programas estabelecidos no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e no orçamento anual, as ações da SEF foram balizadas também pelas metas fiscais estabelecidas no Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, que constitui parte integrante do Contrato de Refinanciamento de Dívidas, firmado com o governo federal; e, ainda, pelo Acordo de Resultados, instrumento de pactuação de resultados mediante acordo formal com a interveniência da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Ressalte-se que todos os membros da SEF trabalharam na mesma direção ao longo de 2005, buscando consolidar a superação do desequilíbrio fiscal, para viabilizar a retomada do crescimento de Minas Gerais, envidando esforços para aprimorar o atendimento ao contribuinte por meio da prestação de serviços de alta qualidade.

Sob o enfoque do Planejamento Estratégico, aliado ao modelo de Administração Gerencial centrada em resultados, a SEF fortaleceu a gestão sistêmica e obteve melhoria nos indicadores de desempenho da receita, despesa, controle interno e serviços para a sociedade. Alcançou significativo incremento real da arrecadação, integrou-se com a área de planejamento e orçamento do Estado, apresentando fluxo de recursos que possibilitou o cumprimento da administração e racionalização dos gastos públicos.

Melhoria nos indicadores de desempenho da receita

A concentração de esforços das unidades da SEF em 2005 logrou resultados satisfatórios, com apoio de programas de financiamento, como o Programa de Reestruturação e Modernização da Secretaria de Estado de Fazenda, que viabilizou o apoio técnico de consultorias em vários projetos. Objetivando o fortalecimento da administração fiscal e de sua eficiência e eficácia, bem como a melhoria do planejamento, controle, execução e transparência do gasto público, a SEF buscou consolidar seu Programa de Reestruturação e Modernização (PRM), integrante do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE), assim como o Projeto Estruturador da Receita Estadual, incluso no GERAES, de forma a garantir a Minas Gerais os recursos necessários à manutenção do equilíbrio das contas públicas.

Consolidação do Programa de Reestruturação e Modernização

Desta forma, o PRM, já em seu oitavo ano de execução, desenvolveu ações visando a modernizar as administrações tributária e financeira, elevar a arrecadação, reduzir a evasão fiscal, melhorar a relação fisco-contribuinte e otimizar os gastos públicos auferindo melhores controles. O valor total do Programa PRM/PNAFE equivale a R\$ 96,136 milhões, já estando comprometidos 99% desse valor.

*Construção e
reforma de
postos de
fiscalização*

São exemplos de produtos gerados pelo PRM o Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual (SIARE), que representou grande avanço qualitativo no atendimento ao contribuinte, com introdução do conceito de agência fazendária virtual. Outros produtos possibilitaram também avanços na eficiência da prestação dos serviços e nos resultados da arrecadação tributária, destacando-se investimentos em modernização tecnológica e na infra-estrutura da SEF, como construção e reforma de postos de fiscalização; o estabelecimento de novo padrão de unidade de atendimento, com implantação da Administração Fazendária Modelo (AF Modelo); a reforma, com modernização de equipamentos de comunicação e apoio, de diversas unidades; e a maciça capacitação dos servidores da SEF, com recursos da ordem de R\$ 1,5 milhão.

Ao final do programa PRM, é visível o alcance do objetivo prioritário, e importantes resultados vêm corroborar os objetivos inicialmente traçados, podendo-se destacar o crescimento real da participação da arrecadação tributária no PIB Estadual de 65,7%, no período 1997-2004, a redução das despesas com a administração fazendária em relação às receitas correntes da ordem de 39%, no período 1998-2004 e o crescimento da área de Tecnologia da Informação, permitindo maior interação com o usuário: uma estação de trabalho para cada dois funcionários.

Acompanhando-se a evolução do indicador de execução do programa, que mede a melhoria da eficácia da gestão dos recursos públicos do Estado de Minas Gerais, verifica-se seu crescimento de 72,2% em 2001 para 94,4% em 2004.

Releva salientar o reforço para o cumprimento da missão da SEF com a nomeação de 403 novos servidores, como resultado de concursos públicos realizados para cargos de auditor fiscal de tributos estaduais e de gestor fazendário, ambos com exigência de nível superior de escolaridade.

O exercício de 2005 foi marcado, no âmbito da Subsecretaria da Receita Estadual (SER) não só pelos excelentes resultados decorrentes do exercício de suas atividades tradicionais - tributação, fiscalização, arrecadação e crédito tributário - mas também pela absorção de uma nova filosofia e de um novo desafio a ser enfrentado a partir de então: a busca da qualidade no atendimento ao usuário.

O esforço canalizado para a obtenção de uma receita capaz de atender as necessidades institucionais do Estado foi coroado com bons resultados. A combinação de estratégias diversas como a implementação de um novo modelo de gestão, o desenvolvimento de novos projetos fiscais e tributários, o aperfeiçoamento do sistema de arrecadação, a integração institucional e a atuação conjunta com órgãos públicos estaduais e federais no combate a sonegação e a outros crimes contra a ordem tributária, a otimização de procedimentos de controle fiscal e a intensificação da capacitação dos servidores, entre outros, tem apresentado resultados que distinguem Minas Gerais no cenário nacional.

Arrecadação de ICMS e de Outras Receitas 2004/2005
Em R\$ 1.000,00

	Receita Realizada*		Meta 2005*	Realizado %	Crescimento	
	2004	2005			Nominal %	Real %
Receita de ICMS	12.827.757,00	15.128.989,00	14.876.181,00	101,7	17,94	10,3
Outras Receitas	420.210,00	580.220,00	564.388,00	102,8	38,08	30,66

*Meta de ICMS constante do Acordo de Resultados.

Dentre as muitas iniciativas realizadas nas quatro áreas de atuação da SRE – tributação, fiscalização, arrecadação e crédito tributário – norteadas pelos objetivos institucionais da SEF e decorrentes do planejamento consolidado da Receita Estadual, denominado Plano Anual do Fisco Estadual – PAFE 2005, que concorreram diretamente para o alcance dos bons resultados obtidos, algumas devem ser destacadas.

Na área de tributação, iniciou-se importante trabalho de simplificação da legislação tributária, foram instituídos novos regimes de substituição tributária com resultados de ganho na arrecadação sem qualquer aumento da carga tributária, foram concedidos Regimes Especiais de Tributação com o objetivo de anular ou minimizar prejuízos impostos aos contribuintes mineiros em decorrência das distorções geradas por benefícios concedidos por Estados vizinhos, e foram realizados estudos para a redução da carga tributária de vários produtos na área de alimentação, construção, educação e higiene pessoal, tendo sido elaborado um cronograma para implementação desses benefícios, já a partir de 2005, por orientação do governador, buscando beneficiar a classe menos favorecida da sociedade.

Redução da carga tributária de diversos produtos

Na área de fiscalização houve a ampliação das ações fiscalizadoras, com a revisão e aprimoramento de processos e procedimentos de controle fiscal, contribuindo para a consolidação do novo modelo de gestão da SRE, suportado em Acordo de Resultados, Acordo Estadual de Metas, Acordos Gerenciais e Acordos de Trabalho.

Ampliação da ação fiscalizadora

A SEF participa ativamente do Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (SINTEGRA), que reúne as administrações tributárias de todas as unidades da Federação e disponibiliza informações que permitem identificar irregularidades nas operações interestaduais, subsidiando o planejamento da ação fiscal e permitindo o controle das receitas referentes à substituição tributária.

As ações de maior destaque ocorreram no combate à adulteração de combustíveis, junto com o Ministério Público, a Polícia Federal e outros órgãos de controle; fechamento de fronteiras, também com outros órgãos afins, para combate ao contrabando de mercadorias estrangeiras; combate aos crimes contra a ordem tributária, falsificação e lavagem de dinheiro em setores

Parceria com o MP e PF para combate à sonegação

econômicos específicos; e implementação no Estado do Sistema de Controle Interestadual de Mercadorias em trânsito, com base em protocolo ICMS do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Para alcançar o objetivo estratégico de disponibilizar um atendimento de qualidade ao usuário foi criada na estrutura da SEF uma Diretoria para Atendimento ao Contribuinte, que tem como competência institucional estabelecer normas e supervisionar o atendimento ao público e monitorar a qualidade desses serviços. Foram estudados ainda os impactos decorrentes das constantes mudanças na economia e na tributação, com especial destaque para os estudos e discussões envolvendo a reforma tributária.

No que concerne à gestão do crédito tributário, em 2005, foram recebidos como resultado das ações de cobrança R\$ 409 milhões, além de novos parcelamentos no valor de R\$ 534 milhões.

O projeto estruturador da SEF, Modernização da Receita Estadual (MRE), avançou na sua estratégia de melhorar a infra-estrutura e as condições operacionais da Receita Estadual, permitindo-lhe, dessa forma, exercer com maior eficácia o controle fiscal e, por consequência, alavancar suas receitas de maneira significativa, conforme explicitam os números da arrecadação apresentados.

Foi realizado o I Seminário Nacional de Educação Fiscal, reunindo representantes de todo o Brasil. A ação de Educação Fiscal, para a qual foi estabelecida uma meta de 1.200 eventos em 2005, realizou 2.106 eventos. Merece destaque o treinamento a distância de disseminadores em Educação Fiscal para mil educadores, com aprovação de 89% dos participantes.

*Implantação
do Gabinete
Itinerante*

Cabe salientar, ainda, o Gabinete Itinerante, atividade na qual o secretário e seus principais colaboradores visitam as regionais com o objetivo de manter um contato direto com os servidores, lideranças políticas e empresariais locais, e falando com a Fazenda, que são reuniões técnicas da alta gerência da SEF com representantes da sociedade civil organizada, com o objetivo de aproximar o corpo gerencial da SEF das entidades de classe, identificando e debatendo temas de interesse comum.

*Economia de
R\$ 71 milhões
com a dívida
do estado*

Na gestão da Dívida Fundada com a União economizaram-se R\$ 71 milhões, originários de ajustes no cálculo da Receita Líquida Real, base de pagamento das prestações do serviço da dívida. Esse montante foi utilizado para abater parcela da dívida vencida em outubro e novembro de 2005. A revisão do cálculo da Receita Líquida Real dos meses de pagamento de abril de 2002 a fevereiro de 2005 ocorreu em função de divergências com o Tesouro Nacional sobre os procedimentos contábeis adotados pelo Estado para registrar os recursos referentes ao Fundef.

Ainda no que se refere à gestão da dívida, houve finalização das negociações com a Cemig para assinatura do Quarto Aditivo ao Contrato de Cessão de Crédito do Saldo Remanescente da Conta de Resultados a Compensar (CRC) e renegociação em fase final do Terceiro Aditivo ao Contrato

para Implantação da Daimlerchrysler do Brasil Ltda. por meio do qual haverá regularização de pendências ocorridas na execução do contrato e a liberação de grande parte das garantias caucionadas pelo Estado, num montante aproximado de R\$ 181,18 milhões. Houve também a formalização de contrato de empréstimo com o BNDES, no valor de R\$ 53,77 milhões, destinado a investimentos no sistema rodoviário do Vale do Aço, para melhoria das condições de infra-estrutura logística e de transporte.

O esforço do Tesouro direcionado ao aumento da receita resultou na arrecadação de R\$ 40 milhões, provenientes da recuperação de ativos dos bancos privatizados Bemge e Credireal e da extinta Minascaixa, bem como da alienação de ações de empresas não controladas e de imóveis não destinados a uso.

R\$ 40 milhões
em
recuperação
de ativos
financeiros

No tocante à administração financeira, conforme previsto no Planejamento Estratégico da SEF, foi concluído o processo de implantação do Módulo de Programação Financeira, importante ferramenta de gestão para o Estado, cujo objetivo geral é o de registrar o planejamento financeiro das unidades operacionais, dando subsídio à Unidade Central de Administração Financeira e às unidades financeiras setoriais para o planejamento da distribuição dos recursos financeiros e otimização do fluxo de caixa do Tesouro Estadual. Houve também a implantação de metodologia para gestão das obrigações financeiras decorrentes de serviços bancários prestados ao Tesouro Estadual. Tal metodologia, que envolve aplicações financeiras geridas pelo Tesouro, propicia ganhos, racionalização e melhor controle nos pagamentos de tarifas bancárias.

Aproximadamente 100 profissionais da área contábil dos órgãos e entidades do Governo de Minas Gerais fizeram um curso sobre a atualização e orientação dos principais procedimentos da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

As unidades-meio adquiriram equipamento próprio para o controle patrimonial via código de barras. Com isso, a SEF será a primeiro órgão do Poder Executivo a implantar a gestão dos bens móveis de forma mais segura, recurso tecnológico que permite a otimização de tempo, de pessoal e de outros recursos utilizados no controle do patrimônio público sob sua responsabilidade. Também foi implementada a modernização do sistema de segurança predial, com a adoção de medidas de ordem gerencial e da tecnologia disponível. Para tanto, foram adquiridas câmeras e serão adquiridos equipamentos de controle de acesso aos andares do Anexo II por meio de senha eletrônica. A SEF também inovará a gestão pública estadual com a implementação de proposta já aprovada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) para a terceirização do serviço de transporte de servidores no âmbito da Grande BH que, conforme estudo, garantirá uma economia de 12%. Foi contratada empresa especializada (EBCT) para o transporte de material para as unidades regionalizadas, com o benefício da cobertura de seguro contra danos e descentralizada a aquisição de alguns itens de material de consumo estocável. Cada unidade, de acordo com sua

média de consumo, passou a receber cota orçamentária para ser utilizada em processos de compras, ganhando-se agilidade no atendimento das demandas.

Foram realizados trabalhos de revisão e otimização de processos em diversas unidades da SEF, com vistas à sua padronização. A Subsecretaria do Tesouro Estadual, Auditoria Setorial, Superintendência de Planejamento e Informática atualizaram a sua missão setorial, valores e visão de futuro. Outras foram reestruturadas de forma a conferir maior agilidade e racionalização na execução das atividades. Foram elaborados documentos de gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia, contendo o fluxo das atividades e a descrição detalhada de rotinas.

A diretriz estabelecida para viabilizar um novo modelo gerencial e também para disseminar conhecimento necessário à obtenção do crescimento do servidor fazendário atingiu todos os servidores da Secretaria nos mais diversos municípios. A Avaliação de Desempenho Individual em decorrência da implementação da nova sistemática, seguindo o projeto estadual comandado pela SEPLAG, avaliou 3.633 servidores e formaram-se 589 comissões de avaliação com o envolvimento de 268 diferentes chefias e 17 chefias por delegação de competência. No Programa de Capacitação, extensa programação anual envolveu, até novembro, 7.800 participações em eventos de desenvolvimento profissional incluindo cursos, encontros, seminários, congressos, treinamentos técnicos, entre outros.

Em 2005, a Auditoria Setorial deu continuidade ao processo de estruturação iniciada em 2003, para o exercício de suas competências e responsabilidades, imprescindíveis à instituição, em consonância ao momento de ampla reestruturação gerencial, operacional e de processos da Secretaria de Estado de Fazenda.

Responsabilizou-se pela coordenação de duas ações estratégicas estabelecidas pela Secretaria: Implantar na SEF gestão de segurança do negócio e Intensificar o sistema de auditoria interna na SEF/MG.

A primeira objetiva orientar as unidades da SEF na definição e adoção de normas e padrões, visando a reduzir riscos e a assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações, dos sistemas e dos recursos, permeando todos os processos que compõem o negócio da SEF. Importante passo, nessa direção, foi dado com a instituição do Conselho Gestor de Segurança Institucional da Secretaria de Estado de Fazenda (CGSINS), por meio da Resolução nº 3.700, de 28 de setembro de 2005.

A segunda surge da necessidade de estabelecer no âmbito da SEF uma rede de avaliação de processos e resultados mediante atuação prévia e concomitante com a tomada de decisão, focada na auditoria baseada nos riscos, no controle eficaz e na transparência das ações e dos gastos públicos.

Com a aplicação eficaz dos recursos provenientes de programas de financiamento, gerando resultados que espelham o esforço conjunto de todas as unidades da SEF para a consecução dos objetivos estratégicos da instituição

e em prol da sociedade, pode-se dizer, com segurança, que a situação das finanças públicas de Minas Gerais permite, na atualidade, ampliar a eficácia do setor público e promover a retomada do investimento no Estado.

MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A (MGI)

A MGI, na sua missão de auxiliar o desenvolvimento do Estado através de investimentos e de saneamento de questões pendentes originadas da privatização dos bancos estaduais, priorizou em 2005, dentre suas atividades, a realização de Ativos de Créditos. Foram recuperados, R\$ 3 milhões, em créditos oriundos do BEMGE/CREDIREAL e R\$ 8,9 milhões da ex-MINASCAIXA, sendo R\$ 6,6 mil proveniente da recuperação de crédito e R\$ 3,2 mil da venda de imóveis, dos quais R\$ 2,2 mil já foram recebidos, e o restante está pendente de liberação do FGTS e aprovação de financiamento.

*Recuperação
de R\$ 11,9
milhões dos
bancos
privatizados*

Em igual período, no que tange às metas quantitativas, foram analisados 1.117 processos com ações judiciais, referentes ao BEMGE/CREDIREAL/MINAS CAIXA. Quanto à ex-MINASCAIXA, foram analisados 11.815 contratos com pendências no Fundo de Compensações de Variações Salariais (FCVS), e entregues à Caixa Econômica Federal 5.621 dossiês correspondentes aos créditos habitacionais cedidos, bem como liberadas 2.679 hipotecas referentes a créditos imobiliários liquidados desde 1998.

*Arrecadação
de R\$ 4,5
milhões com
dividendos e
juros*

As ações priorizadas permitiram gerar para o Estado de Minas Gerais recursos da ordem de R\$ 4,5 milhões, correspondentes a dividendos, juros sobre capital próprio.

DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS MINAS GERAIS S/A (DIMINAS) - em liquidação

A atividade da Diminas concentra-se na gestão dos passivos trabalhistas e fiscais, demandando um acompanhamento em sintonia com os assessores jurídicos.

Dando prosseguimento ao seu processo de liquidação, foi quitado o passivo fiscal no valor de R\$ 605 mil, utilizando o montante de R\$ 304 mil do crédito tributário, e do prejuízo fiscal originário do I.R.P.J. e C.S.L.L., aproveitando a importância de R\$ 301 mil.

Durante o decorrer de 2005, foram encerradas 2 reclamações trabalhistas, gerando uma despesa de R\$ 9 mil.

Assim, dando-se seguimento às medidas de redução e racionalização das despesas, foram mantidas todas as providências tomadas no exercício anterior, bem como a diminuição de gastos com pessoal e a eliminação dos gastos com locação e manutenção da sede.

O programa estruturador Plataforma Logística de Comércio Exterior da RMBH atuou em prol da concentração dos vôos comerciais no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, bem como para sua homologação como aeroporto-indústria e para a implantação do centro nacional de manutenção de aeronaves da Gol Linhas Aéreas.

*Aeroporto
Internacional
Tancredo Neves*

No âmbito do Programa Exporta Minas, executado em parceria com a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), mais de 337 empresários mineiros de menor porte foram instruídos sobre procedimentos para exportação. Destaca-se também a cooperação técnica firmada com o *International Trade Center*, órgão da ONU e da OMC, que permitiu ao governo estadual acesso a poderosas bases de dados e proporcionará o treinamento em análise de mercado internacional a funcionários do governo e de instituições de classe mineira.

Já o projeto estruturador de Parcerias Público-Privadas de Minas Gerais foi marcado pela consulta pública do projeto da Rodovia MG-050, o primeiro projeto de PPP do país na área de infra-estrutura rodoviária. Paralelamente, foram iniciados os estudos de modelagem do projeto de PPP no setor penitenciário e realizado o seminário "O Contrato PPP".

PPP

Foi firmado convênio de cooperação e apoio técnico-científico entre a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), SEDE e a Codemig, realização de levantamento aerogeofísico (aeromagnetométricos e aerogamaespectrométricos) de 69.000km² do sudoeste e 40.732km² do norte/nordeste da bacia do São Francisco, beneficiando 175 municípios.

No Programa 100% de eletrificação rural – luz para todos foram ligados, em municípios não atendidos pela Cemig, 180 domicílios, sendo um terço de escolas rurais, em convênio com a Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina e 40 domicílios, entre eles duas escolas no meio rural, em convênio com a Empresa Elétrica Bragantina S.A.

*Eletrificação
rural*

Também foram instalados 20 sistemas fotovoltaicos para bombeamento de água em centros comunitários localizados nas regiões Norte e Nordeste, investidos R\$440 milhões para financiar o plantio de 220 mil hectares de florestas e na parte mineira da bacia do São Francisco 39 blocos para pesquisa exploratória de petróleo e gás natural foram arrematados.

O Fundo de Incentivo à Industrialização (FIND) financiou 23 projetos no âmbito do Programa de Integração e Diversificação Industrial e Agroindustrial (PRÓ-INDÚSTRIA), e três projetos dentro da seara do Programa de Indução à Modernização Industrial (PROIM) com investimentos próximos a 250 milhões.

FIND

Foram realizados, dentro do Programa Minas no Caminho do Desenvolvimento, vários encontros em cidades-pólos visando a dotar os municípios e a sociedade civil organizada das informações necessárias para o empreendedor realizar com segurança os seus investimentos. No mesmo sentido, com o objetivo de simplificar as relações do estado com as empresas, foi implantado o posto de atendimento ao público do Programa Facilita Minas.

A Feira Nacional de Artesanato, realizada em Belo Horizonte e considerada a maior da América Latina, e o Centro de Artesanato Mineiro contaram com o imprescindível apoio da Secretaria, por intermédio de sua Superintendência de Artesanato.

APL O projeto estruturador dos Arranjos Produtivos Locais (APL) trabalhou para o aumento de incubadoras de base tecnológica de 12 para 19, o que resultou na ampliação do número de empresas de base tecnológica atendidas de 119 para 378.

Em 2005, foram realizados os projetos arquitetônicos e urbanísticos dos parques tecnológicos de Belo Horizonte, Viçosa e Itajubá, criado o modelo de gestão do Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-TEC), assinado o convênio para as obras de infra-estrutura urbana do Parque Tecnológico de Viçosa e Itajubá e firmado o termo de cooperação técnica para a criação do Parque Tecnológico de Lavras.

Em relação aos arranjos produtivos moveleiros, foi firmado o acordo de resultados 2005-2006 do projeto APL de Ubá, assinado por 29 instituições, implantado o Sistema de Qualidade da Rede de Certificação e do Organismo de Conformidade, assinado o convênio para criação do CENTRO MINAS DESIGN entre o Instituto Politécnico de Torinto (POLITO) e realizado o workshop de estratégia e inovação tecnológica para o setor moveleiro em Minas Gerais.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (JUCEMG)

Prêmio de qualidade 2005 Manteve-se a regularidade elogiável nos trabalhos da JUCEMG que culminaram com o primeiro lugar, categoria Destaque, do Prêmio da Qualidade-2005, promovido pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio. A Junta Comercial, como reconhecimento pela sua competência e eficiência, vem-se destacando como a melhor Junta Comercial do País desde 1997.

Como resultado do Programa Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins foram registrados 198.209 documentos em 2005.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG)

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, como agente financeiro do Governo do Estado, exerce papel de destaque nas principais mudanças verificadas na estrutura produtiva da economia mineira. Por meio de financiamentos a investimentos de médio e longo prazos e da prestação de serviços à administração pública estadual, o Banco promove a modernização e a diversificação da economia estadual, a interiorização do desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais, com reflexos positivos nos níveis de emprego, renda e no bem-estar da população.

Em suas operações, o BDMG apóia desde grandes projetos a micro e pequenos empreendimentos, beneficiando uma extensa gama de atividades industriais, agrícolas, agroindustriais, comerciais, de prestação de serviços, de

infra-estrutura e desenvolvimento urbano, em todas as regiões do Estado. Em 31/12/2005, o Banco estava presente em 81% dos municípios de Minas, contabilizando uma carteira de clientes com contratos ativos em 689 cidades.

As ações do BDMG permitiram a viabilização de R\$ 1.228 milhões em investimentos na economia mineira apenas em 2005, proporcionando a geração de aproximadamente 16.087 postos de trabalho diretos.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

O valor do Patrimônio Líquido do Banco evoluiu de R\$ 563 milhões (em 31/12/2004) para R\$ 641 milhões (em 30/11/2005), o que equivale a um crescimento de 14%. Já o lucro líquido acumulado atingiu R\$ 49 milhões em novembro.

O saldo de aplicações em financiamentos para empresas alcançou R\$ 2.584 milhões em novembro de 2005, crescendo aproximadamente 7% em relação ao saldo de aplicações do mesmo mês de 2004.

Como administrador dos ativos remanescentes dos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, o BDMG recuperou, de janeiro a dezembro de 2005, R\$ 16 milhões, incorporando ao patrimônio do Estado recursos públicos reavidos de clientes inadimplentes com aquelas instituições.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Operações de Crédito

De janeiro a dezembro de 2005 foram atendidos 3.913 clientes totalizando R\$ 831 milhões em financiamentos aprovados. Em relação ao mesmo período do ano anterior houve um aumento de 5%, quando as aprovações atingiram R\$ 792 milhões. Analisando os financiamentos por origem dos recursos, verificou-se que as aprovações com recursos provenientes do BNDES, outros repasses, fianças e de capital próprio, totalizaram R\$ 212 milhões (26% do total), enquanto que os recursos aprovados com os fundos estaduais foram de R\$ 619 mil (74% do total).

As liberações de recursos atingiram R\$ 844 milhões. No tocante à estratificação das liberações por origem de financiamentos, a liberação de recursos de repasses e próprios somaram R\$ 288 milhões, enquanto os recursos provenientes dos fundos estaduais atingiram R\$ 556 milhões.

Atuação Setorial e Regional

No decorrer de 2005, as ações do BDMG resultaram no efetivo apoio do Governo a setores produtivos de todos os portes nas mais diversas regiões do Estado.

Em termos regionais as operações de financiamentos aprovadas apontam a ocorrência de uma desconcentração dos investimentos da região

Central do Estado em favor do Triângulo Mineiro e do Norte de Minas. Em 2005, a região Central recebeu 34% do total de aprovações de recursos do BDMG, contra 51% observado no ano anterior. Já investimentos localizados no Triângulo Mineiro e no Norte de Minas, alcançaram respectivamente 23% e 12% das aprovações totais. Em seguida, vem a Zona da Mata e o Sul de Minas, cada uma com 9% do valor aprovado e as demais regiões, que em conjunto receberam 13% da aprovação do período.

O Triângulo Mineiro, região cujo dinamismo se sustenta em sua ampla base agropecuária, recebeu em 2005 investimentos relevantes nos setores sucroalcooleiro, laticinista, madeireiro, dentre outros. Já o Norte de Minas, foi beneficiado com a implementação de projetos destinados à produção e distribuição de energia elétrica, ao cultivo de frutas em lavouras permanentes e à fabricação de produtos siderúrgicos.

A análise das aprovações por setor de atividade confirma a preocupação do Banco com a diversificação da economia mineira. A agropecuária e a agroindústria foram responsáveis por 34% do total aprovado em 2005. Os vários segmentos industriais ficaram com 42% e as atividades comerciais, de prestação de serviços, de infra-estrutura e a construção, 24%.

Sustentáculo fundamental da economia mineira, a agropecuária e a agroindústria aprovaram cerca de R\$ 283 milhões em financiamentos. Destacando-se os investimentos no setor sucroalcooleiro, laticínios, lavouras permanentes e temporárias, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas e pecuária. Neste segmento, a preocupação maior do BDMG é apoiar projetos que viabilizem um melhor aproveitamento da ampla base agropecuária de Minas, com a incorporação de atividades de maior valor agregado.

Neste sentido é importante ressaltar a aprovação de cerca de R\$ 28 milhões para investimentos de pequeno e médio portes que compõem a segunda fase do Projeto Jaíba. Estas operações suportam a produção em 1.600 hectares de terra que, com o apoio do BDMG, irão produzir doze tipos de frutas e proporcionar a criação de milhares de postos de trabalho diretos na região.

Nas atividades industriais, incluindo a indústria extrativa e a de transformação, foram aprovados projetos na fabricação de veículos automotores (incluindo autopeças), na fabricação de produtos de madeira, na fabricação de defensivos agrícolas, na fabricação de produtos de metal, na indústria têxtil e de confecções, para citar apenas os segmentos de maior expressão. Ao todo foram R\$ 347 milhões em financiamentos aprovados para os mais variados segmentos industriais presentes no Estado.

Para o setor terciário foram destinados R\$ 201 milhões em financiamentos em 2005. Os segmentos de comércio e serviços de maior representatividade neste montante foram a produção e distribuição de energia elétrica, o comércio varejista, o comércio atacadista, as atividades de movimentação e armazenamento de cargas, a construção civil e a educação

superior. Estas são atividades de grande importância para o Estado por estarem disseminadas por todo o território mineiro e por apresentarem fortes efeitos geradores de emprego e de renda, aproveitando e desenvolvendo as potencialidades locais.

Projetos Estruturadores

Programa Empresa Mineira Competitiva

Criado com o objetivo de aumentar a competitividade das pequenas e médias empresas do Estado, de todos os setores, propiciando o fortalecimento do tecido empresarial mineiro e a retomada do dinamismo da economia estadual, o programa Empresa Mineira Competitiva possui duas linhas de atuação: a linha de crédito e o Programa Facilita Minas.

Através da linha de crédito, o programa atua na dimensão interna das empresas, apoiando investimentos voltados para a modernização de processos, o aumento da produtividade e a competitividade de produtos e serviços. Entretanto, muitos gargalos à competitividade dos negócios encontram-se no ambiente externo à empresa, portanto fora da administração do empresário. Para remover entraves à competitividade e facilitar as relações do Estado com as empresas, buscando a melhoria dos procedimentos da administração pública, quer no sentido de imprimir maior agilidade ou por meio da desburocratização do atendimento foi criado o Facilita Minas.

No âmbito da linha de crédito Fundese Empresa Mineira Competitiva foram aprovadas, até dezembro de 2005, 92 operações para pequenas e médias empresas alcançando um total financiado de R\$ 52 milhões. Estes projetos são responsáveis pela criação de 2.276 empregos em todo o Estado.

Estrada Real

O Programa de Desenvolvimento de Empreendimentos da Estrada Real – Fundese Estrada Real destina-se a apoiar empresas de micro, pequeno e médio portes, cooperativas de produção e de comercialização localizadas em um dos 162 municípios mineiros integrantes do circuito da Estrada Real e vinculadas diretamente com a esse circuito turístico.

No programa Estrada Real, o BDMG opera uma linha de crédito destinada ao financiamento de investimentos fixos e em capital de giro associado para projetos de implantação, expansão e modernização dos estabelecimentos. Em 2005, foram aprovados financiamentos no valor de R\$ 6 milhões para 122 clientes de micro, pequeno e médio portes, proporcionando a geração de 469 empregos diretos.

Projeto Jaíba

Localizado no Norte de Minas, o Projeto Jaíba é um pólo de fruticultura e agroindústria, com base na agricultura irrigada. Este projeto, em particular, possui grande importância para o Estado por se tratar de um negócio de

grande potencial econômico-financeiro e importantes efeitos multiplicadores numa região deprimida, onde oportunidades são valiosas. Durante 2005, o Banco aprovou R\$ 27.984 mil em financiamentos para 34 clientes deste pólo de fruticultura. Os investimentos apoiados gerarão 1.103 empregos diretos e destinam-se à produção de banana, limão, tomate, tangerina, manga, uva, mamona, laranja, pinha e abacate.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS (INDI)

Atração de investimentos

A ação mais relevante desenvolvida pelo Indí foi a atração de investimentos para complementar e ampliar a competitividade das cadeias produtivas de Minas Gerais por meio da consolidação de APLs, implantação do núcleo de informações estratégicas e a manutenção de banco de dados com informações sobre Minas Gerais.

Com vistas ao desenvolvimento regional, vários programas foram apoiados,

entre eles a formação de consórcios públicos de desenvolvimento, o Programa Sucroalcooleiro, o Fundomaq, o Programa Caminhos para o Desenvolvimento e programas na área de influência de Irapé.

O Indí ajudou a decidir 68 projetos empresariais que envolvem investimentos de US\$ 2,1 bilhões e a geração de 11.194 empregos diretos, destacando-se como as maiores beneficiadas as indústrias dos setores químico e eletroeletrônico. Outros 95 empreendimentos iniciaram a implementação em 2005, prevendo-se investimento de US\$ 1,28 bilhão e 63.816 novos empregos.

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS (GASMIG)

Ampliação da rede de gasoduto

A GASMIG investiu R\$ 44 milhões na construção de 93 quilômetros de ramais de gasoduto, ampliando sua rede em 38%, a qual passou a ter uma extensão de 336 quilômetros, o que permite a distribuição do gás natural a 233 clientes de múltiplos usos: automotivos, industriais, termelétricas e geral.

Foram aplicados R\$ 26 milhões na instalação da Rede de Distribuição de Gás Natural no Vale do Aço, a qual terá capacidade de fornecer cerca de 2,2 milhões m³/dia nos próximos anos. A entrada em operação da primeira etapa está programada para o início de 2006.

A campanha “Faça a Conversão”, que teve como objetivo o incentivo ao uso do gás natural veicular (GNV) resultou num incremento de 6% no consumo de GNV. Também realizou obras para suprimento de bases de compressão de gás, visando à viabilização da distribuição de Gás Natural Comprimido (GNC).

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS (CODEMIG)

Destacam-se entre as ações desenvolvidas pela CODEMIG em 2005, a conclusão das obras do EXPOMINAS-BH, o asfaltamento de 63 trechos do PRÓ-

ACESSO, juntamente com o DER-MG, e outras 42 rodovias que estão sendo pavimentadas, totalizando 811 quilômetros.

Sua participação no Projeto Linha Verde, mediante convênio com o DER-MG é o maior conjunto de obras dos últimos anos na região metropolitana de Belo Horizonte, beneficiando 3 milhões de pessoas, 60 bairros e oito municípios. Este projeto terá investimentos de R\$ 270 milhões, dos quais R\$ 80 milhões provenientes da Codemig.

Foram realizadas várias ações como empresa de fomento ao desenvolvimento industrial destacando o término das obras de implantação dos distritos industriais de Tupaciguara e Santos Dumont, a conclusão da rodovia de ligação de Itabira a João Monlevade, a elaboração do anteprojeto do pólo industrial de semicondutores em Lagoa Santa, a conclusão da 1ª fase do projeto-executivo do Aeroporto Industrial Tancredo Neves em Confins, a duplicação da 2ª parte da Avenida José Ananias Aguiar e o complexo da Rua Uberaba, em Araxá, e a contratação dos projetos executivos do Complexo Penitenciário José Maria Alkimim, em Ribeirão das Neves.

*Fomento ao
desenvolvimento
industrial*

A Codemig firmou convênio com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CRPM) para o levantamento aerogeofísico de 110.000 km² em Minas Gerais. Também foi prestado apoio à realização da Exposição Brasileira de Mineração (Exposibram) e ao Congresso Brasileiro de Mineração, no Expominas.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG)

Em meados de 2005, foi iniciada a operação comercial do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) de Aimorés, com geração parcial de 40 MW.

Visando a ampliar o parque gerador do Estado de Minas Gerais, a Cemig também está participando da implantação dos AHE de Irapé, Capim Branco I e Capim Branco II, os quais produzirão 810 MW, e nas UHEs de Jaguará e Três Marias foram empreendidas obras de reforma e modernização de uma de suas unidades geradoras.

*Ampliação do
parque
gerador*

O Programa Minas PCH para implantação de pequenas centrais hidrelétricas visando a desenvolver projetos de energia de fontes alternativas e de geração distribuída possui cadastradas 33 PCHs, com potência instalada total de 520 MW.

Com o objetivo de difundir e integrar a transmissão da energia elétrica, a linha de transmissão (LT) Montes Claros 2 - Irapé, de 345 kV, com 140 km de extensão, que interliga o AHE Irapé ao sistema interligado nacional, foi concluída, as LTs Furnas-Pimenta (345 kV - 75 km), Itutinga-Juiz de Fora (345 kV - 140 km) e Irapé-Araçuaí (230 kV - 65 km) tiveram suas obras iniciadas, e as linhas de transmissão de 230 KV da região leste do estado foram recapacitadas.

Para reforçar a distribuição, foi inaugurada a subestação de Neves 3, (138 kV - 50 MVA), localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, ampliada a SE Brasilândia 2 (69 kV - 10 MVA), na região norte do estado, e concluídas as obras das subestações de Três Corações 2 (138 kV), na região sul do estado e Mariana 2 (138 kV - 15 MVA), na região Mantiqueira.

Noroeste

Encontra-se em implantação o Plano de Atendimento ao Noroeste Mineiro, que engloba a duplicação do potencial gerador do AHE Queimado, três novas subestações e a ampliação das existentes. Em 2005 foram construídas 557 quilômetros de rede de média tensão.

Luz para todos

O Programa 100% de Eletrificação Rural: Luz para Todos levou energia elétrica a 45.229 clientes, entre eles 1192 escolas e 1184 assentados, e outros 23.003 estão com obras em andamento em 712 dos 774 municípios da área de concessão da Cemig.

Com a iluminação dos campos de futebol, permitindo a prática de esportes, entretenimento, eventos sociais e capacitação profissional à noite, a violência e a criminalidade nas áreas circunvizinhas estão tendo uma acentuada redução. De acordo com o Instituto de Pesquisa Olhar, 92% dos moradores entrevistados aprovaram a iluminação do campo em sua comunidade. Dentro do Programa Campos de Luz, foram ligados 153 campos de futebol.

No âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - ReLuz, foram eficientizados cerca de 8 mil pontos de iluminação pública, principalmente na capital, levando a uma redução anual de 330 kW na demanda, 1.430 MWh no consumo (incluindo consumo nos reatores) e uma economia de quase R\$ 300 mil ao ano para as prefeituras municipais. A iluminação na rodovia MG-010 foi ampliada em mais da metade de sua extensão a instalação de 378 postes equipados com luminárias e lâmpadas de vapor de sódio de 400W e quatro postes equipados com luminárias e lâmpadas vapor de sódio de 250W.

Os órgãos que compõem o sistema de transportes e obras públicas do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP), Departamento de Obras Públicas (DEOP), Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A. (METROMINAS), foram responsáveis por relevantes ações em todo o estado, inclusive quanto à execução de obras provenientes de ações de diversos projetos estruturadores.

Em 2005, a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP) atuou no setor de infra-estrutura por meio de programas de sua competência, em parcerias com o DEOP e DER e projetos estruturadores. A maioria das ações da Secretaria foi sobretudo no auxílio aos municípios mineiros, em conformidade com os objetivos prioritários do atual governo, explicitados no Plano Plurianual de Ações Governamentais (PPAG) e na implementação dos seus diversos programas.

No programa **Auxílio aos Municípios em Ações Emergenciais e Obras Infra-Estruturais**, a realização de convênios com as prefeituras municipais de todas as regiões de Minas Gerais, assim como o apoio aos municípios em obras de infra-estrutura, que tem por objetivo alavancar o desenvolvimento urbano e a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população mineira, possibilitaram, a assinatura de 729 convênios, a maioria dos quais para a melhoria de vias públicas ou para obras de infra-estrutura esportivas.

*Apoio aos
municípios
em obras*

Inserido no programa **Infra-Estrutura em Modais de Transporte no Estado de Minas Gerais**, diversas ações estão sendo implementadas para a adequação da infra-estrutura no modal aeroviário visando atender à atual demanda do setor, bem como incrementar o turismo e os negócios por meio da aviação regional. Dentre elas está a revisão do antigo Plano Aeroviário, de 1986, que deu origem ao Plano Aeroviário do Estado de Minas Gerais (PAEMG), aprovado pelo Comando da Aeronáutica mediante Portaria nº. 865/GC 5, de 17 de dezembro de 1999.

Também foi criada a Unidade Gerencial do Programa Aeroportuário, denominada CAER – Central Aeroportuária, ligada ao Departamento de Obras Públicas (DEOP), responsável pelo planejamento, obtenção de financiamentos, execução de projetos, estudos ambientais e o gerenciamento das obras de construção e melhorias em aeroportos.

Destacam-se, também, a transferência dos vôos nacionais do aeroporto da Pampulha para o aeroporto de Confins, bem como os programas de adequação da malha aeroportuária mineira.

As ações de construção e melhoramento de aeroportos ocorrem em parceria com o governo federal por intermédio do PROCONSERVA (Programa de Conservação de Aeroportos) que tem o objetivo de recuperar os aeroportos existentes sujeitos ao cancelamento da homologação por apresentarem “pouso com risco”; do PROMAER (Programa de Melhoramento de Aeroportos), que tem por objetivo adequar os aeródromos à sua classificação funcional no PAEMG,

*Modal
aeroviário*

priorizando aqueles com classificação hierárquica superior fazendo uma distribuição espacial cujas distâncias entre dois aeroportos sejam de aproximadamente 100 quilômetros; e do PROFAA (Programa Federal de Auxílio a Aeroportos), executado em convênio com o Comando da Aeronáutica, e com recursos oriundos da tarifa aeroportuária (ATAERO), que visa a auxiliar os estados na construção de aeroportos de interesse regional. Estão em execução as seguintes obras de aeroportos no PROFAA:

Aeroporto Regional da Zona da Mata: *road-service*, implantação da subestação elétrica, infra-estrutura para a sinalização vertical e horizontal, biruta iluminada, torre do NDB, instalação da estação meteorológica de superfície - EMS 2, cercamento da área patrimonial, obras complementares e montagem das instalações e obras de acabamento do TPS na proporção de 30% do seu total, para início imediato de operação. Instalação e montagem do elevador e acabamentos da Torre de Controle de Vôo. Implantação de Seção de Combate a Incêndio - CAT 4. Execução das obras de proteção ao meio ambiente para a obtenção da Licença de Operação (LO) e, ainda, dotar o aeroporto de equipamentos para operação por instrumento, visando a receber as instalações das empresas que assinaram os Protocolos de Intenção com o Estado de Minas Gerais e com vistas a receber vôos nacionais, internacionais, cargueiros e comerciais. As obras serão realizadas com o aeroporto em operação.

Aeroporto de São João del-Rei: aumento de capacidade e melhoramentos da pista de pouso e decolagem, pista de taxiamento, pátio de estacionamento de aeronaves e de veículos, construção do terminal de passageiros e do serviço de combate a incêndio e ampliação do acesso rodoviário. Este aeroporto é a porta de entrada para a Estrada Real e, após as obras, será elevado à categoria de aeroporto regional para operação de linhas aéreas regulares e aviação em geral.

Aeroporto de Diamantina: aumento de capacidade e melhoramentos da pista de pouso e decolagem, pista de taxiamento, pátio de estacionamento de aeronaves e de veículos, construção do terminal de passageiros e do serviço de combate a incêndio e ampliação do acesso rodoviário. Este aeroporto está também na Estrada Real, fazendo parte do Programa de Turismo do BNB - PRODETUR NE II e, após as obras, será incorporado à categoria de aeroporto regional para operação de linhas aéreas regulares e aviação em geral.

Com relação ao modal viário, a Setop realizou ações que se integram aos projetos estruturadores. Cita-se, como exemplo, o emprego de recursos no programa **Melhoria da Infra-Estrutura dos Acessos Viários**, contemplando o fornecimento de obras de arte especiais (como pontes e viadutos), bueiros metálicos e mata-burros, aos municípios mineiros. Tais equipamentos facilitam o deslocamento de veículos e pessoas e o escoamento da produção, interligando localidades variadas e dinamizando a economia.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS (DER/MG)

Cumprindo sua missão institucional de assegurar soluções adequadas de transporte rodoviário de pessoas, bens e serviços em Minas Gerais, o DER é responsável pela construção, manutenção, operação e segurança dos transportes da rede rodoviária do estado e pela gestão dos transportes coletivo intermunicipal de Minas e metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

De maneira conjunta, os projetos estruturadores a cargo do DER estão contribuindo para o alcance dos resultados programados.

O projeto estruturador **Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios - PROACESSO** objetiva a pavimentação da ligação de 224 municípios à rede pavimentada do estado. O governo do estado já autorizou o início da pavimentação de 70 acessos, totalizando 1.296 quilômetros de rodovias, cujas obras beneficiarão diretamente cerca de 500 mil mineiros. Foram pavimentados 416 quilômetros de estradas, e 19 municípios já contam com acesso pavimentado à rede principal. Em novembro o DER foi autorizado a tomar as providências para início do procedimento licitatório de mais 30 acessos, com extensão total de 650 quilômetros e população atendida de 220 mil habitantes. Além disso, o DER vem executando projetos de engenharia rodoviária de outros acessos integrantes do programa.

*Novos acessos
rodoviários
pavimentados*

O projeto estruturador **Corredores Radiais de Integração e Desenvolvimento** tem como objetivo reduzir os custos de transportes e aumentar a segurança do tráfego nos corredores rodoviários convergentes para a RMBH. O DER contratou e o governador apresentou à população em 23 de novembro de 2005 o primeiro projeto de Parceria Público Privada do país, que visa à recuperação da infra-estrutura das rodovias MG/050-BR/265, no trecho Entroncamento BR/262-Divinópolis-Formiga-Passos-São Sebastião do Paraíso-Divisa MG/SP, com extensão de 372 quilômetros. De 24 de novembro de 2005 a 9 de janeiro de 2006 haverá consulta pública sobre a proposta de parceria apresentada.

O projeto estruturador **Potencialização da Logística do Triângulo e Alto Paranaíba** visa a reduzir os custos de transporte e a aumentar a competitividade da indústria nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, incrementando a infra-estrutura portuária, aquaviária e implantando e recuperando a malha rodoviária. Até dezembro de 2005 foram pavimentados 58,0 quilômetros (dos quais 20,0 quilômetros no presente exercício) estando concluídos os trechos Campo Florido-Pirajuba-Ribeirão Dourado II, Limeira do Oeste-Entroncamento LMG/864 e Usina Fósforo-Entroncamento BR/050 e também foram restaurados outros 36,0 quilômetros (Campo Florido-Pirajuba e União de Minas-Entroncamento MGT/497). Os estudos de viabilidade de portos hidroviários de Iturama e Santa Vitória foram concluídos.

O projeto estruturador **Reestruturação da Plataforma Logística e de Transportes da RMBH** visa a melhorar as condições de transportes e a

racionalizar a movimentação de bens no interior do tecido urbano da RMBH e nas interfaces com os corredores radiais de tráfego.

Com a utilização intensiva do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, já no 1.º semestre de 2005, foi dada especial atenção à ligação Belo Horizonte - Confins (MG/010), em um efetivo serviço de conservação nos seus 18,0 quilômetros a fim de garantir conforto e segurança aos seus usuários.

Em outubro de 2005, o governador autorizou o início das obras do Projeto Linha Verde, que beneficiará 3 milhões de habitantes e prevê:

Projeto
Linha
Verde

- cobertura do Ribeirão Arrudas, no trecho compreendido entre a Alameda Ezequiel Dias e o Complexo Viário da Lagoinha;
- intervenção e urbanização da Av. Cristiano Machado;
- adequação de capacidade (duplicação) e restauração da pista existente na rodovia MG/010, trecho Viaduto sobre a Av. Pedro I (BH)-Entroncamento LMG/800 (Lagoa Santa) e LMG/800, trecho Entroncamento MG/010-Acesso ao Aeroporto Tancredo Neves (Confins).

O programa especial **PROMG - Recuperação e Manutenção Rodoviária do Estado de Minas Gerais** propõe recuperar e manter a rede rodoviária pavimentada sob jurisdição do DER, hoje com 10 mil quilômetros. Otimizando a distribuição e aplicação dos recursos, o DER vem recuperando funcionalmente rodovias em todas as regiões do estado, com expectativa de recuperação de 7.500 quilômetros até 2005, sendo 5 mil quilômetros no presente exercício. Além disso, dentro da nova sistemática de execução de obras do PROMG, que avaliará o desempenho das empresas segundo padrões de qualidade definidos pelo DER, contando com a efetiva participação dos usuários, a licitação 30 de dezembro de 2005 é para contratar empresas para recuperação de 716,3 quilômetros de rodovias pavimentadas nas áreas de jurisdição da 1.ª CRG - Belo Horizonte e 20.ª CRG - Formiga.

Recuperação
funcional de
rodovias

No projeto estruturador **Estrada Real** foram concluídos os projetos de sinalização turística para nove circuitos: Circuito dos Diamantes, Circuito Caminhos Verdes de Minas, Circuito das Águas, Circuito Minas Rio, Circuito Guimarães Rosa, Circuito Tropeiro de Minas, Circuito da Canastra, Circuito Lago de Três Marias e Circuito Águas do Cerrado.

Na concretização do **Programa de Manutenção da Rede Rodoviária**, o DER, a fim de garantir trafegabilidade em sua malha rodoviária não-pavimentada, que totaliza aproximadamente 10 mil quilômetros, executou patrolamento, encascalhamento de pontos críticos e revitalização dos sistemas de drenagem em 1.900 quilômetros de segmentos de rodovias.

O **Programa de Pavimentação de Rodovias** visa a dotar o estado de infra-estrutura rodoviária adequada ao desenvolvimento econômico por meio da pavimentação das rodovias alimentadoras da rede principal e das rodovias coletoras. Estratégico para o sistema de transportes de bens e pessoas com qualidade, foram pavimentados 49 quilômetros, estando concluída a pavimentação dos trechos Cachoeira da Prata-Maravilhas, Santo Antônio do Monte-BR/262; em andamento o trecho Itabira-Nova Era, Itabira-João

Monlevade, Botelhos-Divisa Nova, Contorno Coronel Fabriciano, tendo sido também iniciados os serviços nos trechos Acesso Sul a Juiz de Fora e Caiana-Carangola.

No **Programa de Operação de Via (OPERVIA)** é função do DER fiscalizar os veículos de carga nas rodovias sob sua responsabilidade nos postos de pesagem, com a operação de 13 balanças, já que foram implantadas mais 3 balanças em relação a 2004. Na fiscalização e controle de velocidade são monitoradas 44 faixas de rolamento, em diversas rodovias no estado. Na Campanha Educativa no Trânsito, que tem por objetivo conscientizar o usuário da via sobre a importância da educação como fator essencial à segurança de todos, foram desenvolvidas 140 blitzes, alcançando 50 mil pessoas; 90 palestras para um total de 6 mil pessoas, seis cursos para 130 pessoas e 90 outras ações beneficiando 12.500 pessoas.

Fiscalização e controle nas rodovias

Na gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal 807 municípios utilizam 903 linhas, com uma frota de 4.941 veículos de passageiros. São 230 empresas delegatárias que transportaram 6.860.000 passageiros/mês.

Na gestão do Sistema de Transporte Metropolitano são atendidos os 34 municípios da RMBH, por meio de 223 linhas e uma frota de 2.357 veículos. São 46 empresas que transportaram 17.805.000 passageiros/mês.

O **Programa de Duplicação da Rodovia Fernão Dias – BR-381**, trecho Belo Horizonte - Divisa MG/SP, concluiu 11,2 quilômetros de duplicação da rodovia, duas pontes, duas passarelas para pedestres, três passagens inferiores e o trevo de Varginha. Estão em andamento a pavimentação de vias laterais e acessos, trevo de Pouso Alegre, reforço e alargamento de três obras-de-arte especiais, iluminação de duas interseções, recuperação ambiental, dispositivos de segurança e obras civis.

No **Programa de Qualidade no Serviço Público (PQSP)** foram treinados, até novembro, 792 servidores nas seguintes áreas de atuação: Jurídica, Engenharia Rodoviária, Transporte/Trânsito, Planejamento/Gestão/RH e Administrativa. O DER conta com uma área estruturada para atender a informações, sugestões e reclamações relacionadas aos serviços prestados pelo órgão. O setor de Atendimento ao Usuário atua como o canal direto entre o DER e os seus usuários, recebendo e encaminhando respostas às solicitações. Para isso, a área dispõe de várias ferramentas, como o número telefônico 118.

DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (DEOP)

Com o avanço administrativo, baseado no conceito da gestão de processos, conseguiu-se, de maneira inédita, encurtar prazos, notadamente no que tange à contratação de obras. Anteriormente, processos de concorrências públicas demandavam cerca de 150 dias. Hoje, passaram a ser realizados em 55. O intervalo entre julgamento, homologação, assinatura de contrato e ordem de início, que demandava 30 dias, passou a ser realizado em cinco. O retorno de processos a instâncias já ultrapassadas para retificações ou novos

Avanço administrativo

esclarecimentos reduziu-se a zero. Em suma, a burocracia passou a cumprir seus prazos mínimos, inelutáveis por força de lei.

Também conseguiram-se grandes avanços em termos de produção, tendo o Deop atingido, em outubro de 2005, a extraordinária marca de 262 obras contratadas.

Apreende-se ainda a democrática dispersão dos contratos no mercado. Com a proporção apontando duas obras por empresa, observa-se que o Deop não disponibiliza reserva de mercado, mas apresenta-se, sim, como o órgão das oportunidades, desde que haja qualidade, preço e correção a se ofertar.

A produção mensal se deu igualmente de modo notável durante o ano no que tange licitação. Salienta-se a produção de agosto de 2005, atingindo-se a média de 2,5 licitações por dia útil durante todo o mês.

A evolução dos descontos praticados nas licitações do Deop se deu de modo extremamente positivo. Partiu-se, no início do ano, de uma prática de preços ofertados em média 5,78% acima do preço do Deop, para outra com preços 5,26% abaixo. Conseguiu-se uma redução real de 11,04% nos preços das obras do Departamento.

O crescimento dos valores das medições mensais das obras demonstra o incremento de produção implementado pelo Deop.

A partir dos avanços administrativos e da produção, com notável evolução na arrecadação de recursos próprios durante 2005, o Deop apresenta-se auto-sustentável, capaz de cobrir todo o seu custeio assim como o dos serviços terceirizados, incluindo-se as consultorias.

Ao executar seu programa de obras de forma cada vez mais eficiente, o Deop não só recupera e amplia a infra-estrutura básica do estado como revitaliza a economia ao criar empregos, gerar salários e aumento da renda, com efeito, também, na arrecadação tributária derivada da execução de seus projetos.

Entre as diversas obras realizadas e avanços alcançados pelo Deop em 2005 merece destaque a construção do prédio de eventos paralelos e dos pavilhões I, II e III do centro de feiras EXPOMINAS. Essa obra é de relevância inestimável para alavancar o turismo, assim como a produção de eventos culturais, técnico-comerciais, entre outros.

Também as obras referentes aos projetos estruturadores do Governo de Minas, entregues pontualmente, suscitaram uma singular contribuição para proporcionar mais segurança e infra-estrutura para Minas. Cita-se a construção das penitenciárias em Santa Luzia, Muriaé, Três Corações, Uberaba, Patrocínio, do presídio em Ribeirão das Neves e do CEMMAC (Centro de Educação Marista Marcelino Champagnat), além da ampliação da penitenciária Nélson Hungria, em Contagem, e do presídio Jaci de Assis, em Uberlândia.

Menciona-se, ainda, a conclusão e execução de obras nos centros socioeducativos em Belo Horizonte e Governador Valadares e a construção dos centros nas cidades de Sete Lagoas e Divinópolis, que estão na fase licitatória.

Outra importante obra entregue pelo Deop foi a 1ª Região Integrada de Segurança Pública da Capital (Risp), reunindo, de forma pioneira, em mesmo espaço físico, as duas forças policiais, a 8ª Região Militar e o 1º Departamento de Polícia Civil. A Risp reúne seis batalhões da PM e suas 24 companhias, além de seis delegacias seccionais e as respectivas 24 delegacias distritais. A instalação da Risp em um ponto estratégico no hipercentro de BH vem contribuir com o projeto de revitalização do centro da capital.

*Instalação
da 1ª Risp*

Os progressos demonstram que a firme determinação de se construir um Estado mais eficiente se concretiza plenamente no atual modelo de gestão do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais.

O Deop orgulha-se de fazer parte deste contexto desenvolvimentista e renova o seu compromisso em continuar empreendendo o melhor de seu esforço na construção do melhor Estado para se viver.

TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE SA (METROMINAS)

Até o momento, a METROMINAS, instituída pela Lei Estadual n.º 12.590, de 25 de julho de 1997 e constituída em 14 de fevereiro de 2000, não iniciou a operação do trem metropolitano, que continua sob a gestão federal.

No exercício de 2005, o transporte de passageiros sobre trilhos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em processo de descentralização, com base legal na Lei Federal nº 9.693/93, permaneceu sob a gestão da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, uma vez que não se concluiu a negociação de transferência do Sistema de Trens Urbanos de Passageiros para o estado e municípios de Belo Horizonte e Contagem.

Tal situação se justifica em razão de a União não ter concluído todas as obras previstas no escopo do Programa BIRD-1, com financiamento federal e do Banco Mundial.

Dada a grande importância da intermodalidade para a melhoria do padrão de acessibilidade e mobilidade dos passageiros metropolitanos, a Setop vem acompanhando e contribuindo para a negociação da Descentralização do Metrô com a União e o Banco Mundial e, mais recentemente, com o Ministério das Cidades e CBTU.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

A estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana compreende a Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano e a Subsecretaria de Assuntos Municipais. Vinculam-se à Secretaria a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), a Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB) e o Departamento Estadual de Telecomunicações (DETEL). Integra ainda o sistema operacional da Secretaria, como seu órgão consultivo, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana.

Reunindo no seu campo de atuação questões de relevância fundamental para o estado, como desenvolvimento regional, habitação, saneamento básico, assuntos municipais, áreas metropolitanas e telecomunicações, a Secretaria tem como pauta o compromisso do Governo de Minas de buscar o desenvolvimento sustentável das cidades e a redução dos desequilíbrios entre as diversas regiões de Minas Gerais.

Na Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano, suas três superintendências realizaram ações nas áreas de habitação, saneamento, urbanismo e políticas específicas para as regiões metropolitanas. A Superintendência de Desenvolvimento Regional participou do Projeto Oficinas das Cidades, que tem como objetivo a sensibilização e mobilização de diversos segmentos das comunidades locais dos municípios para a elaboração dos Planos Diretores Municipais participativos, em parceria com o Ministério das Cidades e o Núcleo Mobilizador-MG. Foram realizadas 15 oficinas no estado, sendo seis sob a responsabilidade da Secretaria, nos municípios de Montes Claros, Teófilo Otoni, Uberaba, Patos de Minas, Pouso Alegre e Itaúna, onde foram capacitados 500 pessoas aproximadamente.

A Superintendência de Assuntos Metropolitanos deu prosseguimento às ações de reestruturação da questão metropolitana em Minas Gerais, que incluem uma parceria com o Banco Mundial para o planejamento estratégico e identificação de projetos prioritários para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e a contratação da Fundação João Pinheiro para consolidar e sistematizar os estudos existentes sobre as regiões metropolitanas. Tais ações envolvem ainda provocação da arquidiocese, da comunidade acadêmica e dos movimentos populares para construção de uma identidade regional nas regiões metropolitanas. Participou também da reestruturação da Assembléia Metropolitana de Belo Horizonte (AMBEL) e, com o governo espanhol, em negociações que resultaram na liberação de 300 mil euros a fundo perdido para aplicação em projetos de infra-estrutura em 250 municípios não-atendidos pela Copasa.

*Reestruturação
da questão
metropolitana*

A Superintendência de Infra-Estrutura Urbana é responsável pelos projetos estruturadores **Lares Gerais e Saneamento Básico: Mais Saúde Para Todos**. Para atender ao projeto Lares Gerais – Segurança, destinado a policiais militares, civis e bombeiros militares, foram desapropriados 138 imóveis, com investimento de R\$4.032.000,00.

Concluíram-se, em 2005, 117 unidades habitacionais destinadas aos desabrigados das enchentes de 2002 em diversos municípios mineiros.

Destaca-se também a finalização de 71 unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Campos Silveira, em Ribeirão das Neves.

Dentro do programa **Saneamento Básico: Mais Saúde Para Todos**, foram instalados 1.445 módulos sanitários em 145 localidades, estão sendo implantados seis sistemas de tratamento de esgoto, além de outros quatro com obras em andamento. Está em curso a implantação dos Sistemas de Resíduos Sólidos Urbanos nos municípios de Araponga e Bom Jesus da Penha. Já foram implantados 24 Sistemas Simplificados de Saneamento e foram implementadas ações emergenciais para combate aos efeitos da estiagem em 36 municípios e 50 localidades.

Já a Subsecretaria de Assuntos Municipais, dentro de sua missão institucional, iniciou no exercício um Programa de Capacitação visando a levar aos municípios mineiros informações sobre urbanismo, zoneamento urbano, ocupação, uso e parcelamento do solo, objetivando propiciar conhecimentos que colaborem na elaboração dos Planos Diretores Municipais. Na primeira etapa foram capacitados 64 municípios por intermédio das Associações Microrregionais dos Municípios do Médio Rio das Velhas (AMEV), Municípios da Mantiqueira – AMMA e Municípios do Vale do Paraibuna (AMPAR).

*Expansão
do PSIU*

Em continuidade às suas ações foram realizados, em parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, três ciclos de palestras sobre Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial, inaugurado na região do Barreiro o 26.º posto PSIU, cujo atendimento ora se efetiva em torno de 4 mil/mês e gestões para a execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (PADEM) que envolve recursos de 3 três milhões de reais e atendimento a 93 municípios.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE MINAS GERAIS (COHAB)

Em 2005, a Cohab passou por uma profunda transformação, que resultou na retomada de suas ações no combate ao déficit habitacional da população carente do estado. Esse ano marcou a prioridade com que o Governo de Minas decidiu encarar a questão habitacional.

*Reformulação
do FEH*

Foi reformulado e atualizado o Fundo Estadual de Habitação por mais 30 anos, instrumento que permitiu à Cohab iniciar a construção de 11 mil moradias dentro do projeto **Lares Gerais** - Habitação Popular, que atenderá a 107 municípios, ao custo de R\$221.237.634,22.

Estes investimentos vão produzir efeitos na economia local desses 107 municípios por meio de impostos (tributos diretos, indiretos e reduzidos) na ordem de R\$33,5 milhões, criação de empregos (diretos, indiretos e induzidos) estimados em 13.204 vagas e geração de renda (salários diretos, indiretos, induzidos) de aproximadamente R\$48,1 milhões.

Outras iniciativas, com diferentes parceiros, realizaram-se. Foram concluídas e comercializadas 168 moradias em Divinópolis com recursos do FGTS, houve a reconstrução de 184 moradias destruídas ou danificadas por enchentes com recursos do Ministério da Integração Nacional. Estão em fase de conclusão 71 casas populares em Ribeirão das Neves com recursos do FAT

e do Governo do Estado, além de concluídas 309 unidades e outras 187 em fase de conclusão com recursos do Servas. Também houve urbanização de 941 lotes em Santa Luzia em parceria com empresas de construção civil, entre outras.

Foi criado como projeto-piloto o escritório de negócios de Itajubá - ERN (Itajubá), com o objetivo de descentralizar as ações da Cohab, melhorando o atendimento aos mutuários pela disponibilização de todos os serviços na região, inclusive com a regularização de débitos de contratos.

COMPANHIA DE SANEAMENTO E ESGOTO DE MINAS GERAIS (COPASA)

A Copasa foi considerada a melhor empresa do país em "Serviços de Utilidade Pública", segundo a revista Isto é Dinheiro - 2005; prêmio Balanço Anual na categoria Saneamento e Limpeza criado pelo jornal Gazeta Mercantil em parceria com o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC; Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento-2005, concedido pelo Comitê Nacional da Qualidade, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, contemplando a gestão dos sistemas das cidades de Varginha, Janaúba e Claro dos Poções e, pelo segundo ano consecutivo, Empresa do Ano pela revista Saneamento Ambiental. Na Copasa, graças aos serviços de qualidade assegurados por seus empregados e fruto do novo modelo de gestão empresarial iniciado em 2003, estabeleceram-se metas e resultados.

Reconhecimento
pelos serviços
prestados

Foram destaques do exercício o lançamento de ações da Copasa no mercado da Bovespa, o processo de implantação de um novo sistema integrado de gestão empresarial - tecnologia Enterprise Resource Planning (ERP), a renovação das concessões de 56 sedes municipais, sendo 54 com serviços de abastecimento de água e duas com esgotamento sanitário, a assinatura de 26 novos contratos de concessões, sendo 11 de água e 15 para prestação do serviço de esgoto sanitário.

No projeto estruturador **Saneamento Básico: mais saúde para todos** os investimentos realizados pela empresa em 2005 totalizaram R\$532,5 milhões, sendo R\$504,4 milhões aplicados na implantação, ampliação e melhorias de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e no tratamento de esgotos.

Saneamento

A população atendida com abastecimento de água, chegou a 11,13 milhões em 2005, com acréscimo de 383 mil pessoas no quadro de usuários.

Para esgotamento sanitário, a população beneficiada pelos serviços atingiu 5,59 milhões de habitantes em 2005, com o acréscimo de cerca de 234 mil usuários.

A preservação ambiental, em especial por meio do tratamento dos esgotos sanitários coletados em estações de tratamento de esgoto, o índice de tratamento deverá atingir 43% em 2006 com o término da construção, prevista para o 1.º semestre de 2006, da Estação de Tratamento de Esgotos da Bacia do Ribeirão do Onça. Esta estação vai tratar os esgotos gerados nos municípios de

Contagem e Belo Horizonte, que passarão a ter a totalidade dos seus esgotos coletados e tratados. A empresa hoje trata de aproximadamente um terço dos esgotos coletados.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS (DETEL)

O Detel tem como finalidade básica formular e executar a política estadual de telecomunicações mediante duas atividades finalísticas: a engenharia de radiodifusão e a engenharia de telecomunicações.

Radiodifusão

No campo de radiodifusão foram instalados 151 sistemas de retransmissão de sinais da Rede Minas de TV e 34 sistemas de recepção de sinais de TV via satélite digital, nos diversos municípios mineiros. Além disso, foi feita a manutenção em 444 estações retransmissoras de sinais da TV Minas em vários municípios do estado. Também foram emitidos pareceres, laudos técnicos e elaborados projetos solicitados por órgãos públicos e privados.

Telefonia rural

Na área de engenharia de telecomunicações foram realizados 170 testes de propagação para viabilizar a instalação de telefones rurais, sendo 130 para o projeto estruturador da Estrada Real, quatro instalações de postos de telefone rural na região de Jequitinhonha/Mucuri e a manutenção em 24 sistemas de rádio enlace monocal.

Também foram adquiridos todos os equipamentos e componentes para a instalação em 2006 de 110 postos telefônicos dentro do projeto estruturador da Estrada Real.

Com a implementação dos projetos estruturadores Inclusão Digital e Arranjos Produtivos Locais (APL), bem como a celebração de convênios importantes na área de difusão do conhecimento científico e tecnológico, houve significativo incremento nas atividades da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES). Foram aportados recursos federais aos projetos de criação dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), implantação da Rede Nacional de Pesquisa Científica em Paleontologia, delimitação de Parques Aqüícolas nos lagos das Usinas Hidrelétricas de Furnas e Três Marias e para a criação da Central de Projetos para Inovação Tecnológica das Instituições de Pesquisa de Minas Gerais, alcançando um montante de quase R\$ 11,6 milhões e uma contrapartida estadual da ordem de R\$ 7,2 milhões.

Dentre os resultados alcançados com a aplicação destes recursos, podemos destacar a implantação de 19 CVTs, incluindo seus laboratórios temáticos nas áreas de solo, madeira, café, leite, frutas, carne, música, turismo e informática, abrangendo 15 municípios de diversas regiões do estado. Paralelamente, 41 telecentros foram montados, mobiliados e equipados, com recursos genuinamente estaduais alocados na SECTES, e se encontram em funcionamento em 39 municípios. Contando com parcerias, outros 158 telecentros foram implantados: 12 com o Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC), 58 com o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), e 88 com o Banco do Brasil. Estas estações digitais já contam com um sistema integrado de “telessalas”, acesso à internet e videoconferência. Participando do projeto Banco de Dados Social, com metodologia de análise e aplicação de dados sobre sua condição socioeconômica elaborada em conjunto com a escola de medicina da UFMG, sete municípios desenvolvem o projeto de Gestão Social Integrada, com recursos e equipamentos repassados pelo Programa Inclusão Digital.

Inclusão Digital

No âmbito do projeto estruturador APL, a implantação de incubadoras e parques tecnológicos está sob a coordenação da SECTES, empregando recursos em torno de R\$1,3 milhão. Destaca-se, no período, a ação conjunta com o Projeto Inclusão Digital para implantação de incubadoras de empresas nos CVTs, além daquelas previstas para os municípios selecionados. Dentro dos trabalhos de modernização das incubadoras já instaladas no estado, realizou-se curso de gerência de projetos para gestores de incubadoras; deu-se o desenvolvimento e a implantação de metodologia para acompanhamento das empresas incubadas, com estudo e definição de indicadores de desempenho; buscou-se aporte de recursos por intermédio de projetos de pesquisa e captação de capital de risco para as empresas incubadas e para fomento ao empreendedorismo; além da participação na consolidação das estruturas legal e física da Rede Mineira de Incubadoras (RMI). No que tange à implantação de parques tecnológicos, os empreendimentos de Viçosa e Itajubá encontram-se em fase de elaboração dos seus projetos urbanísticos, arquitetônicos e de infraestrutura, inclusive com repasse de R\$ 700 mil para a realização das obras. As negociações para localização física, articulação com os parceiros do setor empresarial e o processo de licenciamento ambiental para o Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BHTEC) foram concluídas, e está em andamento a articulação para viabilizar a parque tecnológico no município de Lavras.

*Implantação
de Incubadoras
e Parques
Tecnológicos*

Na gestão de projetos especiais e prospecção de demandas e oportunidades em C&T, destacaram as ações de coordenação da política estadual, sob deliberação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONECIT), buscando financiamento para projetos por meio de elaboração, lançamento e outorga de editais induzidos nas áreas de gestão de recursos hídricos, tecnologias mineral, aplicada à agroindústria, e da informação, uso múltiplo de florestas renováveis, biotecnologia e bioensaios, controle da poluição ambiental e outros. Sob coordenação do MCT, com recursos da Fapemig, iniciou-se a estruturação de um núcleo para elaboração, apuração e informação de indicadores em C&T. O projeto Canal MG Ciência tem por objetivo mapear informações sobre oportunidades de pesquisa e oferecê-las aos pesquisadores, bem como buscar articulação com as instituições de execução e de fomento da pesquisa. Em novembro foi assinado um protocolo de intenções entre o estado, a UFMG e a Maxitel S/A (TIM), objetivando a criação da Praça da Ciência, denominação ainda provisória do Museu de Ciência e Tecnologia, a ser implantado em um dos prédios da Praça da Liberdade, proposta incluída no projeto estruturador “Circuito Cultural Praça da Liberdade – Casa do Conde”.

Pesquisas

Em parceria com Finep, Furnas e Cemig foram aplicados recursos na realização do Seminário Internacional de Biotecnologia e do Seminário Nacional sobre Espécies Aquáticas Invasoras. Visando à implantação da Rede Nacional de Pesquisa Científica em Paleontologia, recursos repassados pelo MCT foram destinados às obras físicas e civis do laboratório do Dinossauro em Peirópolis, em Uberaba, bem como adquiridos equipamentos de informática e videoconferência, veículos e mobiliários diversos. Encontra-se em fase de montagem técnica o “site” oficial da rede, bem como a contratação dos serviços de comunicação de dados necessários ao seu pleno funcionamento.

*Conferência
Regional de
Ciência,
Tecnologia e
Inovação
(CT&I) Sudeste*

Belo Horizonte sediou a Conferência Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação do Sudeste, realizada em agosto de 2005, na Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg/IEL). Mais de 400 participantes estiveram presentes nos vários grupos de discussão como representantes ou integrantes dos setores de governo, empresarial e universidades e instituições de pesquisa, oriundos dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais.

Na Conferência do Sudeste buscou-se, por meio de exposições e análises, a integração ao debate nacional sob as perspectivas regionais e locais, formulando proposições passíveis de compor um elenco de ações ou constituírem-se em diretrizes de estruturação de instrumentos de apoio, interação e cooperação voltados à elevação da produção de ciência, tecnologia e inovação e de seu intenso uso em processos produtivos, bens e serviços.

Cumprindo a atribuição de supervisionar e controlar o ensino superior no estado, a SECTES destacou-se na organização de fórum técnico sobre “Educação Superior em Minas Gerais”, promovido pela Assembléia Legislativa, e, para tal, analisou, para fins de homologação, pareceres do Conselho Estadual de Educação (CEE) visando à autorização de funcionamento, reconhecimento, renovação de reconhecimento, credenciamento de instituições e cursos superiores, e prorrogação de credenciamento, e diligências para prorrogação do credenciamento das universidades que integram o sistema de ensino superior.

Procedeu à mediação entre o programa APL Madeira e Escola de Design da UEMG, que assumiu a coordenação da Rede Mineira de Design e, em colaboração com o APL Eletroeletrônico, colaborou para a celebração de convênio com PUC MINAS para criação do Núcleo de Inovação Tecnológica e Transferência de Tecnologia (NITTT).

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG)

O ano foi de expansão e de crescimento para a universidade. Na área de ensino, foi assinado entre a universidade e a Auditoria Geral o convênio de cooperação técnico-científica para implantação e desenvolvimento do curso de “Tecnólogo: Gestão em Finanças Públicas e Auditoria Governamental”. Foi aprovada a implantação do curso de Sistema de Informação em Frutal, criando mais oportunidades de acesso ao ensino superior a jovens e adultos da região do Triângulo; e, no município de Ubá, o curso Design de Produto surgiu como curso fora de sede da Escola de Design de Belo Horizonte. A celebração de convênio com o município de Cataguazes possibilitou a implantação do curso de Educação Física (licenciatura e bacharelado). Iniciou-se, ainda, mestrado em Ciências Ambientais/Rede Interinstitucional em Ciências Ambientais (REDEINCA).

*Ensino
Superior*

Na área de pesquisa e extensão foram apresentados 1.009 trabalhos, demonstrando um crescimento significativo nos últimos anos. Nas atividades extensionistas foram realizadas 347 ações, favorecendo um público externo de 96.444 pessoas. O projeto “Educação, Campo e Consciência Cidadã” foi o ganhador do prêmio “Paulo Freire de Educação Nacional”, organizado pelo Ministério da Educação. O projeto “Cultura de Minas” está atualizando e reformulando o Censo Cultural de todos os municípios, além do “Projeto Brasil Afroatitude”, uma parceria com o Ministério da Saúde, que vem desenvolvendo trabalhos de pesquisa sobre as DST/AIDS com a população afrodescendente de Belo Horizonte, por meio de alunos quotistas. Na área de gestão, foi implantada a carreira de Educação Superior, melhorias nas instalações físicas e foi vencida mais uma etapa de construção do campus da UEMG, com a celebração de convênio com o Departamento Estadual de Obras Públicas (DEOP) para elaboração do projeto arquitetônico de infra-estrutura urbana, bem como os estudos e ensaios necessários à construção.

*Pesquisa e
Extensão*

FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CETEC)

Com foco no apoio a novos produtos, ou na melhoria da qualidade dos já existentes, o Cetec desenvolve pesquisas tecnológicas e presta serviços referenciais nas áreas da metrologia e ensaios que têm impacto positivo para milhares de empresas mineiras e brasileiras, e envolvem: a atuação no monitoramento da qualidade dos combustíveis comercializados em postos de abastecimento do estado, corroborando o esforço de combate à fraude e à evasão fiscal; a realização de serviços e consultorias para a Cemig e a Copasa; a execução de análises complexas de avaliação da qualidade da água utilizada em hemodiálise na rede hospitalar estadual e do país; serviços de calibração metrológica em pressão, vazão de gás, temperatura, torque, força e massa, para melhoria da confiabilidade metrológica nos processos de produção e para certificação da qualidade; a execução de ensaios de desempenho de motores e

*Metrologia e
Ensaios*

emissões veiculares, que aportam maior competitividade à cadeia da indústria automotiva do estado.

*Tecnologia
Mineral*

Evidencia-se o estabelecimento de rotas tecnológicas para arranjos produtivos locais de base mineral; estudos de caracterização mineralógica e petrográfica de rochas ornamentais (ardósias, granito e pedra-sabão), de minerais industriais (caulim, areias) e de minérios (ferro, ouro, bauxita, fosfato, tântalo-níbio, cobre, níquel e manganês); pesquisa e desenvolvimento tecnológico de processos de concentração de minérios (bauxita, fosfato, ferro, ouro, cobre e níquel); estudo do artesanato de pedra-sabão, principalmente em Ouro Preto, Mariana e Catas Altas da Noruega; realização de trabalhos para empresas de mineração localizadas em Minas, em outros estados, e também no exterior (Suriname e Venezuela).

*Tecnologia
de Materiais*

A ação de tecnologia de materiais é realizada por intermédio da execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, como: produção de fitoterápico (rutina), a partir de pesquisas sobre coleta, processamento e conservação da planta medicinal fava d'anta, nos municípios de Januária e Paraopeba; tecnologias de produção de fontes alternativas de energia, incluindo o biodiesel e materiais voltados para a eficientização energética; materiais ópticos e eletrônicos; nanotecnologia; fabricação e certificação de vidraria científica; aprovação da patente de aço colorido; produção de silício grau solar; produção de filmes finos para protótipo de janela eletrocromica (janela inteligente); produção de pinos transfixantes com superfícies bioativas; levantamento e caracterização de materiais, superiores aos já existentes, para o controle dos danos causados pelos mexilhões dourados; e desenvolvimento de planta-piloto para a produção de superfícies à base de níquel extra-duro.

*Tecnologia
Ambiental*

Na melhoria da qualidade ambiental destacam-se: gestão e conservação de recursos hídricos, pelo biomonitoramento da qualidade das águas de bacias hidrográficas do Rio Jequitaiá, do Rio Paraíba do Sul e do Rio Paracatu; assessoramento para gerenciamento de resíduos sólidos urbanos envolvendo a erradicação dos lixões, a recuperação de áreas degradadas, a inclusão social dos catadores e a implantação de aterros sanitários (Araguari, Vargem Bonita, São Batista do Glória, Carlos Chagas, Delfinópolis e São Roque de Minas); sistema de informações sobre estoque de pesticidas; produção de agregados para a construção civil; controle ambiental na atividade extrativa de pegmatitos no Norte/Nordeste de Minas (Coronel Murta e Araçuaí), de ardósia (Papagaio, Pompéu, Paraopeba e Curvelo) e na atividade garimpeira no Córrego Rico (Paracatu); cartografia básica e concepção de programa de fomento mineral no médio Jequitinhonha (Araçuaí, Caraí e Itinga); gerenciamento de resíduos químicos perigosos, para subsidiar instituições de ensino e de pesquisa nas suas ações de gestão de seus materiais perigosos.

*Tecnologia de
Alimentos*

Na área de tecnologia de alimentos destacam-se: a prestação de serviços de análise de alimentos, que contribuem para as ações de segurança alimentar, o desenvolvimento de processos inovadores para beneficiamento de frutos do cerrado (como o pequi), promovendo a geração de emprego e renda pela adequada utilização das potencialidades regionais; aplicação de recursos

federais para credenciamento de laboratórios para análises de cachaça, com o conseqüente aumento de exportação da bebida produzida no estado; e a instalação do Laboratório de Endotoxinas para realização de serviços analíticos para hospitais e clínicas de hemodiálise.

O programa de Informação Tecnológica contempla micro, pequenas e médias indústrias impulsionando a competitividade das empresas mineiras pelo fornecimento de informações para a solução de problemas, e pelo apoio tecnológico para a adequação de produtos para exportação.

O Cetec atua, também, na busca da excelência da pesquisa tecnológica, cujos resultados meritórios revelados pelo indicador pertinente superaram em 50% a meta estabelecida no PPAG, para 2005.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS (IGA)

O Decreto Federal 5334/2005, de 6 de janeiro de 2005 promoveu uma nova redação para as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional e estabeleceu o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (Sirgas) como novo sistema de referência geodésico para o Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) e para o Sistema Cartográfico Nacional (SCN). Com isso, o processo de estudos para a adaptação dos trabalhos do IGA ao novo sistema e a necessidade de poder informar aos demais órgãos do estado as novas diretrizes para os trabalhos de geodésia e cartografia precisou ser acelerado. Determinou-se então que, no âmbito de suas competências e finalidades, o IGA deveria ampliar a formação dos pesquisadores de seu quadro de funcionários buscando alcançar o “Estado da Arte” que fosse aplicado não só nos serviços oferecidos na área de cartografia, geografia e geodésia, como possibilitasse o desenvolvimento de metodologias que pudessem ser divulgadas aos outros órgãos estaduais.

*Serviços na
área de
Cartografia,
Geografia e
Geodésia*

Para atingir esse objetivo, foi fundamental o Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH) para a realização dos cursos complementares aos estudos que vinham sendo realizados. O curso de Integração de Marcos no Sistema Geodésico Brasileiro ampliou a concepção científica, os conhecimentos teóricos e metodológicos para a compreensão do novo SGB, assim como forneceu o conhecimento dos procedimentos para a integração e homologação de marcos tridimensionais neste sistema, necessários aos trabalhos doravante. O curso de Fotogrametria Digital com DVP introduziu os conceitos de fotogrametria digital que suportam a restituição digital, e aperfeiçoou as técnicas de trabalho nas geociências. Com esses dois cursos, foi implantado o setor de fotogrametria digital - hardware, software e instalação física - finalizando assim o processo de transição das metodologias analógicas clássicas para o tratamento totalmente digital da aquisição de dados para a cartografia básica. Essa realização foi possível com os equipamentos geodésicos de alta precisão que foram adquiridos no projeto de Pesquisa Construção de um Protótipo para a Unificação de Base Cartográfica em Minas Gerais, financiado pela Fapemig. Todo esse treinamento da equipe está sendo aplicado praticamente na confecção do Mapa Municipal de Itabira, e que será o primeiro mapeamento realizado no Brasil, em escala grande, no novo SGB, sendo um trabalho de vanguarda da cartografia nacional.

*Unificação de
Base
Cartográfica*

Pré-
zoneamento
Ecológico

Dentre os trabalhos realizados nas áreas de geografia e geodésia de interesse da administração pública destacou-se a demarcação e a elaboração de estudos para o pré-zoneamento ecológico de seis APAS do estado, sendo três de menor área: em Belo Horizonte, Mariana e Juiz de Fora, duas de áreas de porte médio: Lajedão em Matias Cardoso, Serra do Sabonetal em Itacarambi e Jaíba, e a APA Rio Pandeiros, área de grande porte em Januária e Bonito de Minas. Com essa experiência, criou-se no IGA um modelo de trabalho integrado de geografia e geodésia que se utiliza de inúmeras ferramentas de análise e tratamento de imagens para os estudos. Iniciou-se também o levantamento geoambiental das regiões do Médio e Alto Sapucaí e do Alto Rio Pardo, projeto endogovernamental patrocinado pela Fapemig, que fará o levantamento destas regiões, promovendo estudos para embasar o processo de tomada de decisão, com vistas ao desenvolvimento auto-sustentado. Como pesquisa, será desenvolvida uma metodologia de análise ambiental para regiões em processo de desenvolvimento próximas de grandes centros nacionais.

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - (IPEM)

Verificação e
Fiscalização
Metrológica e
da Qualidade

O IPEM é o órgão executor das atividades de competência do Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO), em Minas, nas áreas de metrologia legal e qualidade de bens e serviços. Na execução de seu programa de verificação e fiscalização metrológica e da qualidade, cujo objetivo é garantir a melhoria da qualidade de vida da população, a fidelidade e confiabilidade das medições e dos direitos dos consumidores por meio da verificação em instrumentos de medição e medidas materializadas, da fiscalização de produtos, dos aspectos da qualidade em conformidade com as normas técnicas nacionais e internacionais, o IPEM realizou, no exercício de 2005: 2,4 mil inspeções e capacitações de veículos com produto perigoso; 77 mil verificações de produtos pré-medidos e 23,8 milhões de produtos com conformidade avaliada pelo INMETRO; 1,8 milhão de instrumentos de medição verificados e 371 relatórios técnicos de calibração emitidos.

O Disque-Cidadão (0800.335335) foi reformulado, criando-se o Disque-Denúncia, recebendo, no período, um total de duas mil ligações, entre solicitações de informação, sugestões e denúncias referentes a fraudes e irregularidades em pré-medidos (65%); serviço de fiscalização de produtos (15%); divisão de instrumentos especiais (5%); balanças (10%); e bombas medidoras (3,8%).

De grande relevância para o contexto organizacional e social, a implementação do projeto “Formação de Multiplicadores em Educação para o Consumo”, faz parte do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), tendo como público-alvo comerciantes, sindicatos de panificadores, instituições de ensino, e outras; o Projeto “INMETRO/IPEM Aluno Cidadão”, objetivando mostrar o papel definidor das políticas na proteção do consumidor, ensina aos alunos, de forma pedagógica e didática, a missão do órgão; o Projeto “Taxímetro – Fraude Zero”, que, por meio de iniciativa do IPEM, reuniu todos os fabricantes de taxímetro, Sindicato dos Taxistas, BHTrans, Polícia Militar, INMETRO e oficinas autorizadas para implantação de operação conjunta objetiva a qualidade dos serviços de

taxis, desenvolvendo sistemas de prevenção à fraude contra o consumidor, a exemplo de outros estados brasileiros.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)

A Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), autarquia de regime especial, é a única universidade pública efetivamente inserida numa área de 120.000 Km², o que corresponde a quase 30% do território mineiro, alcançando mais de 300 municípios do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, abrangendo uma clientela que, em potencial, ultrapassa a 2 milhões de habitantes. A Unimontes busca cumprir sua missão de integração regional e aceita o desafio da interiorização do ensino superior público, partindo para ações efetivas de promoção da educação superior, cujos resultados culminaram com a criação dos campi de Montes Claros, Janaúba, Januária, Pirapora, Almenara, Espinosa, Salinas, São Francisco, Brasília de Minas e Noroeste (Paracatu/Unaí).

Em sua tarefa de produzir conhecimento, a universidade organiza a pesquisa, o ensino e a formação permanente a partir de problemas concretos pertinentes à vida e à cultura da população mineira. A sua responsabilidade social é, a partir dos saberes e das experiências populares, com os diferentes contextos culturais do povo mineiro, produzir conhecimento que possa ser desdobrado em soluções concretas para problemas que desafiam nossas comunidades, tendo em perspectiva o desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. Possuindo características distintas, a Unimontes tem ultrapassado os limites da graduação na formação dos recursos humanos ao oferecer opções nas mais diversas áreas do conhecimento de pós-graduação “lato sensu”, na implantação de sua primeira pós-graduação “stricto sensu” na área de desenvolvimento social e no oferecimento de uma série de cursos técnico-profissionalizantes atuais, abrangentes e de alta qualidade.

Cursos
Oferecidos

Em 2005, a universidade contou com 12,5 mil alunos matriculados e ofereceu 2 mil vagas e teve 1,5 mil concluintes em seus cursos regulares, 3,6 mil em Emergências modulares, 206 nos cursos de pós-graduação “lato sensu” em áreas diversas e 481 em seus cursos técnico-profissionalizantes.

Na área de saúde, foram realizados 298 mil procedimentos no Hospital Universitário Clemente de Faria. Indissociáveis do ensino, a pesquisa e a extensão são de comprovada excelência, com menção especial à qualidade dos serviços prestados pelo Hospital Universitário Clemente de Faria, cujas atividades são desenvolvidas por docentes altamente qualificados, tendo como resultado uma produção científica de qualidade em um hospital de referência regional na área.

Hospital
Universitário
Clemente de
Faria

Neste exercício, a universidade concluiu 39 projetos na área de pesquisa. Por meio de consultas, empréstimos, restaurações de obras, a Diretoria de Documentação e Informações efetuou 492 mil atendimentos à comunidade acadêmica. No que tange à extensão universitária, 264 mil pessoas tiveram acesso aos eventos e cursos promovidos, à prestação de serviços como Assistência Jurídica Itinerante, Banco de Moradia e ao Programa de Apoio

Pesquisa e
Extensão

Psicológico e Orientacional, incluindo alunos inscritos na Primeira Olimpíada Brasileira de Matemática das escolas públicas.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FAPEMIG)

*Fomento à
Pesquisa*

O ano de 2005 foi muito promissor para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), que teve seus objetivos atingidos plenamente, entre os quais o financiamento da atividade de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de produtos e processos inovadores empreendidos por pesquisadores em cooperação, ou não, com empresas de bases tecnológicas no estado; o fomento, estímulo, dentro de critérios técnico-científicos, as ações no campo da pesquisa, da ciência e da tecnologia com objetivo de desenvolvimento socioeconômico para Minas; o financiamento de ações de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de ciência e tecnologia das instituições estaduais, das entidades federais e particulares estaduais.

Para o alcance desses objetivos, citamos o Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPPE-MG), que tem como público alvo os pesquisadores que atuam em empresas de base tecnológica, investiu 12 milhões. O apoio ao pesquisador recebeu 1.558 propostas e aprovou 446, investindo R\$22,7 milhões nesta modalidade dirigida à comunidade científica e à sociedade. Houve, ainda, apoio aos pesquisadores das instituições estaduais, com investimento de R\$ 8,5 milhões; concessão de bolsas para capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de ciência e tecnologia, com investimento de cerca de R\$ 10 milhões.

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 2005, o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SISEMA) avançou na sua modernização e fortalecimento institucional.

A Legislação Ambiental passou por várias atualizações tornando a gestão ambiental em Minas Gerais mais ágil e integrada, possibilitando uma análise de processos autorizativos mais eficaz e eficiente, passíveis de melhor fiscalização e controle.

Visando à descentralização da gestão ambiental, sete Unidades Regionais Colegiadas (URC) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) estão consolidadas e a oitava está sendo votada na Assembléia Legislativa, o que vem permitindo um processo de gestão ambiental mais próximo da sociedade.

*Descentralização
da gestão
ambiental*

A Educação Ambiental também passou por processo de interiorização com a promoção dos Fóruns Regionais de Educação Ambiental e a implantação de quatro Conselhos Interinstitucionais de Educação Ambiental (Varginha, Uberlândia, Divinópolis e Montes Claros) que contam com ampla participação da sociedade civil e de organizações governamentais e não-governamentais.

Foram implementados 13 Indicadores de Desempenho da Política Ambiental (IDPA), que estão sendo regionalizados e servirão de parâmetros para as diretrizes e políticas do SISEMA, reforçando as ações de monitoramento e priorizando metas de melhoria da qualidade ambiental.

O Sistema Integrado de Gestão Ambiental promoveu ainda mais a integração dos processos autorizativos e fiscalizatórios das três Agendas, graças ao Sistema Integrado de Informações Ambientais (SIAM) que modernizou e automatizou a tramitação e análise de processos de concessão de autorizações, a fiscalização e o controle ambiental sobre os empreendimentos e seus impactos no meio ambiente.

SIAM

O Projeto Ambientação, coordenado pela Feam, que tem a proposta de estimular a mudança de comportamento por meio da construção de nova cultura institucional na administração pública, voltada para a adoção de critérios ambientais corretos, práticas sustentáveis e melhoria da qualidade de vida no trabalho foi expandido para os prédios do IEF, IGAM, para as sete URCs e PRODEMGE, estando hoje presente em 13 órgãos e envolvendo mais de 2.500 servidores.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM)

Em 2005, a Feam consolidou a metodologia de Programas Setoriais, que corresponde a diretrizes e prazos para promoção da adequação ambiental específicas para cada grupo de empreendimento. Essa estratégia de abordagem coletiva vai muito além da condução em bloco dos processos de regularização ambiental, havendo participação direta das entidades

*Programas
setoriais*

representativas, permitindo a intensa troca de experiências, repercutindo em práticas de produção mais limpa e viabilizando o desenvolvimento sustentável.

Ao todo 13 tipologias já apostam em programa setoriais, num total de cerca de 660 empreendimentos destacando-se entre elas os alambiques de cachaça artesanal e fábricas de fogos de artifício da região de Santo Antônio do Monte. As demais tipologias envolvidas são laticínios, extração têxtil/malharias, curtumes, indústrias de ferro-gusa, indústrias de ferros-ligas, co-processamento de resíduos, fundições em Cláudio/Divinópolis, extração de quartzo em São Tomé das Letras, extração de argila em Coromandel, Monte Carmelo e região, extração de calcário em Arcos/Pains/Córrego Fundo e o setor o moveleiro de Ubá.

A consolidação da parceria com a Polícia Militar de Meio Ambiente de Minas Gerais verificou-se quando mais de 300 policiais foram treinados por técnicos da Feam para a fiscalização integrada de mais de 4.300 postos de combustível, em sete cursos ministrados nos municípios de Governador Valadares, Ipatinga, Lavras, Patos de Minas, Montes Claros, Ubá e Uberlândia.

A região cárstica de Arcos e Pains, no Alto São Francisco foi alvo de outras duas grandes operações de fiscalização, com o apoio de vários órgãos governamentais, visando a regularização ambiental em 63 áreas clandestinas de extração de calcário.

*Núcleo de
Emergência
Ambiental*

O Núcleo de Emergência Ambiental (NEA) notabilizou-se pela redução de 24h para 13h o tempo de resposta ao atendimento de acidentes com danos ambientais, tendo efetuado ao todo 44 atendimentos entre acidentes, denúncias e demandas do Ministério Público. Merecem destaque as atividades do NEA desenvolvidas com o espírito de integração e em parceria com os demais órgãos do SISEMA, da Secretaria de Estado de Saúde e da Coordenadoria de Defesa Civil. Inserem-se neste contexto os treinamentos de atendimento a emergência e de avaliação de risco à saúde de populações expostas a solos contaminados e a simulação de comunicação de risco (Programa APELL) realizado pela Refinaria Gabriel Passos (REGAP).

*Minas sem
Lixões*

Já como resultado do Minas sem Lixões, a Feam contabiliza nos últimos três anos uma ampliação de 100% no número de pessoas beneficiadas, atingindo a 5.211.158 residentes das áreas urbanas, com sistemas tecnicamente adequados de disposição final de lixo. Para alcançar esses avanços, em 2005 a Fundação realizou 18 seminários direcionados aos agentes municipais e autuou 496 prefeituras, a maioria de pequeno porte, por ainda possuírem lixões.

*Revitalização do
Rio São Francisco*

No âmbito do projeto estruturador Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco foi dada continuidade ao Projeto Lixo & Cidadania na Bacia do Rio das Velhas, com a orientação técnica de equipes municipais para a gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos.

Várias visitas técnicas aos municípios da bacia foram feitas com o fito de levantar informações sobre os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e a situação da disposição final dos resíduos sólidos, bem como para fazer o georreferenciamento das áreas utilizadas para este fim.

*Gestão
Descentralizada
e Participativa
das Águas*

Além disso, a Feam também elaborou e executou programa de monitoramento, ofereceu oficinas e workshop para subcomitês da bacia do Rio das Velhas em formação e os núcleos do Projeto Manuelzão, a fim de preparar estes últimos para que possam atuar junto às prefeituras na estruturação e implantação da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos e na formação de fóruns municipais de Lixo & Cidadania.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (IGAM)

Em 2005, o IGAM intensificou as ações para a Gestão Descentralizada e Participativa das Águas, por intermédio da formação dos comitês de bacia dos rios Dourado, Manhuaçu, Suaçui, Paraibuna e Urucuia da participação em 132 reuniões, da coordenação de nove processos eleitorais e da criação de 12 câmaras técnicas de outorga nos comitês, participou do VII Encontro Nacional de Comitês de Bacia e Fórum Mineiro, além de prestar o apoio na elaboração do Plano Diretor da Bacia do Rio das Velhas, na aprovação das agências equiparadas de Mogi-Guaçu/Pardo e Araguari, no cadastramento de usuários na bacia dos afluentes do Rio São Francisco, junto a ANA e no enquadramento dos cursos d'água da bacia do Rio Paracatu.

*Comitês de
bacia*

No âmbito do PROÁGUA/Semi-árido o IGAM avançou na implementação dos sistemas de abastecimento de água Araçuaí IA, contemplando as sedes dos municípios de Araçuaí e Carbonita, Já no Sistema Diamantina, foram implantados equipamentos de tratamento de água e de esgoto, beneficiando 13 mil habitantes.

Pró-água

Objetivando o mapeamento da qualidade das águas superficiais do Estado foram realizados ensaios físico-químicos, bacteriológicos e ecotoxicológicos em amostras das quatro campanhas que efetuaram coletas em 244 pontos cada uma. Os resultados das campanhas de 2003 deram origem ao mapa e relatório de qualidade das águas superficiais em 2004, o qual foi amplamente apresentado à sociedade e encontra-se disponibilizado no sítio eletrônico do instituto.

Com apoio do projeto estruturador Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco foram implantadas três redes de monitoramento de qualidade da águas, sendo uma na bacia do Rio das Velhas, uma no São Francisco Norte e a terceira no São Francisco Sul, Pará e Paraopeba.

*Revitalização
do rio São
Francisco*

Em relação ao controle e fiscalização dos recursos hídricos o IGAM apresentou no ano de 2005 os seguintes números:

Fiscalização

processos de outorga protocolados	3761	autos de fiscalização	814
prazo médio de análise (em dias)	45	autos de infração	178
outorgas concedidas	1720	processos administrativos	67
certidões de usos insignificantes emitidas	825	vistorias de acidentes ambientais	4
licenças de perfuração	525	vistorias demandas (prefeituras, MP órgão públicos e particulares)	45
vistorias de outorga	1.333		

Outra vertente de atuação do IGAM refere-se ao monitoramento do tempo e do clima, em que foram operadas e mantidas 230 Plataformas de Coleta de Dados (PCD) em convênio de alguns parceiros.

CONVÊNIOS	EQUIPAMENTOS	Nº	BACIAS
ANA	estações hidrométricas	65	Rio Grande
CEMIG	estações hidrometerológicas	105	São Francisco, Paranaíba, Grande, Doce e Pardo
COPASA	estações hidrométricas	60	São Francisco

A partir do processamento da Base de Dados Pluviométricos e Meteorológicos obtidos nas PCDs o IGAM manteve o Sistema de Meteorologia e Hidrologia de Minas Gerais (SIMGE) visando a elaboração de mapas e seleção de informações que foram divulgadas no Portal do SIMGE (www.simge.mg.gov.br). Informações sobre os riscos de incêndio na vegetação, no período de junho a outubro, os alertas hidrológicos na bacia do Rio Doce e alerta de enchentes da bacia do Alto Rio Sapucaí também foram alvo da atuação do sistema.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF)

Foi realizado o mapeamento da cobertura vegetal do estado, resultando em um mapa e banco de dados que trazem detalhes atuais da situação dos biomas de mata atlântica, cerrado, mata seca, campos rupestres e caatinga, possibilitando acompanhar a eficiência da fiscalização e do controle florestal.

Previncêndio

Importante destacar a instalação da Base de Operações da Força Tarefa Previncêndio, em Curvelo, com instrumentos modernos e atualizados para combate a queimadas e a criação de um programa informatizado de prevenção e combate aos incêndios florestais, com detecção georreferenciada de fontes de calor e estabelecimento de estrutura logística e operacional adequadas.

O fomento florestal foi realizado mediante fornecimento de mudas e insumos e da assistência técnica a produtores rurais cadastrados, incentivando a produção de madeira e a geração de renda e emprego.

O IEF administra 34 unidades de conservação, elaborando planos de manejo e dotando-as de infra-estrutura mínima para controle e garantia de proteção com vistas a implementação de atividades de uso sustentável dos recursos naturais.

*Unidade de
conservação*

Dentre estas unidades de conservação, sete parques estaduais estão abertos ao público para visitação, turismo e pesquisa. Em 2005, o IEF inaugurou o Parque Estadual Serra do Brigadeiro, que se estende por 13,2 mil hectares, em oito municípios da Serra da Mantiqueira.

Foram construídas e reformadas as estruturas de defesa, uso público e administração dos parques estaduais do Brigadeiro, Itacolomi e Rio Doce e se iniciaram as obras nos parques estaduais do Ibitipoca, Rio Doce, Papagaio, na Floresta Estadual de Uaimií e na Estação Ecológica do Tripuí com recursos do Programa de Proteção da Mata Atlântica em Minas Gerais (PROMATA). Também foram elaborados planos de manejo e instalados os conselhos consultivos dos parques estaduais do Itambé, Rio Doce, Itacolomi, Ibitipoca, Brigadeiro e Rola Mola.

Promata

Uma área de 1.700 hectares de mata atlântica foi recuperada/recomposta em pequenas e médias propriedades rurais no entorno dos parques estaduais do Itacolomi, Rio Doce e Brigadeiro.

A promoção da educação ambiental foi feita com a realização de dias de campo e palestras em escolas ou centros comunitários, onde técnicos do IEF demonstram técnicas agrícolas de conservação do solo e alternativas para conciliar as atividades produtivas com a preservação do meio ambiente.

As atividades de controle, fiscalização, licenciamento e registro para o desenvolvimento da pesca foram realizadas por meio de educação ambiental aos pescadores em diversos municípios de Minas Gerais. Visando a fomentar o desenvolvimento da piscicultura, foram instalados tanques-redes em Paineiras, Itacarambi, Januária, Manga, Matias Cardoso e Pedras de Maria da Cruz.

No âmbito do projeto estruturador Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco foram implantados e reestruturados viveiros, de forma a disponibilizar mudas e sementes de espécies adequadas ao reflorestamento da vegetação ciliar, de galeria e de topo de morro e incentivada a adoção de prática de regeneração natural na proteção e recuperação de nascentes e degradantes.

*Revitalização
do rio São
Francisco*

Em relação ao Projeto Estruturador Jaíba, buscou-se promover o desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada no Norte de Minas executando ações de educação ambiental, do combate a incêndios florestais, da elaboração de Plano de Manejo e da avaliação das áreas dos Parques Estaduais Lagoa do Cajueiro e Mata Seca, a serem implementados.

A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) instituiu o seu Plano Diretor, com a participação direta de suas vinculadas, em sintonia com as demandas e aspirações do setor privado, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do agronegócio e do meio rural mineiro.

Assim foi revigorado o Conselho Estadual de Política Agrícola (CEPA) com a instalação de 13 Câmaras Técnicas que elaboraram os seus planos e programas setoriais e temáticos. Aquacultura, Avicultura, Bovinocultura de Leite (Minas Leite – Programa Estadual da Cadeia Produtiva do Leite), Bovinocultura de Corte (Abatedouro Municipal), Café, Defesa Agropecuária, Equideocultura, Floricultura, Fruticultura, Grãos, Ovinocaprinocultura, Seguro e Crédito Rural e Suinocultura.

*Instalação de 13
Câmaras
Técnicas*

Como ação estratégica relevante realizou-se o Minas – Excelência em Agricultura, que lançou o maior programa de apoio ao agronegócio mineiro com, previsão de investimentos superiores a um bilhão de reais.

*Minas–
Excelência em
Agricultura*

Promoveu-se, também, a Superagro Minas 2005 que movimentou mais de R\$60 milhões em negócios, recebeu 150 mil visitantes, 2.800 animais de 32 raças e 700 criadores, 228 estandes empresariais, mostrando a qualidade, diversidade, importância e o potencial de investimentos do setor no estado.

No âmbito do Projeto Jaíba foi concluída a infra-estrutura hidroeletromecânica a energização dos núcleos habitacionais da Gleba J, aplicados R\$28 milhões de crédito agrícola disponibilizado pelo JBIC por intermédio através do BDMG. Em relação ao Jaíba I, as dívidas dos pequenos produtores com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco do Brasil (BB) e o Distrito de Irrigação (DIJ) foram renegociadas, 212 novos pequenos produtores foram assentados e restabeleceu-se a infra-estrutura para assentar mais 243 famílias. Além disso, começou-se a construção da ponte sobre o Rio Verde Grande e o sistema de tratamento de água e esgoto e drenagem pluvial no município de Jaíba.

Jaíba

No Agrominas - Agregação de Valor e Diversificação de Café, iniciou-se a construção do Centro de Excelência do Café (CIC), na cidade de Machado, institui-se o Conselho Gestor e Técnico e foi elaborado um Programa de Certificação de Produção de Café de abrangência estadual.

Agrominas

Destacam-se também a parceria com o BNB na realização de 34.268 operações de crédito rural, no montante de R\$ 103 milhões, a homologação de nove territórios no Pronaf – Infra-Estrutura, quando serão aplicados R\$5 milhões em projetos de investimentos e custeio e adesão de 8.563 famílias de agricultores ao Programa Fundo e Benefício Garantia Safra.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (EMATER)

A EMATER-MG, em 2005, bateu um recorde histórico de captação de recursos. Foram R\$ 45 milhões aplicados em programas voltados para o pequeno agricultor.

Foram celebrados 54 convênios com Prefeituras, marcando presença em 760 municípios e junto a mais de 293.000 agricultores e parceiros.

*Apoio a
associações*

Na constituição e dinamização de estruturas associativas, apoiaram-se 3.703 grupos e associações de produtores e 5.100 conselhos e associações comunitárias, o que levou 40.800 agricultores a comercializar conjuntamente seus produtos e 46.800 a gerir coletivamente os seus negócios.

*Assistência
técnica*

Mais de Cento e quarenta mil agricultores familiares foram atendidos com Educação e Assistência Ambiental e quase 170 mil tiveram a segurança alimentar e qualidade de vida de suas famílias garantidas.

*Minas sem
Fome*

Mais de 2,3 milhões de pessoas foram beneficiadas em 680 municípios pelo Minas Sem Fome. No projeto Pró-Horta, 267.238 famílias receberam sementes, adubo e ferramentas. O projeto de formação de pomares domésticos já distribuiu 390 mil mudas de árvores frutíferas para 48 mil famílias em 300 municípios. Já são 76 mil famílias com projetos de lavouras de grãos, e o projeto de criações de pequenos animais distribuiu 547 mil pintainhas e 1,42 milhão de quilos de ração.

Agrominas

No Agrominas foram executadas 38 etapas do Circuito Mineiro de Cafeicultura com a participação de 12 mil cafeicultores e realizado o II Concurso Estadual de Qualidade dos Cafés de Minas Gerais, com a participação de 980 amostras, sendo os primeiros lugares de cada modalidade leiloados, com valor médio de R\$ 587,40 por saca, com ágio de 106,1%.

*Revitalização do
Rio São Francisco*

Foram implantados 17 projetos-pilotos de Manejo Integrado de Sub-bacias Hidrográficas em convênio com a Codevasf, bem como realizadas campanhas, cursos e mobilizações visando à conscientização e à educação ambiental dentro do Programa de Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Equipes formadas de 33 profissionais assistiu 1.360 famílias de agricultores familiares na área do Projeto Jaíba.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS (EPAMIG)

Pesquisas

Foram conduzidos, durante o ano, 226 projetos de pesquisa, dos quais 66 foram concluídos e resultaram em novas tecnologias.

Novos cultivares, como os de soja transgênica, feijão “Ouro Vermelho” e trigo de sequeiro MGS-3 foram lançados. Também se implantou o Programa F1, para produção de leite a baixo custo, o Núcleo Tecnológico “Epamig Uva e Vinho”, com projetos nas regiões do Sul de Minas e Vales do São Francisco e Paracatu, e o banco de germoplasma com 24 variedades e linhagens de plantas de café na Fazenda Experimental de Patrocínio.

Nas fazendas da Epamig foram produzidas 580 mil mudas de café, coco, banana, manga e citros, 210 toneladas de sementes de arroz, café e feijão e 170 matrizes e reprodutores de bovinos, suínos e caprinos.

Para difundir suas tecnologias a Epamig publicou 5 Informes Agropecuários, Calendário de Eventos, Boletim Técnico sobre a Produção de feijão, livros sobre o controle alternativo de pragas e doenças e sobre o cultivo de peixes em tanques-rede, sete revistas e o Manual do Empregado. Também realizou 83 eventos, 64 dias de campo, 73 reuniões técnicas, 110 visitas técnicas e 225 palestras técnicas.

Difusão de tecnologia

Foram formalizadas 103 parcerias, destacando-se o convênio com o BNB para o desenvolvimento de projetos e pesquisas para o agronegócio e a auto-sustentação da Região Norte de Minas Gerais.

Nas escolas técnicas da Epamig formaram-se 38 técnicos em laticínios e 63 em agropecuária. Além disso, 44 pesquisadores receberam bolsas de incentivo à pesquisa, concedidas pela Fapemig.

Ensino técnico

Para o Projeto Jaíba foram definidas as variedades de algodão mais produtivas e verificou-se o bom comportamento da cultura do morangueiro no Norte de Minas Gerais. Em relação à produção de banana prata, determinou-se o nível de desfolha máximo e a quantidade de adubação com zinco, além de desenvolver tecnologia de conservação pós-colheita e definir datas de colheita.

Em relação ao Agrominas, dez pesquisas foram acompanhadas, sendo três finalizadas e os seus cafês classificados no Concurso de Qualidade dos Cafés do Cerrado. Visando a difundir tecnologias para o café, foram publicados o Boletim Técnico "Cafés Especiais" e o Informe Agropecuário sobre Cafeicultura Familiar, realizados quatro dias de campo, dois em Patrocínio, e dois em São Sebastião do Paraíso, e seis encontros técnicos para 400 cafeicultores familiares. Também houve a apresentação de trabalhos técnicos no IV Simpósio de Pesquisas dos Cafés do Brasil em Londrina, no Congresso Brasileiro de Pesquisa cafeeira em Guarapari, e na Expocafé em Três Pontas.

Agrominas

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA (IMA)

As duas campanhas de vacinação contra a febre aftosa contaram com a vacinação de 96% do rebanho bovino. A vacinação de bezerras de três a oito meses contra a brucelose alcançou 82,5% e o Programa de Combate a Raiva dos Herbívoros imunizou 80% dos animais.

Vacinação

As ações de defesa sanitária animal permitiram monitorar 109.252.242 bovinos, suínos e aves, assegurando a erradicação da febre aftosa e peste suína clássica. Neste âmbito, foram capacitados 220 agentes de saúde agropecuário, realizadas 300 blitzes com controle do trânsito de animais nas 16 barreiras sanitárias fixas espalhadas pelo estado.

Defesa sanitária animal

Foram realizadas 400.mil determinações analíticas, destacando-se 200 diagnósticos negativos de EET (Encefalopatia Espongiforme Transmissível), conhecida como doença da "vaca louca".

*Defesa
sanitária
vegetal*

A defesa sanitária vegetal monitorou 13.266,80 hectares da Sigatoka Negra e Moko da bananeira, o Cancro Cítrico, a CVC, a Morte Súbita dos Citros, o Greening, a ferrugem asiática na soja e o bicudo do algodoeiro.

Nos levantamentos fitossanitários foram monitorados 1.086 hectares de cucurbitáceas, e o Ministério da Agricultura reconheceu 60 municípios nas regiões do Norte, Nordeste, Noroeste, Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro como áreas livre de Sigatoka Negra.

Visando ao uso seguro de agrotóxicos pelos agricultores foram fiscalizados 1.708 estabelecimentos comerciais e 2.597 propriedades rurais. Foram estabelecidas parcerias e implantados 17 projetos-piloto de controle de agrotóxicos e outros cinco específicos para o cultivo de morangos.

Certificação

Doze propriedades, com capacidade de produção de 6 mil sacas, foram certificadas como produtoras de café SAT (sem agrotóxico), sete propriedades como produtores de orgânicos.

No âmbito do Projeto Jaíba foram vacinados contra febre aftosa 191.939 bovinos e contra brucelose 3.144 bezerras, fiscalizados 25.703 veículos nas barreiras e interditados 12.598 l e 2.063 Kg de agrotóxicos.

Para o Programa de Revitalização do Rio São Francisco coletaram-se 26 amostras de produtos agrícolas para verificação de resíduos de agrotóxicos e fiscalizaram-se 100 revendedores de agrotóxicos e 180 propriedades rurais.

Direcionado ao Agrominas foram feitos 265 diagnósticos ambientais e de qualidade com georreferenciamento de indústrias de café torrado e moído e 512 diagnósticos de propriedades rurais com café descascado/ despulpado.

FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA (RURALMINAS)

Jaíba II

A Ruralminas disponibilizou toda a infra-estrutura hídrica, a parte eletro-mecânica e colocou em plena operação o Projeto Jaíba II, que conta hoje com 25 funcionários trabalhando no distrito de irrigação. Estão operando, na área, os primeiros empresários que ocupam 2.950 ha, representando cerca de 20% da área útil da segunda etapa do projeto.

*Projetos
de
Irrigação*

Componente do Pólo Salinas, no Projeto Bananal concluiu-se a infra-estrutura hídrica, constituída de 30 pequenas barragens de concreto ciclópico, das quais cinco são barragens-ponte, o que permitirá que o rio Bananal funcione como um canal em uma extensão de aproximadamente 36,0 km. beneficiando mais de 170 produtores rurais.

Foram concluídos os estudos de consolidação dos projetos básicos e executivos e os estudos ambientais dos Projetos Setúbal, Peão e Galheiros.

*Infra-estrutura
rural*

Visando a prover o meio rural de infra-estrutura adequada foram construídas 103 pequenas barragens e açudes, 38 tanques de piscicultura,

cinco silos; dragados 33.450 metros de cursos d'água e construídos 34.801m de saneamento, executados 1.065 hectares de aração e gradagem, recuperada e efetuada a readequação de 2.818 quilômetros de estradas rurais. Ao todo, foram atendidos 95 municípios, beneficiando diretamente cerca de 7 mil produtores e 127 mil habitantes, nas diversas regiões do estado.

Para o Projeto Irapé foram construídos 75 quilômetros de estradas e 55 mil metros de rede de distribuição de água, beneficiando 240 famílias.

No âmbito do Programa de Revitalização do Rio São Francisco foi assinado convênio com a ANA para execução de projetos de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, encontrando-se em licitação obras para construção de estradas ecológicas, bacias de captação, terraceamento e contenção de águas superficiais em 41 municípios. No mesmo convênio, em parceria com a OSCIP - AMEIS, está sendo implantada a Agenda 21 nos municípios de São Roque de Minas e Vargem Bonita.

*Revitalização
do Rio São
Francisco*

A participação em projetos de reforma agrária para o abastecimento de água, no contexto do projeto estruturador Minas sem Fome resultou na instalação de 103 reservatórios individuais, 9.854 metros de rede de abastecimento de água e a perfuração de 2 poços profundos nos assentamentos de "Aliança e Progresso" e "Nova Conquista", no município de Lagoa Grande, e "1º do Sul", em Campo do Meio.

*Minas sem
Fome*

A Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR), objetivando dar continuidade ao trabalho de fomentar o turismo no estado, promoveu e divulgou o potencial turístico de Minas e, visando a uma descentralização e regionalização, estabeleceu como uma de suas prioridades em 2005 o fortalecimento do Programa Circuitos Turísticos.

A missão principal desses circuitos é a de promover o desenvolvimento do turismo sustentável por intermédio da integração contínua dos municípios, consolidando a identidade regional, com a inclusão de todos os 853 municípios em circuitos turísticos certificados, e, dessa forma, transformando-se no meio mais eficaz e rápido para fazer de Minas um dos principais destinos turísticos do Brasil e, dele, o grande indutor da economia mineira.

Em cada circuito, o visitante conhece as principais atrações do estado - construções barrocas, igrejas, estâncias hidrominerais, culinária, propriedades rurais, entre outras, tendo contato direto com a cultura mineira, e, dessa maneira, implementando a economia com a reforma e construção de hotéis, pousadas, a infra-estrutura de comunicação, suporte e marcos informativos.

*Circuitos
Turísticos de
Minas Gerais*

Além dos circuitos implantados em 2004, foram instituídos em 2005 mais 10 e, dos 52 circuitos turísticos existentes, 22 já foram certificados, beneficiando 249 municípios, sendo 19 neste exercício. Para 2006 está prevista a certificação de outros 22 circuitos, passando para 662 o número de municípios favorecidos.

A certificação confere credibilidade para que os circuitos possam administrar e incentivar as atividades turísticas na região, agregando forças da iniciativa privada, do governo e da comunidade, descentralizando assim o poder e as responsabilidades.

Os circuitos turísticos certificados em 2005 são: Canastra, Guimarães Rosa, Diamantes, Ouro, Águas do Cerrado, Trilha dos Inconfidentes, Minas-Rio, Serras de Minas, Belo Horizonte, Verde Trilha dos Bandeirantes, Águas, Caminhos Verdes de Minas, Triângulo Mineiro, Trilhas do Rio Doce, Lago de Três Marias, Tropeiros de Minas, Campo das Vertentes, Serra do Cabral de Minas e Cachoeiras, Montanhas Cafeeiras de Minas.

Foram firmados convênios com 7 faculdades de turismo para realizar o levantamento da oferta turística nos circuitos turísticos mineiros, e melhorar o planejamento e a divulgação de suas potencialidades. Neste exercício foram treinados 210 alunos e pessoas das comunidades locais. Organizaram-se também 24 eventos (reuniões, jornadas, oficinas, treinamentos e palestras), em parceria com entidades públicas e privadas, a fim de promover um maior entrosamento e evitar a dispersão das atividades de cada entidade. Objetivava-se, dessa maneira, a troca de experiências entre as partes e a criação de uma metodologia de desenvolvimento turístico regional que se consolide como parâmetro para as atividades desenvolvidas por todos os órgãos que atuam no incremento do turismo em Minas.

*Ecoturismo e
Turismo Rural*

As atividades relacionadas ao ecoturismo e ao turismo rural vêm sendo desenvolvidas com base na Política Estadual de Circuitos Turísticos, objetivando aproveitar o grande potencial natural do estado.

Foram ministrados cursos no circuito Serra do Cipó de empreendedorismo para o turismo rural. O Decreto 44.017, de 26 de abril de 2005, dispõe sobre o plano de desenvolvimento do turismo rural em Minas. No que se refere ao Ecoturismo dois projetos encontram-se em fase inicial: Caminho dos Escravos (Diamantina – Mendanha) e a Trilha da Maria Fumaça de Diamantina a Corinto.

O projeto Estrada Real vem recebendo atenção especial por tratar-se de um projeto estruturador de fundamental importância para o cumprimento das metas de governo no que se refere ao desenvolvimento do turismo sustentável. As atividades realizadas em conjunto com o Instituto Estrada Real visam, além da divulgação do “Roteiro Estrada Real”, atrair turistas e também promover a melhoria das condições de vida da população local.

Estrada Real

Dentre as ações realizadas no período destacam-se: a elaboração de 48 peças promocionais (folders, mapas, revistas, folhetos) e participação em 23 eventos nacionais e em 13 eventos internacionais para a divulgação da Estrada Real; a implantação de sinalização turística rodoviária em 48 municípios; a realização do “2º Seminário dos Municípios Participantes da Estrada Real”; a sinalização de Caminhos da Estrada Real, dos 1.400 quilômetros do eixo principal da Estrada Real demarcados pelo DER; o apoio ao Projeto de Produção Associada ao Turismo, que formatou roteiros turísticos incluindo o processo de produção em 4 áreas: cachaça, gemas e jóias, artesanatos e queijos finos, no trecho Itabira-Carrancas; a implantação de telefonia rural em 5 circuitos turísticos: Diamantes, Ouro, Villas e Fazendas, Trilhas dos Inconfidentes e Serra do Cipó – totalizando 100 postos telefônicos rurais em 25 municípios, numa parceria com o DETEL; a liberação, pelo BDMG, de financiamento para 46 empreendimentos e análise de 11 projetos pelo FUNDESE/Estrada Real, no total de R\$ 2,4 milhões; a realização de 18 seminários de sensibilização para a importância do turismo na Estrada Real; a capacitação profissional para o turismo, com a realização de 103 cursos em 74 municípios, atingindo 3 mil profissionais de turismo; a revitalização dos 20 quilômetros do Caminho dos Escravos, entre Diamantina e Mendanha; a sensibilização de 1.643 policiais militares com atuação na área de influência da Estrada Real e revitalização de 13 postos policiais da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), uma parceria entre o Governo do Estado, por meio da Setur e PMMG, Sebrae e Instituto Estrada Real; a elaboração de estudos da oferta e demanda turística nos circuitos turísticos da Estrada Real certificados, para aperfeiçoamento dos indicadores do projeto, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Dando continuidade à política implementada em 2004, a Setur desenvolveu um trabalho permanente objetivando levar Minas Gerais para o conhecimento do mercado interno e externo. Para tanto foram confeccionados materiais promocionais – entrega de kits com as marcas do Governo de Minas Gerais e Setur, como folders institucionais em português, inglês, espanhol,

italiano e francês; chapéus, banners, totens, pastas, postais, painéis e folheteria dos 22 circuitos turísticos certificados.

Em parceria com o Ministério do Turismo (MTUR), foram confeccionados materiais publicitários para as cidades de Ouro Preto, Diamantina, Belo Horizonte, Monte Verde (Camanducaia), e para os circuitos turísticos Trilha dos Inconfidentes, Serras Verdes do Sul de Minas, Villas e Fazendas de Minas, Canastra, dos Diamantes, e do Ouro; incluindo, ainda, folheteria e Z-cards para os circuitos turísticos certificados; divulgação, por meio de campanhas publicitárias em painéis front light, no valor de R\$ 3,4 milhões também em parceria com o Ministério; criação e confecção de 30 mil guias gastronômicos de Minas, no valor de R\$ 3,5 milhões.

*Promoção e
Divulgação*

Com o objetivo de promover e divulgar Minas Gerais para os mercados nacional e internacional, a Setur participou de 23 eventos nacionais e 13 internacionais, com destaque para o Salão do Turismo, em São Paulo, a ABAV 2005 – Associação Brasileira dos Agentes de Viagens no Rio de Janeiro, e “O Ano do Brasil na França”.

Visando a desenvolver o turismo em trechos ferroviários turísticos em municípios mineiros, a Setur, em parceria com a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP) e o Departamento de Obras Públicas (DEOP), firmou com o MTUR o convênio Revitalização dos Trechos Ferroviários Turísticos com o objetivo de reformar estações ferroviárias históricas em diversas cidades mineiras, com investimento da ordem de R\$ 720 mil.

*Trechos
Ferroviários
Turísticos*

A Secretaria, por meio da Unidade Executora Estadual (UEE/MG) do PRODETUR/NE-II, apresentou para aprovação do Banco do Nordeste, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, tendo sua aprovação em 15 de abril, contemplando nove municípios da área no valor de US\$ 75 milhões. Os órgãos executores do programa iniciaram os trabalhos de elaboração dos projetos, para encaminhamento e aprovação do agente financiador e assinatura do contrato de subempréstimo, devidamente aceito pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

PRODETUR

Estão em fase de implantação os “Armazéns de Minas”, que representam pontos de informações turísticas e venda de artesanato de Minas nos municípios de Três Corações, Extrema, Medina, Manhuaçu, Itanhandu, Capitólio, São Sebastião do Paraíso, Areado, Barbacena e Paraopeba no valor de R\$ 1,125 milhão, uma parceria entre Setur, Setop e Deop com o Ministério do Turismo.

*Armazéns de
Minas, e
Centros
Vocacionais .*

Negociação de recursos com o MTUR da ordem de R\$ 1 milhão destinados à implantação de Centros de Apoio aos Turistas nos municípios de Ouro Preto, Mariana, São João del-Rey e Diamantina, e de Centros Vocacionais em Ouro Preto e Diamantina.

*Estradas
Ecológicas e
Turísticas*

O projeto Estradas Ecológicas e Turísticas busca estimular o ecoturismo em Minas Gerais por meio de uma infra-estrutura viária ajustada aos valores ambientais, sociais e econômicos possibilitando melhor acesso a circuitos

turísticos existentes e ampliando oportunidades de emprego e renda para as populações dos municípios envolvidos.

Em 2005 foi assinado um convênio com o MTUR com a finalidade de contemplar estradas ecológicas e turísticas nos municípios de Brumadinho e Fronteira.

*Mobilização e
Capacitação*

No que diz respeito à capacitação no setor foram realizados, em parceria com a Fundação Banco do Brasil e Ministério do Turismo, os seguintes treinamentos de mão-de-obra: qualidade no atendimento ao turista em Morro do Pilar, Nova União, Santana do Riacho, Itabira, Jaboticatubas, Conceição do Mato Dentro, Conselheiro Lafaiete, Itambé do Mato Dentro; garçons e camareiras em Itabira, Conceição do Mato Dentro e Santana do Riacho; empreendendo o turismo rural em Itambé do Mato Dentro e Jaboticatubas; programador de roteiros ecoturísticos em Santana do Riacho e Conceição do Mato Dentro; agente de informações turísticas em Morro do Pilar, Santana do Riacho, Jaboticatubas e Itabira.

*Regionalização
do Turismo*

O Programa de Regionalização do Turismo é um modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, baseada no princípio da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação entre os setores e instituições como foco de união nas decisões.

Minas Gerais está trabalhando com o programa por intermédio dos circuitos turísticos, que são compostos de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas, que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável.

Na primeira etapa deste programa, foram selecionados os circuitos turísticos, que estavam certificados ou em processos de certificação até 29/10/2003, que são: Parque Nacional da Serra do Cipó; Villas e Fazendas; Serras Verdes do Sul de Minas; Canastra; Guimarães Rosa; Diamantes; Ouro; Trilhas dos Inconfidentes; Minas-Rio; Serras de Minas; Belo Horizonte; Águas; Trilhas do Rio Doce e Grutas.

COMPANHIA MINEIRA DE PROMOÇÕES (PROMINAS)

A Prominas obteve um acréscimo em sua receita de 47,8% em relação ao mesmo período em 2004. Com esse paralelo, observa-se que o crescimento da receita possibilitou cobrir as despesas do Minascentro e da Expominas ainda restando para as despesas da Prominas 24,7%.

*Turismo de
Negócios*

Foram realizados no Minascentro 137 eventos, com um público de 416.189 pessoas. A maior demanda foi para realização de congressos e feiras, demonstrando a existência de um público mais direcionado, ocupando os espaços no centro de convenções, resultando em um crescimento significativo da receita e contribuindo com toda a cadeia do trade de turismo de eventos

Na Expominas foram realizados 17 eventos com um público de 474.258 pessoas, e teve início a construção de galpões para realização dos

eventos paralelos, com o acabamento da obra e instalação da acústica e ar condicionado.

Foi firmado convênio entre o governo mineiro e o MTUR para a reforma e adaptação do Centro Mineiro de Convenções (Minascentro), com investimento de R\$ 1,8 milhão.

O Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER), autarquia vinculada à Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária (SEARA), tem como objetivo planejar, coordenar e executar a política agrária e fundiária, por meio de ações destinadas à democratização do acesso à terra, de acordo com as diretrizes do desenvolvimento sustentável em Minas Gerais.

Dentro de suas linhas de atuação, o ITER/SEARA vem promovendo encontros, seminários e estudos com vistas à formação de trabalhadores rurais, buscando a auto-sustentabilidade dos assentamentos e a melhoria na qualidade de vida de milhares de famílias.

O ITER, juntamente com outros órgãos comprometidos com a Reforma Agrária, inclusive a Polícia Militar de Minas Gerais, acompanha todas as ocupações de terra para que sejam garantidos os direitos humanos de todos os envolvidos, tendo por fim a paz no campo e o desenvolvimento social.

Na intermediação de conflitos agrários, a ação do Instituto visa garantir e preservar a vida das pessoas envolvidas na disputa, abrindo um canal de diálogo entre as partes, buscando a solução definitiva para o problema.

Atualmente, existem em Minas cerca de 18 mil famílias, acumuladas em 190 focos de conflito (acampamentos), tendo ocorrido durante o ano 25 novas ocupações, envolvendo aproximadamente 2.100 famílias.

Neste ano, o ITER/SEARA atuou na mediação de 63 conflitos agrários rurais, tendo acompanhado 187 processos de reintegração de posse e interditos proibitórios, ocorrendo 55 audiências, das quais houve acordos em 80%.

Além disso, o órgão mediu três conflitos urbanos pela posse da terra de 180 famílias. Foram realizadas cinco audiências públicas e 24 reintegrações de posse, envolvendo 50 municípios.

*Intermediação
de Conflitos*

O ITER participou, ainda, de mais de 60 vistorias e inspeções judiciais nas áreas de litígio pela posse da terra em parceria com a vara de Conflitos Agrários e o Ministério Público Especializado, a fim de conhecer de perto a situação dos acampados e os imóveis objeto de ocupações. Tal feito possibilita aos técnicos do ITER aferirem a realidade no campo, dando-lhes subsídios de fato para as composições amigáveis diante do conflito entre as partes nas audiências judiciais de conciliação. As ações humanitárias do ITER no campo não param por aí. Em 2005, foram destinadas em caráter emergencial às áreas em processo de despejo ou para as famílias afetadas pelas mudanças climáticas, como frio e chuva, lonas e cobertores. Para as áreas objeto de acordo entre proprietários e sem terras o ITER destinou arame farpado a fim de cercar as glebas objeto de acordo, para a produção e lavouras dos acampados. Visando ao bem estar e à saúde das famílias acampadas, foram destinados filtros de barro para as famílias beberem água livre de germes nocivos à saúde, diminuindo, com certeza, o índice de doenças.

Colaborando com o Programa Fome Zero, do governo federal, o ITER participa da distribuição de milhares de cestas básicas às famílias carentes no estado, bem como distribui lonas para abrigar as desabrigadas.

*Segurança
Alimentar
e
Nutricional*

Atendendo a demanda dos movimentos sociais ligados à questão de reforma agrária, o Programa de Segurança Alimentar (PSA) retornou à coordenação do ITER, que elaborou e teve aprovado no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) projeto que garante a continuidade da execução do programa em Minas em 2005, beneficiando mais 5 mil famílias.

*Capacitação
de Jovens
Assentados*

O projeto de Formação de Jovens em Agroecologia, executado pelo ITER em parceria com entidades regionais, beneficiou aproximadamente 90 jovens oriundos de 13 assentamentos do estado, que serão multiplicadores em suas comunidades.

*Empreendimen
tos Econômicos
Solidários*

Estão sendo implantados 17 empreendimentos econômicos em 16 projetos de assentamento, o que beneficia aproximadamente mil famílias. Convênios firmados em 2005 garantem a sete projetos de assentamento novos empreendimentos, favorecendo quase 700 famílias.

PA Betinho

O maior projeto de assentamento de Minas Gerais, Projeto de Assentamento Herbert de Souza (PA Betinho) recebeu do governo estadual repasse de R\$401 mil referente a investimentos em obras de abastecimento de água.

Os recursos provenientes do convênio celebrado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o ITER vão contemplar, diretamente, 600 famílias e uma população de cerca de duas mil pessoas. Fruto também do citado convênio, está em fase de conclusão pelo ITER a construção de 300 casas de 58 metros quadrados cada, beneficiando diretamente 300 famílias de assentados.

*Associativismo e
Cooperativismo*

Em parceria com a Escola Sindical 7 de outubro e a Agência de Desenvolvimento Solidário, entidades não-governamentais vêm desenvolvendo ações de capacitação em associativismo e cooperativismo em 8 projetos de assentamento na região do Alto Paranaíba, com o objetivo de orientar os assentados para organização autogerida, visando à sistematização da produção e sua inserção no mercado. Foram adquiridas barracas para comercialização da produção por meio de feiras, beneficiando não só as 400 famílias dos assentados como também os consumidores dos municípios de Araxá, Ibiá e Perdizes.

PRONAF

Por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF-A), vem desenvolvendo ações nos projetos de colonização e assentamentos implantados pelo governo do estado. São cinco assentamentos, contemplando aproximadamente 400 famílias com projetos de custeio e investimento.

O ITER/SEARA enviou à Advocacia Geral do Estado (AGE), para o ajuizamento das devidas ações discriminatórias, 17 processos de terras

consideradas devolutas, a partir dos levantamentos realizados das cadeias dominiais dos imóveis, num total de 86 mil hectares.

Em 2005, no tocante à legitimação de terras devolutas, o ITER/SEARA manteve a política de priorizar a titulação gratuita dos pequenos posseiros de imóveis com áreas inferiores a 50 hectares, nos termos da Lei Estadual 14.313/02. A partir da regularização dos imóveis, com os respectivos registros das matrículas nos cartórios de registros de imóveis do estado, os novos proprietários podem se habilitar para a obtenção de financiamentos agrícolas e realizar investimentos em suas propriedades, contribuindo efetivamente para a erradicação da pobreza rural.

*Legitimação
de Terras*

Foram emitidos 1.137 títulos de propriedade de terras urbanas e rurais em todo o estado, incluindo as reservas de terras devolutas para as prefeituras municipais, destinadas à execução de obras de interesse público, como a construção de casas populares, postos de saúde, escolas, áreas de lazer e reservas ambientais.

Em 2005, na execução do convênio firmado entre o ITER/SEARA e a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), para a execução do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, no município de Janaúba, foram medidas, cadastradas e georreferenciadas 1.100 propriedades rurais, além de 364 áreas de posse de terras devolutas, as quais serão legitimadas ou arrecadadas de acordo com a lei.

*Cadastro de
Terras e
Regularização
Fundiária*

Trata-se de uma ação pioneira em âmbito nacional, pelo estado, possibilitando a Janaúba a coleta dos registros gráficos e literais necessários ao cadastro, à regularização fundiária e à retificação de registros de seus limites. A regularização de posses de terras devolutas permite ao pequeno agricultor familiar acesso aos diversos financiamentos agrícolas destinados aos proprietários de terras, configurando-se importante meio de indução da cidadania à população rural carente de Minas Gerais. Janaúba será o primeiro município mineiro a ter toda a sua malha fundiária cadastrada e georreferenciada.

Por intermédio de convênio firmado entre o ITER/SEARA e o Instituto Estadual de Florestas (IEF), houve a regularização fundiária de unidades de conservação estaduais e a identificação de áreas para parques estaduais. A regularização fundiária das Unidades de Conservação Estaduais (URCs) é uma iniciativa pioneira e visa a sanar problemas agrários e fundiários que se arrastam há dezenas de anos.

Foram realizadas medições, georreferenciamentos e pesquisas cartoriais nos parques estaduais do Pico do Itambé, do Rio Preto, do Brigadeiro, Grão Mogol, Veredas do Peruaçu, Lagoa do Cajueiro e do Rio Correntes, além da Estação Ecológica da Mata do Cedro, numa área de 120 mil hectares, que propiciou, no Parque Estadual do Itambé, a Ação Discriminatória Administrativa, iniciada em outubro de 2005, para regularizar a situação de 38 famílias de posseiros identificados nos limites internos dos parques estaduais.

**DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO JEQUITINHONHA,
MUCURI E NORTE DE MINAS**

A Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas (SEDVAN) tem como finalidade fortalecer politicamente a região mineira de economia historicamente deprimida. A secretaria incorpora o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), como órgão operacional, e tem como missão explorar as potencialidades do norte e nordeste de Minas em desenvolvimento político e socioeconômico sustentável.

O governo, por meio da Sedvan/Idene, vem desempenhando um importante papel na redução da desigualdade ao gerar um contexto favorável ao surgimento de associações civis e estimular a participação da população no planejamento e execução de políticas públicas e na tomada de decisões.

Neste esforço, a implementação de políticas regionais estruturantes para o desenvolvimento sustentável e a implantação de arranjos produtivos que valorizam o capital social estão sendo multiplicadores de efeitos positivos não só para estas regiões, mas também para o restante do estado.

*Gestão
Integrada de
Políticas
Públicas*

Aproximadamente 400 mil pessoas estão sendo beneficiadas e R\$ 50 milhões estão sendo aplicados na região, por meio dos projetos que envolvem crédito subsidiado para aquisição de terras, infra-estrutura produtiva e social para as associações de trabalhadores rurais, instalação de equipamentos públicos de produção coletiva e inclusão digital, monitoria virtual, equipamentos e serviços de combate à desnutrição e de promoção da saúde bucal, capacitação, aquisição e distribuição de produtos alimentícios, apoio ao incremento do turismo e artesanato da região, além da organização de associações comunitárias por intermédio de um grande projeto de alfabetização.

O modelo de gestão integrada e participativa de políticas públicas caracterizado no expressivo rol de parcerias com o governo federal, universidades e redes sociais, resultando numa grande mobilização dos diversos setores da sociedade civil organizada, incluindo o segmento de tradições religiosas, o transformou a implementação de alguns programas em um verdadeiro mutirão territorial pela inclusão cidadã.

Oriundo de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Banco Mundial e a Contag, a execução estadual do projeto de Crédito Fundiário foi reestruturada em novas bases conceituais de gestão, e esteve, até 14 de agosto de 2005, sob a coordenação e execução do Idene. Foram instaurados 29 projetos de assentamento, contemplando 691 famílias de trabalhadores rurais sem-terra. Este ano, foram aplicados cerca de R\$3,9 milhões na implantação dos subprojetos de infra-estrutura básica e produtiva, não-reembolsáveis.

*Crédito
Fundiário*

No contexto da segurança alimentar e indução do desenvolvimento humano nas regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foi implementado o programa Comunidade Viva, que é composto por oito subprojetos para melhor atender às necessidades da região. Em 2005 houve

*Comunidade
Viva*

ações para geração de trabalho e renda, combate à fome e à mortalidade infantil, ao analfabetismo de jovens e adultos, melhoria da saúde bucal, inclusão digital e apoio ao desenvolvimento sustentável do artesanato e do turismo.

*Programa
Cidadão.Net*

Cidadão.Net é um programa de autogestão sustentável para a inclusão digital de cidadãos residentes em municípios com os maiores índices de analfabetismo. Com a implantação dos Telecentros Comunitários (núcleos de informática e cidadania), o programa garantiu a alfabetização digital, o acesso gratuito à internet, a difusão das informações públicas, o uso da tecnologia da informação e da comunicação para processar e produzir conhecimentos e a implementação de campanhas e ações comunitárias. Foram capacitados 400 “educadores.net”, para utilização do software livre e administração de rede, e cerca de 7 mil pessoas foram incluídas no universo digital graças à implantação de 76 telecentros com investimento da ordem de R\$ 2,8 milhões.

*Programa
Cidadão Nota
Dez*

A inclusão social é promovida por intermédio do programa Cidadão Nota Dez, que trata a alfabetização como um processo que potencializa a emancipação social das comunidades para a gestão de políticas sociais, por meio da construção participativa de um modelo de gestão alternativo, incentivando a politização para a cidadania ativa, buscando o entendimento da força da participação coletiva, da formulação de alternativas ao desenvolvimento e geração de trabalho e renda, a partir da sala de alfabetização. A partir da integração estratégica da educação popular de base (eixo pedagógico do programa) e da gestão participativa (eixo de gestão), criou-se uma estrutura de oportunidades para o fortalecimento do tecido social existente na região. Um plano de capacitação continuada foi implementado, dirigido às equipes pedagógicas e a toda a rede de gestão do Cidadão Nota Dez, sendo capacitadas 5.187 pessoas entre alfabetizadores, gestores, coordenadores e supervisores. Ele abrange os 188 municípios que compõem a área de atuação da Sedvan/Idene e já alfabetizou 47.702 alunos em sua primeira fase e na segunda, que se iniciou em fevereiro, em torno de 122 mil alunos estavam em salas de aula. Os investimentos foram R\$ 7,2 milhões.

*Programa Leite
pela Vida*

O principal objetivo do “Leite pela Vida” é reduzir a desnutrição e a mortalidade infantil, beneficiando crianças entre seis meses e seis anos de idade, nutrízes, gestantes e idosos acima de 60 anos, mas também beneficia 2.800 produtores de leite cadastrados. Esses produtores estão organizados em 36 laticínios e cooperativas, as quais recebem R\$ 1,00 por litro de leite e se encarregam de fazer o repasse de R\$ 0,50 por litro aos produtores cadastrados. Atualmente, o programa se encontra no 4º módulo e já atinge 194 municípios, beneficiando cerca de 150 mil pessoas com um litro de leite por dia. Em 2005, foram investidos R\$ 35,7 milhões entre recursos federais e contrapartida do governo do estado.

*Programa
Sorriso no
Campo*

O Sorriso no Campo é um programa de estágio rural supervisionado, envolvendo alunos dos últimos períodos do curso de Odontologia das principais faculdades do estado, que atuam durante as férias escolares, de janeiro e julho, com atividades de promoção de saúde bucal e prevenção em

localidades rurais dos 188 municípios da área de atuação da Sedvan/Idene, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, Federação das Indústrias, Conselho Regional de Odontologia e dez faculdades de odontologia. Nas duas etapas realizadas, 162 municípios foram atendidos e mais de 60 mil pessoas beneficiadas; participaram 300 estudantes de faculdades parceiras e foram envolvidos outros 3 mil profissionais de saúde.

O Projeto de Combate a Mortalidade Infantil e Promoção da Segurança Alimentar – Mil Mulheres em Ação propicia a formação de uma rede de Agentes de Desenvolvimento Local Sustentável capaz de reduzir a mortalidade e desnutrição infantil com o foco em famílias socioeconomicamente vulneráveis na região de abrangência da secretaria. Em parceria com a Pastoral da Criança, em sua primeira etapa capacitou mil líderes articulados em 42 turmas em 26 municípios da região norte e nordeste de Minas Gerais. Na 2ª etapa, em andamento, serão capacitados mais 4 mil líderes em 151 municípios e, deste total, 1.041 já foram habilitados em 24 municípios.

Combate a Mortalidade Infantil e Promoção da Segurança Alimentar – Mil Mulheres em Ação

Com a implantação de unidades produtivas, Cozinhas Comunitárias Sertanejas estimula a geração de renda, valoriza a alimentação sertaneja e incentiva o associativismo e o cooperativismo entre as comunidades. Dezoito associações comunitárias em diferentes municípios já foram contempladas, incluindo uma comunidade quilombola e, até o momento, foram capacitadas 1.056 pessoas para a gestão sustentável e operação das unidades produtivas. Já foram gerados cerca de 540 empregos diretos e 18 municípios beneficiados.

Cozinhas Comunitárias Sertanejas

O Artesanato em Movimento objetiva organizar, capacitar e melhorar as condições de comercialização de toda a comunidade produtiva do artesanato na região, por meio de gestão compartilhada entre governo estadual e municipal, associação ou cooperativas de artesãos e parceiros da sociedade civil organizada, por intermédio do Grupo Gestor do Artesanato. Foi iniciado em novembro de 2003, com a realização do I Simpósio Regional do Artesanato. Este ano, foram instalados 12 comitês intermunicipais e de interlocutores municipais visando à colocação dos produtos no mercado com a criação do Centro de Negócios do Artesanato. A formação dos Comitês Intermunicipais foi concluída em maio. A próxima fase será para capacitação dos artesãos, com o intuito de aumentar o capital social e humano regional.

Artesanato em Movimento

O Turismo Solidário é uma nova modalidade de turismo que tem como principal objetivo estimular o crescimento do fluxo de turismo, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades locais, e que visa à inclusão social da população carente de oito municípios que integram a área de abrangência da Sedvan/Idene. Na 1ª etapa, houve pesquisas para o levantamento de dados das potencialidades turísticas das regiões envolvidas e das demandas e carências das comunidades, e encontro com as lideranças locais, dos municípios selecionados pela pesquisa preliminar, com o intuito de divulgar e atrair a comunidade para participar do projeto. O programa se encontra na sua 2ª etapa para a capacitação de cerca de 1.320 atores locais, tendo sido, no presente exercício, capacitadas e diplomadas 400 pessoas.

Programa Turismo Solidário

*Programa de
Combate a
Pobreza Rural
PCPR/MG*

O Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR/MG) beneficiará as comunidades rurais mais pobres do estado e abrangerá os 188 municípios da região. Ele visa a financiar investimentos comunitários, não-reembolsáveis, de natureza produtiva, social e de infra-estrutura básica, sendo executado diretamente pelas comunidades rurais. Serão liberados US\$ 35 milhões, já aprovados pelo Banco Mundial e autorizados pelo Senado, de um total previsto de US\$ 70 milhões, para apoiar o governo estadual na redução da pobreza nas áreas rurais. Neste ano foram realizados oito seminários regionais de mobilização e divulgação dos quais participaram cerca de 1300 representantes de Conselhos Municipais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Prefeituras e Câmaras Municipais, Emater, ONGs, parceiros e beneficiários do programa. Foram investidos, neste exercício, perto de R\$ 300 mil na compra de equipamentos e realização dos seminários.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (Sedese) é responsável pela execução de dois Projetos estruturadores Primeiro Emprego e Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, além de ter sob sua responsabilidade o Projeto Estruturador Minas Sem Fome cujas ações são realizadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater).

O Programa Primeiro Emprego desenvolveu ações principalmente para jovens em busca da primeira oportunidade de trabalho, segmento populacional que sofre grandes dificuldades de inserção no mercado. Para tal, foram inaugurados seis Centros Públicos de Promoção do Trabalho (CPPTs) em Belo Horizonte (Gameleira), Campo Belo, Pitangui, Araçuaí, Divisópolis, Uberlândia e em Uberaba que somado aos de Ouro Branco, Três Marias, Três Corações e Congonhas totalizam 11 centros em funcionamento, contando com a equipe técnica de 955 pessoas capacitadas. Participaram da qualificação profissional para o Primeiro Emprego e da instituição do Programa de Competências Básicas para o Trabalho 10.039 jovens, que receberam informações sobre empregabilidade por meio de palestras e cursos rápidos, preparatórios para a apresentação do candidato em entrevistas de emprego e para a elaboração de currículo.

*Primeiro
Emprego*

No Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas foram atendidas famílias em situação de vulnerabilidade social, econômica e pessoal, promovendo assim sua inclusão e garantindo acesso a bens e serviços sociais básicos. Foram implantadas 11 Casas Lar, totalizando 61 com as já existentes que atenderam 692 crianças e adolescentes. Destacam-se a Casa Lar para filhos de detentas e a Casa Travessia, ambas demandadas pelo Ministério Público. A implementação da ação Família Acolhedora foi realizada em um município-piloto, colocando crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social em famílias substitutas previamente selecionadas, sob a forma de guarda.

*Inclusão Social de
Famílias
Vulnerabilizadas*

Foram fornecidos 1.776 passes para migrantes em trânsito. Quanto aos migrantes e à população de rua, foram atendidas 3.516 pessoas. O processo de desativação do Centro de Triagem e Encaminhamento Social (CETES) foi iniciado, sendo criadas Casas Lares para acolher sua clientela. A celebração de convênios com 142 municípios visando a criação de 170 Centros de Atenção Básica e Especializada de Assistência Social (CRAS), foi considerada como ação de relevada importância, por ser referência na implantação e implementação das políticas de assistência social nos municípios, garantindo atendimento a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

A implantação do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) proporcionou o monitoramento de seis microrregiões.

SIPIA

O Apoio aos Municípios na Política de Assistência Social fortaleceu as 17 Diretorias Regionais da Secretaria no acompanhamento das diversas ações de assistência social em 600 municípios.

A VII Conferência Estadual da Assistência Social, a V Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Conferência do Adolescente

*Conferências
realizadas*

demandaram a Qualificação de Recursos Humanos para Gestão e Controle da Política de Assistência Social e da Política da Criança e do Adolescente, sendo capacitadas em torno de 5 mil pessoas em todo o estado.

As três unidades dos Centros Integrados de Atendimento ao Menor (CIAME) receberam 946 crianças, adolescentes e suas famílias e em 24 CURUMIM, 4.278 foram atendidas.

Três campanhas de combate à exploração, abuso e violência sexual foram realizadas com amplo sucesso, nos locais que registraram maior incidência.

A concessão de benefícios eventuais a famílias foi prestada a 20 municípios a partir de critérios de partilha previamente estabelecidos.

As atividades exercidas pela ação de Descentralização das Políticas da Assistência Social foram responsáveis pela assessoria a 853 municípios na implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Observou-se o crescimento do número de atendimentos à pessoa com deficiência em clínicas especializadas que passou de 8 mil para 9.984, bem como foram assistidas 237 pessoas/mês, por meio de convênios celebrados com entidades de vários municípios.

*Atendimento a
jovens e
idosos*

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano favoreceu o protagonismo juvenil de 495 jovens com ações de qualificação e reintegração social. O Projeto Vocação para o desenvolvimento regional, social e humano assessorou 400 municípios qualificando 25 mil jovens. O Atendimento à Criança permitiu que 9.215 crianças tivessem seu atendimento financiado em entidades sociais e prefeituras e o Atendimento ao Idoso foi disponibilizado a 187 idosos por mês.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, prioridade mundial, foi executado pelo PETI Bolsa e PETI Jornada Ampliada atendendo 1.753 crianças e adolescentes. A revisão e avaliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) prosseguiu em 2005 com a continuidade das revisões de 26.709 benefícios da 5ª Etapa.

*Direitos
Humanos*

Na área de Direitos Humanos o Programa de Assistência às Vítimas e Familiares de Crimes Violentos atingiu seu objetivo assistindo e protegendo a vida e integridade física de testemunhas ameaçadas, encaminhadas aos núcleos de atendimento, onde, após triagem, foram assistidas por psicólogos, advogados, assistentes sociais e/ou psiquiatras. Prestou, também, orientação às vítimas e/ou familiares no tocante aos procedimentos de ordem legal, necessários para ajuizamento de ações cíveis ou criminais, atendendo 298 pessoas. Recebeu 82.000 ligações telefônicas pelo Disque Direitos Humanos, com queixas de violação aos direitos da pessoa humana em todas as suas formas orientando, além de interligar os serviços e as organizações de defesa e promoção dos direitos humanos, em uma rede de ações e de comunicação solidária e eficiente, fortalecendo a sociedade civil.

Foram deferidos 152 pedidos de indenização às vítimas de tortura. Cinquenta e quatro testemunhas e vítimas de crimes, que colaboraram em investigações ou processos penais foram atendidas com a proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas, mediante assistência e proteção da integridade física, que ocorre por meio de remoção da testemunha ou vítima da cidade onde ocorreu o crime, da recepção, acolhimento e inserção na nova comunidade, do acompanhamento psicológico, social e jurídico, além da proteção policial, quando necessária.

O SOS Drogas realizou múltiplas atividades de combate e prevenção do uso de substâncias psicoativas e 1.171 atendimentos de orientação e encaminhamento a tratamento. Com recursos do Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes (FUNPREN), o Programa Estadual Antidrogas mobilizou jovens, agentes de informação, monitores, educadores e mães sobre o uso e abuso de substâncias psicoativas e sua repercussão, mediante ações como o Concurso de Frases e Desenhos “Viva Feliz Sem Drogas”, que recebeu 33 mil trabalhos de 12 mil escolas particulares, estaduais e municipais do estado, sendo 15 trabalhos premiados. Outra ação executada foi a formação de agentes multiplicadores de atenção ao dependente químico e familiares, que agraciou 15 municípios com cursos de qualificação profissional para 21 turmas com 500 participantes de comunidades terapêuticas e entidades afins. A mobilização comunitária e municipalização de ações antidrogas envolveram as 17 Diretorias Regionais da Secretaria na realização de 14 seminários que serviram como pré-conferências para a criação e implementação dos Conselhos Municipais Antidrogas e da Juventude, com a participação de 1.400 pessoas, sendo selecionados 200 delegados que participaram da I Conferência Estadual de Políticas Públicas Antidrogas de Minas Gerais. Visando criar uma rede de suporte social ao dependente químico, que fortaleça as entidades de atendimento desta clientela, foi realizado um processo de seleção de projetos, na área de atenção ao usuário de álcool e outras drogas, pelo qual foram contempladas 10 entidades.

Combate às drogas

O Programa Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda atendeu demandas sendo qualificados 2.055 trabalhadores. A intermediação de mão-de-obra realizada pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE-MG) obteve 297.168 inscrições na busca de emprego e 648.393 trabalhadores tiveram seu direito ao seguro-desemprego garantido. Disponibilizou também informações acerca da realidade do mercado de trabalho mineiro, por meio da Pesquisa de Emprego e Desemprego, que é realizada mensalmente em parceria com a Fundação João Pinheiro.

Trabalho e Renda

No incremento das políticas públicas municipais ofereceu apoio técnico aos municípios, promovendo o desenvolvimento sócioeconômico e gerencial de associações comunitárias e de cooperativas populares, fomentando a geração de ocupação e renda a 21 entidades e municípios, que apresentaram projetos em conformidade com os objetivos do programa e que comprovaram a regularidade documental.

Quanto a políticas esportivas, o Programa Incentivo ao Desporto apoiou financeiramente entidades e prefeituras com o objetivo de fomentar o esporte,

Atividades esportivas

acompanhar, vistoriar e fiscalizar 108 entidades, incluindo organizações não-governamentais (ONG) e prefeituras municipais. Os Jogos do Interior de Minas (JIMI) incentivaram a participação de atletas maiores de 16 anos, contribuindo para sua formação e integração. O Programa Minas Olímpica iniciou sua implantação, estando em execução ações de qualificação de professores de educação física da rede pública, de apoio à construção de instalações esportivas e de repasse de Kit's de avaliação física e de equipamentos de apoio administrativo. O Pintando a Liberdade fabricou 105.786 mil itens de material esportivo, incentivando a prática do esporte e a ressocialização dos reclusos do sistema carcerário da Penitenciárias Industrial Estevão Pinto , Néelson Hungria e da Associação de Proteção e Amparo aos Condenados de Nova Lima.

As atividades esportivas compensatórias realizadas pelo programa de lazer foram praticadas por 289.450 pessoas, promovendo desta forma, a integração das comunidades envolvidas.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO DE MINAS GERAIS (UTRAMIG)

*UTRAMIG
40 anos*

A Utramig completou, em 2005, quarenta anos de fundação, buscando sempre novos caminhos para a qualificação, por entender que os princípios de moralidade, dignidade, honestidade e competência administrativa devem nortear suas metas gerenciais.

Em atendimento à demanda externa de capacitação estabeleceu convênios com as prefeituras de Nova Lima e Lagoa Santa, por meio do Sistema Móvel de Aprendizagem, oferecendo cursos na área da construção civil para 42 trabalhadores e 62 jovens em situação de risco social, estendidos também aos municípios de Vespasiano, Sabará, e Belo Horizonte.

*Parcerias:
Municípios,
Secretarias e
Instituições
Privadas*

O Projeto de Responsabilidade Social da Fundação atendeu 30 portadores de deficiência auditiva no Curso de Informática Básica. Realizou o Seminário de Educação Inclusiva com a participação de 50 técnicos de diversas instituições. Foram promovidos cursos, seminários, palestras e congressos em parceria com instituições privadas, pelos quais foram qualificados 95 servidores que têm a função de agentes multiplicadores, destacando-se o destinado a 40 funcionários da do Instituto Telemar,.

Já nas parcerias com secretarias estaduais 94 servidores da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (Sedese) foram qualificados no Curso de Elaboração de Projetos e 20 da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES).

*Cursos
Oferecidos*

Os cursos regulares abertos ao público externo foram reformulados, sendo estabelecida nova rotina no setor pedagógico. As metodologias de ensino foram aperfeiçoadas, articulando o trabalho pedagógico, integrando o trabalho dos docentes e dos alunos em torno de um eixo comum de ensino-aprendizagem. As dificuldades de aprendizagem dos alunos foram identificadas sendo revistos e reformulados a proposta pedagógica, o calendário e o plano curricular, buscando ainda minimizar a evasão. A seleção e recrutamento do corpo docente e de estagiários teve como base a avaliação de desempenho e

resultou nas modificações no quadro de pessoal. O número de alunos em todos os cursos atingiu a casa de 697 e, neste ano, a aprovação deverá ser de 93% caindo a evasão de 15% para 9%. Os cursos ministrados foram: Patologia, Instrumentação Cirúrgica, Enfermagem, Informática, Telecomunicação, Eletrônica, Licenciatura de Matemática, Mecânica, Enfermagem, Informática, Informática, Telecomunicação, Eletrônica, Instrumentação Cirúrgica. Foram encaminhados para estágio 100% dos estudantes de Instrumentação Cirúrgica e Enfermagem, 67% do curso de Patologia e 50% do curso de Informática, Telecomunicação e Eletrônica.

COORDENADORIA DE APOIO À PESSOA DEFICIENTE (CAADE)

A Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente (CAADE/MG) estimulou a realização de seminários regionais preparatórios para a Conferência Estadual das Pessoas com Deficiência. Para tanto, ocorreram 33 Pré-conferências regionais e municipais, com a participação das 17 Diretorias Regionais da Sedese e dos Conselhos Municipais de Direito da Pessoa com Deficiência, atingindo um público estimado de 2 mil participantes. Na I Conferência Estadual das Pessoas com Deficiência do Estado de Minas Gerais foram propostas diretrizes para a fundamentação dos Planos Estadual e Nacional de Políticas de Atenção à Pessoa com Deficiência e foram eleitos os delegados que representarão o estado na I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

*Conferência
Estadual das
Pessoas com
Deficiência*

Um relatório contendo as principais reivindicações deste segmento da população foi elaborado com o objetivo de conhecer o perfil de pessoas portadoras de deficiência de Minas Gerais. A pesquisa realizada nos municípios de Araxá, Coromandel, Diamantina, Itabira, Montes Claros, Paracatu e Teófilo Otoni gerou a publicação de um livro contendo os resultados permitindo assim a implementação de ações.

O posto do Sistema Nacional de Emprego (SINE) na Cade, destinado a inclusão de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho formal, captou 145 vagas para este público, ocorrendo também, 250 novas inscrições para emprego, sendo 369 pessoas com deficiência convocadas, 369 encaminhadas e 123 colocadas, em Belo Horizonte e região metropolitana. Também foi ministrado Curso de Capacitação em Informática para Deficientes Auditivos, sendo montadas para isto duas turmas na região metropolitana de Belo Horizonte.

*Inclusão de
pessoas com
deficiência no
mercado de
trabalho*

Com o objetivo de prestar assessoria administrativa para associações, orientação jurídica e informações sobre os direitos assegurados em lei às pessoas portadoras de deficiência, foram realizados, em média, 100 atendimentos mensais por telefone, correio, e-mail.

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONPED) cumpriu seu objetivo de contribuir para o processo de controle social e de governança compartilhada, realizando nove reuniões ordinárias e duas extraordinárias para debater diversos temas relacionados à pessoa com deficiência, além de ter participado em 33 seminários regionais e

municipais de discussão de políticas públicas direcionadas ao setor. Além disso, os conselheiros do CONPED participaram de reuniões do Conselho Nacional do Deficiente (CONADE).

A divulgação das ações realizadas se deu por meio de publicação de 6 mil boletins informativos, 5mil folders para a comunidade, de um relatório em 3 mil livros da Pesquisa Prevalência de Incapacidades: um estudo com base em sete municípios de Minas Gerais e de 2 mil exemplares da Cartilhas da Inclusão, todas destinadas a dar visibilidade às discussões de políticas públicas para portadores de deficiência, intensificando a procura pelos serviços prestados na Coordenadoria e no Posto do Sistema Nacional de Emprego (SINE/CAADE).

ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (ADEMG)

A Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais (ADEMG) é responsável pelo funcionamento dos Estádios Magalhães Pinto (Mineirão) e Jornalista Henriot Drumond (Mineirinho), ambos construídos e mantidos mediante convênio, em terreno da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

No Mineirinho, ocorreram 10 eventos entre shows artísticos, religiosos, esportivos, congressos e de forma permanente às quintas-feira e domingos, a Feira de Artesanato da Pampulha.

Já no Mineirão, foram realizados 64 jogos de futebol do Campeonato Mineiro, Brasileiro, da Copa do Brasil e Sul Americana, além de preliminares dos times-base mineiros, com um público presente de aproximadamente 960 mil torcedores, além dos eventos AXÉ BRASIL para 40 mil pessoas e o POP ROCK BRASIL, um dos mais importantes espetáculos de rock do país, com 50 mil espectadores. Em jogo beneficente em prol da campanha “Criança Esperança”, patrocinado pela Fiat Automóveis, contou com a presença do heptacampeão de Fórmula I Michael Schumacher, de artistas, músicos mineiros e ex-jogadores.

A comemoração dos “40 anos do Mineirão” em 16 de outubro de 2005 contou com a presença de autoridades, com destaque para o governador Aécio Neves, ex-jogadores e artistas mineiros que foram homenageados por fazerem parte da história do Mineirão.

Foram realizadas aos domingos 44 feiras de veículos, registrando a entrada de 122.668 veículos e motos no estacionamento do Mineirão.

Turistas nacionais e estrangeiros, além de crianças, principalmente de escolas públicas, visitaram o estádio, totalizando 65.865 pessoas.

A implementação do Plano de Segurança “Olho Vivo” para o Mineirão e Mineirinho, em conjunto com a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e de normas para o quadro móvel da ADEMG, efetivaram o controle da movimentação nos estádios, melhorando a segurança dos torcedores.

Foram colocadas 56 mil cadeiras em diversos setores da arquibancada e adaptadas instalações para receber portadores de necessidades especiais.

Eventos
realizados no
Mineirão e
Mineirinho

Segurança:
parceria com a
PMMG

A Secretaria de Estado de Educação desenvolveu ações para a recuperação da qualidade da educação pública de Minas Gerais.

A ampliação do ensino fundamental com adesão de 713 municípios à oferta do ensino fundamental de nove anos esta presente em 84% dos municípios. Naqueles em que não ocorreu a adesão ao programa, as crianças de seis anos foram encaminhadas às escolas estaduais. Foram efetuadas 137.803 matrículas no Ciclo Inicial de Alfabetização (CIA) da rede estadual e 67.873 na rede municipal. Em parceria com o Centro de Alfabetização e Letramento da Universidade Federal de Minas Gerais, foram produzidos material didático específico e de apoio pedagógico, capacitados professores, adquiridos mobiliário adequado e ampliados e construídos prédios escolares.

Ensino fundamental de nove anos: presente em 84% dos municípios

Na escola de referência houve ações de apoio às escolas visando à elaboração do Plano de Desenvolvimento Pedagógico e Institucional (PDPI). A implementação do Programa de Desenvolvimento Profissional (PDP) e dos Grupos de Desenvolvimento Profissional (GDP) envolveu 11 mil professores de 102 municípios mineiros das regiões Norte, Nordeste, Mata, Triângulo, Sul e Central, beneficiando indiretamente 348.175 alunos, sendo realizadas obras, aquisição de material de apoio didático e informatização das escolas.

O Projeto Escola Viva Comunidade Ativa caracterizado pela atuação intensiva nas escolas localizadas em áreas de alta vulnerabilidade social foi ampliado, abrangendo 173 escolas estaduais de Belo Horizonte e Região Metropolitana, que registravam, com frequência, arrombamentos, pichações, brigas e evasão dos alunos. Atualmente, o índice de ocorrências registradas pela Polícia Militar apresentou queda de 57%, aproximadamente. Além da redução da violência, o aprendizado, a disciplina e a aparência física do ambiente escolar melhoraram significativamente. Foram disponibilizadas 22 viaturas policiais para realizar atendimento às escolas integrantes do projeto.

Escola Viva-Comunidade Ativa: 173 escolas estaduais atendidas

Já o “Abrindo Espaços”, presente em 79 escolas, recebeu famílias de 95 mil alunos nos fins de semana para lazer, esportes e oficinas, e o “Aluno de Tempo Integral” viabilizou a 6.880 alunos no contra-turno escolar, aulas de reforço, atividades artísticas e esportivas.

O projeto Escola em Rede: Inclusão Digital na Escola Pública de Minas Gerais adquiriu equipamentos de informática destinados a 2.400 escolas objetivando proporcionar oportunidades de trabalho em rede, utilizando a internet e incorporando novas tecnologias de informação e comunicação à prática pedagógica.

O projeto Incluir envolveu 266 escolas de ensino regular acolhendo adequadamente alunos com necessidades educativas especiais, sendo adquiridos equipamentos e material didático pedagógico apropriados, além de recursos tecnológicos para as escolas. A acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares foi objeto de intervenções sistemáticas da Secretaria.

No programa Expansão do Ensino Médio foram adquiridos 261.729 livros de Português e Matemática para alunos e professores do ensino médio.

*Educação de
jovens e adultos:
248 municípios
atendidos*

Para a Educação de Jovens e Adultos, os exames supletivos do ensino fundamental e médio foram realizados a cada semestre, e a Secretaria ofertou cursos regulares de suplência (anos finais do ensino fundamental e ensino médio) em 356 escolas estaduais alcançando 30.330 candidatos em 248 municípios.

O Centro de Referência do Professor apoiou a formação continuada, publicou e distribuiu para as escolas estaduais dos 853 municípios mineiros as revistas “Caderno do Professor” nº 13 (20 mil exemplares) e o Informativo “Diálogo” (8 mil exemplares), com artigos sobre o tema alfabetização. Promoveu a nova edição do Prêmio Lúcia Casassanta divulgando trabalhos de educadores que atuam na alfabetização sendo conferidos o 1º e o 2º lugar a professores da rede pública de ensino. Além deste, também promoveu, entre outros, o Prêmio “Incentivo à Educação Fundamental” e participou do Programa Semeando (Educação Ambiental).

*Alimentação
escolar em todas
as escolas de
ensino
fundamental*

O Programa Alimentação Escolar contemplou todas as escolas da rede estadual de ensino fundamental durante os 200 dias letivos atendendo a um milhão e oitocentos mil alunos.

Trezentas e dezesseis escolas da rede estadual de ensino fundamental e pré - escolar foram beneficiadas com recursos destinados a manutenção e custeio. Outras 1.144 foram equipadas, 749 reformadas e 155 ampliadas; 580 reformas foram realizadas em prédios escolares e instaladas quadras esportivas em 138 estabelecimentos escolares, sendo também distribuídos em torno de 7.645.000 livros didáticos de cinco disciplinas para as séries de 5ª a 8ª, nas escolas estaduais e municipais. Além disso, o convênio firmado entre a Secretaria e a Cemig eletrificou 1.415 escolas.

O Programa de Transporte Escolar alcançou a 720 municípios do Estado transportando 168.264 alunos residentes em área rural.

A realização de concurso público proveu cargos de professor de educação básica a 8.150 vagas existentes nas disciplinas de Geografia, História e Língua Portuguesa, registrando 51.576 inscrições.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CAIO MARTINS (FUCAM)

*Acolhimento
integral a
1.418 crianças*

A Fundação Educacional Caio Martins atendeu em regime de acolhimento integral e parcial, 1.418 crianças e adolescentes em seis Centros Educacionais localizados nos municípios de Esmeraldas, Buritizeiro, Juvenília, Januária, São Francisco, Riachinho e Urucuia.

Em regime de externato, beneficiou 754 alunos residentes em comunidades onde se encontram instalados os Centros Educacionais, por meio de cursos em oficinas pedagógicas, atividades de lazer e culturais.

Desenvolveu projetos agropecuários com objetivos educacionais nas áreas de bovinocultura, caprinocultura, suinocultura, avicultura, produção de

hortifrutigranjeiros, feijão, milho e mandioca, cuja produção resultante destes projetos é destinada ao consumo pelos alunos acolhidos, em regime integral.

No Centro Educacional de Esmeraldas, foi graduada a primeira turma de Técnicos em Agropecuária com 21 formandos, e nos Centros Educacionais 139 alunos completaram o ensino fundamental.

*Graduação de
21 Técnicos em
Agropecuária
em Esmeraldas*

Freqüentaram as oficinas pedagógicas dos Centros Educacionais nas áreas de artesanato, carpintaria, padaria, bombeiro-eletricista, construção civil, corte e costura e alfaiataria 230 alunos, em atividades complementares do programa educacional, recebendo certificado 72 participantes.

Em parceria com a Emater, pequenos projetos em áreas diversas com fins educativos foram implementados, destinados à população de alunos e pequenos produtores rurais, nos municípios de Esmeraldas, Carinhanha, São Francisco e Urucuia. Cursos de máquinas agrícolas, inseminação artificial e artesanato na palha foram disponibilizados a alunos, servidores da fundação e trabalhadores da comunidade. Destacam-se também a cooperação entre a Prefeitura e Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes na realização do curso de bombeiro-eletricista, e outras associações na área agrícola para produção de milho e feijão, principalmente nos centros educacionais de Urucuia, Esmeraldas e Carinhanha.

*Parcerias
realizadas*

FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF (FHA)

A Fundação Helena Antipoff implantou na Escola Sandoval Soares de Azevedo o projeto nove anos na escola em que turmas são organizadas com foco na alfabetização e letramento. Participou, também, do Projeto Escola de Referência atendendo 1.502 alunos em 41 turmas de 1ª a 8ª série do ensino fundamental e 959 em 23 turmas do ensino médio.

*Escola
Sandoval de
Azevedo: 1.499
alunos no
ensino
fundamental e
952 em ensino
médio*

As Oficinas Pedagógicas Caio Martins, utilizando a metodologia antipoffiana de aprender fazendo, garantiram a 600 alunos o enriquecimento curricular, propiciando às crianças e adolescentes o desenvolvimento de atitudes responsáveis, superando as dificuldades e favorecendo a sondagem de vocações nas áreas artísticas, esportivas e trabalhos manuais.

A Clínica de Psicologia Edouard Claparède, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité, realizou ações conjuntas de atendimento psicopedagógico a 750 alunos adolescentes encaminhados por escolas, postos de saúde, Conselho Tutelar e Associações de Ibirité e a 1.094 clientes em sessões de ludoterapia, estimulação precoce, avaliação e acompanhamento fonoaudiólogo, avaliação psicológica e psiquiatria, terapia individual e em grupo, reeducação pedagógica e orientação a pais e professores.

*Clínica de
Psicologia
Edouard
Claparède:
1094 clientes
atendidos*

A equipe de civismo Altaneiro do Rosário desenvolveu atividades extracurriculares auxiliando a família, a escola e a comunidade na educação de crianças e adolescentes, resgatando valores e o civismo.

*Instituto
Superior de
Educação Anísio
Teixeira*

O Projeto Ensino Superior no Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira, em convênio com o Centro de Projetos e Pesquisas Pedagógicas da Fundação, ofereceu cursos a 1.436 alunos nas áreas Normal Superior, licenciatura em Educação Física, Matemática, Ciências Biológicas e a 70 alunos no curso de pós-graduação em Educação Especial na Escola Inclusiva e em alfabetização e letramento.

*Museu Helena
Antipoff*

No Museu e Centro de Documentação e Pesquisa foram catalogados todo o acervo, mobiliário e objetos pessoais de Helena Antipoff e foram recebidos 6 mil visitantes, entre eles pesquisadores de diversas universidades e crianças e jovens das escolas públicas e particulares de Minas Gerais.

A Secretaria de Estado da Saúde desenvolveu suas atividades em cumprimento as políticas de saúde preconizadas no Programa de Governo e no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, desdobrando suas realizações por meio de sete Programas dos quais cinco são Prioritários e dois Estruturadores.

O Programa Regionalização da Assistência à Saúde visa a adequação da oferta de serviço à demanda de saúde da população, por região assistencial, possibilitando ao cidadão ser atendido o mais próximo de sua residência conforme o Plano Diretor de Regionalização (PDR), aumentando a eficiência do sistema de saúde. Para tal foram implementadas as Comissões Intergestores Bipartites (CIB's) microrregional e macrorregional de saúde, fórum descentralizado de discussão, negociação e pactuação das questões referentes à média e à alta complexidade.

*Regionalização da
Assistência à Saúde*

No Viva Vida foram capacitados aproximadamente 400 técnicos nos cursos de Aleitamento Materno, Reanimação Neonatal, ALSO – Advanced Life Support in Obstetrics (Suporte de Vida Avançado em Obstetrícia), celebrados cinco convênios com municípios (Brasília de Minas, Janaúba, Itabirito, Lavras e Governador Valadares) para a implantação de Centros Viva Vida de atenção secundária e publicada a Resolução SES nº 759, que abriu a possibilidade para qualificação de mais 20 municípios.

*Programa Viva
Vida*

O Pro-Hosp visa à qualificação da assistência médico-hospitalar e a gestão hospitalar por meio de repasse de recursos e da contratação de metas com hospitais âncora das Macrorregiões e das Microrregiões de Minas Gerais. A definição dos participantes do programa é pautada nos relatórios das Comissões Intergestores Bipartite Macrorregional e Microrregional e para efetiva-lo são alocados valores proporcionalmente à população das regiões assistenciais supracitadas. Foram selecionadas 120 unidades hospitalares, visando a redução dos pontos críticos de assistência, melhorando qualidade e eficiência do atendimento.

Pro-Hosp

A Rede Estadual de Regulação em Saúde composta por Centrais de Regulação Assistencial e organizada em rede informatizada, regionalizada, hierarquizada e resolutiva, implantou três unidades nas macrorregiões Norte, Nordeste e Leste.

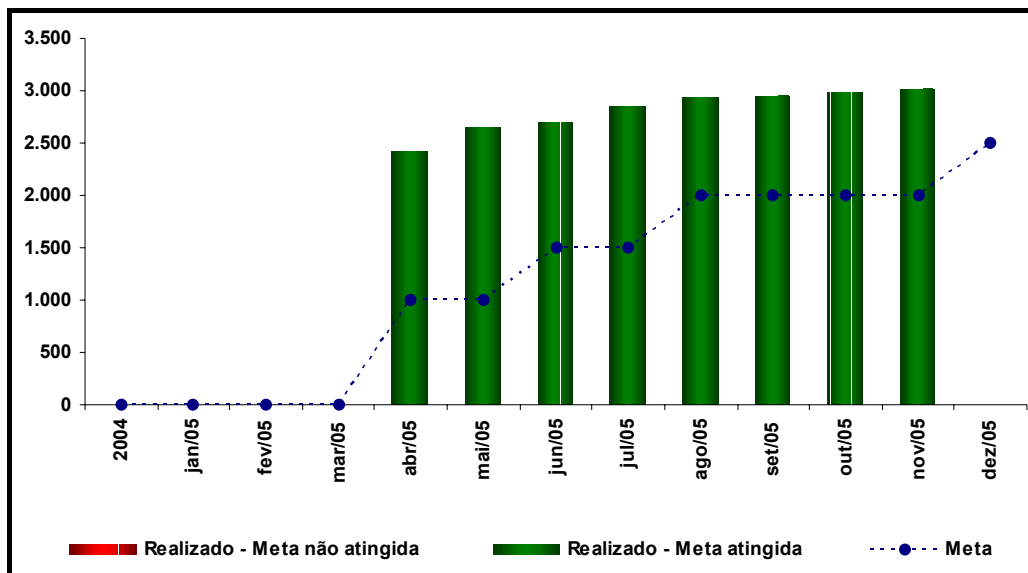
O Sistema Estadual de Transporte Sanitário distribuiu 450 ambulâncias, reequipando a frota e formando uma rede solidária entre os pequenos, médios e grandes municípios do estado.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) foi implantado em dez municípios Barbacena, Belo Horizonte, Betim, Contagem, Governador Valadares, Ipatinga, Itabira, Juiz de Fora, Patos de Minas e Sete Lagoas envolvendo as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) no intuito de prestar o socorro à população nas demandas às urgências e emergências médicas.

O Programa Saúde em Casa alcança 768 municípios por meio de 2.991 equipes implantadas.

Programa Saúde em Casa – Equipes implantada

Programa
Saúde em
Casa



O Segundo Diagnóstico da Capacidade Institucional da Secretaria, elaborado dentro do Programa de Gestão em Saúde, identificou oportunidades de melhoria de desempenho mais eficaz dos papéis a que se propõe a Secretaria enquanto gestora do Sistema, subsidiando a definição de diretrizes voltadas para o desenvolvimento institucional. Foram executados projetos na área de tecnologia da informação destacando-se a implantação de redes Wireless, do Sistema de Farmácia Eletrônica, a disponibilização da sala de situação com dados epidemiológicos na Intranet; o Sistema Ficha de Certificação das Equipes de Saúde da Família – PSF, implantado em todas as Gerências Regionais de Saúde. Realizou também a oficina “Construindo a Visão Estratégica da SES”, quando se discutiu a missão, a visão e os valores da Secretaria, definindo o Planejamento Tático para o ano de 2006.

Dentro da política de educação permanente foi elaborado material didático-pedagógico e capacitados 28 técnicos das Gerências Regionais de Saúde (GRS) preparados para serem facilitadores em suas regiões. O Programa de formação de agentes locais de vigilância em saúde – PROFORMAR graduou 1.058 alunos na modalidade de ensino à distância, objetivando a transformação das práticas sanitárias nos municípios do Estado.

Pesquisa
Científica em
Saúde

O desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica em saúde vem sendo considerado como requisito para o fortalecimento da Política Estadual de Saúde. O Edital nº 004/2004 tornado público graças à parceria firmada entre a Secretaria de Estado da Saúde, a Fundação de Amparo a Pesquisa (FAPEMIG) e os Ministérios da Saúde e Ciência e Tecnologia aprovou e contratou 25 pesquisas em diversas áreas que contribuirão para a compreensão ou solução de problemas prioritários da saúde. O I Seminário Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, discutiu os resultados das pesquisas provenientes do Edital nº 001/2003, referente ao Projeto Gestão compartilhada em ciência e tecnologia em saúde e das pesquisas financiadas diretamente pelo Ministério da Saúde para Minas Gerais, na perspectiva de

fortalecer a gestão de práticas científicas e tecnológicas no âmbito do Sistema Único de Saúde. A Oficina Agenda de Prioridades de Pesquisa em Saúde promoveu o debate sobre o processo de eleição de prioridades de pesquisas em saúde, definindo temas prioritários de pesquisas em saúde que comporão o Edital/2006 do Programa Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS).

As principais ações de Vigilância Sanitária foram a coleta de 5.691 amostras de soro de todos os hemocentros públicos e núcleos de hemoterapia privados, proporcionando segurança dos hemocomponentes transfundidos no estado. Realizou-se também análise e avaliação dos parâmetros microbiológicos e físico-químicos da água tratada para hemodiálise em 74 serviços de diálise. 118 clínicas de mamografia foram inspecionadas sendo avaliados 132 mamógrafos em relação aos padrões de qualidade da imagem mamográfica, níveis de dose a que as pacientes estão expostas e demais testes de desempenho. Em decorrência do Programa de monitoramento da qualidade de alimentos (PROGVISA) foram analisados aproximadamente 1.590 alimentos distribuídos em diferentes categorias. A partir da avaliação destes produtos, 99 processos foram instaurados, 90 produtos foram interditados cautelarmente a fim de resguardar a população dos riscos eminentes e foram gerados, 95 relatórios de inspeção em indústrias de alimentos, a fim de avaliar as irregularidades identificadas.

*Ações em
Vigilância
Sanitária*

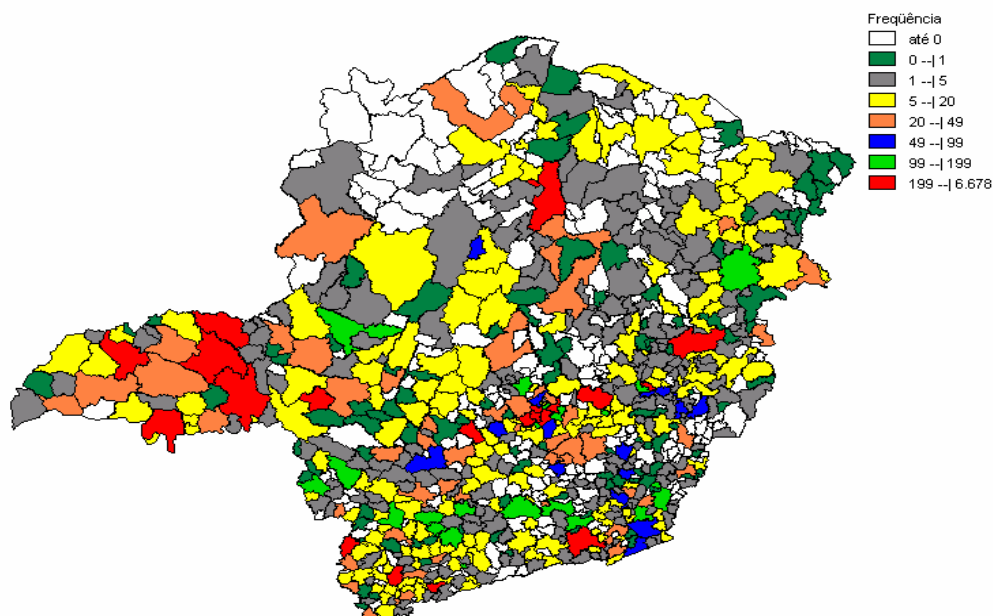
Na segurança epidemiológica foi ampliada a extensão da supervisão na Programação Pactuada e Integrada Vigilância em Saúde (PPI-VS) para 100% dos municípios mineiros, trazendo significativa melhoria no controle de vetores. Como consequência, foram identificados e eliminados focos e/ou criadouros de *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* em 90% dos imóveis, de acordo com as normas técnicas do Plano Nacional de Controle de Doenças (PNCD). Destaca-se também, a notificação de 18.034 casos de sarampo como resultado das ações de monitoramento sistemático realizado pelas Gerências Regionais de Saúde – GRS e ainda, da busca ativa nos hospitais de Belo Horizonte possibilitando a investigação dos casos detectados em até 48 horas após a notificação em 94,8% dos registros. Resultados igualmente expressivos foram alcançados no diagnóstico laboratorial de doenças exantemáticas (sarampo e rubéola), assim como do encerramento da investigação dos casos de meningite bacteriana e de teste para sífilis (VDRL) em gestantes. A publicação do documento Observatório de Saúde disponibilizou uma série histórica de indicadores e dados de natureza epidemiológica e demográfica, destinados aos gestores subsidiando assim o planejamento e avaliação de serviços e ações de saúde. Nesta mesma linha, as Gerências Regionais de Saúde receberam a supervisão do técnico responsável pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), com o objetivo de melhorar a qualidade e o fluxo das informações. Conforme pactuado com a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, implantou-se Sistema de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (SIDANT), impactando diretamente na melhoria dos serviços à medida que direciona as ações de assistência à saúde, permitindo ganho de qualidade dos serviços prestado à comunidade. Foram capacitados 2.300 profissionais de saúde de nível técnico da coordenação de controle de zoonoses, nas áreas de Dengue, Leishmaniose, Doença de Chagas, Esquistossomose, Controle de Vetores, Controle de Roedores, além de 370 profissionais médicos para

*Ações em
Vigilância
Epidemiológica*

atendimento de acidentes por animais peçonhentos, Leishmaniose Visceral e Dengue refletindo diretamente na saúde da população por melhorar a qualidade da execução das ações de controle vetorial e de animais sinantrópicos diminuindo o risco de transmissão de doenças e ocorrência de acidentes com animais peçonhentos.

Por meio do Programa de DST/Aids em Minas Gerais, 11.300 pacientes receberam os medicamentos anti-retrovirais, mensalmente, superando em 11,3% a meta estabelecida para o ano de 10.000 pacientes. Isto ocorreu devido à entrada de novos pacientes e à boa adesão ao tratamento dos antigos. Foram distribuídos 12 milhões de preservativos durante o ano, o que corresponde a aproximadamente 1 milhão/mês, atingindo uma cobertura de 6,7% mensal. Com o Projeto Nascer que objetiva reduzir a transmissão vertical do HIV e da sífilis, foram atendidas nas maternidades 100% das gestantes, ou seja, 68.744 gestantes realizaram o teste anti-HIV, sendo que em 75% destas, fizeram o exame durante o pré-natal e 25% durante o parto. Foram diagnosticadas 139 gestantes portadoras do HIV, as quais receberam a quimioprofilaxia indicada para prevenir a transmissão para seu filho. As crianças expostas ao HIV também receberam a quimioprofilaxia e a fórmula infantil durante os primeiros seis meses de vida

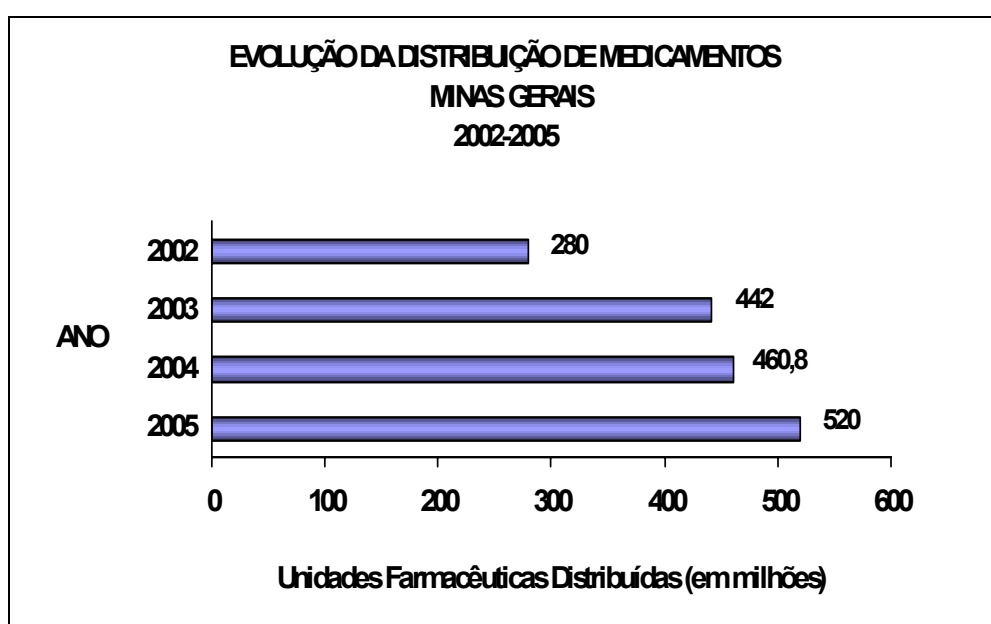
**Municípios de Minas Gerais com Ocorrências de Residentes
1982-2005**



Fonte: Coordenação Estadual de DSTS

Quanto à Assistência Farmacêutica resultados significativos foram alcançados como avanços na implementação de sistema de informações de suporte para o procedimento de dispensação de medicamentos nos pontos de atendimento do órgão e de tratamento de informações assistenciais sobre o atendimento de pacientes, atingindo um nível de acertos em 100% em outubro de 2005, o que contribui com o conhecimento sobre os pacientes atendidos pela assistência farmacêutica desempenhada pela Secretaria de Saúde. O Farmácia de Minas disponibilizou 559 milhões de unidades farmacêuticas destinados à atenção primária atendendo a programação dos municípios na assistência farmacêutica básica.

Assistência
Farmacêutica



Concomitante à distribuição foram implantadas estratégias de racionalização e otimização de processos por meio de Software específico para controle de estoque e dispensação que será utilizado pelos municípios em 2006. Também o fluxo de todo o processo foi reavaliado e ajustado permitindo a redução de algumas etapas e a agilização do ciclo operacional desde a compra até a dispensação de medicamentos.

As ações do programa de Atenção à Saúde deram continuidade ao processo de descentralização do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) para seis Gerências Regionais de Saúde Coronel Fabriciano, Governador Valadares, Ituiutaba, Uberaba, Uberlândia e Unaí, além de treze municípios Belo Horizonte, Contagem, Betim, Pedro Leopoldo, Ouro Preto, Sabará, Ipatinga, Timóteo, Coronel Fabriciano, Uberaba, Unaí, Governador Valadares, Mantena, Uberlândia e Ituiutaba, sendo estes os responsáveis por 44% dos casos novos e 43,5% do registro ativo do estado. Como resultado foram diagnosticados, notificados e informados 1.901 casos novos. Foram elaboradas Linhas-Guia de Hanseníase a fim de estabelecer normas e procedimentos no atendimento deste agravo. No que tange à saúde indígena

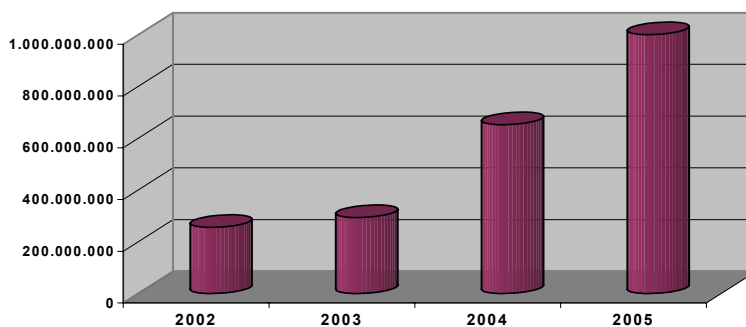
Ações de
Atenção à
Saúde

assumiu-se compromissos técnico/políticos entre a Secretaria de Saúde e municípios com jurisdição indígena para a efetivação e implementação do Subsistema SUS Indígena, estabelecendo assim, a Política Estadual de Saúde Indígena que por meio de resoluções garantiram a definição de normas específicas de inclusão dos povos indígenas em programas de saúde pública. O MG Transplantes registrou aumento em 5,6% do número de transplantes de fígado e de 34% no de medula óssea no comparativo de novembro de 2004 a novembro de 2005. Além disso, são ofertados todos os tipos de transplante de órgão (coração, pulmão, rins, pâncreas e tecidos oculares), o que tem recuperado a qualidade de vida da população para centenas de mineiros, como única possibilidade de preservação de vida. Foram desenvolvidos critérios e processos de avaliação na implantação de Redes/Programas para atendimento às Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD) que incluem a definição de fluxos e formação de equipes multi-profissional de prestadores de serviços de saúde. As ações de atenção à Saúde Mental foram fortalecidas pela ampliação em 100% dos Centros de Atenção Psicossocial – serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos que resultou no atendimento médio mensal de 18.000 mil pessoas portadoras de transtornos mentais graves sendo adquiridos medicamentos entregues a usuários da saúde mental, propiciando visível melhoria de qualidade de vida e inserção na comunidade. Foram implantadas 1.058 novas equipes de Saúde Bucal dentro do Programa de Saúde da Família. A Vigilância nutricional promoveu a capacitação em Segurança Alimentar e Nutricional de 6.295 Agentes Comunitários da Pastoral da Criança por meio do Convênio entre a Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas (SEDVAN), o Instituto de Desenvolvimento do Nordeste (IDENE) e a Secretaria de Estado da Saúde. Em decorrência, houve 30% de aumento no número de crianças beneficiárias monitoradas pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), significando expressivo aumento da cobertura da população acompanhada em 420 municípios.

FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS – FUNED

A Fundação Ezequiel Dias (FUNED) é referência na produção de medicamentos essenciais e imunobiológicos, na realização de pesquisas no campo de saúde pública, no monitoramento das ações de vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental e na formação e capacitação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Produção de Medicamentos em Unidades / ano



Além dos 34 itens de medicamentos fornecidos à Secretaria de Estado da Saúde, participou da produção de medicamentos estratégicos para o Ministério da Saúde destinados ao atendimento dos programas de Hanseníase, Lúpus, Hipertensão Arterial, Diabetes e AIDS para todo o Brasil, destacando-se o Didanosina, o Neviparina e a Talidomida, componentes do coquetel anti HIV sendo o único laboratório do país a fabricar Talidomida. A produção atingiu um bilhão de unidades cumprindo seu compromisso com a saúde e assegurando à população carente de medicamentos com qualidade distribuídos na rede Sistema Único de Saúde (SUS). As novas instalações utilizadas para desenvolvimento farmacotécnico colocaram 16 novos produtos em fase de processamento. Cabe ainda ressaltar, que a produção de imunobiológicos (soros antiofídicos, antitetânicos, antiescorpiônicos, anti-rábitos, antiaracnídeos) representou 30% da produção nacional.

*Produção de
medicamentos*

O Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos (PARA) pretende, a médio e longo prazo, obter dados que permitam a tomada de decisões sobre a produção, uso e controle de agrotóxicos no Brasil sendo realizados aproximadamente, 10.000 ensaios em amostras de tomate, laranja, maçã, morango, alface batata. O de monitoramento da prevalência e da resistência bacteriana em frango (PREBAF) cuja finalidade é a determinação da prevalência e da resistência bacteriana dos microrganismos *Salmonella SP* e *Enterococcus* em carne de frango exposta ao consumo humano e a adequação da rotulagem dos produtos comercializados, executou 400 análises em amostras coletadas no comércio de municípios mineiros. Já o de Verificação da Qualidade dos Medicamentos (PROVEME) monitorou a qualidade dos medicamentos utilizados na rede Sistema Único de Saúde avaliando os medicamentos mebendazol, dipirona, carbamazepina e propranolol em suas diversas formas farmacêuticas por meio de 13.000 análises. Ocorreu também, o monitoramento da qualidade dos alimentos e águas oferecidos ao consumo em 24.000 análises. O da qualidade dos cosméticos comercializados em Minas Gerais é pioneiro no Brasil e servirá de base para a implantação de um programa nacional. Mil análises foram realizadas em sabonetes, xampus, condicionadores capilares, géis, loções e cremes para o corpo, máscaras capilares e alisantes.

*Programas de
análise de
alimentos e
produtos*

Sempre acompanhando o desenvolvimento das políticas públicas de saúde, a Fundação, por meio da Escola de Saúde Pública (ESP/MG) desempenhou papel fundamental para a estruturação dos sistemas e serviços, formando profissionais em diversos níveis educacionais atendendo às necessidades e complexidades pedagógicas. Foram capacitados 6.799 alunos, em mais de 300 municípios em diversos cursos, destacando-se o de Gestão Hospitalar do Pro-Hosp, de Qualidade e Vigilância em Hemoterapia, Urgência e Emergência, de Saúde Mental, de Assistência Farmacêutica e de Gestão Microrregional de Sistemas de Saúde, dentre outros.

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DE MINAS GERAIS – HEMOMINAS

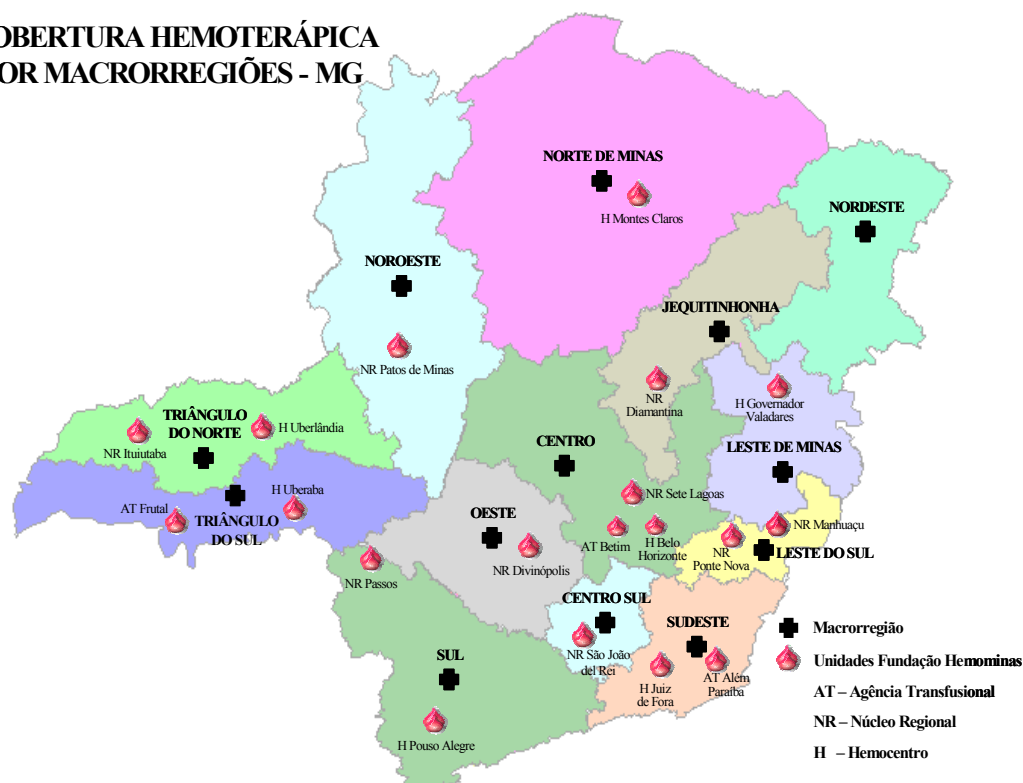
A Fundação Hemominas é responsável pelo planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação da Política Estadual de Sangue e Hemoderivados, em consonância com a Política Nacional formulada pela

Coordenação Nacional de Sangue e Hemoderivados (Ministério da Saúde) e com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Sua hemorrede é constituída por 22 unidades regionais localizadas em cidades-pólos do estado e administração, sete hemocentros; oito núcleos regionais; sete unidades entre Postos de Coleta e Agências Transfusionais atendendo a 465 hospitais com um acréscimo de 32 hospitais em relação à meta prevista. Realizou atividades, ações e procedimentos necessários e indispensáveis ao suprimento da demanda de hemocomponentes e hemoderivados à assistência aos pacientes portadores de doenças do sangue como hemoglobinopatias e coagulopatias; à adequação da infra-estrutura física da hemorrede, por meio da modernização tecnológica (aquisição de equipamentos), de construções e reformas prediais e de desenvolvimento de estudos para pesquisas técnicas-científicas afins. É responsável pelo atendimento de 87% da demanda transfusional em Minas, sendo produzidos 636.989 hemocomponentes.

Fornecimento de hemocomponentes e hemoderivados a 465 hospitais

COBERTURA HEMOTERÁPICA POR MACRORREGIÕES - MG



Ressaltam-se como principais programas e projetos realizados em 2005, visando a melhoria do atendimento e da assistência: Projeto de Hemovigilância, que é um sistema de avaliação e alerta, organizado com o objetivo de coletar e avaliar informações sobre efeitos indesejáveis e/ou inesperados da utilização de hemocomponentes a fim de prevenir o

aparecimento ou recorrência desses efeitos e o Projeto “Doador do Futuro”, pioneiro no País na conscientização de crianças e adolescentes sobre a importância da doação de sangue.

A prestação de serviços hematológicos mantidos pelo atendimento em 13 ambulatórios, a 5.989 pacientes com hemoglobinopatias e coagulopatias cadastrados na Hemominas, foi de relevada importância tendo em vista a realização 28.544 consultas hematológicas e 5.372 consultas hemoterápicas, 111.315 procedimentos por equipes multidisciplinares (enfermeiros, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, dentistas e fisioterapeutas), e 98.486 exames, possibilitando uma atenção integral aos pacientes e promovendo ações de socialização dos mesmos. A centralização da realização dos testes sorológicos em Belo Horizonte possibilitou a automatização e otimização dos processos, garantindo maior padronização e reduzindo custos.

*Serviços
hematológicos
prestados*

Foram concluídas as obras de reforma do Posto de Coleta JK e de construção do Núcleo Regional de Manhuaçu e em Belo Horizonte, a reforma do Hemocentro encontra-se em andamento e investidos recursos na modernização tecnológica por meio de aquisição de equipamentos de informática e laboratoriais para a Hemorrede.

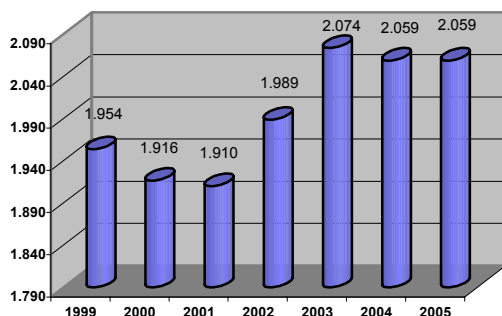
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FHEMIG

Ao completar 28 anos de atuação em 2005, a Fhemig buscou o aprimoramento de suas ações e atividades, direcionadas para o atendimento médico-hospitalar, geral e especializado, desenvolvimento técnico e científico, como também para a capacitação, treinamento e formação de recursos humanos. Em decorrência disso apresentou-se como resultados institucionais à regularização do abastecimento das Unidades, a sinalização de recuperação da sustentabilidade econômica, a instalação de serviços a partir da demanda e do diagnóstico do perfil epidemiológico e nas ações implementadas pelo grupo de humanização, que buscando a melhoria na gestão dos serviços, vem exercendo impacto positivo na qualidade da assistência prestada à população, na organização social do trabalho e nas condições de trabalho dos servidores.

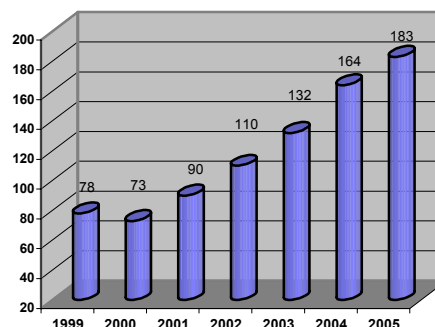
*FHEMIG
28 anos de
atuação*

Cabe destacar o trabalho realizado pela Comissão de padronização de antimicrobianos, constituída a partir da necessidade de se estabelecer uma política de utilização, padronizando os medicamentos por meio de protocolos científicos, obedecendo as normas emanadas pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH). A expectativa é reduzir os custos em aproximadamente R\$ 400 mil /ano, sem perder a efetividade no tratamento através de aquisição racional de antimicrobianos (ATM) similares, como também no controle eficaz da utilização destes medicamentos, favorecendo a desospitalização precoce e a preservação de drogas estratégicas no tratamento das infecções.

Evolução de Leitos Hospitalares
Período: 1999 a set-2005



Evolução de Leitos UTI
Período: 1999 a set - 2005



Serviços
prestados na
área hospitalar

Destaca-se o incremento de leitos de Unidade de Terapia Intensiva, em relação aos anos anteriores, sendo entregues e aguardando credenciamento no Sistema Único de Saúde, nove leitos de Unidade de Tratamento Intensivo neonatal (UTI) no Hospital Antonio Dias e 10 leitos de UTI adulto no Hospital Regional de Barbacena. Registrou aumento de atendimentos em relação ao exercício de 2004 na oferta do número de leitos de UTI em 27%, permitindo o atendimento de 494 pacientes com uma taxa de ocupação de 98%, ambos superiores em 12%. As consultas médicas de urgências saltaram de 57.838/mês do ano passado para 63.496/mês representando um acréscimo de 10% no número de atendimentos e as consultas ambulatoriais cresceram 18% no mesmo período analisado, tendo crescido de 30.301/mês para 35.672/mês. A disponibilização de exames complementares, ambulatoriais e outros, cresceu 9% tendo sido passando de uma média mensal de 233.512 para 254.783 em 2005 em decorrência de ações voltadas ao melhor controle de estoque e uso racional dos insumos e aos melhores preços conseguidos nos processos de compras.

No tocante a gestão da tecnologia da informação destaca-se a implantação do Sistema de Gestão Hospitalar (SIGH).

Obras
realizadas

Foram adquiridas doze ambulâncias e quatro dobrôs. O Hospital Regional João Penido (HRJP), em Juiz de Fora e o Hospital João XXIII em Belo Horizonte concluíram obras de adequação de área física para o Centro de Reabilitação e instalação do tomógrafo respectivamente. O Hospital Regional Antônio Dias (HRAD) em Patos de Minas – foi reformado e ampliado para disponibilizar o Complexo Maternidade de Alto Risco, com 17 leitos de alojamento conjunto, seis de Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) neonatal e três de Centros de Cuidado Intermediário (CCI), seis leitos de clínica médica e seis de clínica cirúrgica sendo referência no atendimento de urgência e emergência para os municípios da macrorregião Noroeste. O Sanatório Padre Damião (SPD) em Ubá foi revitalizado em seus pavilhões de crônicos com implantação de novas instalações hidrosanitárias e elétricas, copa distribuidora

e área de convivência. Em fase de conclusão de reformas estão o Hospital Regional de Barbacena e os Hospitais Júlia Kubitschek (HJK), Maternidade Odete Valadares (MOV), Hospital Alberto Cavalcanti (HAC) e Centro Geral de Pediatria, localizados em Belo Horizonte.

Foi instituída a Comissão de Gestão Ambiental que tem como função principal, assessorar as unidades assistenciais da Fundação na obtenção do licenciamento ambiental. O objetivo principal é a proteção aos pacientes, trabalhadores e comunidade.

A Secretaria de Estado de Cultura (SEC) implantou para a gestão 2005/2006, um processo de planejamento estratégico, tendo como base a consolidação de políticas públicas para o setor, priorizando as iniciativas de inclusão cultural.

Com o objetivo de ampliar o acesso aos bens culturais e valorizar a diversidade, a SEC criou diretrizes que pautaram a atuação de todos os órgãos integrantes do Sistema Estadual de Cultura, que passaram a agir de modo integrado e complementar, contribuindo de modo decisivo para a racionalização e otimização dos recursos disponíveis, assim como para o sucesso dos projetos empreendidos. Este caráter de compartilhamento também prevaleceu nas relações estabelecidas com instituições públicas e privadas, no país e no exterior, com as quais a SEC tem buscado, incessantemente, parcerias que possam viabilizar o melhor atendimento à demanda cultural do Estado.

De outro lado, a SEC vem dedicando especial atenção ao aperfeiçoamento dos instrumentos de produção, com a reformulação do edital da Lei Estadual de Incentivo e a criação do Fundo Estadual de Cultura. Além disso, definiu como meta primordial a profissionalização e capacitação técnica, abrangendo o fomento e a adoção de novas formas de captação e financiamento da produção cultural.

*Criação do
Fundo Estadual
de Cultura*

Para atender à descentralização de ações e equipamentos culturais, um dos pilares do trabalho da Instituição foi constituir uma equipe técnica, formada por dirigentes de todos os órgãos do sistema, que percorreu roteiros de cidades nas diversas regiões do estado. Estas incursões, na realidade cultural mineira, têm realimentado o estabelecimento de novas estratégias e projetos, condizentes com a diretriz de interiorização adotada por todo o sistema.

*Interiorização
de Ações de
Cultura*

O fomento à diversidade cultural e às novas linguagens artísticas, par a par com o diálogo e respeito às tradições, privilegia as questões relativas à identidade e memória, expressas nas ações de proteção e preservação do patrimônio material e imaterial do estado.

Estas iniciativas, em seu conjunto, contribuem para entender a cultura, como gênero de primeira necessidade, essencial ao pleno desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais.

A seguir, a SEC apresenta os resultados de 2005 da atual gestão, nas diversas unidades que integram o Sistema Estadual de Cultura.

O Arquivo Público Mineiro (APM), a mais antiga instituição cultural do estado, na nova dinâmica de atuação, celebrou 18 parcerias, tanto com unidades do Sistema Estadual de Cultura e da Administração Pública quanto com setores da iniciativa privada, responsáveis, em grande parte, pela qualidade alcançada e pela garantia de sucesso e continuidade das propostas implementadas.

*Atendimento a
8260 pessoas*

No atendimento diário ao público, constituído basicamente por pesquisadores de diversas áreas, estudantes do ensino médio e superior e cidadãos em busca de documentos probatórios, o APM realizou cerca de 3.600 atendimentos na sede, 340 consultas por correspondência, 4.320 consultas em itens do acervo, somando 8.260 pessoas. Efetuou também 7.884 reproduções de documentos solicitados pelos usuários e emitiu certidões para imigrantes. O APM recebeu também, em média, 900 estudantes universitários para palestras de apresentação da instituição.

*Eventos
Gratuitos*

Ao longo do ano, ofereceu eventos gratuitos, com o objetivo de apresentar o perfil das atividades desenvolvidas à comunidade, tanto em sua dimensão tradicional quanto em sua atuação contemporânea. Foram realizados ciclos de conferências com os temas: Preservação de Arquivos Digitais, Comemoração dos 110 anos do APM – Coleções da Casa dos Contos, DOPS – Polícia Política e Arquivo das Câmaras Coloniais, somando dez conferências, com a presença de 250 participantes.

*Visitas Técnica
aos Municípios*

Na elaboração e implementação de projetos, encontram-se em execução nove iniciativas na área de documentação, dez ações na prioridade dada à interiorização, cinco relativas às publicações e três referentes à infraestrutura operacional e física do APM, totalizando 25 projetos, entre os quais: Tratamento da Documentação das Secretarias de Governo da República (1889/1945) e dos acervos do DOPS - Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais; lançamento da nova série da Revista do Arquivo Público Mineiro e reprodução em fac-símile de obras raras do acervo do arquivo; reforma do edifício sede e anexo e a ampliação e melhoria das áreas de guarda do APM. Além disso, várias cidades receberam as visitas de técnicos para consultorias, palestras e participação em seminários e cursos, como Carangola, Ouro Preto, Mariana, Cataguases, Guaxupé, Itapagipe, Lafaiete, Diamantina e Oliveira.

Dando continuidade à implementação do Programa Gestão de Documentos nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, o Arquivo Público Mineiro cumpriu as metas traçadas para 2005. Foram prestadas 360 assessorias técnicas aos Órgãos e Entidades, treinados 40 servidores em gestão documental, instituídas 11 Comissões de Avaliação de Documentos de Arquivo, concedida autorização de eliminação de 2.449 metros lineares de documentos destituídos de valor probatório, informativo e histórico, recolhidos 1.700 documentos textuais e 2.128 documentos iconográficos, o que contribuiu significativamente para a racionalização e eficiência na guarda e uso da informação pública.

A Superintendência de Museus, em 2005, executou a política de museus atendendo, principalmente, às diretrizes de democratização do acesso aos bens culturais. A preservação do patrimônio museológico bem como a interiorização das ações de capacitação e profissionalização do setor museal no estado tiveram destaque.

Foi realizado o I Encontro de Museus Mineiros, em Belo Horizonte, que teve a participação de representantes de diversas regiões de Minas Gerais.

A partir desse evento e buscando cumprir a diretriz de interiorização proposta, houve Encontros Regionais de Museus nas cidades de Jequitinhonha, Grão Mogol, Paracatu, Governador Valadares, Uberaba e Guaxupé, nos quais foram discutidas políticas públicas e diretrizes para o Sistema Estadual de Museus. Os documentos elaborados nos encontros vão compor o Projeto Estadual de Implantação do Sistema.

Tiveram continuidade os projetos “Sistema de Vigilância e Monitoramento Remoto” e “A Boa Notícia”, no Museu Mineiro; “Projeto Guignard” e “Cartões de Amalita” no Museu Casa Guignard e “Projeto Digitalização do Acervo Documental”, no Museu Casa Alphonsus de Guimaraens. No Museu Casa Guimarães Rosa, destacou-se, na Semana Roseana, a realização de uma oficina, promovida pela artista plástica Liliane Dardot, que teve como finalidade escrever no chão da cidade passagens dos livros de Guimarães Rosa.

A Superintendência de Bibliotecas Públicas desenvolveu, em 2005, as suas funções básicas de reunir, preservar, organizar e divulgar o patrimônio literário, tendo realizado diversas ações de incentivo à leitura informativa, educativa e recreativa nas bibliotecas públicas de Belo Horizonte e do interior. Assegurou uma ação efetiva de apoio técnico ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais. Neste item, ressalta-se o *Programa Construindo uma Minas Leitora*, que visa a zerar o déficit de 150 municípios mineiros, sem bibliotecas públicas municipais. Entre os 703 municípios beneficiados, 173 receberam doações de livros, que são o repasse de obras enviadas pela Fundação Biblioteca Nacional, pelo Ministério da Cultura e pela sociedade (pessoas físicas e empresas), totalizando 37.387 livros.

*Programa
Construindo uma
Minas Leitora*

Dos 344.934 usuários destacam-se crianças no setor infantil; consulentes na divisão de referência e estudo; pesquisadores nas salas das Coleções Especiais; leitores-freqüentadores do setor de publicações periódicas correntes; deficientes visuais e usuários da sala de pesquisa via Internet e carro-biblioteca.

Nos seus espaços culturais, como a Galeria Paulo Campos Guimarães e o Teatro da Biblioteca Pública, apresentou 10 exposições, atingindo 13 mil pessoas. O Teatro teve um público estimado em 11.854 espectadores e apresentou uma média de 190 eventos.

Realizou-se o recadastramento de bibliotecas municipais, por meio de questionários enviados aos 853 municípios mineiros, confirmando a atuação da SUB em todas as regiões de Minas Gerais. Com um índice de respostas de 91%, foi feito o diagnóstico das bibliotecas públicas municipais.

*Recadastramento
das bibliotecas
municipais*

Integrou o *Curso de Capacitação em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas de Cultura*, em seis cidades, com 108 municípios participantes e promoveu o Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, com a participação de 150 municípios.

Doação de
2700 livros

Juntamente com a Fundação Biblioteca Nacional, por meio do Programa Livro Aberto, modernizou seis bibliotecas públicas municipais e criou duas bibliotecas. Com o Instituto Oldenburg de Desenvolvimento, Cemusa do Brasil e Grupo Record, o Programa Alegria de Ler dotou os municípios de Ponto dos Volantes, Berilo, Caraí, Chapada do Norte e Jequitinhonha, no Vale do Jequitinhonha, além da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa, em Belo Horizonte, com um acervo literário infanto-juvenil de 250 títulos cada. Graças ao Programa TIM/Estado de Minas/Bibliotecas, 30 bibliotecas públicas receberam doações de 90 livros de escritores brasileiros, totalizando 2.700 livros.

Criação de novas
bibliotecas

Com recursos orçamentários, modernizou nove e criou duas bibliotecas públicas, nos municípios de Chapada do Norte, Caraí, Ponto dos Volantes, Virgem da Lapa, Veredinha, Setubinha, Itinga, Turmalina, Jequitinhonha, Berilo e Couto de Magalhães, no Vale do Jequitinhonha. Graças ao Projeto QueroLer, foi criada mais uma biblioteca, em Varzelândia.

Prestou assessoria técnica a 259 municípios sobre assuntos como a criação de bibliotecas públicas, processamento técnico, desenvolvimento de ações junto ao público e formação de acervo. 21 municípios realizaram exposições literárias com o apoio do Programa de Exposições Itinerantes, que visa à divulgação do autor mineiro e de outros importantes temas literários.

Foram incorporados ao seu acervo 9.869 livros, o que representa um índice de atualização de 3%. Além disso, 34 títulos de periódicos correntes (10 jornais e 24 revistas) foram assinados.

Os projetos *Revitalização do Prédio Principal da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa*, *Informatização dos Acervos e Serviços* e *Programa de Preservação de Obras Raras* foram retomados, com o apoio da iniciativa pública e privada.

A Superintendência de Ação Cultural passou por um processo de revitalização e reposicionamento de seu trabalho, demonstrando novo fôlego de atuação, executando com eficiência as atividades de uma das principais áreas finalísticas da SEC.

Ampliação do
Programa de
Apoio às
Bandas
Musicais

O Programa de Apoio às Bandas de Música do Estado de Minas Gerais foi redimensionado, abrangendo não só a doação de instrumentos como também a criação de cursos de capacitação para músicos instrumentistas. Na atual gestão, beneficiou 162 bandas de música, em 150 municípios mineiros, com a doação de 2.148 instrumentos musicais, totalizando um 1,5 milhão reais, até fevereiro de 2006. As regiões contempladas são Alto Paranaíba, Central, Centro Oeste, Jequitinhonha/Mucuri, Mata, Norte, Rio Doce, Sul e Triângulo.

O Programa de Formação de Gestores da Área Cultural foi executado por meio de duas vertentes: a *Oficina de Elaboração, Captação e Gestão de Projetos Culturais*, realizadas nos municípios-pólo de Jequitinhonha, Patos de Minas, Cristina e Poços de Caldas, a qual atendeu a cerca de 120 gestores das

áreas pública e privada; e o *Curso de Capacitação em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas de Cultura*, em parceria com a Fundação João Pinheiro, nos municípios-pólo de Cataguases, Guaxupé, Itapagipe, Ipatinga, Diamantina e Conselheiro Lafaiete, atendendo, aproximadamente, 300 servidores públicos e lideranças culturais.

Foram estabelecidas diversas parcerias estabelecidas pela SAC para atingir os seus objetivos. Na diretriz de interiorização, cabe ressaltar a Jornada do Jequitinhonha, em parceria com a UFMG, que resultou na realização de cursos, palestras e apresentação de espetáculos artísticos.

Em parceria com o Ministério da Cultura/Funarte e a Fundação Municipal de Cultura, realizou cinco edições do Projeto Pixinguinha/Minas Gerais, contribuindo para a promoção e o intercâmbio da produção musical de diversas regiões do Brasil. Também em parceria com o Ministério da Cultura, com a Assembléia Legislativa de Minas Gerais e com aproximadamente 255 municípios representativos de todas as regiões de planejamento do Estado, a SAC realizou a 1ª Conferência Estadual de Cultura de Minas Gerais, nos dias 28,29 e 30 de novembro, com a participação de 700 delegados da sociedade civil, área governamental e convidados. A Conferência resultou em um documento, com 15 diretrizes, e na eleição da delegação de Minas Gerais para a 1ª Conferência Nacional de Cultura em Brasília, cujos resultados subsidiarão a elaboração do Plano Nacional de Cultura.

*Realização
da 1ª
Conferência
Estadual de
Cultura de
MG*

Somam 18 os apoios financeiros a eventos e entidades culturais, de interesse público, das diversas áreas artístico-culturais, realizados pela SAC. Também foram feitas transferências de recursos para a Casa de Juscelino, para a Fundação Presidente Tancredo Neves e para a Sociedade Musical Santa Cecília, no município de Caeté. Além dessas entidades, foram beneficiados o Instituto Cultural Dona Mercedes, no município de Jequitinhonha, e o Centro Cultural QUIGEMM – Centro de Referência da Cultura Afro-Indígena, no município de Araçuaí, ambos com o objetivo de implementar seus programas de ação na Região do Jequitinhonha/Mucuri.

Por intermédio do Programa Cemig Cultural, parceria entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Cemig foram patrocinados 70 projetos culturais por meio da Lei de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura.

Em parceria com o IEPHA, a SAC elaborou propostas de ação dentro do Programa Trens de Minas, coordenado pela SETOP, incluindo a realização do Seminário Trens de Minas, com a participação de representantes de diversos municípios situados em sua área de abrangência.

As ações de representação da SEC se deram em fóruns, encontros e seminários, na capital e no interior, por meio da participação em comissões diversas, como as comissões do Fórum Técnico de Cultura: Política e Financiamento; do Fórum Mineiro de Turismo; do Programa Trens de Minas; do Programa Trens Turísticos; da Câmara de Regionalização (dentro do Fórum de Turismo) e da Comissão Organizadora da 1ª Conferência Estadual de Cultura.

Participou do processo de elaboração do substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.023/2004, ora em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que trata da criação do Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais (FEC/MG) e que integrará o Sistema Estadual de Incentivo à Cultura.

26 projetos
patrocinados
pelo “Filme em
Minas”

Em 2005, o Filme em Minas – programa de estímulo ao audiovisual, realizado pela Diretoria de Fomento à Produção Audiovisual, concedeu patrocínio, com recursos da Cemig, a 26 projetos, distribuídos em sete categorias distintas. O edital vale para o biênio 2005-2006. Com uma proposta inédita no Brasil, esta segunda edição do Filme em Minas reconhece os novos meios de expressão, valoriza as peculiaridades da produção audiovisual contemporânea e retoma o caráter reflexivo e investigativo do setor audiovisual de Minas Gerais. Além disso, dialoga com uma parte expressiva de realizadores que buscam novas formas para o fazer. Foram dados passos estratégicos para a consolidação da *Minas Film Commission*, com a elaboração de um planejamento de atuação para 2006.

Finalmente, salienta-se o atendimento diário a pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, da capital e do interior, que buscam informações, apoio e parcerias com a SEC, bem como a sua colaboração com órgãos municipais de cultura na realização de encontros e fóruns municipais e intermunicipais de cultura.

O Suplemento Literário, neste ano, cumpriu os objetivos propostos na atual gestão, de rigor e qualidade na seleção dos textos, abertura para novas linguagens e descentralização da produção e recepção, que são medidos, sobretudo, pela resposta dos leitores, que se surpreendem a cada edição pela alta qualidade gráfica e de conteúdo dos textos.

Houve um aumento expressivo no número de leitores cadastrados, que, de 600, passou para 3 mil especialmente se for considerada a distribuição gratuita do jornal pelo correio para Belo Horizonte, interior de Minas Gerais e demais estados do Brasil e nos 40 pontos de entrega – bibliotecas, centros culturais, universidades, livrarias e órgãos do Sistema Integrado de Cultura: Fundação Clóvis Salgado, Rádio Inconfidência e Fundação TV Minas.

Foram estabelecidas três parcerias com a Fundação Clóvis Salgado, que possibilitaram a realização de importantes eventos: *Terças-poéticas*, que contou com um público de 1.600 pessoas; *A Hora da Literatura*, curso gratuito ministrado por professores-doutores da UFMG, além do concurso *Prêmio Incentivo à Literatura*, com nove ganhadores nas categorias poesia, romance e conto.

A Lei Estadual de Incentivo à Cultura foi objeto de mudanças substanciais em 2005. Algumas adequações significativas foram efetuadas no processo de formulação do edital. A seleção de projetos tornou-se mais objetiva e transparente, com a explicitação de critérios que privilegiaram a descentralização de verbas, a capacitação de recursos humanos e o investimento no patrimônio cultural do estado, estabelecendo pontuações

específicas para cada quesito. Recebem pontuação mais expressiva os projetos que contenham ações que beneficiem de forma concreta a população das cidades do interior do estado, o que rompe com uma tendência histórica de concentração de recursos e oportunidades na capital.

No edital de 2005, foram inscritos 1.814 projetos, sendo 1.032 da capital (56,9%) e 782 do interior (43,1%). Estes números apontam um sensível avanço percentual das inscrições do interior do estado, se comparadas com o edital de 2004, no qual representavam 37,1% do total de propostas apresentadas.

*Inscrição de
1.814 projetos
na Lei de
Incentivo*

Durante a fase de divulgação dos novos parâmetros, a Secretaria de Estado de Cultura veiculou campanha de esclarecimento na Rede Minas e realizou atividades de treinamento sobre a Lei Estadual em 23 cidades de Minas Gerais, além de vídeoconferência que alcançou outros quatro municípios.

FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO

A Fundação Clóvis Salgado encerrou a temporada de 2005 consolidando a sua presença no mercado cultural, não só em Belo Horizonte como também no interior, com a execução de projetos que viabilizaram a itinerância dos corpos estáveis (orquestra, corpo de baile e coral lírico) em várias cidades do Estado. Produziu e acolheu em seus diversos espaços, espetáculos nacionais e internacionais, lançamentos de livros, exposições, filmes e eventos fechados, obtendo a presença de 707 mil pessoas.

*Público de
707 mil nos
eventos*

Os projetos voltados para a música erudita (Concerto Brasileiro, Quarta Erudita, Escolas em Concerto, Ciclo Debussy, Série de Música Coral, Série de Concertos Tim no Grande Teatro e Parque Municipal e a apresentação da Ópera Os Pescadores de Pérolas, de Bizet), que atingiram um público de 5.823 pessoas em cinco récitaes. Realizou também projetos para música popular: Música Independente, Tim Moveperc e Expresso Melodia, cujo público atingiu a marca de 21.000 pessoas. Visando despertar o interesse pela arte e a contribuir para a formação de público, a Fundação Clóvis Salgado promoveu regularmente as atividades de extensão cultural para crianças e adolescentes com intensa programação nas áreas de cinema, dança, música, artes plásticas e teatro, atingindo um público de 31 mil pessoas. Além disso, várias exposições marcaram presença nos espaços da FCS, totalizando um público de 110 mil espectadores.

Com o objetivo de incentivar as artes mineiras, o prêmio Estímulo às Artes contemplou as categorias de artes cênicas e literatura. Nas áreas de artes cênicas (teatro e dança), a premiação foi de R\$ 40 mil, além da cessão de espaços para exibição dos trabalhos vencedores. Em literatura, a premiação foi de R\$ 6.250, além de mil exemplares publicados, dos quais 5% doados à Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

*Prêmio de
Estímulo às
Artes*

O VII Festival Internacional de Curtas Metragens de BH apresentou produções em mostras competitivas, além de programas dedicados à

cinematografia de vários países e de diretores, com toda a programação gratuita, atraindo um público de 8.268 pessoas.

*Ano do Brasil
na França*

A circulação dos Corpos Artísticos teve grande importância na ampliação da atuação da FCS no interior do estado. A Orquestra Sinfônica de Minas Gerais apresentou-se em diversos municípios e participou dos festivais de Inverno de Baependi, São João del Rei, São Lourenço, Ouro Preto e Campos do Jordão. A Cia. de Dança Palácio das Artes apresentou seu mais recente espetáculo, “Coreografia de Cordel”, em Ouro Preto, Itabira, Ferros, Santa Maria de Itabira, além de representar Minas Gerais na programação do Ano do Brasil na França.

Entre as melhorias técnicas, destacam-se as reformas elétricas da Sala Juvenal Dias e do Teatro João Ceschiatti, a finalização da reforma do foyer inferior e da sala do Coral Lírico de Minas Gerais, a readequação de espaços para acesso de deficientes físicos, a reativação de brigadas internas de combate a incêndios, a instalação de novos equipamentos de vídeo e som no Cine Humberto Mauro e a ocupação da cafeteria e livraria do foyer inferior.

RÁDIO INCONFIDÊNCIA LTDA

*Reformulação
da
Programação*

O ano de 2005 foi de grandes avanços para a Rádio Inconfidência, que teve sua programação totalmente reformulada, investindo sobretudo no interior para divulgação da produção cultural do estado, promovendo a integração das diversas regiões. Foi realizada a reestruturação das áreas administrativa, financeira e comercial e iniciada a recuperação do parque tecnológico, com o aporte de dois milhões de reais, pelo Governo do Estado, por meio da SEC.

*Crescimento
da Audiência*

As ações de revitalização da área artística iniciaram-se pela readequação da linguagem da rádio e pela requalificação do público do canal FM, com expressiva recuperação da classe A/B 25/40 anos, que se deu em função da mudança do tempo de programação para 75% ao vivo e do lançamento de 14 novos programas. Entre eles, os programas “Conexão Minas”, para a divulgação de artistas do interior do Estado; o “Conexão Brasil”, com o mesmo objetivo em nível nacional; o “Musica Independente”, em parceria com a Fundação Clóvis Salgado e a Rede Minas, para a gravação ao vivo de 13 shows de artistas mineiros ainda em 2005; e o “Conversa com o Governador”, programa semanal de entrevista, no qual o governador Aécio Neves fala de temas variados ligados às questões de Minas e às realizações do governo. Além disso, foi inserido no canal AM o programa “Bazar Maravilha”, há 18 anos no ar, e promovida a valorização do programa “Hora do Fazendeiro”, há 68 anos no ar, considerado o mais antigo e ininterrupto do rádio mundial. Essas inovações possibilitaram um crescimento real da audiência, gerando, em outubro, um empate técnico com a emissora líder no segmento, conforme constatou a pesquisa feita pelo IBOPE.

FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (REDE MINAS)

A Rede Minas chega aos 21 anos com maturidade, renovando seu compromisso como TV pública, educativa e cultural. Em 2005, o Governo do Estado destinou dois milhões de reais para investimento em infra-estrutura e equipamentos. Hoje, o sinal da Rede Minas atinge 580 localidades mineiras e novos convênios estão sendo firmados para que se atinjam os 853 municípios do estado, até o primeiro semestre de 2006. São 24 horas no ar, com uma média diária de 8 horas de programação própria. Ao todo, são cinco telejornais e quatro programas diários, 22 programas semanais (13 produzidos internamente e nove em parceria com produtoras externas) e dois programas mensais.

*Ampliação do
sinal para
580
municípios*

Em 2005, a emissora reestruturou sua grade de programação e lançou seis programas, três ligados à diretoria de programação e três à diretoria de jornalismo. Todas as diretrizes buscam refletir a diversidade cultural, ampliar a visibilidade dos programas produzidos pela emissora, acolher formatos e linguagens diferenciados, intensificar o diálogo com a produção independente, aproximar a emissora do interior mineiro e reforçar conexões com o público jovem.

Dentre as estréias, destaca-se o programa Harmonia, totalmente dedicado a música erudita, produzido em parceria com a Fundação Clóvis Salgado. O programa nasceu com a proposta de reduzir o abismo entre o público especializado no tema e o leigo, inovando com uma linguagem simples e dinâmica. A cada edição, o programa destaca um autor, um solista e a função de um dado instrumento dentro da orquestra, além da preparação dos músicos, dos ajustes e bastidores, das histórias e depoimentos deste universo musical. Destacam-se, ainda, os interprogramas Série Cidades de Minas, com um breve perfil das cidades do interior mineiro; Série Viva, sobre manifestações culturais pertencentes ao patrimônio imaterial; Série Vídeo Postais, sobre os marcos históricos, turísticos e paisagens das cidades do interior mineiro e a Série Responsabilidade Cultural, que mostra vídeos de curta duração, destacando a atuação de empresas do interior do estado que investem em Cultura; e o programa Leila Entrevista, que, totalmente reformulado, ganhou formato itinerante e é gravado em diferentes localidades (cidades do interior, outros estados e exterior).

*Restauração
da Grade de
Programação*

Ainda neste ano, a Fundação TV Minas Cultural e Educativa assinou um termo de parceria com a Associação de Desenvolvimento da Radiodifusão de Minas Gerais – ADTV, uma OSCIP, inaugurando um modelo administrativo-gerencial, que viabilizará o desempenho das atividades da TV Minas que não são exclusivas do Estado, possibilitando maior agilidade nas ações e flexibilidade na destinação de recursos.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA)

O IEPHA trabalhou no fortalecimento das políticas públicas de patrimônio e na criação de mecanismos de sustentabilidade e sustentação,

priorizando a ação direta com os municípios, valorizando amplamente o patrimônio cultural local e investindo na multiplicação de suas ações.

*Circuito
Cultural
Praça da
Liberdade*

Entre suas principais realizações, destaca-se a continuidade do projeto estruturador Circuito Cultural Praça da Liberdade, que centrou suas atividades na segunda etapa do inventário dos bens móveis, imóveis e integrados dos prédios no entorno da Praça, do inventário qualitativo dos imóveis da Praça, na execução de obra para restauração emergencial dos edifícios das Secretarias de Transporte e Obras Públicas e Defesa Social, na conclusão de obras de restauração de elementos artísticos do prédio da Secretaria de Transportes e Obras Públicas, na elaboração de projeto de recuperação do anexo do Arquivo Público Mineiro e na contratação de projeto para o Café do Arquivo Público Mineiro e para o Museu Mineiro.

No Palácio da Liberdade, foram executadas as obras de restauração arquitetônica e artística e concluídas as de cobertura e de seus elementos artísticos. No Palacete Dantas, Solar Narbona e Casa Amarela houve pintura das fachadas e foram restauradas as pinturas decorativas do hall do Palacete Dantas. Dando prosseguimento à campanha de recuperação de bens culturais desaparecidos, foram concluídos laudos técnicos das imagens de São Francisco, do Pai Eterno, da imagem de Santa Luzia de Itanhaém e laudo pericial de peças da Coleção João Bosco Viana Gonçalves. Efetivou-se, ainda, a apreensão e depósito de conjunto de peças de enquadramento de vãos em cantaria.

*Tombamentos
Aprovados*

Vários tombamentos foram aprovados pelo Conselho Curador do IEPHA/MG: conjunto arquitetônico e paisagístico e acervo de bens móveis do Museu Ferroviário, conjunto arquitetônico e paisagístico e acervo de bens móveis do Museu da Usina de Marmelos, conjunto arquitetônico e paisagístico e acervo de bens móveis do Museu Mariano Procópio, edifício do Museu do Crédito Real e acervo de bens móveis, em Juiz de Fora, além do conjunto paisagístico da Serra da Piedade – Caeté/Sabará e o acervo de bens móveis e integrados do Centro de Referência do Professor – Belo Horizonte.

*570 municípios
pontuados –
ICMS Cultural*

Em relação à municipalização da proteção do patrimônio, destacou-se a análise da documentação enviada ao IEPHA/MG por 539 prefeituras municipais para pontuação, com vistas à redistribuição do ICMS. Foram pontuados em 2005, 570 (quinhentos e setenta) municípios, que comprovaram atuação efetiva de proteção do patrimônio cultural.

FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO (FAOP)

*R\$ 2 milhões
em obras de
recuperação*

A FAOP redimensionou o seu perfil de atuação, com a execução de projetos dentro e fora do Estado, a sua participação em eventos internacionais e a implantação do Núcleo de Ofícios, em Ouro Preto. O resultado dos esforços empreendidos é visível, não só pelo reconhecimento do Curso Técnico de Restauração, único no Brasil, pela obtenção da maior pontuação, dentre todos os núcleos de restauro do país, no Programa Monumenta, do MINC, como também pelo aporte realizado pelo Governo de Minas, no valor de dois milhões de reais, para as obras de recuperação da *Casa Bernardo Guimarães*.

Por intermédio do Núcleo de Arte da Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade, ofereceu cursos livres de escultura, cerâmica, gravura em metal e xilogravuras, introdução à gravura, desenho de modelo vivo, iniciação artística, história da arte, pintura, aquarela e desenho, e possibilitou a apresentação dos trabalhos dos alunos em exposições.

As atividades de difusão, promoção e divulgação somaram 14 exposições na Galeria de Arte Nello Nuno. Destacam-se os projetos de Resgate Cultural em 10 municípios da Estrada Real e outros 10 do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas. Os projetos buscam a identificação de mestres, detentores de saberes e fazeres tradicionais, que se encontram esquecidos, desvalorizados e em situação de risco de extinção.

Estrada Real

Neste ano, a FAOP participou do I Fórum de Arte e Design da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Portugal, onde servidores proferiram conferências sobre tapetes devocionais e resgate cultural, ministraram oficinas sobre xilogravura de cordel e tapetes devocionais e realizaram mostra das exposições Brasil Num Olhar Andejo, Maria Rainha dos Corações, Resgate Cultural e Xilogravura. Sua participação foi efetiva, também, em eventos importantes para a comunidade local, como o Festival de Inverno de Ouro Preto e Mariana, Fórum das Artes 2005, Semana de Museus, 28^a Semana do Aleijadinho, festividades do Mês do Rosário e Semana Santa.

Prestou serviços em conservação e restauração em inúmeras obras sacras de igrejas da região, de particulares, de entidades públicas como a Prefeitura de Ouro Preto e o CEFET/Ouro Preto. Iniciou trabalhos em gravuras de arte contemporânea pertencentes ao acervo da Caixa Econômica Federal, que abriu processo licitatório para a execução dos serviços, tendo a FAOP saído vencedora. A obra está em Brasília.

A FAOP estará implantando, em 2006, na Casa Bernardo Guimarães, ora em reforma, o Núcleo de Ofícios, que tem o propósito de requalificar profissionais da construção civil, com ênfase na conservação e restauração de bens culturais imóveis. Este projeto da Fundação obteve a melhor nota dentre todos de núcleos de restauro apresentados ao Programa Monumenta do Ministério da Cultura, que destinou R\$ 500.000,00 à sua realização.

Desde 2003 a escola realiza parceria com o Movimento Infantil Crescendo com Arte-MICA, de São Paulo, que desenvolve um trabalho de ação social. O grupo teve 910 inscrições, neste ano, para o seu projeto de intercâmbio de cartões postais. Os trabalhos foram enviados por 45 instituições brasileiras e 11 do exterior. Essas ações proporcionaram alternativas de inclusão social, incentivaram o empreendedorismo em regiões marcadas pela pobreza, exclusão e falta de estímulo profissional, desenvolvendo a educação cidadã e patrimonial nas bases comunitárias, promovendo interfaces fundamentais entre produção cultural, preservação de patrimônio e desenvolvimento turístico.

A Lei Delegada n.º 56, de 29 de janeiro de 2003, criou a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), com a finalidade de planejar, organizar, coordenar, gerenciar, controlar e avaliar as ações operacionais do setor, visando à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, à redução dos índices de criminalidade e à recuperação de presos para reintegrá-los à sociedade.

Trata-se de uma nova concepção organizacional de controle da criminalidade e da violência, que se baseia nos anseios da sociedade mineira, carecedora de uma política de segurança pública que promova tanto a redução das taxas de criminalidade como o incremento da segurança subjetiva da população.

Em continuidade às ações do *Plano Estadual de Segurança Pública* previstas para 2005, a SEDS implementou importantes ações em seus quatro eixos de atuação: o sistema prisional, a prevenção à criminalidade, o atendimento ao adolescente e a integração das Polícias Militar, Civil e do Corpo de Bombeiros.

No sistema prisional foi priorizada, entre outras ações, a ampliação do número de vagas com a conclusão de seis novas unidades prisionais: as Penitenciárias de Uberaba (396 vagas), Patrocínio (396 vagas), Muriaé (396 vagas) e Três Corações (396 vagas), a Colônia Penal de Vespasiano (172 vagas) e o Presídio Inspetor José Martins (820 vagas) de Ribeirão das Neves, todas financiadas com recursos do governo federal e do Tesouro Estadual.

Construção de seis novas unidades prisionais

Houve também grandes obras em parceria com o Departamento Estadual de Obras Públicas (DEOP/MG) para reforma da Penitenciária Nelson Hungria (Contagem) e do Presídio Professor Jacy de Assis (Uberlândia), o que proporcionará um incremento de mais 748 vagas para o sistema. Além disso, a SEDS assumiu a administração das Cadeias Públicas de Nova Serrana (58 presos), Viçosa (104 presos) e Araçuaí (64 presos), as quais eram todas de responsabilidade da Polícia Civil. Assim, o sistema prisional administrado diretamente pela SEDS, hoje com 9.131 presos, passará a contar com mais 3.324 vagas, totalizando 12.455 vagas disponíveis.

Três cadeias públicas assumidas pela SEDS advindas da Polícia Civil

Outra ação de destaque é a parceria estabelecida com as APACs, mediante convênios firmados com os municípios de Três Corações (20 vagas), Campo Belo (80 vagas), Pouso Alegre (40 vagas), Perdões (40 vagas) e Passos (100 vagas), possibilitando o atendimento a 280 recuperandos.

Ainda dentro das atividades desenvolvidas pela Subsecretaria de Administração Penitenciária, destaca-se o processo seletivo e de treinamento previsto no edital do 1.º concurso público para agentes de segurança penitenciário. Este concurso, de grande importância para a SEDS, vai efetivar 554 novos agentes para cinco localidades onde estão instaladas as novas unidades prisionais. Também nesse sentido, já houve autorização da SEPLAG para início do 2.º concurso, que vai oferecer 750 vagas para mais seis localidades.

Projeto
Penitenciárias
Auto-Sustentáveis

A profissionalização realizada por meio de parcerias estabelecidas com diversas instituições, com vistas a proporcionar frentes de trabalho ao sentenciado, destaca o Projeto Implantação de Penitenciárias Auto-sustentáveis, que objetiva reduzir despesas de custeio das penitenciárias, tornando-as auto-sustentáveis, a partir da produção de bens e serviços e da utilização da mão-de-obra carcerária, sem perder de vista o disposto na legislação penal vigente. Foram instaladas cinco oficinas mecânicas nas Penitenciárias Dênio Moreira de Carvalho (Ipaba), José Maria Alkimin (Ribeirão das Neves) e Nélon Hungria (Contagem), o que permitiu alcançar 30% dos sentenciados trabalhando, taxa superior à média nacional que é de 22%.

Foram instaladas escolas em 18 unidades prisionais, por meio de parcerias com a Secretaria de Estado de Educação e com o Senai, para formação e capacitação em cursos oferecidos aos sentenciados dos regimes fechado e semi-aberto.

Na assistência à saúde, os números demonstram que toda a população carcerária está sendo atendida nas áreas médica, odontológica, psicológica, enfermagem, serviço social, vacinação, exames laboratoriais e demais exames preventivos. Constatou-se redução de incidência de casos de HIV, em relação ao ano de 2004, em função das ações preventivas implantadas.

Reforma de
unidades
prisionais

Com recursos do Tesouro Estadual, diversas unidades prisionais foram contempladas com reformas e reparos para melhoria de sua infraestrutura, sendo restauradas 188 celas danificadas e 76 celas impedidas em várias unidades, com a conseqüente recuperação de 121 vagas.

Igualmente, diversos convênios estão sendo firmados com várias prefeituras, objetivando a construção e reforma de cadeias públicas nos municípios de Araxá, Guaranésia, Guaxupé, Itaobim, Diamantina, Janaúba, Januária, Manga, Montalvânia, Paracatu, Pedra Azul, Pedro Leopoldo, Salinas, São João Nepomuceno, Taiobeiras, Unaí, Candeias e Pains.

Outro eixo de grande relevância para a Secretaria é a integração do Sistema de Defesa Social, que tem por finalidade coordenar, supervisionar e avaliar as atividades relativas à integração entre os órgãos que compõem o sistema de defesa social. Este eixo teve grande avanço em 2005 desenvolvendo ações de grande importância, dentre as quais o Treinamento Policial Integrado, a implantação do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (GISP), a introdução da Metodologia de Integração da Gestão em Segurança Pública (IGESP) e do Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) e a consolidação do Centro Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD).

Treinamento
Policial
Integrado

Em razão da necessidade imediata de difusão da política de integração do sistema de defesa social na RMBH, a SEDS priorizou em 2005 o Treinamento Policial Integrado em consonância com a implantação das Áreas Integradas de Segurança Pública. O treinamento teve uma carga horária de 40 horas/aula, nas quais foram ministradas nove disciplinas (atuação em Local de Crime, Deontologia, Dinâmica, Técnica Policial, Planejamento Operacional

Integrado, Polícia Comunitária, Direitos Humanos e Ação Policial, Operacionalização dos Sistemas Informatizados de Segurança Pública em Minas Gerais e Técnica de Ensino). Foram treinados 360 policiais militares e civis, integrantes do quadro efetivo das áreas integradas de segurança pública da RMBH.

Outro projeto realizado com o objetivo de construir um novo modelo de trabalho conjunto entre a Polícia Militar e Polícia Civil foi o I Módulo Integrado de Formação Policial, vinculado aos cursos de formação para ingresso nas carreiras de base das organizações policiais. Participaram do referido módulo, em turmas mistas, aproximadamente 1.636 alunos, nas Academias das Polícias Militar e Civil. As disciplinas ministradas (Sensibilização para o Trabalho Integrado, Ética Profissional, Polícia Comunitária, Ciclo do Trabalho Policial, Sistema de Persecução Criminal e Sistema de Informação de Segurança Pública) totalizaram 40 horas/aula.

A SEDS promoveu ainda o Seminário Integrado GEPAR (Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco), com a participação de 350 pessoas, entre elas integrantes deste grupo, cadetes do Centro de Ensino e Graduação e autoridades do sistema integrado de defesa social. Neste quadro, foi celebrada parceria com o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG (Crisp), por meio da qual 21 servidores do sistema integrado de defesa social fizeram o curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública.

A implantação do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (GISP), cujo objetivo é implementar políticas inovadoras no combate ao crime organizado, à proteção de autoridades e ações de inteligência em segurança pública, tendo como foco uma atuação integrada e sistêmica que efetivamente conduza a resultados concretos e globais, diminuindo, assim, a criminalidade.

*Implantação do
Gabinete de
Gestão Integrada
de Segurança
Pública (GISP)*

Nesse sentido, a SEDS investiu, em 2005, cerca de 2 milhões de reais em equipamentos de informática, inteligência policial e mobiliário para equipar o GISP. Houve cursos de Vertente Operacional, Analista e Gerência, quando foram treinados 246 servidores públicos de diversas instituições, como Receita Estadual, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, ABIN, Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público e a própria SEDS.

O curso de promotor de polícia comunitária treinou quase 3 mil policiais civis e militares em todo o estado e o curso de multiplicador de polícia comunitária treinou, em conjunto, 70 policiais civis e militares advindos das diversas regiões do estado. Foram realizados seminários de sensibilização de líderes comunitários, que ocorreram em todas as regiões do estado. Em Belo Horizonte, realizou-se o *Workshop* de Capacitação e Atendimento a Minorias, com a participação de cerca de 200 policiais. Já o seminário para discentes da Academia da Polícia Militar e Polícia Civil contou com aproximadamente mil alunos das Polícias Militar, Civil e do Corpo de Bombeiros Militar.

*Projeto
Polícia
Comunitária*

Ainda com relação ao eixo de integração dos órgãos componentes do sistema de defesa social, em 2005 foi implantado o Comando Regional

Integrado (RISP), em Belo Horizonte, com o objetivo de promover a integração das Polícias Militar e Civil, partindo do convívio no mesmo ambiente de trabalho até o desenvolvimento de ações em conjunto que propiciem efetivamente a diminuição da criminalidade.

Projeto Áreas
Integradas de
Segurança
Pública

A definição e publicação das áreas integradas de segurança pública (AISP) e das áreas coordenadas de segurança pública (ACISP) consistiu em outra prioridade assumida pela SEDS, que ficou responsável por dividir geograficamente o território de Minas Gerais em áreas integradas de atuação das Polícias Militar e Civil. O objetivo é a instituição de uma responsabilidade territorial equivalente e compartilhada, que possibilite o planejamento conjunto e a implementação de ações integradas em uma mesma circunscrição geográfica, assegurando mais agilidade e eficiência no registro de ocorrências e na instauração de procedimentos criminais, bem como maior efetividade no combate ao crime.

No que se refere à área de análise e inteligência criminal, destaca-se a criação da metodologia Igesp, baseada no compartilhamento de informações e na implementação de ações conjuntas. Dessa forma, por meio de reuniões periódicas, o comitê do Igesp avaliou cada uma das 24 AISPs da capital e estabeleceu metas visando ao controle da criminalidade violenta.

Sistema
Integrado de
Defesa Social
(SIDS)

Já o Centro Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD), resultante do funcionamento integrado em um mesmo espaço físico e organizacional do Centro Integrado de Comunicações Operacionais (CICOp) da Polícia Militar, da Divisão de Operações de Telecomunicações (CEPOLC) da Polícia Civil e do Centro Integrado de Operações de Bombeiros Militar (COBOM) do Corpo de Bombeiros Militar, é a unidade responsável pelo atendimento de emergências policiais e de bombeiros. Dentro desta nova metodologia de atendimento, implantou-se o número de emergência 197 da Polícia Civil e o Módulo de Controle de Atendimento e Despacho (CAD) no Corpo de Bombeiros, atendendo a toda RMBH, o que permitiu o acompanhamento da evolução do atendimento de ocorrências de modo efetivo, tendo, entre diversas funcionalidades, a visualização do deslocamento das viaturas pelo computador do despachante e pelos GPS instalados nas viaturas.

A implantação do REDS como uma ferramenta estratégica (na medida em que permite o monitoramento dos indicadores de criminalidade) e operacional (pois garante o monitoramento da dinâmica da criminalidade) foi um avanço. Trata-se de um boletim de ocorrências eletrônico, único para a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar, destinado ao lançamento de todos os eventos de defesa social, independentemente da instituição ou do local do registro. O percentual de unidades da PM e da PC que tiveram o REDS implantado em 2005 foi de 3,2%, totalizando 81 unidades.

No que se refere ao eixo da Prevenção à Criminalidade, salienta-se que o governo estadual está investindo seriamente nesta área, traçando medidas que se inserem genericamente na estratégia de prevenção criminal. Dessa maneira, trabalham-se especificamente as propostas de prevenção social frente à violência urbana, tendo em vista implantar no campo das

políticas públicas de defesa social este novo paradigma de pensar a segurança pública como uma política social que garanta dignidade a todos em primeiro lugar.

Com o objetivo de intervir na realidade social antes que o crime aconteça, além de viabilizar a reintegração social e diminuir a reincidência criminal, a SEDS inaugurou, em 2005, 12 Núcleos de Prevenção à Criminalidade (Centro de Belo Horizonte, Alto Vera Cruz, Ribeiro de Abreu, Betim, Contagem, Santa Luzia, Vespasiano, Ribeirão das Neves, Uberlândia, Ipatinga, Montes Claros, Jardim Felicidade e Governador Valadares), além de manter aqueles já existentes (Morro das Pedras, Juiz de Fora, Cabana Pai Tomás e Pedreira Prado Lopes). Em todos eles funcionam pelo menos dois programas de prevenção ao crime e à violência e são realizadas, para toda a comunidade, campanhas educativas, oficinas de inclusão produtiva, estímulo a iniciativas comunitárias, atividades coletivas de cidadania e cultura, ocupação de espaços ociosos, propostas de educação e socialização para todos e projetos comunitários que visem à redução de ocorrências criminais. Além disso, a abordagem indicada permite atenção especial para indivíduos que compõem os chamados grupos de risco, ou seja, pessoas que cometeram pequenos delitos, adultos que cumprem medidas ou penas alternativas e egressos do sistema prisional.

*Implantação de
12 Núcleos de
Prevenção Social
da Criminalidade*

Esses programas trabalham com a prevenção nos seus três níveis: prevenção primária, que é a atuação direta nas áreas de maior incidência criminal perante agentes e vítimas da violência (Programa Fica-Vivo e Mediação de Conflitos); prevenção secundária, que se caracteriza pelo controle social de indivíduos que cometeram delitos de menor potencial ofensivo (Monitoramento e Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas - CEAPA) e, por fim, a prevenção terciária, que trabalha com indivíduos que já cumpriram penas ou medidas de privação de liberdade (Programa de Reintegração Social do Egresso e Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte).

O Programa de Reintegração Social do Egresso atendeu em 2005 a 150 egressos, promovendo condições de retomada deles à vida social. Contudo, o programa não se concentra apenas no egresso, mas se estende aos seus familiares, contribuindo para que aquele se distancie o máximo possível das condições que possam levá-lo à reincidência criminal.

*Reintegração
Social do
Egresso*

O Programa Mediação de Conflitos permite, de forma ampla, o acesso à justiça por meio da resolução extrajudicial de conflitos, atuando descentralizada e diretamente nas áreas de maior incidência criminal. Cerca de 4 mil casos de conflito foram solucionados em 2005. Trata-se do desenvolvimento de intervenções preventivas à criminalidade, fomentando a integração e a reintegração comunitária. A mediação constitui instrumento extrajudicial de resolução, manejo e prevenção de conflitos, buscando promover mudanças nas relações humanas por meio de um processo estruturado em etapas que viabilizem o estabelecimento e o restabelecimento do diálogo entre as partes, bem como a orientação e o encaminhamento sóciojurídico.

*4 mil casos
solucionados no
Programa
Mediação de
Conflitos*

Projeto Central
de
Monitoramento
de Penas
Alternativas

A Central de Acompanhamento de Penas Alternativas (Ceapa) foi implantada em Minas Gerais em agosto de 2002, nos municípios de Juiz de Fora, Contagem e Ribeirão das Neves, e conta com cerca de 450 parcerias com diversas instituições. Em 2005, o programa monitorou a aplicação de quase 1.500 medidas alternativas. Esse programa configura política pública de inclusão social e constitui uma forte parceria com o Poder Judiciário nos lugares onde está implantado, o que significa dar efetividade ao cumprimento destas penas. Para tanto, foi criada uma rede institucional de integração envolvendo diversos atores, entre eles o próprio governo do estado, os municípios e a sociedade civil organizada.

5.000 jovens
atendidos no
Programa Fica-
Vivo

As ações do programa Fica-Vivo tem como público-alvo jovens de 12 a 24 anos em especial aqueles envolvidos com a criminalidade (os chamados “jovens em situação de risco”). Em 2005, foram atendidos cerca de 5 mil jovens, promovendo oficinas, fóruns comunitários, grupos de trabalho e inclusão produtiva.

O Programa de Proteção ao Adolescente Ameaçado de Morte tem como objetivo garantir o direito à vida a crianças e adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas, disputas entre grupos rivais, o confronto com grupos de extermínio, como também vítimas de abuso sexual e testemunhas de crimes, apresentando-se como uma política emergencial, atendendo, em 2005, a 45 jovens.

Para abrigar adolescentes infratores, destaca-se a ampliação de vagas do Centro Educacional Marista Marcelino Champagnat (CEMMAC) em Belo Horizonte, construído por meio de convênio firmado entre a SEDS e a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, do governo federal.

Implantação de 3
novos Centros de
Internação do
Adolescente no
interior

Outra importante ação neste eixo desenvolvido pela SEDS foi a inauguração de três Centros de Internação do Adolescente no interior do estado (Teófilo Otoni, Montes Claros e Governador Valadares). Essa regionalização pretende descentralizar o atendimento aos menores, tendo em vista a ressocialização dos adolescentes, na medida em que estando próximo de suas famílias, em unidades especiais e bem equipadas, terão melhores condições para a escolha de uma nova opção de vida. Com essas três unidades foram criadas 190 vagas administradas diretamente pelo SEDS, um aumento de mais de 90% do total de vagas do sistema socioeducativo.

Com efeito, foram disponibilizadas várias oficinas profissionalizantes para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas como panificação, *silk*, marcenaria, bijuteria, bordado, pizzaria, cabeleireiro, manicure, produção de velas, sabonetes e desinfetantes.

Implantação de
processos de
gestão da
qualidade na
SEDS

O processo de modernização administrativa na SEDS destaca, entre outros avanços, o início de implantação da gestão da qualidade com o objetivo de tornar mais ágeis e racionais os procedimentos administrativos da

Secretaria, de modo a utilizar melhor os recursos existentes e atender de forma mais eficiente às áreas finalísticas.

O redesenho dos processos de elaboração de convênios e do processo de compras, como também a implantação da Gestão da Qualidade nas unidades prisionais e socioeducativas, mapearam os procedimentos relativos à segurança e ao atendimento aos indivíduos custodiados (adultos e menores em conflito com a lei).

Além disso, 123 gerentes das áreas de aplicação de medidas socioeducativas e afetos ao sistema prisional, incluindo diretores dos centros de internação e unidades prisionais, foram treinados em ferramentas de gestão e outros 40 servidores o foram para a realização de auditorias de verificação do cumprimento dos processos redesenhados, cursos ministrados diretamente pela SEDS com o objetivo de profissionalizar a gestão nas áreas prisional e de aplicação de medidas socioeducativas, visando a garantir que as unidades responsáveis pela custódia e atendimento a adultos e a menores cumpram seu papel primordial de auxiliar na queda dos índices de criminalidade, por meio da guarda segura e da ressocialização dos indivíduos que devem permanecer detidos por determinação legal.

Outra grande conquista foi a oficialização do Acordo de Resultados assinado entre a SEDS e o Governo do Estado determinando que a Secretaria, por meio de metas detalhadamente estabelecidas, responda aos anseios da sociedade e, em contrapartida, seja contemplada com benefícios que venham possibilitar, ainda mais, o desenvolvimento de suas ações.

*Assinatura do
Acordo de
Resultados
com o Governo
do Estado*

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, nos termos do art. 134 da Constituição Federal de 1988.

Com o advento da Emenda Constitucional n.º 45, de 30 de dezembro de 2004, a Defensoria Pública obteve, além da autonomia funcional e administrativa, a iniciativa de sua proposta orçamentária, devendo receber os recursos correspondentes às dotações orçamentárias em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9.º, tornando-se, portanto, instituição independente.

No mesmo diapasão, a Emenda à Constituição Estadual n.º 73/2005, que alterou os §§ 1.º e 2.º do art. 155, estabelece que o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias resultará das propostas parciais de cada Poder, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública, incluindo um membro indicado pelo defensor público geral na comissão permanente de compatibilização e verificação dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Tendo como função institucional a prestação de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita à população carente do estado, a

*Prestação de
992.462
atendimentos
jurídicos à
população carente*

Defensoria Pública de Minas Gerais é responsável pela orientação, conciliação, propositura e acompanhamento de ações judiciais, requerimentos administrativos, interposição de recursos, participação em audiências e diversas outras atividades tendentes a assegurar o direito de cidadãos hipossuficientes que dela necessitam.

No exercício de seu mister, a Defensoria Pública ofertou a seu público-alvo 992.462 prestações jurídicas. O aumento quantitativo e a melhoria qualitativa no atendimento à população de baixa renda podem ser atribuídos primordialmente ao ingresso de novos defensores públicos na carreira, mediante concurso público de provas e títulos e convênios que a Defensoria Pública tem celebrado com entes de direito público interno e outras instituições.

Proveniente de
143 novos
defensores
públicos

Em 2005 passaram a integrar os quadros da instituição 143 novos defensores, totalizando 514 defensores públicos atuando.

Atualmente, 76 comarcas (26%) encontram-se totalmente providas pela Defensoria Pública, entendendo-se como tal aquelas em que a quantidade de defensores públicos seja igual ou superior ao número de juízes; 68 comarcas (23%) estão parcialmente providas, considerando-se assim aquelas cujo número de defensores públicos seja insuficiente para atender a demanda e, por fim, 150 comarcas (51%) encontram-se desprovidas de defensores públicos.

Dos 918 cargos de defensor público previstos em lei, só 538 estão ocupados, o que justifica a ausência da atuação da Defensoria em pouco mais de metade das comarcas.

Projeto
Implantação de
Núcleos de
Assistência
Jurídica
Especializada

Outra área de destacada atuação da Defensoria Pública tem sido o projeto de implantação de núcleos de atendimento jurídico especializado, visando a atender de forma mais eficaz as demandas jurídicas da população carente. Nesse sentido, por meio de convênios foi possível implementar projetos como o da "Defensoria da Mulher em Situação de Violência", responsável pelo amparo e orientação de mulheres que estejam sofrendo ou se achem na iminência de sofrer qualquer tipo de violência física ou psicológica. Este núcleo de atendimento especializado conta com profissionais das áreas de psicologia e assistência social, tendo sido inicialmente implementado na capital e nas comarcas de João Monlevade e Montes Claros, havendo previsão para implantá-lo em outras comarcas do estado.

Pode-se citar, também, a estruturação do Núcleo de Defesa do Consumidor, que agilizará e ampliará a capacidade de atendimento ao cidadão nesta área específica do direito.

Visando à capacitação e ao aprimoramento profissional dos membros da instituição, foram realizados cursos e seminários abordando temas de relevante interesse institucional, como a violência praticada contra a mulher e a defesa dos direitos do consumidor.

Igualmente, a Defensoria Pública tem atuado de forma regular e contínua em estabelecimentos prisionais na capital e em comarcas da região metropolitana e do interior, propiciando ao recluso a prestação jurídica a que tem direito, além de contribuir para o alívio da tensão dentro destes estabelecimentos, evitando rebeliões.

A experiência brasileira e do mundo, ao longo da história moderna, mostrou que todas as tentativas de resolver os problemas relacionados à criminalidade e à violência, apenas por intermédio de políticas assistencialistas, compensatórias, assistemáticas, desfocadas e sem a amplitude necessária, tiveram um resultado modesto, insuficiente para reverter a perspectiva de melhoria concreta no cotidiano social e de qualidade de vida das populações.

Em quase sua totalidade, essas políticas ajudaram, emergencialmente, a diminuir a situação de insegurança de parcela da sociedade, sem apresentar os resultados significativos que exige o caráter multifatorial e regionalmente específico do fenômeno criminal.

É consensual que o cenário da criminalidade requer o desenvolvimento local integrado e sustentável, particularmente necessário em um país como o Brasil, ainda socialmente injusto, regionalmente desigual e de cruel concentração de renda.

Nesse sentido, desenvolver significa dar acesso à educação, ao conhecimento, à saúde, democratizar oportunidades, melhorar a qualidade de vida, dar cidadania e dignidade.

Em ambientes assim, os cidadãos têm melhores condições de nascer, prosperar e se manter, pontos de partida para o não envolvimento em conflitos sociais e suas vertentes de violência e criminalidade.

Juntando, de um lado, a perspectiva do desenvolvimento sustentável e, de outro, o diagnóstico e o planejamento participativos, a Polícia Militar de Minas Gerais tem contribuído e sensibilizado a todos os mineiros para um grande mutirão comunitário que, como consequência, propiciará uma sensível modificação no quadro situacional da violência no Estado.

A idéia de uma polícia orientada para a solução de problemas e melhoria da qualidade de vida da comunidade, nos moldes da filosofia de polícia comunitária praticada em diversos países, ganhou força no Brasil nos anos 80, com a abertura democrática e com a Constituição Federal de 1988.

Em Minas Gerais, a Polícia Militar investiu no conceito de defesa social que sustentasse a aproximação polícia-comunidade e em uma maior participação da comunidade nas ações policiais, no policiamento distrital que representou uma das primeiras tentativas de sedimentação da polícia comunitária, similar às "casas-distritais" japonesas, e no desenvolvimento de projetos sociais em parceria com o município e outras entidades.

*Projeto Polícia
Comunitária*

A gestão da segurança pública, ao adotar a filosofia de polícia comunitária, busca mudar a missão básica, tradicionalmente reativa e focada no chamado "combate ao crime", para um novo paradigma focado tanto na integração com a comunidade, quanto com os demais órgãos do sistema de defesa social na solução dos graves problemas da segurança pública no país. A interação procura dar respostas a uma extensa gama de "problemas

comunitários de segurança pública", incluindo não só o "controle" do crime e da delinquência (em contraposição ao antigo conceito de "combate ao crime"), mas outros fatores de "promoção da segurança", aí incluindo a neutralização da "sensação de insegurança" trazida pelo "medo da desordem" e das conseqüências da "degradação de áreas urbanas", via de regra prevalentes em regiões periféricas de grandes centros urbanos.

O policial comunitário ultrapassa a visão limitada de atender ocorrências ou efetuar prisões, embora estas também sejam de sua competência. Seu papel exige um contato contínuo e sustentado com as pessoas da comunidade, de modo que possam, em conjunto, explorar soluções para as preocupações locais bem como desenvolver e monitorar iniciativas abrangentes e de longo prazo que envolvam toda a comunidade num esforço de melhorar a qualidade de vida local.

O relacionamento, baseado no respeito e na confiança mútuos, sugere que a polícia atue como elemento catalisador, incentivando as pessoas a reconhecerem na participação social as soluções para a melhoria da qualidade de vida do seu ambiente. Nesse sentido, esta atuação comunitária amplia o papel da polícia, de modo que produza um maior impacto na realização de transformações que venham ao encontro das expectativas de tornar as comunidades mais seguras e mais atraentes para nelas se viver.

Esse novo modelo tem o propósito de fazer interagir forças em benefício das comunidades locais. Essa conjunção de esforços é também uma percepção nova que passa pela compreensão de que a velocidade das transformações e da comunicação de dados determinada pela globalização exige mecanismos de solução de problemas que não estejam engessados pela burocracia. E a melhor maneira de obter isto sem correr riscos é aumentando a porosidade da instituição à participação da comunidade, em um esforço concreto de transparência e envolvimento social.

Com o avanço do debate sobre os pressupostos da integração entre as Polícias, o Corpo de Bombeiro Militar, o Ministério Público, o Judiciário e o Sistema Penitenciário, concluiu-se que o primeiro passo seria a criação de um único sistema de informações.

Convencionou-se que este emergente serviço deveria funcionar interagindo sistemas de dados e conhecimentos sobre os cenários de defesa social, sobretudo sobre a criminalidade no tempo e no espaço, permitindo a gestão das informações que vão desde o atendimento das emergências policiais e de bombeiros, até a investigação policial, o controle de inquéritos, os processos judiciais e a execução penal.

A criação do Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS) no Estado de Minas Gerais começou a ser discutida em 2000, com o início dos trabalhos em 2001, mediante recursos decorrentes de convênios celebrados com o Ministério da Justiça. Com a instalação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), em janeiro de 2003, a coordenação dos trabalhos relacionados ao SIDS passou a ser de responsabilidade daquela secretaria. O SIDS foi oficialmente

instituído por intermédio do Decreto Estadual nº 43.778, de 12 de abril de 2004.

O projeto está sendo executado em etapas, devido à sua complexidade e custo. As necessidades logísticas são encaminhadas gradativamente à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), por intermédio de projetos específicos, sendo celebrados os respectivos convênios. O Registro de Eventos de Defesa Social (REDS), módulo do Sistema Integrado de Defesa Social, já se encontra em pleno funcionamento para as unidades da RMBH.

Historicamente, as unidades de Polícia Militar e de Polícia Civil funcionam de forma compartimentada nos 853 municípios de Minas Gerais, sendo a Polícia Civil dividida em 56 regiões e a Polícia Militar em 13 regiões territoriais.

As Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) foram instituídas em setembro de 2004, no município de Belo Horizonte, para atuação integrada entre as Polícias Civil e Militar. Este projeto tem como escopo o alcance da efetividade nas ações operacionais numa mesma área de responsabilidade territorial, garantido-se unidade de propósitos e apoio mútuo entre as instituições policiais, com vistas à convergência de esforços na minimização de atos e fatos contrários às normas legais.

Projeto Áreas Integradas de Segurança

A política estruturante de integração das ações de segurança pública ultrapassa uma nova etapa. Após a integração operacional já implantada em Belo Horizonte, por meio da Integração da Gestão de Segurança Pública (IGESP) e do treinamento operacional conjunto, o governo inaugurou a Região Integrada de Segurança Pública da Capital (RISP Capital), formada pela 8ª Região da Polícia Militar (Comando de Policiamento da Capital) e o 1º Departamento de Polícia Civil que abrangem, respectivamente, seis batalhões da PMMG e suas 24 companhias de área, seis delegacias seccionais e suas 24 delegacias distritais na capital.

Implantação da Região Integrada de Segurança Pública da Capital

Otimizar recursos, criar um ambiente de compartilhamento de informações e promover o combate inteligente ao crime na capital mineira, são os objetivos da Região Integrada de Segurança Pública (RISP). Ao todo são 24 áreas de segurança que formam uma malha protetora, definida por meio de um mapa de segurança elaborado de maneira que todo o município tenha estratégias de ações preventivas e repressivas dentro da filosofia de polícia comunitária e orientadas por meio do geoprocessamento de dados e pelo acionamento do cidadão.

O objetivo do Projeto Fica Vivo - Controle de Homicídios é desenvolver estratégias eficazes de intervenção em programas e projetos que visem a minimizar a ocorrência dos homicídios nas áreas mais críticas, locais de considerável concentração populacional, compostos, em sua maioria, por pessoas carentes, sem estrutura urbana e oferta de serviços públicos suficientes. As ações iniciaram-se no aglomerado Morro das Pedras e estão

Projeto Fica Vivo – Controle de Homicídios

sendo expandidas para as regiões da Pedreira Padre Lopes, Cabana, Conjunto Paulo VI e Alto Vera Cruz/Taquaril.

Outro passo para integração das duas instituições foi dado. Trata-se do treinamento policial integrado, que se traduz em maior efetividade das forças policiais. Isto faz com que as ações sejam harmônicas e coordenadas, resultando num melhor desempenho das Polícias Civil e Militar, acompanhando paralelamente a evolução dos novos contextos sócio-político-econômicos e culturais por que passa a sociedade.

*Treinamento
Policial
Integrado*

Na capital, o treinamento policial integrado se deu concomitantemente com a implantação do Projeto Áreas Integradas de Segurança Pública, sendo as turmas compostas por policiais que atuam numa mesma circunscrição geográfica. Neste momento, o treinamento estará sendo estendido aos 34 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que constitui a segunda fase do projeto.

Dentro desta mesma filosofia foram criados os Núcleos de Prevenção Ativa (NPA), que têm como escopo a adoção de um complexo de ações destinadas à prevenção da criminalidade, planejadas com o envolvimento dos representantes de cada comunidade, município ou região administrativa estadual, promovidas diretamente por militares capacitados em direitos humanos, polícia comunitária, ou que executem o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) que tem como objetivo prevenir o uso indevido de drogas e combater a violência entre crianças e adolescentes. Levado às escolas públicas e privadas do Estado, está sendo desenvolvido em 267 municípios, cobrindo 31,18% do território mineiro.

Neste quadro, foram realizados, em 2005, cursos de capacitação de instrutores do PROERD que conta hoje com 425 instrutores em atividade no estado. Investir neste programa é interferir no processo desencadeador do fortalecimento individual dos futuros condutores da sociedade contra as investidas de criminosos e de outras formas de chamamento ao uso de drogas e à prática de ações anti-sociais. Por este motivo, o programa encontra-se em pleno desenvolvimento e ampliação.

*Atendimento a
296.137 jovens
por meio do
PROERD*

No período de 1998 a 2004 foram atendidos cerca de 315 mil alunos. Em 2005, só no 1º semestre, 120.921 crianças e adolescentes participaram do programa, no 2º semestre mais 175.216, totalizando 296.137 jovens. Até este ano, foram atendidas cerca de 1.500 escolas em todo o Estado. A paz social é resultado do sucesso dos órgãos incumbidos da segurança interna do país, no cumprimento de seu papel social, definido em leis e regulamentos. Promover a paz social é, para a Polícia Militar, sinônimo de atuar eficientemente em ações e operações que dêem ao povo mineiro tranquilidade para convívio em sociedade. A Polícia Militar vem procurando, incessantemente, cumprir sua missão, buscando proporcionar um ambiente seguro em Minas Gerais, com participação comunitária, protegendo a vida, garantindo a lei e reduzindo o crime e o medo.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS (IPSM)

O Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM), autarquia dotada de autonomia administrativa e financeira, vinculada à Polícia Militar, é regido pelas leis 10.366, de 28 de dezembro de 1990; 11.406, de 28 de janeiro de 1994; Lei Delegada n.º 85, de 29 de janeiro de 2003, bem como pelo Regulamento baixado pelo Decreto 43.581, de 11 de setembro de 2003, e tem por finalidade prestar assistência à saúde, social e previdenciária aos seus beneficiários (militares da ativa e inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, seus dependentes e pensionistas).

O Estado repassou, em dia, ao IPSM, durante todo o ano, o valor integral da contribuição previdenciária de 8%, descontada de todos os militares da ativa e da reserva, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Contudo, por decisão da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), os repasses da contribuição patronal, devida ao IPSM, nos termos da legislação específica, não ocorreram de forma integral. Do percentual previsto foi repassado uma média de 82.46% e, mesmo com esta redução de 17.54% no repasse da contribuição patronal, foi possível a quitação das despesas previdenciárias referentes ao pagamento de 8.827 títulos de pensão, os auxílios previstos em lei e a prestação de assistência à saúde para 196.543 beneficiários e, ainda, o cumprimento dos compromissos firmados, sem os atrasos verificados no ano anterior. Essa decisão da SEF de não repassar o valor integral da contribuição patronal, prevista em lei, acarretou uma retenção mensal de cerca de 4,8 milhões de reais, o que contribuiu para a manutenção do desequilíbrio financeiro e atuarial do IPSM. A dívida do Tesouro com o Instituto, decorrente da falta de repasse integral das contribuições patronal e dos segurados, desde agosto de 1995, apresenta, em valor histórico, os seguintes números:

*Repasse
insuficiente da
contribuição
patronal prevista
em lei*

ESPECIFICAÇÃO	Débito de 1995 a 2004	Débito em 2005	SOMA
Contribuição dos Segurados	92.486.851,05	0,00	92.486.851,05
Consignações Retidas	15.592.196,41	0,00	15.592.196,41
Contribuição Patronal do Estado	806.819.378,40	204.181.218,14	1.011.000.596,54
SOMA	914.898.425,86	204.181.218,14	1.119.079.644,00

Fonte: IPSM (nov. 2005)

A autarquia presta a assistência à saúde aos seus beneficiários de acordo com a amplitude que os recursos financeiros e as condições locais permitem, mediante o constante revigoramento das ações de promoção, prevenção e manutenção da saúde, nos termos da legislação vigente e do Plano de Assistência à Saúde. Tem, sob sua responsabilidade, todo o processamento e o pagamento das despesas com a assistência à saúde do pessoal da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e seus dependentes, bem como dos pensionistas e servidores civis segurados do IPSM, o que

representa atualmente um público de 196.630 beneficiários, sendo 60.801 militares, 125.506 dependentes, 8.845 pensionistas e 706 servidores civis do IPSM e das instituições militares.

*Implantação
do Sistema
Integrado de
Gestão de
Assistência à
Saúde (SIGAS)*

Com a implantação do Sistema Integrado de Gestão de Assistência à Saúde (SIGAS), tornou-se possível um controle mais efetivo dos procedimentos da assistência à saúde, por intermédio das medidas de regulação implementadas, de modo on-line, em Belo Horizonte, o que se traduziu em substancial redução de custos. Pretende-se concluir, em 2006, a implantação desse sistema em toda a Região Metropolitana (RMBH) e, também, no resto do Estado, pois está em desenvolvimento um projeto de captura de dados on-line pela Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (Prodemge), em face da conectividade já existente nas unidades da PMMG.

A implantação do SIGAS no interior do Estado tem encontrado dificuldade, uma vez que em várias localidades não existe internet com conexão de banda larga para facilitar e melhorar a performance dos contatos via WEB. Com a Prodemge, pretende-se estender, o mais rápido possível, esse controle em tempo real à rede credenciada do interior.

A rede orgânica de assistência à saúde, representada pelas unidades de saúde da PMMG e CBMMG, como o Hospital da Polícia Militar, Centro Odontológico, Centro Farmacêutico e as diversas Seções de Assistência à Saúde (SAS) nos Batalhões, é fundamental para a assistência à saúde do beneficiário, dado o custo reduzido em relação à rede credenciada, pois, na rede orgânica, é possível manter um efetivo e pormenorizado controle sobre todos os procedimentos, desde os mais simples até os mais complexos.

*Suporte à rede
orgânica de
saúde da
PMMG e do
CBMMG*

A rede orgânica, concentrada na capital, é imprescindível para o atendimento dos militares e de todo o público beneficiário do sistema de saúde. Mesmo assim, houve grande procura pelo serviço proporcionado pela rede credenciada totalizando, de janeiro a novembro de 2005, em todo o Estado, os seguintes atendimentos:

PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS	PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS
Cirurgia	130.364	Tomografia	7.453
Farmácia	194.318	Psiquiatria	447
Odontologia	575.774	Fisioterapia	30.278
Consulta	449.373	Ultra-som	37.443
Análise Clínica	839.626	Psicologia	20.960
Radiologia	88.105	Nefrologia	949

Fonte: IPISM (nov. 2005)

Diante das dificuldades da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de destinar créditos de investimento em maior volume para o sistema de saúde, o IPISM adquiriu e disponibilizou, mediante termo de cessão de uso, equipamentos hospitalares e de odontologia para a rede orgânica da PMMG e do CBMMG, além de fornecer materiais de consumo indispensáveis à assistência à saúde, conforme previsto em convênio firmado pela autarquia

com as instituições militares estaduais. Esta participação direta do instituto no apoio à rede orgânica representa significativa economia nos custos, uma vez que diminui a despesa com a rede credenciada, efetivamente mais dispendiosa.

Outro destaque foi a instalação, a partir de outubro, do arquivo central do instituto, na Rua Aquiles Lobo, Bairro Floresta, para atender uma antiga demanda, pois a documentação que precisa ser arquivada estava dispersa em vários locais de Belo Horizonte, dificultando as consultas e o necessário controle.

*Instalação do
arquivo central
do IPSM*

De igual forma, com a implantação do Sistema Integrado de Gestão de Assistência à Saúde (SIGAS), o IPSM assumiu diversas atribuições administrativas de controle e coordenação até então realizadas pela Polícia Militar e, como consequência, tornou-se necessário reformar as instalações físicas do prédio sede do instituto com o objetivo de atender às novas necessidades funcionais e proporcionar mais conforto e melhores condições de trabalho aos servidores.

BOMBEIRO MILITAR

Neste início de século, com os avanços tecnológicos e científicos, novos conceitos de administrar estão surgindo buscando qualidade, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços colocados à disposição da sociedade.

O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), órgão integrante da administração direta do Poder Executivo Estadual, incorporado ao novo contexto dinâmico e criativo implantado no Estado, denominado “Choque de Gestão”, tem procurado agregar-se a estes novos valores o comprometimento de todos os seus integrantes para a consecução desses objetivos rumo à materialização de sua missão institucional.

Em 2005, a fonte de recurso 53, para os recursos oriundos do recolhimento da taxa de incêndio, propiciou uma significativa melhoria do orçamento da corporação, possibilitando a aquisição de novos equipamentos, apetrechos e viaturas que em muito contribuíram para o atendimento das ações operacionais e administrativas.

Aliado a uma política interna de crescimento dinâmico e planejado, iniciou-se um trabalho de rearticulação do órgão, buscando expandir-se no território mineiro com ações junto às prefeituras para a implantação de 12 frações BM, que deverão estar instaladas a partir do primeiro semestre de 2006.

*Implantação
de novas
frações BM*

A educação profissional de segurança pública desenvolvida nas instituições de ensino do CBMMG, no ambiente de trabalho e em instituições de interesse, tem por finalidade proporcionar aos integrantes da corporação o embasamento e a habilitação para o exercício de seus cargos.

Dentro desta política, destaca-se a capacitação empreendida pelo CBMMG por meio do Centro de Ensino de Bombeiros (CEBOM), do Centro de Ensino e Graduação da Polícia Militar de Minas Gerais (CEG/PMMG), da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG) e outras instituições de ensino, conforme convênios e propostas de participação em cursos tanto no país como no exterior, vislumbrando antecipação, aplicação, igualdade e afinidade, princípios que visam à preparação técnica para o exercício de suas funções no quadro do CBMMG, assim como sensibilizam e motivam o bombeiro militar a buscar a devida qualificação, aprimorando seu desempenho profissional.

*Capacitação
profissional*

Visando a constante adaptação aos novos tempos e a preparação continuada para se ajustar às mudanças internas e externas que influenciam diretamente o cumprimento da missão constitucional da corporação, foram elaborados, juntamente com a PUC/MG, dois cursos de pós-graduação *lato sensu* para os integrantes do órgão. Um versando sobre gestão estratégica em defesa civil e outro sobre normatização em prevenção e combate a incêndio, que tiveram início em 5 de dezembro de 2005.

No que se refere à qualificação profissional dos recursos humanos do CBMMG, houve significativa evolução no número de militares treinados e

formados em relação a 2004. Dessa forma, até outubro de 2005, chegou-se a um montante de 4.933 militares formados e treinados no CBMMG.

Para o fiel cumprimento das suas missões constitucionais, o CBMMG necessita de um suporte logístico que lhe permita atender com presteza ao clamor público por socorro, realizar a prevenção contra incêndios, e combater os sinistros quando a prevenção não for suficiente para evitar a sua consumação, minimizando os seus efeitos.

Aquisições realizadas

No ano de 2005, com as aquisições realizadas, todas as regiões do estado foram contempladas com equipamentos e viaturas de socorro, salvamento e combate a incêndio.

No que se refere aos investimentos, adquiriram-se os seguintes equipamentos e viaturas: quatro autopatrulhas de prevenção, 15 chassis de autobomba tanque, quatro autos salvamentos leves, 11 autos salvamentos, 11 unidades de resgate, 15 tanques, 25 motores de popa, 20 barcos, 20 reboques para barcos, 87 rádios transceptores móveis, 125 rádios transceptores portáteis, 31 aparelhos desencarceradores, 311 aparelhos de respiração autônoma, dois guinchos para reboque de veículos, 14 compressores para recarga de ar respirável, 11 aparelhos GPS, 10 conjuntos de iluminação com três refletores, 15 aparelhos desfibriladores, 15 oxímetros de pulso, 31 tubos *pitot*, 21 explosímetros, 10 rádios transceptores fixos, três centrais telefônicas, sete viaturas sedan e dois microônibus.

Além dos bens mencionados, está em processo de aquisição, via licitação internacional, uma autoplateforma para suprir a carência de uma viatura destinada a atuar em ocorrências de combate a incêndio e salvamento em edifícios de grande verticalidade.

Ressalta-se que as aquisições destacadas dizem respeito só a equipamentos e viaturas, e não condizem com toda a execução realizada pela corporação, pois, além dessas, existem compras combustível, peças para veículos, serviços de publicação em geral, acessórios de informática, microcomputadores, móveis, serviços de manutenção de viaturas, usinagem, fundição de peças, contratos com operadoras de telefonia, serviços de informática, fardamento para a tropa e ainda pneus e materiais de consumo diversos.

Crescimento de 1,97% nas ocorrências de prevenção

A par disso, a razão de ser do Corpo de Bombeiros são suas atividades operacionais, que consistem na efetiva prestação de serviços à sociedade em geral. Registram-se 22.106 ocorrências. Analisando os dados de 2005, comparando-se ao mesmo período de 2004, houve um crescimento de 1,97% em relação às ocorrências de prevenção, o que para o estado e a corporação tem um cunho bastante significativo.

Implantação de novas seções de apoio à saúde (SAS)

Há que se ressaltar também, no que tange a assistência à saúde aos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar, a implantação de seções de apoio à saúde (SAS) em Governador Valadares, Montes Claros, Uberlândia, Uberaba, Divinópolis, Varginha e Juiz de Fora, com dotação de equipamentos,

medicamentos e pessoal qualificado, como médicos, dentistas e auxiliares de saúde para o atendimento do público-alvo representado por bombeiros militares ativos, inativos, dependentes e pensionistas, reforçando, de igual forma, o sistema de saúde integrado CBMMG/PMMG/IPSM.

Nesta perspectiva, por meio da rede orgânica de saúde do Corpo de Bombeiros Militar, foram realizados 25.941 atendimentos médico-psicológicos, representando uma evolução de 67,04% em relação ao ano anterior, bem como foram prestados 19.324 atendimentos odontológicos, cifra 66,05% superior à verificada em igual período de 2004, incluindo os atendimentos feitos aos policiais militares e aos dependentes dos membros de ambas as corporações.

Evolução significativa do número de atendimentos à saúde

A ampliação dos atendimentos de saúde preventiva nas unidades do interior contribuiu fortemente para o programa de saúde da instituição, reduzindo os casos de absenteísmo do pessoal militar, contribuindo significativamente na prevenção de eventuais complicações de saúde tanto dos militares como dos dependentes deles.

Estas ações têm relevância considerando que o militar em melhores condições de saúde desempenha melhor suas funções, estando, portanto, sempre disponível e apto para atuar nas atividades finalísticas da instituição, atendendo de pronto aos anseios e solicitações da sociedade.

Em 2005 muitas foram as conquistas, porém ainda há muito a se fazer em face da grandiosidade da missão constitucional, ao aumento da demanda operacional, como também diante das exigências naturais da comunidade por serviços cada vez mais qualificados.

Cada estratégia estabelecida, cada meta alcançada, cada objetivo atingido é fator de constante motivação, cabendo a cada integrante procurar cumprir suas obrigações para que consolide a posição da corporação dentro da nova política de gestão, concorrendo para a manutenção da credibilidade perante a população, fator preponderante para a sobrevivência institucional em uma sociedade cada vez mais seletiva e globalizada.

A Polícia Civil, órgão autônomo e permanente do poder público, subordinada diretamente ao governador e dirigida pelos delegados de polícia de carreira, tem como missão o exercício, com autonomia, ressalvada a competência da União, das funções de polícia judiciária, investigação e apuração, no território do estado, das infrações penais, exceto as militares, cabendo-lhe, ainda, a preservação da ordem e da segurança, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, assim como exercer, privativamente, as atividades de medicina legal e criminalística, de registro e licenciamento de veículo automotor e habilitação de condutor, sendo também responsável pelo processamento e arquivo de identificação civil e criminal.

Em 2005, a instituição deu especial atenção à gestão de pessoas a partir de uma política de recursos humanos mais atuante e responsável, visto ser a valorização do indivíduo como profissional, sobretudo no plano pessoal, um dos principais estímulos para que possa se sentir confiante e motivado no desempenho de suas funções, ciente de que está sendo amparado em todos os sentidos.

Por ser a profissão policial uma tarefa que envolve risco freqüente e, por conseguinte, um desgaste que gera instabilidade de ordem emocional e física, o suporte psicológico tornou-se imprescindível. Assim, a área de recursos humanos da Polícia Civil tem amparado condizentemente os policiais da capital e do interior do estado necessitados desse apoio, como os que se encontram enfermos em hospitais ou mesmo em seus próprios domicílios, além dos que se encontram em processo de tensão emocional. Nesse sentido, não há como desprezar também o apoio dado pela DRH aos familiares de policiais falecidos. Estas são prerrogativas que estimulam o servidor policial a desenvolver seu trabalho de forma mais segura e produtiva.

*Projeto de
Acompanhamen
to Psicosocial*

Além do mais, a unidade de recursos humanos promove confraternizações, eventos de cunho social comemorativos e cursos para capacitação de seu corpo de funcionários.

Outro destaque na área de recursos humanos foi a realização de concurso para ingresso em diversas carreiras da Polícia Civil, objetivando o preenchimento de vagas para diversos cargos.

Quanto à assistência à saúde do servidor, seja policial, seja administrativo, além de seus dependentes, o Hospital da Polícia Civil tem-se aprimorado bastante no que tange ao sistema de atendimento. Para tanto, foi adicionado um novo turno ao trabalho diário, das 18h às 22 horas, o que resultou em importante desafogo. Isto elevou substancialmente o número de atendimentos em relação ao ano anterior, atingindo, até outubro de 2005, a cifra de 86.333 atendimentos entre atendimentos médicos, odontológicos, psicológicos, fisioterápicos e periciais.

*Assistência à
Saúde do
Policial Civil*

Entre reformas e ampliações de unidades policiais realizadas diretamente pela Polícia Civil, foram concluídas 28 obras em Belo Horizonte, Pedra Azul, Bicas e Alfenas. Neste mesmo quadro, em parceria com a Secretaria de Transportes e Obras Públicas (SETOP) e com o Departamento de

*Construção de
4 novos postos
médico-legais*

Obras Públicas (DEOP), foram concluídas as construções de quatro postos médico-legais em 2005, dentro da ação de construção de unidades prediais da Polícia Civil, nas cidades de Ubá, São João del Rei, Governador Valares, Januária e Poços de Caldas.

*Reaparelhamento
e modernização*

Igualmente, prosseguiu a política de modernização a partir do reaparelhamento da Polícia Civil com a aquisição de equipamentos de ponta nos setores de informática, telecomunicação e telefonia, além de novos mobiliários, veículos e armamentos, com recursos do próprio Estado, como também oriundos do Ministério da Justiça, graças a vários convênios como “Combate às Organizações Criminosas”, “Controle de Homicídios/Fica Vivo”, “Paz nos Estádios”, “Áreas Integradas” e “Implantação do Centro Integrado de Informação de Defesa Social”.

*Projeto Áreas
Integradas de
Segurança Pública*

O processo de integração do sistema de defesa social, a partir das atividades da Polícia Civil, foi pautado com vistas a solidificar as suas relações com a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Secretaria de Estado de Defesa Social, pressuposto fundamental para a efetivação do sistema integrado de defesa social. Assim, após a integração operacional já implantada em Belo Horizonte, foi inaugurada a primeira Região Integrada de Segurança Pública (RISP Capital), formada pela 8ª Região da Polícia Militar (Comando de Policiamento da Capital) e o 1º Departamento de Polícia Civil que abrangem, respectivamente, seis batalhões da PMMG e suas 24 companhias de área, seis delegacias seccionais e suas 24 delegacias distritais na capital. Tal ação fez com que as polícias passassem a dividir o comando em um mesmo ambiente de trabalho. Além de outras racionalizações de ordem tática e estratégica, os chefes das unidades policiais passam a se reunir mensalmente no propósito de analisar a incidência do crime em regiões ou zonas de maior turbulência da capital. A posse desses dados e o planejamento de ações conjuntas têm possibilitado um combate mais efetivo contra a violência, tanto é que os crimes violentos caíram se comparados com o exercício anterior.

Em função dos bons resultados obtidos pela integração policial na capital, o sistema começa a ser expandido para o interior do estado. Um dos pólos atendidos foi o trecho do Circuito da Estrada Real compreendido pela região de Diamantina e Serro e os municípios do Alto Jequitinhonha e Médio Espinhaço. Assim, foi elaborado o “Plano de Estruturação e Ação dos Órgãos de Defesa Social no Trecho Estrada Real – Diamantina/Serro”, que resultou na criação do primeiro “Posto de Integração de Defesa Social” no interior do estado. Tal unidade terá como função precípua atuar de forma preventiva e integrada no atendimento à população regional e a turistas, funcionando também como posto de identificação civil, assim como centro de informação turística. Faz parte do projeto a implementação de sistema de vigilância eletrônica a fim de facilitar o policiamento ostensivo nos locais de maior periculosidade. Com efeito, essa integração propiciará maior conforto e segurança à população, além de fomentar o turismo local, tornando-se, conseqüentemente, modelo para futuras implementações de igual objetivo ao adotar técnicas modernas e ousadas de gestão em situações que convergem políticas repressivas com políticas preventivas, a partir dessa integração do sistema de defesa social.

A função didático-pedagógica é um dos pilares de qualquer administração que esteja comprometida com a capacitação de seu corpo de servidores e, por conseguinte, com a excelência. Deste modo, à Academia de Polícia Civil compete promover o recrutamento, a seleção e o desenvolvimento dos recursos humanos da Polícia Civil, obedecendo à legislação específica. É nesta perspectiva que a unidade tem permitido o aprimoramento técnico e profissional de alunos e policiais com extrema eficiência, haja vista a complexidade do ensino aplicado e a qualificação de seu corpo docente. Nesse diapasão, foram oferecidos diversos cursos e atividades educacionais tendo como público-alvo delegados, agentes de polícia, peritos criminais, escrivães e formandos. Os principais cursos realizados em 2005 foram os seguintes: Aperfeiçoamento Policial; Preparação para Chefia Policial; Formação Policial; Formação de Condutores; Manejo e Emprego de Armas de Fogo; Readaptação Profissional; Gerontologia Aplicada ao Policial Civil; Habilitação em Microinformática; Operacionalização dos Sistemas Informatizados; Idiomas; Cerimonial e Etiqueta no Contexto de Eventos; Formação e Especialização do Corpo Docente e Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública.

*Capacitação
profissional*

A Academia de Polícia concluiu várias obras em suas instalações, compreendendo o ginásio, salas de aulas, quadras de esporte, piscina, alojamentos para acomodação do pessoal em trânsito vindo do interior e, por fim, a construção de um novo auditório com capacidade para trezentas pessoas.

Com relação à área educacional, o Colégio Ordem e Progresso demonstrou estar atendendo plenamente aos parâmetros determinados pelo Ministério da Educação. Esta adequação se confirma a partir da verificação do ótimo desempenho dos alunos dos ensinos fundamental e médio atestado frente aos baixos índices de evasão e reprovação alcançados dentro de um universo de 539 alunos matriculados no ensino fundamental e 1.187 alunos matriculados no ensino médio.

Os setores de informática e telecomunicação foram incorporados à estrutura orgânica da Coordenação Geral de Segurança, unidade de inteligência da Polícia Civil, proporcionando acentuada melhora dos trabalhos relacionados à coleta de informações, na medida em que o cruzamento com as informações oriundas de outras fontes facilitou o monitoramento das ocorrências, possibilitando o gerenciamento e acompanhamento da atividade de investigação policial no momento da lavratura de inquéritos, termos circunstanciados de ocorrência e outros procedimentos criminais em todos os municípios mineiros. Também merecem destaque iniciativas pioneiras da instituição na área de inteligência policial, como a implantação da Diretoria de Análise Criminal que, alicerçada na Diretoria de Estatística, tem por função tratar as informações de forma qualificada, buscando o suporte das áreas investigativas com dados importantes sobre crimes, seus agentes, o detalhamento de suas condutas e outras referências.

*Implantação da
Diretoria de
Análise
Criminal*

Implantação
do Gabinete
Integrado de
Segurança
Pública

Além dessas atividades, a Polícia Civil integrou o Gabinete Integrado de Segurança Pública (GISP), como também passou a fazer parte do “Projeto de Metodologia Aplicada na Gestão da Segurança”, denominado IGESP. Ambas as ações em completa e exemplar harmonia com os demais órgãos integrantes do sistema de defesa social.

Detran

Cabe ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais (Detran), unidade e órgão executivo de trânsito do Estado, o registro e licenciamento de veículos, bem como o planejamento, direção, normatização, coordenação, controle, fiscalização, supervisão e execução das demais atividades e serviços relativos ao trânsito e à formação de condutores, nos termos da legislação em vigor. Assim, o Departamento de Trânsito expediu, 5.275.103 documentos entre certificados de registro de licenciamento de veículos (CRLV), certificados de registro de veículo (CRV) e carteiras nacionais de habilitação (CNH). Como tem acontecido em exercícios anteriores, o extrato de multas, IPVA e demais correspondências necessárias à notificação do condutor lhes são remetidas diretamente via correio. O usuário conta ainda com outra comodidade representada pelos vários serviços oferecidos via rede mundial, abarcando consultas, pagamentos e outros atendimentos.

O Detran prossegue, também, com sua política de divulgação das normas de trânsito, instrução e orientação da comunidade, tendo em vista a prevenção dos problemas que envolvem a população no que concerne ao trânsito, preservando a incolumidade física das pessoas e seu patrimônio. Neste intuito, foram promovidos pela unidade palestras e encontros pedagógicos cujo propósito foi apresentar alternativas viáveis e indispensáveis à mudança de comportamento do usuário, para, entre outros objetivos, reduzir os acidentes de trânsito. Outra iniciativa relevante, implementada também ao longo de 2005, foi o trabalho educativo desenvolvido entre crianças e adolescentes, junto com a Secretaria de Estado de Educação, tendo como exemplo desta iniciativa a introdução da matéria “Educação no Trânsito” no currículo escolar. Outras atividades educativas, como o tradicional Concurso “Motorista e Motociclista Padrão de Minas Gerais”, tiveram grande êxito.

Além do mais, o Detran tem estimulado muito a municipalização da gestão do trânsito nas cidades do interior com população superior a 50 mil habitantes. A elaboração do Plano Estadual de Segurança de Trânsito terá como consequência a implementação do Sistema Integrado de Informações sobre Acidentes de Trânsito.

Processo de
Investigação
Criminal

Outra área de atuação exclusiva da Polícia Civil, ressalvada a competência da Polícia Federal, é o processo de investigação criminal realizado a partir de um ciclo completo que tem início com o conhecimento da notícia de infração penal por quaisquer meios, desdobrando-se a partir de uma articulação ordenada dos atos notariais e afetos à formalização das provas em inquérito policial ou outro instrumento legal, dos atos operativos de minimização dos efeitos do delito e gerenciamento da crise dele decorrente, da pesquisa técnico-científica sobre a autoria e a conduta criminal, encerrando-se com o exaurimento das possibilidades investigativas contextualizadas no

respectivo procedimento. Por fim, a trajetória se complementa no subsídio dado ao trabalho feito pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público por ocasião da repressão ao crime, recolhendo os agentes responsáveis pelos delitos, garantindo a ordem e a segurança pública. Nesta perspectiva, até outubro de 2005 foram instaurados 336.118 procedimentos criminais de investigação entre inquéritos, termos circunstanciados de ocorrência, procedimentos especiais do menor e autos de apreensão do menor. No âmbito da polícia técnico-científica, até setembro de 2005 foram realizadas 26.475 perícias médico-legais, 70.913 perícias técnico-científicas, além de 1.713.868 identificações civis e criminais.

Finalmente, a cultura adotada pela presente administração tem alcançado progressos jamais atingidos em gestões passadas, uma vez que a implementação de conceitos inovadores de planejamento, centrados, sobretudo, em alternativas relacionadas às interdependências dos cenários atuais e futuros, favoreceu o estabelecimento de parcerias estratégicas, atendendo com sucesso aos objetivos da Polícia Civil de Minas Gerais. Assim, é certo que estarão bem norteados seus próximos passos rumo à almejada excelência, quando ficará consumado o elo entre a dinâmica de suas ações e os resultados dos programas visando ao tratamento ideal no que diz respeito à segurança pública e, por via de regra, ao bem comum.

ANEXO
Demonstrativos da Execução Física e Financeira
2005

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01231 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	15.020.751,00	10.013.430,62			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.011.702,00	5.288.166,47			
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	55.235,00	94.531,56			
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.289.240,00	2.470.977,17			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.527.207,00	2.621.285,04	PESSOA REMUNERADA	194	189
			UNIDADE		
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	140.020,00	101.372,70	AUXÍLIO CONCEDIDO	130	24
			AUXÍLIO		
0023 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3.210.000,00	3.100.000,00			
P983 APOIO PARA CONSTRUÇÃO DE MATADOUROS MUNICIPAIS	3.210.000,00	3.100.000,00	MUNICÍPIO ATENDIDO	10	0
As obras dos 18 matadouros municipais serão concluídas no início de 2006			MUNICÍPIO		
0172 REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	5.000,00	0			
P632 MANEJO DE SOLO	5.000,00	0	ATIVIDADE DE CAPACITAÇÃO REALIZADA	1	0
Ação com apenas abetura orçamentária - Não havendo liberação de recursos por parte do Governo Federal			ATIVIDADE		
0351 GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE AGROPECUÁRIA	5.279.049,00	377.441,44			
P582 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO	5.279.049,00	377.441,44	PROGRAMA IMPLANTADO	3	3
			PROGRAMA		
0407 AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR E DIVERSIFICAÇÃO DE CAFÉ	295.000,00	908.989,71			
P629 CRIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO AGRONEGÓCIO DO CAFÉ DE MINAS GERAIS	295.000,00	908.989,71	CENTRO DE REFERÊNCIA IMPLANTADO.	50	75
A Ação "Criação do Centro de Referência do Agronegócio do Café de Minas Gerais", consiste na Criação do Centro de Inteligência do Café, 100% implantado em 30 junho de 2005, sediado na SEAPA; e na Criação do Centro de Excelência do Café, obra sediada na cidade de Machado que será entregue no primeiro trimestre de 2006.			PERCENTUAL		
0504 FUNDO E BENEFÍCIO GARANTIA SAFRA	2.220.000,00	338.833,00			
P233 GARANTIA DE RENDA MÍNIMA	2.220.000,00	338.833,00	FAMÍLIA BENEFICIADA	52.000	0
Apenas 18 municípios aderiram ao fundo e não houve perdas na safra que motivassem a concessão de benefícios aos assegurados.			FAMÍLIA		
02111 FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA-RURALMINAS	57.606.915,00	51.902.588,84			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.355.144,00	4.396.587,95			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.978.464,00	2.803.793,40	PESSOA REMUNERADA	190	293
			UNIDADE		
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.300.659,00	1.535.461,15			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	76.021,00	57.333,40	AUXÍLIO CONCEDIDO	60	102
			AUXÍLIO		
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	233.903,00	1.624.235,01			
P004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	233.903,00	1.624.235,01			
0172 REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	10.000,00	0			
P444 MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA RURAL	5.000,00	0	ESTRADA RECUPERADA	1	0
<i>Ação com apenas abetura orçamentária - Não havendo liberação de recursos por parte do Governo Federal</i>			QUILÔMETRO		
P449 IMPLANTAÇÃO DE OBRAS HIDRÁULICAS	5.000,00	0	OBRA EXECUTADA	1	0
<i>Ação com apenas abetura orçamentária - Não havendo liberação de recursos por parte do Governo Federal</i>			OBRA		
0273 INFRA-ESTRUTURA RURAL	31.842.983,00	31.635.326,31			
P530 ÁGUA NA ESCOLA	1.019.710,00	383.478,52	ESCOLA BENEFICIADA	19	0
<i>Atraso na licitação das obras prejudicou o cronograma da ação</i>			ESCOLA		
P542 CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	2.353.106,00	9.950,78	ESTRADA CONSTRUÍDA/CONSERVADA	4.068	3.085
<i>As Prefeitura arcaram com as despesas de conserto e manutenção das máquinas.</i>			QUILÔMETRO		
P548 MELHORIA DA OFERTA DE ÁGUA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	11.842.214,00	3.545.263,07	CAPTAÇÃO DE ÁGUA REALIZADA	100	103
<i>3 barragens de médio porte, que correspondiam a 70% dos recursos financeiros não foram construídas.</i>			CAPTAÇÃO DE ÁGUA		
P549 CONSTRUÇÃO, MELHORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA RURAL EM MINAS	16.627.953,00	27.696.633,94	INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA	923	136
<i>R\$ 25.000.000,00 para aquisição de máquinas.</i>			INFRA-ESTRUTURA		
0290 IRRIGAR MINAS	15.928.129,00	7.940.477,00			
P562 IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	14.631.083,00	7.500.477,00	ÁREA IRRIGADA DISPONIBILIZADA PARA O PROCESSO PRODUTIVO	1.231	0
<i>A infra-estrutura hídrica da barragem de Bananal está concluída. As obras do sistema de irrigação parcelar estão em andamento.</i>			HECTARE		
P571 ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	1.297.046,00	440.000,00	PROJETO DE IRRIGAÇÃO ELABORADO	2	1
			PROJETO		
0340 PROJETO JAÍBA	5.236.756,00	6.305.962,57			
P614 APOIO ÀS CONDICIONANTES AMBIENTAIS DO PROJETO JAÍBA II	2.618.378,00	0	CONDICIONANTE ATENDIDA	2	0
			CONDICIONANTE		
P810 OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E MANUTENÇÃO DO PROJETO JAÍBA II	2.618.378,00	6.305.962,57	SERVIÇO ATENDIDO	1	1
			SERVIÇO		
02371 INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA	30.773.066,00	32.256.013,51			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	22.858.220,00	22.816.358,11			
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	216.652,00	178.060,20	AUXÍLIO CONCEDIDO	141	162
			AUXÍLIO		
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.024.660,00	2.913.234,06			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	19.616.908,00	19.725.063,85	PESSOA REMUNERADA	1.034	1.007
			UNIDADE		
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	2.189.908,00	2.213.760,78			
P004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	2.189.908,00	2.213.760,78			
0172 REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	330.000,00	324.125,63			
P904 CONTROLE COMÉRCIO E USO DE AGROTÓXICO	220.000,00	215.559,17	AÇÃO REALIZADA	22	86
			AÇÃO		
P941 MANEJO DOS RESÍDUOS E EFLUENTES DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	110.000,00	108.566,46	AÇÃO REALIZADA	22	76
			AÇÃO		
0340 PROJETO JAÍBA	883.410,00	882.262,98			
P882 VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL NO PROJETO JAÍBA	883.410,00	882.262,98	ÁREA FISCALIZADA	2.000	2.000
			HECTARE		
0407 AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR E DIVERSIFICAÇÃO DE CAFÉ	130.000,00	129.718,50			
P621 FISCALIZAÇÃO DA QUALIDADE DO CAFÉ INDUSTRIALIZADO.	10.000,00	29.718,50	ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL FISCALIZADO	40	760
			ESTABELECIMENTO		
P363 PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS CAFÉS DE MINAS	10.000,00	0	CONCURSO ESTADUAL REALIZADO	1	0
<i>Os recursos foram transferidos para ação "Certificação de Origem e Qualidade de Café Verde".</i>			CONCURSO		
P373 CERTIFICAÇÃO DE ORIGEM E QUALIDADE DE CAFÉ VERDE	110.000,00	100.000,00	CAFÉ CERTIFICADO	550.000	5.650
<i>A ação foi executada pela SEAPA e atingiu plenamente seus objetivos, mas seu foco foi alterado. Foi elaborado um projeto de certificação para o Estado de Minas Gerais, beneficiando os pequenos cafeicultores. O produto desta ação será a certificação de propriedades de café, por meio da melhoria de processos, que irá atender às demandas do mercado interno e externo.</i>			SACAS DE 60 KG		
0517 DEFESA SANITÁRIA	4.084.256,00	5.754.627,70			
P232 VIGILÂNCIA SANITÁRIA DAS PLANTAS	1.797.486,00	1.646.400,27	ÁREA MONITORADA	71.255	46.254
<i>A falta de servidores foi responsável pelo pequeno monitoramento de nematoides do cisto da soja</i>			HECTARE		
P646 VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL	2.286.770,00	4.108.227,43	ANIMAL MONITORADO	108.502.524	109.252.242
<i>Gastos extraordinários no final do ano para conter a entrada da febre aftosa no estado.</i>			ANIMAL		
0526 SEGURANÇA DE ALIMENTOS	223.249,00	132.855,70			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P532	INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL	109.406,00	29.133,33	PRODUTO DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL INSPECIONADO TONELADA	94.588	96.854
P561	CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	53.126,00	52.707,93	PRODUTO AGROPECUÁRIO CERTIFICADO TONELADA	712.200	795.561
P563	FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS	60.717,00	51.014,44	INSUMO AGROPECUÁRIO FISCALIZADO FISCALIZAÇÃO	14.566	20.152
0603	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS	74.023,00	2.304,11	CONSTRUÇÃO E REFORMA REALIZADA METRO QUADRADO	500	50
P394	UNIDADES DO IMA EM AMPLIAÇÃO E REFORMA	74.023,00	2.304,11			
03041	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	119.140.976,00	100.571.947,90			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	65.321.756,00	73.263.326,06	PESSOA REMUNERADA	1.907	1.941
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	64.051.076,00	70.306.190,76	UNIDADE		
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.270.680,00	2.957.135,30			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0172	REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	10.000,00	9.999,82	PROJETO APOIADO PROJETO	1	17
P718	MANEJO INTEGRADO DE SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS	10.000,00	9.999,82			
0223	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - NOVOS TEMPOS	7.816.220,00	17.298.928,74	ESTRUTURA ASSOCIATIVA ORGANIZADA	7.377	9.900
P361	CONSTITUIÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ESTRUTURAS ASSOCIATIVAS	4.341.560,00	12.352.885,76	UNIDADE		
P368	SEGURANÇA ALIMENTAR E QUALIDADE DE VIDA	1.737.362,00	3.242.823,82	FAMÍLIA RURAL BENEFICIADA FAMÍLIA	65.544	168.525
P671	EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA AMBIENTAL	1.737.298,00	1.703.219,16	AGRICULTOR FAMILIAR ATENDIDO AGRICULTOR	69.926	141.152
0340	PROJETO JAÍBA	360.000,00	159.157,62	FAMÍLIA ATENDIDA FAMÍLIA	1.575	1.277
P881	ATIVIDADES DE EXTENSÃO RURAL AOS IRRIGANTES	360.000,00	159.157,62			
Foi programado inicialmente atendimento de 1.575 famílias. Houve um reprogramação de atendimento de 1.480 famílias, das quais estamos atendendo no momento 1.275 de forma permanente e contínua dentro de cada mês.						

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0382 MINAS SEM FOME	45.612.000,00	9.715.357,21			
P017 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	4.000.000,00	0	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA IMPLANTADO	8	0
<i>Prazo muito curto para conclusão das obras.</i>			SISTEMA		
P035 IMPLANTAÇÃO DE LAVOURAS COMUNITÁRIAS	11.836.859,00	1.886.124,29	LAVOURA IMPLANTADA	2.500	1.556
			UNIDADE		
P038 PRÓ-HORTA - HORTA VIVA	6.370.921,00	2.372.373,44	HORTA IMPLANTADA	210.092	261.157
			UNIDADE		
P040 PRÓ-POMAR	2.000.000,00	1.720.792,28	POMAR INSTALADO	20.000	47.397
			UNIDADE		
P117 CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS	3.340.423,00	2.576.998,00	FAMÍLIA BENEFICIADA	3.576	37.468
			FAMÍLIA		
P139 IMPLANTAÇÃO DE CENTROS MUNICIPAIS DE INTEGRAÇÃO	1.600.000,00	0	CENTRO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO CONSTRUÍDO	60	0
			UNIDADE		
P147 CAPACITAÇÃO EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	7.846.797,00	1.064.369,22	EVENTO REALIZADO	825	684
			EVENTO		
P161 VITA SOPA	560.000,00	0	FABRICAS DO VITA SOPA IMPLANTADAS	2	1
			UNIDADE		
P397 IMPLANTAÇÃO DE RESTAURANTES POPULARES	2.400.000,00	0	RESTAURANTE IMPLANTADO	4	0
<i>Ação que seria realizada com recurso de convênio entre a EMATER e o Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome.</i>			UNIDADE		
P694 APOIO À PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ARTESANATO	360.000,00	0	FAMÍLIA BENEFICIADA	2.100	0
			FAMÍLIA		
P974 INCENTIVO À PRODUÇÃO DE PEIXES EM TANQUES-REDE	112.000,00	94.699,98	FAMÍLIA BENEFICIADA	112	91
			FAMÍLIA		
P376 INSTALAÇÃO DE UNIDADES COLETIVAS DE PROCESSAMENTO ARTESANAL DE ALIMENTOS	5.185.000,00	0	UNIDADE DE BENEFICIAMENTO INSTALADA	61	0
<i>Ação que seria realizada com recurso de convênio entre a EMATER e o Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome.</i>			UNIDADE		
0407 AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR E DIVERSIFICAÇÃO DE CAFÉ	20.000,00	125.178,45			
P486 TRANSFERÊNCIA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA NA CAFEICULTURA	20.000,00	125.178,45	CAFEICULTOR ATENDIDO	12.000	12.876
			CAFEICULTOR		
03051 EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS	26.778.307,00	45.722.752,43			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	20.558.627,00	36.870.591,69			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	870.338,00	1.612.315,36			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	19.688.289,00	35.258.276,33	PESSOA REMUNERADA	904	916
				UNIDADE		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	443.935,06			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	443.935,06			
0263	ENSINO TÉCNICO PARA O AGRONEGÓCIO	1.711.607,00	1.033.595,04			
P184	FORMAÇÃO DE TÉCNICOS EM LATÍCIOS, AGROPECUÁRIA E COOPERATIVISMO	1.711.607,00	1.033.595,04	TÉCNICO FORMADO	100	101
				TÉCNICO		
0297	GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA	3.708.073,00	6.577.106,70			
P226	DIFUSÃO DE TECNOLOGIA VIA PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS TÉCNICAS	90.531,00	75.526,31	PUBLICAÇÃO EDITADA	21	153
	<i>Os critérios de mensuração do produto foram alterados.</i>			EDIÇÃO		
P228	TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA ATRAVÉS DE MATRIZES E REPRODUTORES	96.620,00	133.017,14	MATRIZ E REPRODUTOR PRODUZIDO	155	170
				CABEÇA		
P230	TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA ATRAVÉS DE MUDAS QUALIFICADAS	175.672,00	230.560,99	MUDA QUALIFICADA	436	580
				MUDA (MIL)		
P260	DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS ATRAVÉS DE EVENTOS TÉCNICOS E DE CURSOS DE TREINAMENTO	110.648,00	134.526,23	EVENTO TÉCNICO CIENTÍFICO REALIZADO	201	709
	<i>Os critérios de mensuração do produto foram alterados.</i>			EVENTO		
P265	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL	3.060.987,00	3.488.904,70	TECNOLOGIA GERADA	43	66
				TECNOLOGIA		
P599	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS INTEGRADOS	6.727,00	2.000,00	PARCERIA FORMALIZADA	90	103
				PARCERIA		
P229	TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS ATRAVÉS DE SEMENTES BÁSICAS	166.888,00	2.512.571,33	SEMENTE PRODUZIDA	184	210
	<i>Realizados investimentos substanciais para a próxima safra.</i>			TONELADA		
0340	PROJETO JAÍBA	499.000,00	498.073,41			
P612	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA PARA A AGRICULTURA IRRIGADA E PARA A AGROINDÚSTRIA, DO PROJETO JAÍBA.	499.000,00	498.073,41	TECNOLOGIA GERADA	5	10
				TECNOLOGIA		
0407	AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR E DIVERSIFICAÇÃO DE CAFÉ	300.000,00	299.450,53			
P566	GERAÇÃO DE TECNOLOGIA SOBRE A CULTURA DO CAFEIEIRO	300.000,00	299.450,53	TECNOLOGIA GERADA	2	3
				TECNOLOGIA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
04171 FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	213.180,00	0			
0336 POTENCIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO	213.180,00	0			
P511 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA MINEIRA	213.180,00	0	PRODUTOR FINANCIADO	5	0
<i>Fundo inoperante.</i>			PRODUTOR		
05041 EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	12.956.000,00	3.739.977,70			
0274 MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA	1.000,00	3.731.977,70			
P492 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS.	1.000,00	3.731.977,70	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	3	832
			EQUIPAMENTO		
0382 MINAS SEM FOME	12.945.000,00	0			
P376 INSTALAÇÃO DE UNIDADES COLETIVAS DE PROCESSAMENTO ARTESANAL DE ALIMENTOS	5.185.000,00	0	UNIDADE DE BENEFICIAMENTO INSTALADA	61	0
			UNIDADE		
P397 IMPLANTAÇÃO DE RESTAURANTES POPULARES	2.400.000,00	0	RESTAURANTE IMPLANTADO	4	0
			UNIDADE		
P161 VITA SOPA	560.000,00	0	FABRICAS DO VITA SOPA IMPLANTADAS	2	1
			UNIDADE		
P139 IMPLANTAÇÃO DE CENTROS MUNICIPAIS DE INTEGRAÇÃO	1.600.000,00	0	CENTRO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO CONSTRUÍDO	60	0
			UNIDADE		
P017 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	3.200.000,00	0	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA IMPLANTADO	8	0
<i>Prazo muito curto para conclusão das obras.</i>			SISTEMA		
0407 AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR E DIVERSIFICAÇÃO DE CAFÉ	10.000,00	8.000,00			
P486 TRANSFERÊNCIA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA NA CAFEICULTURA	10.000,00	8.000,00	CAFEICULTOR ATENDIDO	1	4
<i>Os equipamentos adquiridos, estão em pleno uso atendendo demandas do Circuito Mineiro de Cafeicultura e Concurso de Qualidade do Café, assim como outras ligadas à cafeicultura</i>			CAFEICULTOR		
05051 EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS	101.000,00	0			
0297 GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA	1.000,00	0			
P234 INFRA-ESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL	1.000,00	0	PROCESSO OTIMIZADO E MODERNIZADO	2	0
<i>Ação paralisada em 2005 por falta de recursos.</i>			UNIDADE		
0340 PROJETO JÁIBA	100.000,00	0			
P612 DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA PARA A AGRICULTURA IRRIGADA E PARA A AGROINDÚSTRIA, DO PROJETO JÁIBA.	100.000,00	0	TECNOLOGIA GERADA	1	0
<i>A execução foi feita dentro da ação 0612 e órgão 03051.</i>			TECNOLOGIA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0122I SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	27.631.171,00	23.902.703,68			
000I APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.384.072,00	2.295.454,39			
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	10.000,00	9.572,63			
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	305.107,00	336.112,31			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.019.619,00	1.913.477,45	PESSOA REMUNERADA	94	94
			UNIDADE		
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	39.346,00	36.292,00	AUXÍLIO CONCEDIDO	84	84
			AUXÍLIO		
P427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.000,00	0			
030I INDUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	3.409.200,00	3.405.023,84			
P084 PROSPECÇÃO DE OPORTUNIDADES E DEMANDAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	108.400,00	3.121,91	AÇÃO DE INTEGRAÇÃO REALIZADA	200	200
			AÇÃO		
P606 APOIO TECNOLÓGICO A ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	8.600,00	7.764,13	PROJETO INDUZIDO	16	35
			PROJETO		
P613 APOIO TECNOLÓGICO A PROJETOS ESPECIAIS	8.600,00	8.348,20	PROJETO INDUZIDO	60	89
			PROJETO		
P626 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	3.283.600,00	3.385.789,60	PROJETO INDUZIDO	20	431
			PROJETO		
031I INCLUSÃO DIGITAL	20.082.099,00	16.767.652,15			
P320 CRIAÇÃO DOS CENTROS VOCACIONAIS TECNOLÓGICOS	17.834.381,00	15.194.556,36	CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO REGIONAL IMPLANTADO NÚCLEO	39	21
P407 INFORMATIZAÇÃO DE CENTROS COMUNITÁRIOS E LOCAIS PÚBLICOS - TELECENTROS	1.141.786,00	1.165.691,76	INTERNET E SISTEMAS DIVERSOS DISPONIBILIZADO MÓDULO	170	28
P675 MONTAGEM DE UNIDADES MÓVEIS DE INCLUSÃO DIGITAL	764.099,00	71.318,80	UNIDADE MÓVEL COM INFRA-ESTRUTURA DE INFORMÁTICA DISPONIBILIZADA UNIDADE	42	1

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P705	IMPLANTAÇÃO DE BANCO DE DADOS SOCIAL	341.833,00	336.085,23	BANCO DE DADOS DISPONIBILIZADO	35	4
				CIDADE		
0395	SUPERVISÃO E CONTROLE DO ENSINO SUPERIOR	495.800,00	440.378,75			
P157	IMPLANTAÇÃO DE BANCO DE DADOS	8.600,00	0	BANCO DE DADOS CONSTRUÍDO, IMPLANTADO E DISPONIBILIZADO	1	1
	A montagem do banco de dados está sendo feita com o apoio da UEMG, utilizando estagiários contratados pelo programa Inclusão Digital.			BANCO DE DADOS		
P192	ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO SUPERIOR	478.600,00	432.276,73	ENSINO SUPERIOR SUPERVISIONADO E MELHORADO SISTEMA	1	1
P199	AÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA COM FOCO NOS PROJETOS ESTRUTURADORES	8.600,00	8.102,02	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - IES INTEGRADAS UNIDADE	2	2
	Esta ação depende apenas de um trabalho de articulação e coordenação, mesmo não havendo grande disponibilidade de recursos.					
0540	ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	1.260.000,00	994.194,55			
P678	IMPLANTAÇÃO DE INCUBADORAS	200.000,00	192.855,94	INCUBADORA IMPLANTADA	4	2
	Dentro dos trabalhos de modernização das incubadoras já instaladas no Estado, realizou-se curso de gerência de projetos para gestores de incubadoras; deu-se o desenvolvimento e a implantação de metodologia para acompanhamento das empresas incubadas, com estudo e definição de indicadores de desempenho; buscou-se aporte de recursos através de projetos de pesquisa e captação de capital de risco para as empresas incubadas e para fomento ao empreendedorismo; além da participação na consolidação das estruturas legal e física da Rede Mineira de Incubadoras – RMI.			UNIDADE		
P947	IMPLANTAÇÃO DE PARQUES TECNOLÓGICOS	1.060.000,00	801.338,61	INFRAESTRUTURA IMPLANTADA	2	3
	Ações previstas: início das obras de infraestrutura do parque de Belo Horizonte e Itajubá. Recursos repassados para Viçosa, para início das obras de infra-estrutura. No caso de Belo Horizonte, foi aberto o edital para obras de infra-estrutura.			INFRA-ESTRUTURA		
02071	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	134.575.047,00	68.434.111,27			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	7.741.448,00	3.708.578,86			
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	98.000,00	4.691,30	AUXÍLIO CONCEDIDO	33	6
				AUXÍLIO		
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.054.536,00	1.118.364,36	PESSOA REMUNERADA	41	41
				UNIDADE		
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	5.214.871,00	2.403.459,52			
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	933.461,00	172.480,88			
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	125.880,00	9.582,80			
P430	RACIONALIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS	314.700,00	0			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
P004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0025 PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	114.332.599,00	58.864.441,32			
P064 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A INSTITUIÇÕES ESTADUAIS QUE PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	4.560.000,00	1.263.467,00	BOLSA CONCEDIDA	200	235
<i>Aumento na demanda, e otimização na distribuição de recursos pela FAPEMIG.</i>			BOLSA		
P066 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA INSTITUIÇÕES FEDERAIS E PARTICULARES QUE PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	13.233.514,00	10.066.957,90	BOLSA CONCEDIDA	900	1.338
<i>Aumento na demanda e otimização na distribuição de recursos pela FAPEMIG.</i>			BOLSA		
P067 REALIZAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS	2.310.000,00	619.507,25	ESTUDO ELABORADO	900	1.650
<i>Aumento na demanda, e otimização na distribuição de recursos financeiros pela FAPEMIG.</i>			ESTUDO		
P068 PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL	330.000,00	43.860,00	PATENTE CONCEDIDA	5	10
			PATENTE		
P069 DIVULGAÇÃO E DIFUSÃO DE RESULTADOS DE PESQUISA TECNOLÓGICA	1.650.000,00	200.621,75	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO PRODUZIDO	20	25
			UNIDADE		
P077 FOMENTO A PROJETO DE DEMANDA UNIVERSAL	35.453.164,00	24.356.390,57	PROJETO APOIADO	285	727
<i>Os projetos em execução em 2005 são parte dos aprovados no exercício de 2004 e dos editais já lançados em 2005.</i>			PROJETO		
P078 INDUÇÃO A PROGRAMAS E PROJETOS DE PESQUISA	25.818.042,00	7.712.515,96	EDITAL PUBLICADO	10	302
<i>Houve um equívoco nos lançamentos dos dados físicos. Foram considerados os projetos apoiados em vez de edital publicado.</i>			EDITAL		
P080 INVESTIMENTOS EM EVENTOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS	4.180.000,00	2.107.352,22	EVENTO APOIADO	600	501
			EVENTO		
P081 PROMOÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS	4.684.879,00	2.258.628,56	PROJETO PROMOVIDO	20	25
			PROJETO		
P218 PROJETO UNESCO	100.000,00	69.084,47	PROJETO APOIADO	10	6
			PROJETO		
P259 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - PCRH	5.858.600,00	1.088.375,76	PESSOA FORMADA CAPACITADA E TREINADA	150	188
<i>Aumento na demanda por recursos voltados para capacitação, e otimização na distribuição de recursos pela FAPEMIG.</i>			PESSOA		
P273 PROJETO ENDOGOVERNAMENTAL	9.900.000,00	3.146.158,17	PROJETO APOIADO	10	21
<i>Houve um equívoco nos lançamentos dos dados físicos. Foram considerados os projetos apoiados em vez de edital publicado.</i>			PROJETO		
P760 INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR	82.400,00	320.358,61	BOLSA SELECIONADA	280	346

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				BOLSA		
P771	APOIO A INFRA- ESTRUTURA PARA JOVENS PESQUISADORES	1.872.000,00	1.812.447,98	PROJETO APOIADO	144	185
				PROJETO		
P778	APOIO A NÚCLEOS DE EXCELÊNCIA - PRONEX-MG	3.600.000,00	3.759.922,00	EDITAL PUBLICADO	1	1
				EDITAL		
P808	PROJETO PROTEOMA	700.000,00	38.793,12	PROJETO APOIADO	1	1
	O convênio Proteoma foi assinado entre FAPEMIG/FINEPI/UFMG. A FAPEMIG entrou com o montante executado e a FINEP repassou diretamente para a UFMG/FUNDEP o restante.			PROJETO		
0540	ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	500.000,00	0			
P839	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	500.000,00	0	EDITAL INDUZIDO	2	0
	Não houve transferência de recurso financeiro para a execução desta ação.			EDITAL		
0632	PROGRAMA DE APOIO A PESQUISA EM EMPRESAS - PAPPE	12.000.000,00	5.861.091,09			
P217	FOMENTO A ATIVIDADE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS INOVADORES	12.000.000,00	5.861.091,09	EDITAL PUBLICADO	1	1
				EDITAL		
02081	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS	17.179.646,00	15.883.777,19			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8.444.468,00	8.052.626,00			
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	10.000,00	5.939,75			
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	2.872.400,00	2.674.217,57			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	5.443.468,00	5.283.267,98	PESSOA REMUNERADA	195	186
				UNIDADE		
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	88.600,00	70.625,51	AUXÍLIO CONCEDIDO	56	65
				AUXÍLIO		
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30.000,00	18.575,19			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	277.218,00	2.249.341,31			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	277.218,00	2.249.341,31			
0357	PROGRAMA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	7.593.960,00	4.871.078,37			
P065	EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	32.372,00	15.656,05	CURSO MINISTRADO	1	1
				CURSO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P872	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	24.279,00	3.124,48	SERVIÇO PRESTADO	1.000	2.458
O percentual de execução física ultrapassou em muito a meta programada, uma vez que alguns serviços de análise de água para hemodálise foram contabilizados nesta ação e não na ação 895 - Metrologia e Ensaios				SERVIÇO		
P895	METROLOGIA E ENSAIOS	3.014.274,00	1.810.330,83	RELATÓRIO ELABORADO	40.000	8.209
				RELATÓRIO		
P912	TECNOLOGIA MINERAL	533.000,00	478.494,97	SERVIÇO PRESTADO	5.000	4.750
				SERVIÇO		
P918	TECNOLOGIA DE MATERIAIS	1.515.352,00	1.239.309,11	TECNOLOGIA DESENVOLVIDA	50	38
				TECNOLOGIA		
P952	TECNOLOGIA AMBIENTAL	2.474.683,00	1.324.162,93	TECNOLOGIA DESENVOLVIDA	130	13
Meta superestimada.				TECNOLOGIA		
0385	RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DO CETEC	250.000,00	197.934,31	SISTEMA MANTIDO	1	1
P062	RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE INFORMÁTICA DO CETEC	50.000,00	20.508,12			
				SISTEMA		
P151	RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO CETEC	200.000,00	177.426,19	INFRAESTRUTURA MELHORADA	1	1
				UNIDADE		
0521	PROGRAMA DE GESTÃO INSTITUCIONAL	60.000,00	26.903,51	SISTEMA IMPLANTADO	1	1
P073	MELHORIA DE PROCESSOS E TÉCNICAS DO SISTEMA DE GESTÃO	60.000,00	26.903,51			
				SISTEMA		
0536	PROGRAMA DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA	554.000,00	485.893,69	SISTEMA IMPLANTADO	1	1
P072	NÚCLEO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	18.000,00	859,77			
				SISTEMA		
P710	INFORMAÇÃO PARA PEQUENA E MÉDIA INDÚSTRIA	536.000,00	485.033,92	SERVIÇO PRESTADO	500	523
				SERVIÇO		
02311	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	50.615.730,00	60.524.700,65			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	42.401.224,00	53.381.805,00			
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.260.617,00	12.487.654,64			
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	82.000,00	26.794,49			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	37.579.013,00	40.182.987,17	PESSOA REMUNERADA	2.319	1.887
				UNIDADE		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	45.000,00	43.963,20			
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.434.594,00	640.405,50	AUXÍLIO CONCEDIDO	1.323	770
				AUXÍLIO		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0058	ATENDIMENTO HOSPITALAR E AMBULATORIAL	7.156.587,00	6.383.720,43			
P709	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL- ESCOLA CLEMENTE DE FARIA	7.156.587,00	6.383.720,43	PROCEDIMENTO EXECUTADO	300.000	301.401
				PROCEDIMENTO		
0135	DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA CIENTÍFICA	121.719,00	4.036,20			
P782	APOIO A PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICA	121.719,00	4.036,20	PROJETO E PESQUISA CONCLUÍDO	70	129
	<i>Projetos iniciados em 2003 e 2004 porém concluídos em 2005.</i>			PROJETO / PESQUISA		
0136	CONSTRUÇÕES E REFORMAS PREDIAIS	587.200,00	649.547,92			
P809	CONSTRUÇÃO E REFORMA PREDIAIS	587.200,00	649.547,92	PRÉDIO CONSTRUÍDO	3	1
	<i>Foi concluída a construção do bloco vestiários, creche e abrigo para lixo do Hospital Universitário "Clemente de Faria". As outras obras estão em andamento.</i>			PRÉDIO		
0138	ENSINO PROFISSIONAL	33.000,00	687,01			
P802	PROMOÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES	32.000,00	0	ALUNO QUALIFICADO	427	418
	<i>Para realização dos cursos estão sendo utilizados recursos da ação 0002 - Planejamento, Gestão e Finanças.</i>			ALUNO		
P863	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS PARA CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO.	1.000,00	687,01	ALUNOS QUE INGRESSARAM PELO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS DIPLOMADOS .	1	0
	<i>A quantificação da execução da meta física "aluno diplomado", só será possível quando da conclusão do curso</i>			ALUNO DIPLOMADO		
0139	ENSINO SUPERIOR	251.000,00	93.541,22			
P740	ENSINO DE TERCEIRO GRAU	250.000,00	92.627,72	ALUNO FORMADO	1.300	2.193
	<i>Execução financeira realizada, em grande parte, com recursos de custeio da Universidade.</i>			ALUNO		
P861	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS - UNIMONTES	1.000,00	913,50	ALUNOS QUE INGRESSARAM PELO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS DIPLOMADOS .	1	0
	<i>A quantificação da execução da meta física "aluno diplomado", só será possível quando da conclusão do curso</i>			ALUNO DIPLOMADO		
0140	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	32.000,00	3.857,16			
P823	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	32.000,00	3.857,16	AÇÃO DE INTEGRAÇÃO REALIZADA	4.050	250
				AÇÃO		
0143	PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS	32.000,00	7.505,71			
P173	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO DOS DADOS DA UNIVERSIDADE	32.000,00	7.505,71	SERVIÇO PRESTADO	550.000	450.482

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
<i>A programação financeira superestimada.</i>			SERVIÇO		
02331 INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	18.386.878,00	12.935.529,09			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12.558.222,00	10.386.209,05			
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	8.138.176,00	5.709.489,70			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.973.046,00	4.426.934,18	PESSOA REMUNERADA	371	232
			UNIDADE		
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	110.000,00	105.202,71	AUXÍLIO CONCEDIDO	232	246
			AUXÍLIO		
P427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	285.000,00	130.426,05			
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	52.000,00	14.156,41			
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.295.607,00	1.306.724,58			
P004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.295.607,00	1.306.724,58			
0241 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	198.049,00	6.406,50			
P721 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	198.049,00	6.406,50	PESSOA CAPACITADA	680	636
<i>A capacitação de recursos humanos ficou comprometida com a não realização do concurso público para o IpeM, programado para 2005.</i>			PESSOA		
0246 VERIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO METROLÓGICA E DA QUALIDADE	3.800.000,00	1.236.188,96			
P100 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES METROLÓGICAS E ATIVIDADE INDUSTRIAL - SISMETRO	1.200.000,00	0			
P409 INSPEÇÃO E CAPACITAÇÃO DE VEÍCULOS COM PRODUTOS PERIGOSOS	165.000,00	50.906,22	INSPEÇÃO REALIZADA	5.615	2.671
			INSPEÇÃO		
P414 VERIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO EM PRODUTOS PRÉ-MEDIDOS	195.000,00	45.959,08	PRODUTO PRÉ-MEDIDO FISCALIZADO	83.063	76.098
<i>A maior parte de recursos financeiros utilizados nesta ação são do custeio do IPEM</i>			PRODUTO		
P418 VERIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO EM PRODUTOS COM CONFORMIDADE AVALIADA PELO INMETRO	75.000,00	80.847,16	PRODUTO FISCALIZADO	2.712.000	22.795.561
<i>No final do exercício de 2004, o produto desta ação passou a ser "Nº de Ações Fiscais", devido as unidades de medidas dos vários produtos fiscalizados serem diferenciadas(kg,un.,metro,etc). Para 2006, foi feita a alteração necessária.</i>			PRODUTO		
P419 EXECUÇÃO DE SERVIÇOS METROLÓGICOS	2.080.000,00	1.040.851,55	INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO VERIFICADO	1.905.793	1.712.102
			INSTRUMENTO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P421	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CALIBRAÇÃO	85.000,00	17.624,95	RELATÓRIO TÉCNICO DE CALIBRAÇÃO EXPEDIDO	561	394
				RELATÓRIO		
0257	AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS	535.000,00	0			
P024	REFORMA E ADEQUAÇÃO DO LABORATÓRIO DE VOLUMETRIA	265.000,00	0	LABORATÓRIO ADAPTADO	1	0
	<i>Liberação de recursos financeiros para execução de despesas de capital, foram suspensas, em 2005, pelo INMETRO.</i>			LABORATÓRIO		
P429	CONSTRUÇÃO DE LABORATÓRIOS DE PRÉ-MEDIDOS	100.000,00	0	LABORATÓRIO CONSTRUÍDO	1	0
	<i>Liberação de recursos financeiros para execução de despesas de capital, foram suspensas, em 2005, pelo INMETRO.</i>			LABORATÓRIO		
P432	CONSTRUÇÃO DO POSTO DE VERIFICAÇÃO, INSPEÇÃO E CAPACITAÇÃO DE VEÍCULO	170.000,00	0	POSTO CONSTRUÍDO	1	0
	<i>Liberação de recursos financeiros para execução de despesas de capital, foram suspensas, em 2005, pelo INMETRO.</i>			POSTO		
02351	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	15.904.076,00	20.057.101,78			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12.983.943,00	15.374.426,32			
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	13.200,00	12.696,03			
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	860.902,00	967.767,40			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	11.888.791,00	14.228.621,69	PESSOA REMUNERADA	798	699
				UNIDADE		
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	13.000,00	4.805,46			
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	208.050,00	160.535,74	AUXÍLIO CONCEDIDO	347	327
				AUXÍLIO		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	241.641,00	448.444,27			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	241.641,00	448.444,27			
0158	CONSTRUÇÃO DO CAMPUS DA UEMG	200.000,00	0			
P689	ELABORAÇÃO DOS PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DO CAMPUS UEMG	200.000,00	0	ÁREA CONSTRUÍDA	39.175	0
				METRO QUADRADO		
0178	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR	2.478.492,00	4.234.231,19			
P698	ENSINO DE TERCEIRO GRAU	2.477.492,00	4.234.231,19	ALUNO FORMADO	565	565
				ALUNO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P860	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS - UEMG	1.000,00	0	ALUNOS QUE INGRESSARAM PELO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS DIPLOMADOS . ALUNO DIPLOMADO	1	0
A quantificação da execução da meta física "aluno diplomado", só será possível quando da conclusão do curso.						
02401	INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS	3.684.784,00	2.192.568,74			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.029.556,00	2.181.062,50			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.694.677,00	1.761.840,71	PESSOA REMUNERADA	67	63
				UNIDADE		
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	309.139,00	396.391,03			
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	10.740,00	12.315,20	AUXÍLIO CONCEDIDO	20	26
				AUXÍLIO		
P423	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.000,00	0	SERVIDOR CAPACITADO	25	0
				SERVIDOR		
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	3.000,00	3.553,59			
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	11.000,00	6.961,97			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0175	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	1.637.202,00	0			
P326	ELABORAÇÃO DE BASE CARTOGRÁFICA	1.637.202,00	0	MAPA MUNICIPAL ELABORADO	27	0
Não foram liberados recursos do BID.				MAPA		
0253	MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS	10.026,00	8.077,46			
P070	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO IGA	10.026,00	8.077,46	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	40	40
Foi programado e realizado 100% da meta física com a utilização da Comissão Eletrônica de Preço (COTEP), e foi executado 80% dos recursos financeiros, representando maior eficiência de gasto.				EQUIPAMENTO		
0287	GOVERNANÇA ELETRÔNICA	3.000,00	1.618,92			
P222	GEOMINAS - IMPLANTAÇÃO DO SERVIDOR DE BASES GEO - CARTOGRÁFICAS	3.000,00	1.618,92	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DESENVOLVIDO	1	0
Sistema em desenvolvimento.				SISTEMA		
0288	ORDENAMENTO TERRITORIAL DE MINAS GERAIS	4.000,00	1.809,86			
P558	ATUALIZAÇÃO DO MAPA GEOPOLÍTICO OFICIAL	2.000,00	582,13	MAPA ESTADUAL ELABORADO	1	1
Foram utilizados recursos da ação Planejamento, Gestão e Finanças,(recursos de custeio do IGA).				MAPA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P560	ATUALIZAÇÃO DOS MAPAS OFICIAIS POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO, MICRO E MESORREGIÕES HOMOGÊNEAS	2.000,00	1.227,73	MAPA ESTADUAL ELABORADO	2	2
Foram utilizados recursos da ação Planejamento, Gestão e Finanças (recursos de custeio do IGA)				MAPA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01401 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	176.437.188,00	194.786.692,63			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	132.678.608,00	144.615.931,61			
P427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.880.000,00	1.652.000,47			
P058 AUXÍLIO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, FUNERAL E DOENÇA PARA SERVIDORES MILITARES - BM	15.760,00	14.242,13	AUXÍLIO CONCEDIDO	12	5
			AUXÍLIO		
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.710.000,00	888.543,20			
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	100.000,00	67.001,61			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	128.972.848,00	141.994.144,20	PESSOA REMUNERADA	4.140	4.625
			UNIDADE		
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	10.141.185,00	12.389.065,36			
P007 PROVENTOS DE INATIVOS MILITARES	10.141.185,00	12.389.065,36			
0029 ASSISTÊNCIA AO BOMBEIRO MILITAR	1.100.000,00	310.657,82			
P172 IMPLANTAÇÃO DE SEÇÕES DE APOIO À SAÚDE	500.000,00	148.878,20	SEÇÃO DE APOIO À SAÚDE INSTALADA	7	7
			SEÇÃO		
P635 ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	115.000,00	33.064,86	BOMBEIRO MILITAR ASSISTIDO	4.795	41
			BOMBEIRO		
P638 ASSISTÊNCIA MÉDICO-PSICOLÓGICA A MILITARES	225.000,00	58.983,43	ATENDIMENTO MÉDICO/PSICOLÓGICO REALIZADO	46.720	17.216
			UNIDADE		
P849 ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	260.000,00	69.731,33	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO	20.805	8.682
			ATENDIMENTO		
0308 PROMOÇÃO DE DEFESA CIVIL	32.517.395,00	37.471.037,84			
P235 RECRUTAMENTO, TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE BOMBEIROS MILITARES	3.260.000,00	1.766.540,97	MILITAR CAPACITADO	4.795	4.933
			UNIDADE		
P254 PREVENÇÃO E COMBATE A SINISTROS	27.477.395,00	34.407.959,54	OCORRÊNCIA DE BOMBEIRO REALIZADA	260.061	226.106
			OCORRÊNCIA		
P385 COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS ATIVIDADES DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS	30.000,00	0	SEMINÁRIO REALIZADO	1	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
<i>O crédito orçamentário desta ação foi remanejado para atender outras necessidades do CBMMG, uma vez que não foi possível a realização do seminário.</i>			SEMINÁRIO		
P834 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	1.750.000,00	1.296.537,33	EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO ADQUIRIDO	264	1.017
			EQUIPAMENTO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01271 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA	10.013.589,00	11.836.724,34			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6.080.298,00	8.280.677,07			
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	756.245,00	2.928.707,61			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	5.021.903,00	4.710.551,36	PESSOA REMUNERADA	277	277
			UNIDADE		
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	183.050,00	159.370,39	AUXÍLIO CONCEDIDO	199	170
			AUXÍLIO		
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	59.100,00	403.701,00			
P427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	60.000,00	78.346,71			
0014 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	200.000,00	200.000,00			
P925 IMPLEMENTAÇÃO DE CENTROS CULTURAIS	200.000,00	200.000,00	CENTRO IMPLANTADO	2	2
			CENTRO		
0093 ACESSO AO CONHECIMENTO E À INFORMAÇÃO CULTURAL	3.728.291,00	3.351.881,93			
P301 GESTÃO DO ACERVO MUSEOLÓGICO SOB A GUARDA DA SUPERINTENDÊNCIA DE MUSEUS	442.711,00	170.036,84	PÚBLICO ATENDIDO	16.000	23.157
<i>A meta foi superada em razão do maior número de visitas de estudantes aos museus ligados à Superintendência de Museus.</i>			PESSOA		
P304 GESTÃO DE ACERVO ARQUIVÍSTICO PELO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO	372.580,00	97.915,70	USUÁRIO ATENDIDO	4.500	4.854
			USUÁRIO		
P307 GESTÃO DO ACERVO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO USUÁRIO DA SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS	757.300,00	455.341,26	USUÁRIO ATENDIDO	330.000	357.788
			USUÁRIO		
P308 GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO CULTURAL	5.500,00	19.551,94	PÚBLICO ATENDIDO	2.500	3.500
			PESSOA		
P540 ASSESSORIA À AÇÃO CULTURAL	1.773.800,00	2.234.407,67	ASSESSORIA PRESTADA	360	1.665
<i>Devido à dinâmica de trabalho implementada pela nova gestão da SEC, da interiorizar de suas ações por meio de apoio a projetos, assessorias, viagens técnicas, participação em conferências e encontros municipais e intermunicipais, do recadastramento do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais (meses de julho, agosto e setembro) e dos cursos para gestores de políticas públicas de cultura justificam a superação das metas previstas em 2005.</i>			ASSESSORIA		
P556 DIFUSÃO LITERÁRIA	75.900,00	74.128,87	SUPLEMENTO LITERÁRIO EDITADO	12	10
			EDIÇÃO		
P933 FORMAÇÃO DE AGENTES E EMPREENDEDORES CULTURAIS	300.500,00	300.499,65	AGENTE FORMADO	334	844

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
<i>A meta foi superada devido à realização de vários cursos integrantes do Programa de Formação de Gestores da Área Cultural, com a participação de técnicos da Superintendência de Ação Cultural.</i>			AGENTE		
0128 INCREMENTO À PRODUÇÃO CULTURAL	5.000,00	4.165,34			
P097 GESTÃO DE MECANISMOS DE INCENTIVO A PROJETOS CULTURAIS	5.000,00	4.165,34	PROJETO APROVADO	500	1.316
<i>A meta foi superada devido à publicação do Edital de 2005, com a aprovação de 493 projetos culturais para execução via Lei Estadual de Incentivo à Cultura.</i>			PROJETO		
02171 FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO	1.126.125,00	1.243.111,07			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	325.491,00	430.498,44			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	263.992,00	330.558,54	PESSOA REMUNERADA	28	28
			UNIDADE		
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	54.499,00	48.256,03			
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.000,00	0	AUXÍLIO CONCEDIDO	10	0
			AUXÍLIO		
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	6.000,00	51.683,87			
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
P004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0111 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA ÁREA CULTURAL	179.022,00	144.659,01			
P120 CURSOS LIVRES DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA ARTES E OFÍCIOS	179.022,00	144.659,01	ALUNO FORMADO	500	198
			ALUNO		
0112 PROMOÇÃO, PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	620.612,00	667.953,62			
P122 PROMOÇÃO ARTÍSTICO CULTURAL	620.612,00	667.953,62	EVENTO REALIZADO	30	9
			EVENTO		
02181 FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO	10.405.576,00	11.757.575,00			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	9.892.576,00	10.858.924,41			
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	2.159.311,00	2.304.112,33			
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	20.000,00	13.586,66			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	7.503.611,00	8.323.936,96	PESSOA REMUNERADA	435	431
			UNIDADE		
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	161.654,00	161.359,04	AUXÍLIO CONCEDIDO	145	127

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
			AUXÍLIO		
P427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	48.000,00	55.929,42			
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
P004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0069 PROMOÇÃO ARTÍSTICO CULTURAL	250.000,00	704.188,52			
P438 PROMOÇÃO DO ACESSO DA POPULAÇÃO A ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	250.000,00	704.188,52	PÚBLICO ATENDIDO	735.000	741.848
			PESSOA		
0082 FORMAÇÃO ARTÍSTICO CULTURAL	72.000,00	46.015,14			
P817 CURSOS DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA	72.000,00	46.015,14	ALUNO FORMADO	50	32
			ALUNO		
0084 PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULOS DOS CORPOS ESTÁVEIS	190.000,00	148.446,93			
P949 APRESENTAÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA, COMPANHIA DE DANÇA E DO CORAL LÍRICO	190.000,00	148.446,93	PÚBLICO ATENDIDO	106.000	106.336
			PESSOA		
02201 INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS	7.962.788,00	8.009.203,49			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.480.398,00	3.155.541,69			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.054.331,00	2.792.679,16	PESSOA REMUNERADA	93	117
			UNIDADE		
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	324.897,00	303.021,07			
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	43.320,00	39.164,40	AUXÍLIO CONCEDIDO	45	43
			AUXÍLIO		
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	12.000,00	5.551,57			
P427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	45.850,00	15.125,49			
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	43.322,00	374.487,86			
P004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	43.322,00	374.487,86			
0144 CORREDOR CULTURAL PRAÇA DA LIBERDADE - CASA DO CONDE	4.442.000,00	2.680.888,32			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P026	RECUPERAÇÃO, RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL	700.000,00	250.345,86	PRÉDIO REFORMADO	1	1
Em 25/09/05 foram contratadas as obras emergenciais de cobertura que estão ocorrendo.				PRÉDIO		
P464	RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO PROFESSOR	200.000,00	0	PRÉDIO REFORMADO	1	0
A restauração e recuperação do Centro de Referência do Professor ocorrerá após conclusão de estudo sobre o centro cultural que ali será instalado.				PRÉDIO		
P468	RECUPERAÇÃO, RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	300.000,00	0	PRÉDIO REFORMADO	1	0
A recuperação e adaptação do prédio da SEF ficará por conta do parceiro privado responsável pela implantação da Sede da Orquestra Sinfônica - Centro Cultural Vale do Rio Doce, que ocorrerá ao longo do ano de 2006.				PRÉDIO		
P489	RECUPERAÇÃO, RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS	1.500.000,00	984.051,54	PRÉDIO REFORMADO	1	0
Em 25/09/05 foram contratadas as obras emergenciais de cobertura. A restauração dos elementos artísticos do hall da SETOP estão em recuperação. As obras nos elevadores da SETOP estão em andamento.				PRÉDIO		
P579	ESTUDO PARA ADEQUAÇÃO DE USO DOS MONUMENTOS DO COMPLEXO CULTURAL DA PRAÇA DA LIBERDADE	110.000,00	299.192,45	RELATÓRIO ELABORADO	11	10
				RELATÓRIO		
P585	PROJETO DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DO COMPLEXO CULTURAL	400.000,00	199.623,12	PROJETO ELABORADO	1	0
Foram elaborados 3 projetos preliminares que ficaram prontos em novembro/05: segurança, Iluminação Pública e Cênica da região do Circuito Cultural, e Adequação de trânsito e estacionamento. Os projetos detalhados serão feitos ao longo do ano de 2006.				PROJETO		
P587	ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO QUALITATIVO DOS MONUMENTOS DO COMPLEXO DA PRAÇA DA LIBERDADE	220.000,00	272.950,12	RELATÓRIO ELABORADO	11	8
				RELATÓRIO		
P592	ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS MÓVEIS DOS MONUMENTOS DO COMPLEXO DA PRAÇA DA LIBERDADE	212.000,00	195.401,03	RELATÓRIO ELABORADO	14	8
				RELATÓRIO		
P604	SERVIÇOS E OBRAS EMERGENCIAIS	800.000,00	479.324,20	PRÉDIO REFORMADO	12	0
Contratado o projeto para as obras emergenciais do Arquivo Público Mineiro. Está sendo contratado as obras de cobertura do anexo e da sede do arquivo e a substituição do barroteamento do piso.				PRÉDIO		
0157	MINAS PARA SEMPRE	37.000,00	1.780.240,44			
P191	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO TOMBADO	37.000,00	1.780.240,44	SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO REALIZADO	2	244
				MANUTENÇÃO		
0166	MEMÓRIA DA CIDADE	24.203,00	18.045,18			
P242	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA LOCAL	24.203,00	18.045,18	MUNICÍPIO ATENDIDO	44	130
				MUNICÍPIO		
0175	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	935.865,00	0			
P619	PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL	935.865,00	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO	27	0
Não foram liberados recursos do BID.				MUNICÍPIO		
02211	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	7.117.619,00	13.907.862,64			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.119.112,00	3.063.722,85			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.588.000,00	2.526.554,82			
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	10.000,00	9.660,65			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	408.212,00	429.895,57	PESSOA REMUNERADA	25	25
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	27.900,00	16.801,70	AUXÍLIO CONCEDIDO	23	23
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	85.000,00	80.810,11	AUXÍLIO		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0233	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO	305.800,00	691.282,60			
P836	OPERAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO	305.800,00	691.282,60			
0345	TRANSMISSÃO DA PROGRAMAÇÃO CULTURAL	4.691.707,00	10.152.857,19			
P813	VEICULAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO CULTURAL E JORNALÍSTICA.	4.691.707,00	10.152.857,19	PROGRAMA CULTURAL, EDUCATIVO E ARTÍSTICO VEICULADO PROGRAMA	4.320	4.320
03151	RÁDIO INCONFIDÊNCIA	3.568.110,00	7.242.829,86			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.962.610,00	4.537.609,15			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.701.720,00	3.455.129,62	PESSOA REMUNERADA	125	133
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	29.750,00	25.303,45	UNIDADE		
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	230.140,00	1.057.176,08			
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.000,00	0			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	333.463,18			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	333.463,18			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0266 PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE RADIODIFUSÃO	604.500,00	2.371.757,53			
P494 PRODUÇÃO ARTÍSTICA	280.500,00	259.030,43	PROGRAMA RADIOFÔNICO TRANSMITIDO	8.640	8.640
			HORA		
P495 MANUTENÇÃO E PRODUÇÃO TÉCNICA	323.000,00	518.405,52			
P497 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS	1.000,00	1.594.321,58	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	I	296
<i>Equipamentos e peças para conserto dos transmissores que estão localizados na Serra do Curral e no CTAM em Contagem, bem como em equipamentos e peças para modernização dos estúdios, localizados na Raja Gabaglia.</i>			EQUIPAMENTO		
04271 FUNDO ESTADUAL DE APOIO À INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA	1.000,00	0			
0558 PROMOÇÃO, PRODUÇÃO E DIFUSÃO CINEMATOGRAFICA	1.000,00	0			
P095 APOIO FINANCEIRO À INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA.	1.000,00	0	ENTIDADE APOIADA	I	0
<i>O fundo não foi dotado de recursos que possibilitassem a sua execução.</i>			ENTIDADE		
04391 FUNDO ESTADUAL DE RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUITETÔNICO	1.000,00	0			
0559 PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	1.000,00	0			
P126 PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.	1.000,00	0	EMPRESA ATENDIDA	I	0
<i>O Fundo não foi dotado de recursos que possibilitassem a sua execução.</i>			EMPRESA		
05151 RÁDIO INCONFIDÊNCIA LTDA.	1.000,00	0			
0266 PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE RADIODIFUSÃO	1.000,00	0			
P295 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS	1.000,00	0	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	I	0
<i>A execução financeira e física é realizada na UO 3151 Rádio Inconfidência - orçamento fiscal</i>			EQUIPAMENTO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DEFESA SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01441 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	37.302.274,00	42.707.706,67			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	35.616.139,00	39.121.789,62			
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	859.103,00	913.255,56			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	34.391.563,00	37.941.053,65	PESSOA REMUNERADA	674	716
			UNIDADE		
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	65.473,00	47.630,20	AUXÍLIO CONCEDIDO	176	100
			AUXÍLIO		
P427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	300.000,00	219.850,21			
0390 ASSISTÊNCIA JURÍDICA	1.686.135,00	3.585.917,05			
P033 ASSISTÊNCIA JURÍDICA	1.684.135,00	3.025.102,58	ATENDIMENTO JURÍDICO PRESTADO	1.195.139	992.462
			ATENDIMENTO		
P034 IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ATENDIMENTO JURÍDICO ESPECIALIZADO	1.000,00	560.814,47	NÚCLEO IMPLANTADO	1	10
			NÚCLEO		
P247 EXPANSÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO	1.000,00	0	UNIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA IMPLANTADA	9	14
<i>Não houve execução de recursos financeiros, uma vez que as unidades foram implantadas, neste primeiro momento, apenas com o provimento de defensores públicos ocorrido por meio de concurso.</i>			UNIDADE		
01451 SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL	238.293.317,00	216.755.539,37			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	55.316.489,00	61.831.044,73			
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	456.591,00	386.813,57	AUXÍLIO CONCEDIDO	1.300	566
			AUXÍLIO		
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	26.043.901,00	24.126.058,73	PESSOA REMUNERADA	1.356	1.297
			UNIDADE		
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	28.815.997,00	37.318.172,43			
0306 INTEGRAÇÃO E EFICIÊNCIA DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS	2.422.960,00	1.835.181,94			
P087 POLÍCIA COMUNITÁRIA EM MINAS GERAIS	2.019.000,00	1.143.322,98	CONSELHO FORTALECIDO E ESTRUTURADO	60	48
			CONSELHO		
P101 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO POLICIAL	403.960,00	691.858,96	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	1	1
			ATIVIDADE		
0312 REFORMA E PROFISSIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	90.206.118,00	98.511.315,51			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DEFESA SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P106	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES FÍSICAS DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL	665.000,00	4.082.183,10	UNIDADE PREDIAL REFORMADA	22	18
				UNIDADE		
P124	MANUTENÇÃO DE UNIDADES PRISIONAIS	32.157.019,00	45.514.054,30	SENTENCIADO ASSISTIDO	6.900	2.872
				SENTENCIADO		
P867	MANUTENÇÃO DOS HOSPITAIS PSIQUIÁTRICO E DE TOXICÔMANOS	2.080.412,00	2.066.374,55	SENTENCIADO ASSISTIDO	289	243
				SENTENCIADO		
P870	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA AGOSTINHO DE OLIVEIRA JÚNIOR	5.188.212,00	3.949.651,15	SENTENCIADO ASSISTIDO	487	473
				SENTENCIADO		
P879	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA FRANCISCO FLORIANO DE PAULA	4.617.926,00	3.784.173,06	SENTENCIADO ASSISTIDO	441	441
				SENTENCIADO		
P884	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA	9.556.871,00	8.412.685,29	SENTENCIADO ASSISTIDO	893	1.194
				SENTENCIADO		
P885	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA PROFESSOR JASON SOARES ALBERGARIA	4.655.544,00	3.753.179,96	SENTENCIADO ASSISTIDO	396	377
				SENTENCIADO		
P887	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA REGIONAL DOUTOR PIO CANEDO	4.410.315,00	3.550.317,93	SENTENCIADO ASSISTIDO	363	376
				SENTENCIADO		
P897	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA PROFESSOR JOÃO PIMENTA DA VEIGA	4.335.262,00	3.479.618,16	SENTENCIADO ASSISTIDO	371	401
				SENTENCIADO		
P898	MANUTENÇÃO DO PRESÍDIO PROFESSOR JACY DE ASSIS	7.228.148,00	5.312.230,64	SENTENCIADO ASSISTIDO	804	772
				SENTENCIADO		
P899	MANUTENÇÃO DA CASA DE DETENÇÃO ANTÔNIO DUTRA LADEIRA	5.931.962,00	7.941.636,30	SENTENCIADO ASSISTIDO	1.000	1.089
				SENTENCIADO		
P903	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA JOSÉ MARIA ALKIMIN	9.077.384,00	6.623.782,34	SENTENCIADO ASSISTIDO	835	750
				SENTENCIADO		
P806	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PENITENCIÁRIOS	302.063,00	41.428,73	SERVIDOR TREINADO	2.045	2.213
				SERVIDOR		
0313	REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA EM MINAS GERAIS	85.252.311,00	52.923.939,08			
P719	TREINAMENTO POLICIAL INTEGRADO	631.398,00	235.715,95	POLICIAL TREINADO/RECICLADO	2.024	290
				POLICIAL		
p099	ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	11.875.764,00	17.645.981,44	ADOLESCENTE ASSISTIDO	863	266

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DEFESA SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				ADOLESCENTE		
P830	MODERNIZAÇÃO DO ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE INFRATOR	1.000.001,00	292.140,78	SERVIDOR TREINADO E CAPACITADO	668	705
				SERVIDOR PÚBLICO		
P909	CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL	3.086.500,00	1.651.003,52	SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS IMPLANTADO	3	2
				SISTEMA		
P955	PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM RISCO DE SEREM VÍTIMAS DE HOMICÍDIO	300.000,00	300.000,00	CRIANÇA E ADOLESCENTE ATENDIDO	15	25
				PESSOA		
P958	ATENDIMENTO A ADOLESCENTES E JOVENS EGRESSOS DO CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	200.000,00	200.000,00	ADOLESCENTE E JOVEM ATENDIDO	61	87
				PESSOA		
P670	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	3.080.000,00	1.621.182,96	NÚCLEO IMPLANTADO	7	13
				NÚCLEO		
P673	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL	2.911.400,00	1.981.332,90	UNIDADE IMPLANTADA	10	5
				UNIDADE		
P687	IMPLANTAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.270.140,00	1.861.514,47	GABINETE IMPLANTADO	1	1
				GABINETE		
P703	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - SIDS	45.183.934,00	21.355.417,88	SISTEMA IMPLANTADO	2	4
				SISTEMA		
P713	IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE POLICIAMENTO	5.000.000,00	558.891,44	ÁREA INTEGRADA IMPLANTADA	36	75
				ÁREA		
P787	FICA VIVO - CONTROLE DE HOMICÍDIOS DE MINAS GERAIS	9.713.174,00	5.220.757,74	CENTRO DA JUVENTUDE IMPLANTADO	10	10
				CENTRO		
0358	PREVENÇÃO SOCIAL DA CRIMINALIDADE	208.952,00	73.090,09			
P584	COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE	208.952,00	73.090,09			
0644	AMPLIAÇÃO DE VAGAS E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA PRISIONAL	4.886.487,00	1.580.968,02			
P683	IMPLANTAÇÃO DE PENITENCIÁRIAS AUTO-SUSTENTÁVEIS	2.500.000,00	695.846,92	PENITENCIÁRIA AUTO-SUSTENTÁVEL IMPLANTADA	9	0
	Projetos em desenvolvimento.			PENITENCIÁRIA		
P684	FORMAÇÃO DE SERVIDORES PENITENCIÁRIOS	2.386.487,00	885.121,10	SERVIDOR CAPACITADO	3.876	558
				SERVIDOR		
04141	FUNDO PENITENCIÁRIO ESTADUAL	587.708,00	297.301,95			
0312	REFORMA E PROFISSIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	587.708,00	297.301,95			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DEFESA SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P645 APOIO AO PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA PRISIONAL	587.708,00	297.301,95	UNIDADE PREDIAL REFORMADA/AMPLIADA	3	0
<i>A parcela dos recursos do Fundo Penitenciário Estadual destinada à Secretaria de Estado de Defesa Social foi utilizada na aquisição de equipamentos e demais materiais permanentes necessários ao bom funcionamento do sistema prisional. Isso ocorreu porque as obras emergenciais, inicialmente previstas para serem realizadas com os recursos do Fundo, foram realizadas com recursos do Tesouro.</i>			UNIDADE		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA / MUCURI E NORTE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0242I INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS	76.333.277,00	65.835.796,76			
000I APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.105.638,00	4.124.229,07			
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	570.690,00	2.737.607,27			
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	200.000,00	199.860,00			
P427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	70.000,00	58.939,70			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.245.948,00	1.110.274,70	PESSOA REMUNERADA	72	72
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	19.000,00	17.547,40	AUXÍLIO CONCEDIDO	14	14
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	11.012,69			
P004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	11.012,69			
0089 REDUÇÃO DA POBREZA RURAL E DA DESIGUALDADE	21.539.000,00	444.872,46			
P114 ASSENTAMENTO RURAL - CRÉDITO FUNDIÁRIO	899.000,00	235.269,66	FAMÍLIA ASSENTADA	880	195
P162 PCPR/ MG - TRABALHAR EM PARCERIA COM AS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS	20.640.000,00	209.602,80	PROJETO APROVADO	465	8
O contrato de empréstimo foi firmado com o BIRD dia 31/01/2006. Foram utilizados recursos de adiantamento da contrapartida do Estado.			PROJETO		
0091 CIDADÃO NOTA DEZ	13.750.000,00	10.001.633,00			
P116 ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	12.500.000,00	8.138.306,06	ALUNO BENEFICIADO	100.000	82.538
P434 CAPACITAÇÃO DE ALFABETIZADORES	1.250.000,00	1.863.326,94	ALUNO BENEFICIADO	4.000	4.108
0175 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	627.639,00	0			
P929 DESENVOLVIMENTO, PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E ROTEIROS TURÍSTICOS	627.639,00	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO	27	0
Não foram liberados recursos do BID.			MUNICÍPIO		
0639 CIDADÃO.NET	2.220.000,00	2.624.591,76			
P459 IMPLANTAÇÃO DE TELECENTROS	2.220.000,00	2.624.591,76	TELECENTRO IMPLANTADO	30	56
Não houve implantação de telecentros no 3º trimestre, pois a ação se encontra em fase de aquisição dos equipamentos, com previsão de instalação efetiva em novembro/2005.			TELECENTRO		
0640 LEITE PELA VIDA	28.750.000,00	47.264.237,24			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA / MUCURI E NORTE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P467	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE LEITE IN NATURA	28.750.000,00	47.264.237,24	LITRO DE LEITE ADQUIRIDO/DISTRIBUIDO	85.000	3.134.675
	<i>Meta subestimada.</i>			LITRO		
0641	COMUNIDADE VIVA	6.680.000,00	955.220,54			
P499	MOBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS AGENTES LOCAIS	4.680.000,00	825.351,77	EVENTO REALIZADO	2.585	5.100
	<i>A execução física representa a diversidade de projetos executados nesta ação (cozinhas sertanejas, ovinocultura, "picultura", etc).</i>			EVENTO		
P500	AQUISIÇÃO E MONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS E TRANSFERÊNCIA	2.000.000,00	129.868,77	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	37	16
				EQUIPAMENTO		
0642	TURISMO SOLIDÁRIO	660.000,00	410.000,00			
P509	MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL	440.000,00	140.000,00	ROTEIRO TURÍSTICO IMPLANTADO	8	2
	<i>O atraso na liberação de recursos do Ministério do Turismo possibilitou a implantação parcial da meta programada.</i>			ROTEIRO		
P526	CAPACITAÇÃO DE AGENTES DIVERSOS VOLTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SOLIDÁRIO	220.000,00	270.000,00	ALUNO BENEFICIADO	1.152	243
				ALUNO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01461 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	242.108.796,00	31.374.076,63			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8.221.418,00	6.129.034,82			
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	2.385.925,00	1.066.672,98			
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	2.774.328,00	1.676.393,46			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.883.295,00	3.215.653,26	PESSOA REMUNERADA	140	125
			UNIDADE		
P423 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	26.000,00	0	SERVIDOR CAPACITADO	62	4
			SERVIDOR		
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	53.800,00	39.197,30	AUXÍLIO CONCEDIDO	50	43
			AUXÍLIO		
P427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	98.070,00	131.117,82			
0134 GESTÃO AMBIENTAL MG SÉCULO XXI	250.000,00	0			
P950 APOIO A PROJETOS DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITO DE CARBONO	50.000,00	0	INICIATIVA APOIADA	10	0
	Trata-se de ação objeto de emenda parlamentar, em processo de definição da execução. Ação reprogramada para 2006.		PROJETO		
P537 NÚCLEO DE GESTÃO AMBIENTAL - SEDE	200.000,00	0	NÚCLEO IMPLANTADO/ CONSOLIDADO	1	0
	A Ação Núcleo de Gestão Ambiental contava, para a sua efetiva operacionalização em 2005, com a realização das avaliações ambientais estratégicas, que acabaram não sendo realizadas por questões técnicas e administrativas afetas às duas Secretarias escolhidas como piloto : SEDE e SETOP. Há indicativo de desistência por parte da SEDE de realizar a AAE. A SETOP não conseguiu operacionalizar o contrato com empresa para viabilizar os estudos.		NÚCLEO		
0219 OFERTA DE GÁS NATURAL	200.000,00	0			
P979 ESTUDOS GEOFÍSICOS PARA AUMENTO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	200.000,00	0	ESTUDO ELABORADO	2	0
			ESTUDO		
0268 100% ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.677.000,00	1.600.442,00			
P555 UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO RURAL DE ENERGIA ELÉTRICA EM MUNICÍPIOS NÃO ATENDIDOS PELA CEMIG	1.677.000,00	1.600.442,00	CONSUMIDOR ATENDIDO	451	220
			CONSUMIDOR		
0378 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	5.410.000,00	853.439,76			
P029 MODELAGENS DE PROJETOS-PILOTO PPP	4.000.000,00	360.645,58	PROJETO MODELADO	3	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE		FINANCEIRO		FÍSICO		
PROGRAMA		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
AÇÃO						
A primeira das modelagens está sendo integralmente paga com recursos do DER/MG. A segunda das modelagens tem suas primeiras fases pagas pelo BDMG e somente a quarta fase será com recursos orçamentários a serem desembolsados por esta Secretaria em junho. Os recursos utilizados foram para o pagamento da consultoria para elaboração de roteiro para solicitação de manifestação de interesses do campus UEMG e para o convênio firmado com BDMG para pagamento da modelagem de Unidades Prisionais.				PROJETO		
P623	IMPLANTAÇÃO DO ARCABOUÇO REGULATÓRIO E FISCALIZADOR DE PPP EM MINAS GERAIS	300.000,00	2.161,87	ESTRUTURA IMPLEMENTADA	75	0
Foi discutida a viabilidade de se implementar uma Agência Reguladora no Estado. Entretanto, trata-se de um tem complexo que envolve uma articulação com vários órgãos do Estado e que demandará um maior nível de aprofundamento nessa discussão. Paralelamente, foi elaborada minuta de decreto instituindo conselho regulador para os primeiros contratos de PPP.				PERCENTUAL		
P634	CRIAÇÃO DO AMBIENTE PPP NO ESTADO	270.000,00	117.801,20	PESSOA CAPACITADA	50	240
				PESSOA		
P637	CONSOLIDAÇÃO DO FUNDO PPP	235.000,00	270.000,00	ESTUDO/PESQUISA REALIZADO	2	0
Foram entregues 2 relatórios sobre a estruturação do arranjo de garantias do Programa PPP. Foi desenvolvida a estrutura de garantias para o projeto PPP da MG-050, no entanto o relatório final será entregue somente no primeiro trimestre de 2006. Os recursos foram utilizados para o pagamento da instituição financeira - UNIBANCO - responsável pela estruturação do arranjo de garantias do Programa PPP.				ESTUDO / PESQUISA		
P639	AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PPP	130.000,00	0	AVALIAÇÃO REALIZADA	1	0
As avaliações serão realizadas a partir do momento que o Programa PPP esteja mais avançado quanto à conclusão das metas físicas. Foi elaborado o Relatório Semestral de Progresso (2º Semestre de 2005) para o BID.				AVALIAÇÃO		
P643	GESTÃO DO CONHECIMENTO	475.000,00	102.831,11	CONCEITOS E PRÁTICAS DISPONIBILIZADAS	25	25
				PERCENTUAL		
0391	ENERGIA ELÉTRICA PARA O NOROESTE MINEIRO	17.650.000,00	0			
P789	EXPANSÃO DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSÃO	17.650.000,00	0	CONVÊNIO ASSINADO	1	0
				CONVÊNIO		
0410	PLATAFORMA LOGÍSTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	550.000,00	277.748,96			
P236	PLANO ESTRATÉGICO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA	330.000,00	256.089,84	PLANO ELABORADO	3	1
				PLANO		
P237	PORTFÓLIO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS	100.000,00	578,34	PROJETO SELECIONADO	10	4
				UNIDADE		
P238	PROMOÇÃO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	120.000,00	21.080,78	PLANO DE PROMOÇÃO EXECUTADO	1	0
				UNIDADE		
0525	REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO ENERGÉTICA	1.891.000,00	1.122,32			
P520	CRIAÇÃO DE AGÊNCIA REGULADORA DAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS CANALIZADO E DE ENERGIA ELÉTRICA	1.891.000,00	1.122,32	AGÊNCIA REGULADORA IMPLANTADA	1	0
Ação adiada.				AGÊNCIA		
0530	MAPEAMENTO GEOLÓGICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	7.600.000,00	7.300.742,63			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P602	LEVANTAMENTO AEROGEOFÍSICO DE MINAS GERAIS	7.600.000,00	7.300.742,63	MAPEAMENTO AEROGEOFÍSICO DO ESTADO COORDENADO E ACOMPANHADO PROJETO	1	0
Recurso repassado a Codemig para realização de levantamentos aerogeofísicos em 2006.						
0532	PROMOÇÃO DA EMPRESA MINEIRA EXPORTADORA	1.369.643,00	0			
P650	PROMOÇÃO COMERCIAL DAS PME DE MINAS GERAIS	1.369.643,00	0	PROMOÇÃO COMERCIAL NO EXTERIOR REALIZADA	25	0
Ação em fase de negociação.				US\$ MILHÃO		
0533	DIFUSÃO TÉCNICA DO SETOR MINERAL	200.000,00	1.234,75			
P641	CRIAÇÃO DO PERFIL DA ECONOMIA MINERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	200.000,00	1.234,75	PERFIL DA ECONOMIA MINERAL EDITADO	1	0
Ação adiada para 2006.				PERFIL		
0534	APOIO E INCENTIVO À MINERAÇÃO E À INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO MINERAL DE MICRO E MÉDIO PORTE	100.000,00	35,00			
P660	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS RELATIVOS À MINERAÇÃO E À INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO MINERAL DE MICRO E MÉDIO PORTE	100.000,00	35,00	RELATÓRIO ELABORADO	1	0
Execução reprogramada para 2006 em função de outras prioridades.				RELATÓRIO		
0538	EXPORTA MINAS	2.500.795,00	1.220,17			
P692	CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA DE COMÉRCIO EXTERIOR	1.247.174,00	0	PROJETO IMPLANTADO E SUPERVISIONADO	25	25
A não utilização dos recursos disponíveis para essa ação deveu-se à demora na contratação do ITC				PROJETO		
P815	CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO EM COMÉRCIO EXTERIOR ÀS PME	1.253.621,00	1.220,17	PROJETO IMPLANTADO E SUPERVISIONADO	25	25
As obras de instalação da Central de Atendimento ao Exportador junto ao FacilitaMinas foram adiadas para 2006.				PROJETO		
0540	ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	1.362.400,00	7.837.615,30			
P112	PROMOÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO MOVELEIRO	80.000,00	51.586,95	ARRANJO PRODUTIVO FORMADO	2	0
Existe uma iniciativa que está sendo priorizada e acompanhada de perto: a implantação do Centro Minas Design. A partir de convênio assinado pelo Governador do Estado de Minas junto com o Instituto Politécnico de Turim, está implantado através da SECTES e da UEMG, o Centro em questão, em espaço a ser cedido pelo CETEC.				ARRANJO FORMADO		
P141	PROMOÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO ELETROELETRÔNICO	80.000,00	16.336,96	ARRANJO PRODUTIVO FORMADO	2	0
As principais iniciativas dessa ação dizem respeito a dois projetos que estão recebendo atenção e acompanhamento especial: 1 - Projeto do Parque de Semicondutores de Minas Gerais: em articulação para a criação da empresa que será a responsável pela implantação do projeto da "foundry" de semicondutores, com a participação pelo lado do Governo de MG da CODEMIG. 2- Projeto BH Tec: trata-se do Parque Tecnológico de Belo Horizonte, que está em fase de implementação entre SEDE / SEPLAG / SECTES / UFMG e Prefeitura de BH para a sua implantação física, tendo sido assinado o Convênio entre o Governo do Estado, PBH e UFMG, em 12/12/2005.				ARRANJO FORMADO		
P769	ELABORAÇÃO DOS PLANOS ESTRATÉGICOS DOS PÓLOS MOVELEIROS	100.000,00	99.691,39	PLANO ELABORADO	2	0
O convênio SEDE-SECTES para permitir a execução da ação ocorreu em dezembro de 2005. Em consequência o cronograma previsto terá sua conclusão no exercício de 2006.				PLANO		
P797	CONCESSÃO DE ÁREA INDUSTRIAL E INFRAESTRUTURA PARA O PARQUE DE SEMICONDUCTORES DE MG	1.400,00	7.000.000,00	INFRAESTRUTURA IMPLANTADA	1	0
Área física já escolhida e em fase de avaliação geotécnica. Caso positivos os resultados, deverá ser desapropriada para a implantação do projeto.				INFRA-ESTRUTURA		
P856	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES PARA IMPLANTAÇÃO DO PÓLO INDUSTRIAL DE MICROELETRÔNICA	1.000,00	0	CONSULTORIA CONTRATADA	1	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Os estudos estão sendo realizados até o momento com recursos de parceiros do projeto.				ESTUDO ELABORADO		
P880	CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE CERTIFICAÇÃO E DO ORGANISMO DE CONFORMIDADE DE PRODUTOS MOVELEIROS	200.000,00	180.000,00	REDE DE CERTIFICAÇÃO E ORGANISMOS DE CONFORMIDADE CONSOLIDADOS UNIDADE	I	0
O convênio SEDE-SECTES para permitir a execução da ação ocorreu em dezembro de 2005. Em consequência, o cronograma previsto terá sua conclusão no exercício de 2006.						
P891	CRIAÇÃO DE REDE DE DESIGN PARA OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS MOVELEIROS	150.000,00	150.000,00	REDE DE DESIGN IMPLEMENTADA	I	0
O convênio para liberação de recursos foi publicado em 16/12/2005. A inauguração do Centro Minas Design está prevista para agosto de 2006.				REDE DE DESIGN		
P931	FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, CAPACITADA E TREINADA PARA APLS MOVELEIROS.	170.000,00	0	PESSOA FORMADA CAPACITADA E TREINADA	150	0
Programa de treinamento de mão de obra, nos APL's moveleiros priorizados (Zona da Mata e Triângulo Mineiro), estão sendo formulados e realizados pelo IEL e SENAI, tendo iniciada a sua implantação no 2º semestre de 2005 devendo terminar em 2006.				PESSOA		
P945	PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO APL ELETROELETRÔNICO	80.000,00	30.000,00	ATENDIMENTO REALIZADO	60	0
Assinatura de 2 convênios para criação dos núcleos de inovação tecnológica na PUC Minas e na UNIFEI em Itajubá.				ATENDIMENTO		
P953	IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL	200.000,00	70.000,00	ATENDIMENTO REALIZADO	300	0
Pela SEDE, estão sendo executadas as seguintes iniciativas dentro desta ação: 1 - Consolidação da implantação do núcleo de informações estratégicas no INDI, para iniciar a sua operacionalização em fev/2006; 2 - Aquisição de softwares de busca de informações, em andamento; 3 - Treinamento dos operadores do núcleo do INDI; 4 - Determinação das prioridades de busca de informações estratégicas, com base nos programas prioritários do Governo de Minas (APL's e cadeias produtivas escolhidas).				ATENDIMENTO		
P954	IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA EM SOFTWARE EMBARCADO	300.000,00	240.000,00	CENTRO DE REFERÊNCIA IMPLANTADO	I	I
Início das tratativas de convênio com o Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT no sentido de buscar recursos federais para consolidar o funcionamento do Centro de Referência de Software Embarcado (CRSWE) num espaço nacional. Início de negociações com a NOKIA para desenvolvimento de produtos com o CRSWE. Instalação física finalizada. Início de preparação do treinamento para as empresas do APL. Definição da equipe de trabalho (2 pesquisadores Seniors e 4 Bolsistas de iniciação Científica)				CENTRO		
0551	MINAS EXPORTA COM EXCELENCIA	1.202.604,00	1.499,80			
P408	ESTUDO DA CADEIA PRODUTIVA DO SETOR DE JÓIAS E GEMAS EM MINAS GERAIS	432.536,00	0	ESTUDO ELABORADO	I	I
Ação realizada sem ônus para o Estado pela Fiemg/AJOMIG.				ESTUDO		
P413	PROMOÇÃO DO FOMENTO ÀS EXPORTAÇÕES DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL)	375.844,00	0	CONVÊNIO ASSINADO	I	0
Ação em revisão.				CONVÊNIO		
P926	VIABILIZAÇÃO DE UNIDADE DE EXCELENCIA NO TRANSPORTE INTERNACIONAL DE PEQUENOS VOLUMES NO AEROPORTO TANCREDO NEVES	332.536,00	0	CONVÊNIO ASSINADO	25	0
Ação a ser cancelada pois já é realizada com sucesso pelos Correios via "EXPORTA FÁCIL".				CONVÊNIO		
P938	MELHORIA DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS NA OBTENÇÃO DE CRÉDITO E FINANCIAMENTO ÀS PME EXPORTADORAS	61.688,00	1.499,80	CUSTO DE CAPITAL DE TERCEIROS REDUZIDO	33	0
Ação adiada para 2006.				PERCENTUAL		
0567	MINAS, CAPITAL DO CONHECIMENTO	1.517.685,00	1.950,99			
P271	DESENVOLVIMENTO DE REDE DE INTELIGÊNCIA DO CONHECIMENTO	578.075,00	0	PROJETO IMPLANTADO E SUPERVISIONADO	I	I

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
<i>Ação patrocinada pelo Banco do Brasil e Corporação Andina de Fomento</i>				PROJETO		
P289	PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NO ESTADO EM ÁREAS INTENSIVAS EM CONHECIMENTO	523.940,00	1.950,99	PROMOÇÃO REALIZADA	25	0
<i>Ação adiada para 2006.</i>				PROMOÇÃO		
P370	ESTUDO SOBRE A ECONOMIA DO CONHECIMENTO EM MINAS GERAIS	415.670,00	0	ESTUDO E PROJETO ELABORADO	1	0
<i>Ação adiada para 2006.</i>				ESTUDO / PROJETO		
0569	DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO EM MINAS GERAIS	912.000,00	306.593,85	ARTESÃO APOIADO	338	0
P283	CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE ARTESÃOS E MULTIPLICADORES	162.000,00	187.243,25	ARTESÃO		
<i>A formação dos artesãos só se concluirá em 2006.</i>				ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃO APOIADA	25	0
P292	INCENTIVO AO ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	200.000,00	43.058,00	ASSOCIAÇÃO		
<i>Ação afetada pelo contingenciamento.</i>				PARTICIPAÇÃO EM EVENTO REALIZADO	7	3
P298	INSERÇÃO DOS PRODUTOS ARTESANAIS EM NOVOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO	140.000,00	72.713,20	EVENTO		
P302	ROTAS E ESPAÇOS PARA O ARTESANATO E TURISMO	300.000,00	210,00	PONTO DE EXIBIÇÃO CRIADO	12	0
<i>Ação afetada pelo contingenciamento.</i>				UNIDADE		
P367	IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO-ALVO E A SOCIEDADE	110.000,00	3.369,40	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO PRODUZIDO	25	0
<i>Ação afetada pelo contingenciamento.</i>				UNIDADE		
0574	FORMAÇÃO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS - MINAS AGREGA VALOR	292.000,00	3.027.212,51	ARRANJO PRODUTIVO FORMADO	4	0
P377	FORMAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS	292.000,00	3.027.212,51	ARRANJO FORMADO		
<i>Convênios com a Codemig para implantação de dois distritos industriais em Extrema e do programa Minas no Caminho do Desenvolvimento.</i>				CADEIA PRODUTIVA FORMADA	9	7
0577	CONSOLIDAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS - MINAS DO PRINCÍPIO AO FIM	18.182.000,00	525.098,05	CADEIA FORMADA		
P381	CONSOLIDAÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS	18.182.000,00	525.098,05			
0579	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	657.000,00	90.530,88	EVENTO REALIZADO	20	0
P404	EVENTOS DE PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA	447.000,00	54.051,36	EVENTO		
<i>Recurso utilizado para aquisição de equipamentos para o Facilita Minas.</i>				SISTEMA DE INFORMAÇÃO DESENVOLVIDO	1	1
P410	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA CENTRAL DE DADOS E INFORMAÇÕES INDUSTRIAIS	210.000,00	36.479,52	SISTEMA		
0580	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E DOS SERVIÇOS	536.400,00	102.728,41	CALENDÁRIO ELABORADO	5.000	5.000
P422	ELABORAÇÃO DE CALENDÁRIOS DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE SERVIÇOS DE MINAS GERAIS	50.000,00	0	CALENDÁRIO		
<i>Calendário patrocinado por parceiros.</i>				PROMOÇÃO REALIZADA	30	0
P472	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E EXPOSIÇÕES	346.400,00	46.584,31			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
A SEDE não promoveu nenhuma feira, apenas participou da Febrac e da Feira de Artesanato.				PROMOÇÃO		
P474	CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL	140.000,00	56.144,10	EMPRESÁRIO CAPACITADO	100	0
Gastos financeiros para aquisição de equipamentos de informática para o Minas Fácil.				EMPRESÁRIO		
0618	AJUSTE ESTRUTURAL DO ESTADO	169.026.851,00	0			
P213	PROMOÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E DE INFRA ESTRUTURA / BIRD - AJUSTE ESTRUTURAL	169.026.851,00	0	INVESTIMENTO REALIZADO.	31	0
A contratação de operação de crédito ainda está em negociação				PERCENTUAL		
0645	MINAS ALÉM-FRONTIEIRAS	800.000,00	3.315.826,43			
P711	COOPERAÇÃO ENTRE ORGANISMOS MULTILATERAIS E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	200.000,00	3.285.102,44	ACORDO IMPLEMENTADO	4	2
Despesas para preparação da 47ª Assembleia de Governadores do BID e 21ª Reunião da Corte Interamericana de Investimentos.				ACORDO		
P724	ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM PAÍSES E PROVÍNCIAS IRMÃS	200.000,00	30.723,99	ACORDO IMPLEMENTADO	4	2
				ACORDO		
P761	JOVENS MINEIROS CIDADÃOS DO MUNDO	400.000,00	0	PARTICIPANTE DE PROGRAMA INTERNACIONAL TREINADO	20	0
Contratação de consultoria que auxiliará na implementação do projeto adiada para 2006.				PARTICIPANTE		
02251	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	15.267.380,00	10.143.718,29			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	11.416.530,00	9.345.736,00			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	4.417.282,00	5.005.218,41	PESSOA REMUNERADA	203	129
				UNIDADE		
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.370.000,00	2.301.186,97			
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	10.000,00	0	AUXÍLIO CONCEDIDO	11	0
				AUXÍLIO		
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	465.216,00	355.559,51			
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.154.032,00	1.683.771,11			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	9.355,99			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	9.355,99			
0130	REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES AFINS	3.849.850,00	788.626,30			
P490	REGISTRO DE DOCUMENTOS DE EMPRESAS	3.849.850,00	788.626,30	DOCUMENTO REGISTRADO	185.000	198.209

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
<i>Orçamento contingenciado.</i>			DOCUMENTO		
04011 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MÍNERO-METALÚRGICO	4.818.714,00	1.950.100,00			
0576 DESENVOLVIMENTO MÍNERO-METALÚRGICO - FDMM	4.818.714,00	1.950.100,00			
P380 APOIO FINANCEIRO DESTINADO AOS INVESTIMENTOS QUE VISEM AO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE MÍNERO-METALÚRGICO.	4.818.714,00	1.950.100,00	EMPRESA FINANCIADA	3	4
			EMPRESA		
04051 FUNDO DE INCENTIVO À INDUSTRIALIZAÇÃO	220.065.000,00	242.094.084,91			
0350 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO	220.065.000,00	242.094.084,91			
P442 APOIO FINANCEIRO AO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL	88.065.000,00	43.820.084,91	EMPRESA FINANCIADA	43	23
			EMPRESA		
P458 APOIO FINANCEIRO DESTINADO A IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES INDUSTRIAIS.	132.000.000,00	198.274.000,00	EMPRESA FINANCIADA	16	26
			EMPRESA		
04111 FUNDO DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	155.806.070,00	148.899.446,85			
0217 ESTRADA REAL	7.000.000,00	6.239.713,00			
P927 FUNDESE- ESTRADA REAL	7.000.000,00	6.239.713,00	FINANCIAMENTO CONCEDIDO	25	116
			UNIDADE		
0258 EMPRESA MINEIRA COMPETITIVA	35.200.000,00	52.251.609,85			
P453 VIABILIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE FINANCIAMENTOS AO PROGRAMA EMPRESA MINEIRA COMPETITIVA	35.200.000,00	52.251.609,85	FINANCIAMENTO CONCEDIDO	50	100
			UNIDADE		
0365 PROPAGAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	6.000.000,00	1.257.000,00			
P930 FUNDESE BASE TECNOLÓGICA	6.000.000,00	1.257.000,00	EMPRESA FINANCIADA	11	6
			EMPRESA		
0374 FOMENTO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS	107.606.070,00	89.151.124,00			
P973 GERAMINAS	107.606.070,00	89.151.124,00	FINANCIAMENTO CONCEDIDO	4.200	3.467
			UNIDADE		
04261 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE INDÚSTRIAS ESTRATÉGICAS	2.710.175,00	68.839.781,82			
0336 POTENCIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO	240.000,00	22.790.267,70			
P506 APOIO FINANCEIRO DESTINADO A AMPLIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EMPRESAS AGRO-INDUSTRIAIS	240.000,00	22.790.267,70	EMPRESA FINANCIADA	2	3
			EMPRESA		
0350 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO	2.460.175,00	46.049.514,12			
P485 IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS ESTRATÉGICOS: PROE-INDÚSTRIA	250.000,00	25.307.727,46	EMPRESA FINANCIADA	4	2
			EMPRESA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE		FINANCEIRO		FÍSICO		
PROGRAMA AÇÃO		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P488	ESTRUTURAÇÃO COMERCIAL DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS ESTRATÉGICOS - PROE -ESTRUTURAÇÃO.	2.210.175,00	20.741.786,66	EMPRESA FINANCIADA	3	1
				EMPRESA		
0365	PROPAGANDA DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	10.000,00	0			
P503	PROE-ELETRÔNICA	10.000,00	0	EMPRESA FINANCIADA	3	0
Optou-se por conceder incentivos fiscais ao invés de financiamentos.				EMPRESA		
05011	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS	55.272.000,00	88.991.921,00			
0318	GESTÃO DE NEGÓCIOS	41.501.000,00	86.064.745,00			
P695	APOIO INSTITUCIONAL NO DESENVOLVIMENTO DO PÓLO TURÍSTICO DE ARAXÁ	1.001.000,00	0	ESTUDO ELABORADO	1	0
Ação cancelada devido a rescisão contratual pelo consórcio Santa Bárbara/Tropical				ESTUDO		
P255	SISTEMA VIÁRIO EXPOMINAS BH	11.000.000,00	12.947.580,00	ESTUDO E PROJETO EXECUTADO	3	0
Término das obras previsto para fevereiro de 2006.				PROJETO		
P816	RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA, DIVERSIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MODELO OPERACIONAL DOS PARQUES E BALNEÁRIOS DA COMIG	1.500.000,00	689.900,00	PARQUE RECUPERADO	3	1
				UNIDADE		
P818	REFORMA DE BALNEÁRIOS E CENTRO DE CONVENÇÕES EM CAXAMBU E POÇOS DE CALDAS	1.500.000,00	0	PRÉDIO REFORMADO	1	0
				PRÉDIO		
P822	REGULARIZAÇÃO, VIABILIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DE ÁGUAS MINERAIS DA CODEMIG	5.000.000,00	2.470.026,00	EDITAL PUBLICADO	3	1
				EDITAL		
P835	CONSTRUÇÃO DO CENTRO EXPOMINAS DE JUIZ DE FORA	10.000.000,00	18.147.419,00	CENTRO DE EXPOSIÇÃO CONSTRUÍDO	1	0
Término da obra previsto para junho de 2006.				CENTRO		
P906	GESTÃO AMBIENTAL DOS DIREITOS MINERÁRIOS E DAS UNIDADES INDUSTRIAIS, HIDROTERMAIS E HOTELEIRA DA CODEMIG	500.000,00	60.000,00	LICENÇA AMBIENTAL OBTIDA	5	0
Licenças ambientais em análise.				UNIDADE		
P940	MELHORIA NA INFRA-ESTRUTURA DO EXPOMINAS-ARAXÁ	1.000.000,00	7.462,00	CENTRO DE FEIRAS E EXPOSIÇÃO MELHORADO	1	0
A baixa ocupação do empreendimento não justifica ações de melhoria				UNIDADE		
P943	CONSTRUÇÃO DE ANEXO PARA EVENTOS PARALELOS NO EXPOMINAS-BH	10.000.000,00	51.742.358,00	ANEXO CONSTRUÍDO	1	0
Término da obra previsto para fevereiro de 2006.				UNIDADE		
0409	GESTÃO MINERAL	5.200.000,00	871.550,00			
P655	AValiação DO PORTFÓLIO MINERAL DA CODEMIG	4.200.000,00	153.974,00	PROJETO EXECUTADO	13	3
				PROJETO		
P662	INCREMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS NO SETOR MINERAL	1.000.000,00	717.576,00	NEGÓCIOS VIABILIZADOS	1	0
Os trabalhos de pesquisa mineral na região de Coromandel terão continuidade em 2006.				NEGÓCIOS		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0541 GESTÃO DE INFORMAÇÕES MINERAIS	2.220.000,00	357.703,00			
P726 GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES GEOLÓGICAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.710.000,00	0	MAPA GEOLÓGICO CONCLUÍDO	60.000	0
<i>Cronograma atrasado, a se iniciar no 1º semestre de 2006.</i>			QUILÔMETRO QUADRADO		
P819 DIFUSÃO TÉCNICA DO SETOR MINERAL	350.000,00	333.000,00	EVENTO APOIADO	3	3
			EVENTO		
P824 CONCLUSÃO DO PROJETO DO MEMORIAL DA MINERAÇÃO	160.000,00	24.703,00	REFORMA DO MEMORIAL CONCLUÍDA	1	0
<i>A ação paralisa aguardando a deliberação sobre a utilização das edificações do complexo da Praça da Liberdade.</i>			UNIDADE		
0560 APORTE DE CAPITAL	1.000,00	0			
P828 PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA - PROMINAS	1.000,00	0	INVESTIMENTO REALIZADO	1	0
			INVESTIMENTO		
0629 MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA DO EDIFÍCIO SEDE DA CODEMIG	1.500.000,00	111.135,00			
P152 REFORMA DO EDIFÍCIO SEDE DA CODEMIG	1.500.000,00	111.135,00	PRÉDIO REFORMADO	1	0
<i>Reforma do prédio adiada para 2006.</i>			PRÉDIO		
0635 IMPLANTAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DE ÁREAS INDUSTRIAIS PLANEJADAS	4.850.000,00	1.586.788,00			
P291 IMPLANTAÇÃO DE DISTRITOS INDUSTRIAIS	4.000.000,00	1.586.788,00	DISTRITO INDUSTRIAL IMPLANTADO	5	1
			DISTRITO		
P299 IMPLANTAÇÃO DE QUARTEIRÕES EMPRESARIAIS	800.000,00	0	QUARTEIRÃO EMPRESARIAL IMPLANTADO	5	0
<i>Ação cancelada em função de alterações nas diretrizes da empresa.</i>			QUARTEIRÃO		
P314 IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEO HABITAÇÃO TRABALHO	50.000,00	0	NÚCLEO HABITAÇÃO TRABALHO IMPLANTADO	1	0
<i>Ação cancelada em função de alterações nas diretrizes da empresa.</i>			NÚCLEO		
05121 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	.372.300.000,00	3.006.496.754,00			
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.534.000.000,00	.280.666.754,00			
P865 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA - CEMIG	1.103.000.000,00	910.769.525,00			
P923 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA - CEMIG	431.000.000,00	369.897.229,00			
0019 GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	426.300.000,00	410.111.000,00			
P051 MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DAS USINAS HIDRELÉTRICAS OU TÉRMICAS	11.800.000,00	7.451.000,00	AÇÃO REALIZADA	1	1
			AÇÃO		
P030 CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS OU TÉRMICAS	339.500.000,00	374.306.000,00	USINA CONSTRUÍDA	6	3
			USINA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE		FINANCEIRO		FÍSICO		
PROGRAMA AÇÃO		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P032	MANUTENÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS OU TÉRMICAS	75.000.000,00	28.354.000,00	REFORMA E MELHORIA DE USINA EXECUTADA	I	I
				USINA		
0037	TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	128.200.000,00	42.190.000,00			
P052	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO	37.100.000,00	34.901.000,00	LINHA DE TRANSMISSÃO INSTALADA	1.113	0
	As linhas de transmissão estão em construção e só serão contabilizadas quando toda obra estiver concluída			QUILÔMETRO		
P061	EXPLORAÇÃO DE SUBESTAÇÕES E LINHAS DE TRANSMISSÃO	64.000.000,00	3.481.000,00	AÇÃO REALIZADA	I	I
				AÇÃO		
P994	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA A TRANSMISSÃO	27.100.000,00	3.808.000,00	AÇÃO REALIZADA	I	I
				AÇÃO		
0045	DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	423.200.000,00	391.638.000,00			
P071	EXPANSÃO DAS LIGAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA NO MERCADO URBANO	166.500.000,00	275.924.000,00	CONSUMIDOR ATENDIDO	113.206	132.511
				UNIDADE		
P074	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO DA DISTRIBUIÇÃO.	168.000.000,00	94.948.000,00	AÇÃO REALIZADA	I	I
				AÇÃO		
P076	EXPANSÃO, REFORMA E MELHORIA DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSÃO	88.700.000,00	20.766.000,00	QUILÔMETRO DE LINHA CONSTRUÍDO	1.062	5
	As linhas de distribuição estão em construção e só serão contabilizadas quando tiverem totalmente concluídas. O recurso também foi utilizado para construção das SE Mariana 2 e Brasília 2.			QUILÔMETRO		
0268	100% ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS	190.000.000,00	203.044.000,00			
P517	EXECUÇÃO DO PROGRAMA PARA 100% DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS - ÁREA DE CONCESSÃO CEMIG	190.000.000,00	203.044.000,00	CONSUMIDOR ATENDIDO	37.894	16.466
				CONSUMIDOR		
0391	ENERGIA ELÉTRICA PARA O NOROESTE MINEIRO	47.600.000,00	12.864.000,00			
P154	EXPANSÃO DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSÃO	39.000.000,00	3.665.000,00	MVA INSTALADO	120	0
				MEGA VOLT AMPERE		
P436	EXPANSÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO EM MÉDIA TENSÃO	8.600.000,00	9.199.000,00	REDE DE DISTRIBUIÇÃO EM MT	274	0
				QUILÔMETRO		
0619	APOORTE DE CAPITAL - CEMIG	1.623.000.000,00	665.983.000,00			
P479	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	35.000.000,00	21.364.000,00			
P805	DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	1.588.000.000,00	644.619.000,00			
05131	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS	335.280,00	81.587,24			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	335.280,00	81.587,24			
P946	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA - INDI	335.280,00	81.587,24	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	45	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
O valor orçado e não realizado refere-se a compra de computadores associado a software, que foi adiada para o mês de fevereiro de 2006. O realizado e não orçado refere-se a compra de software não prevista.			EQUIPAMENTO		
05201 BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.	75.250.293,00	63.846.248,00			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	5.780.000,00	2.026.971,00			
P568 REVITALIZAÇÃO DO PRÉDIO DO BDMG	5.780.000,00	2.026.971,00	PRÉDIO REFORMADO	I	I
			PRÉDIO		
0363 DESENVOLVIMENTO DA INFORMATIZAÇÃO DO BDMG	1.890.000,00	686.490,00			
P452 DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	1.890.000,00	686.490,00			
0606 CAPITALIZAÇÃO DO BDMG	67.580.293,00	61.132.787,00			
P554 CAPITALIZAÇÃO DO BDMG	67.580.293,00	61.132.787,00	AUMENTO DE CAPITAL REALIZADO	I	2
			UNIDADE		
05251 COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS	118.909.230,00	43.752.111,00			
0219 OFERTA DE GÁS NATURAL	118.909.230,00	43.752.111,00			
P364 DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL	118.909.230,00	43.752.111,00	REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CONSTRUÍDA	224	93
As metas físicas e financeiras para a Ação Distribuição de Gás Natural foram previstas tendo como base o Plano Diretor vigente na época. Essas previsões tendem a se realizar ao longo dos próximos anos, porém não nos períodos anteriormente considerados. Por esse motivo, a realização física/financeira no ano de 2005 ficou abaixo da prevista.			QUILÔMETRO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01471	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA	35.383.323,00	19.873.638,63			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	5.755.207,00	6.369.235,55			
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	803.514,00	1.617.647,41			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.181.041,00	3.378.726,21	PESSOA REMUNERADA	124	141
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	61.066,00	59.015,60	AUXÍLIO CONCEDIDO	66	66
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	56.577,00	63.388,20			
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.630.259,00	1.250.458,13			
P430	RACIONALIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS	22.750,00	0			
0080	SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS	7.295.442,00	0			
P388	IMPLANTAR SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE SANEAMENTO	4.801.400,00	0	SISTEMA DE SANEAMENTO SIMPLIFICADO IMPLANTADO	50	24
	Execução por meio de Convênio com a COPASA.			UNIDADE		
P567	INSTALAR MÓDULOS SANITÁRIOS EM RESIDÊNCIAS DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA	1.123.200,00	0	MÓDULO SANITÁRIO INSTALADO	1.872	1.445
	Os módulos sanitários instalados foram executados por meio de Convênio firmado com a COPASA.			MÓDULO SANITÁRIO		
P574	IMPLANTAR SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO EM LOCALIDADES FORA DA CONCESSÃO COPASA	810.842,00	0	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO IMPLANTADO	3	0
	Santa Margarida :Obra em andamento (avanço físico = 68%) Diogo de Vasconcelos :Obra em andamento (avanço físico = 36%) São João Evangelista : Obra em andamento (avanço físico = 27%) Montezuma - obra em andamento (avanço físico = 55%) Obras já em execução por meio de Convênio com a COPASA.			UNIDADE		
P578	IMPLANTAR, AMPLIAR E MELHORAR SISTEMAS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COLETADOS NAS ÁREAS URBANAS	520.000,00	0	SISTEMA DE DISPOSIÇÃO E OU TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS IMPLANTADO	2	0
	Implantação dos sistemas de disposição de resíduos sólidos em Araponga, Bom Jesus da Penha, Carmópolis de Minas, Crisólita, Inimutaba e São José do Divino - em fase de licitação. Estão sendo executados por meio de Convênio com a COPASA.			SISTEMA		
P616	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES DE SANEAMENTO	40.000,00	0	BANCO DE DADOS IMPLANTADO	1	0
	Ação reprogramada para 2006.			BANCO DE DADOS		
0175	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	5.867.469,00	0			
P996	ESTUDO E IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	5.867.469,00	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO	27	0
	Não foram liberados recursos do BID.			MUNICÍPIO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0213 LARES GERAES		8.245.408,00	6.648.000,00			
P546	CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA LARES GERAES - SEGURANÇA	8.025.408,00	6.648.000,00	UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA	880	138
				UNIDADE HABITACIONAL		
P644	CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS E PRODUÇÃO DE LOTES URBANIZADOS NA ZONA URBANA	210.000,00	0	UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA	1	188
	<i>Não houve realizações com recursos do exercício de 2005. Foram concluídas 117 unidades habitacionais em diversos municípios e 71 unidades em Ribeirão das Neves com recursos de restos a pagar/2004.</i>			UNIDADE HABITACIONAL		
P647	CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS NA ZONA RURAL	10.000,00	0	UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA	1	0
	<i>Existe somente crédito inicial orçamentário, não houve realizações com recursos do exercício de 2005.</i>			UNIDADE HABITACIONAL		
0217 ESTRADA REAL		30.000,00	0			
P439	SANEAMENTO BÁSICO - ABASTECIMENTO DE ÁGUA	10.000,00	0	ECONOMIA RESIDENCIAL DE ÁGUA ATENDIDA	100	0
	<i>A ação não foi implementada devido ao contingenciamento de recursos</i>			ECONOMIA RESIDENCIAL		
P850	SANEAMENTO BÁSICO - ESGOTAMENTO SANITÁRIO	10.000,00	0	ECONOMIA RESIDENCIAL DE ESGOTO ATENDIDA	100	0
	<i>A ação não foi implementada devido ao contingenciamento de recursos</i>			ECONOMIA RESIDENCIAL		
P883	SANEAMENTO BÁSICO - COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE LIXO	10.000,00	0	FAMÍLIA BENEFICIADA	500	0
	<i>A ação não foi implementada devido ao contingenciamento de recursos</i>			FAMÍLIA		
0251 PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA		4.550,00	0			
P424	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	4.550,00	0	LOTE REGULARIZADO	2.000	0
	<i>Esta sendo elaborada uma minuta de decreto, visando criar as condições técnica/jurídica/administrativa para a regularização das áreas de propriedade do Estado ocupadas por famílias de baixa renda no município de Belo Horizonte, com a parceria entre o Estado e a Prefeitura de Belo Horizonte.</i>			UNIDADE		
0259 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO METROPOLITANA.		2.351.442,00	425.769,69			
P457	PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO	2.345.072,00	425.769,69	PLANO DIRETOR METROPOLITANO ELABORADO	1	0
	<i>O projeto encontra-se em fase de elaboração do diagnóstico. Foi firmado em dezembro/2005 um contrato com Fundação João Pinheiro para elaboração do diagnóstico sobre as regiões metropolitanas.</i>			PLANO DIRETOR		
P589	PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS	6.370,00	0	PLANO DIRETOR IMPLANTADO/ SUPERVISIONADO	14	0
	<i>O projeto encontra-se em fase de elaboração do diagnóstico. Foi firmado em dezembro/2005 um contrato com Fundação João Pinheiro para elaboração do diagnóstico sobre as regiões metropolitanas.</i>			PLANO		
0267 POSTO DE SERVIÇO INTEGRADO URBANO (PSIU)		2.829.207,00	3.436.430,55			
P480	EXPANSÃO DA REDE DE POSTOS DE SERVIÇOS INTEGRADOS URBANOS (PSIU)	273.000,00	0	POSTO PSIU IMPLANTADO.	3	1
	<i>No exercício de 2005 foi implantado um posto do psiu no Barreiro(BH) com recurso de exercício anterior.</i>			POSTO		
P482	OPERACIONALIZAÇÃO DOS POSTOS DE SERVIÇOS INTEGRADOS URBANOS (PSIU)	2.556.207,00	3.436.430,55	ATENDIMENTO PRESTADO	5.500.000	5.500.000
				ATENDIMENTO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0276 PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - PADEM	2.962.012,00	2.909.986,85			
P507 APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.	2.962.012,00	2.909.986,85	MUNICÍPIO ATENDIDO	1	93
<i>Em dezembro/2005 foram celebrados 93 convênios para atendimento a diversos municípios, com recursos provenientes de Emendas Parlamentares.</i>			MUNICÍPIO		
0289 PROGRAMA DE ORDENAÇÃO TÉCNICA ESTRUTURAL DOS MUNICÍPIOS	40.586,00	84.215,99			
P565 ORDENAÇÃO TÉCNICA E ESTRUTURAL DOS MUNICÍPIOS.	24.843,00	70.479,99	PLANO DIRETOR IMPLANTADO/ SUPERVISIONADO PLANO	75	0
<i>A meta para 2005 deveria estar focada na capacitação de agentes públicos municipais e da sociedade civil para a elaboração de planos diretores municipais, em parceria com órgãos estaduais e federais, visando a realização de 06 (seis) oficinas em 06 (seis) municípios.</i>					
P583 FORTALECIMENTO DA AÇÃO COMPARTILHADA OU DOS CONSÓRCIOS E ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS.	15.743,00	13.736,00	SERVIDOR PÚBLICO CAPACITADO	600	1.057
<i>A meta para 2005, que focava a capacitação de agentes públicos municipais e da sociedade civil para a elaboração de planos diretores municipais, foi acoplada à uma ação do Ministério das Cidades e da criação do Núcleo Gestor - Planos Diretores Participativos, tornando-se mais abrangente em termos de participantes e mesmo no número de municípios envolvidos.</i>			SERVIDOR PÚBLICO		
0614 AÇÕES EMERGENCIAIS DE SANEAMENTO	2.000,00	0			
P963 ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR CAMINHÕES-PIPA	1.000,00	0	CAMINHÃO PIPA DISPONIBILIZADO	200	0
<i>Esta ação foi suprida pela dotação da ação Sistemas Simplificados de Saneamento do projeto estruturador, com recursos de resto a pagar.</i>			CAMINHÃO		
P970 POÇOS PROFUNDOS – PERFURAÇÃO, INSTALAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	1.000,00	0	POÇO PERFURADO INSTALADO ATENDIDO	250	0
<i>Esta ação foi suprida pela dotação da ação Sistemas Simplificados de Saneamento do projeto estruturador, com recursos de resto a pagar.</i>			POÇO		
02381 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS	6.034.983,00	11.232.929,90			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.502.671,00	2.513.914,23			
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	541.768,00	771.423,98			
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	26.200,00	18.428,88	AUXÍLIO CONCEDIDO	19	22
			AUXÍLIO		
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.873.703,00	1.676.611,53	PESSOA REMUNERADA	89	99
			UNIDADE		
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	15.000,00	6.512,41			
P427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	46.000,00	40.937,43			
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	181.736,00	181.735,39			
P004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	181.736,00	181.735,39			
0027 RÁDIODIFUSÃO	970.576,00	7.711.739,94			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

ÓRGÃO / ENTIDADE		FINANCEIRO		FÍSICO		
PROGRAMA AÇÃO		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P481	MANUTENÇÃO NOS SISTEMAS DE TRANSMISSÃO E RETRANSMISSÃO DE TV IMPLANTADOS.	970.576,00	7.711.739,94	MANUTENÇÃO REALIZADA	500	444
Além das manutenções realizadas foram instalados 151 sistemas de retransmissão de sinais da TV MINAS (1ª fase de expansão) e estão sendo adquiridos equipamentos e componentes para instalação de mais 240 (2ª fase). Também foram instalados 34 sistemas de tv para atender a Secretaria de Estado de Governo, com recursos suplementados.				SERVIÇO		
0217	ESTRADA REAL	800.000,00	778.708,18			
P135	IMPLANTAÇÃO DE TELEFONIA RURAL NA ESTRADA REAL	800.000,00	778.708,18	POSTO TELEFÔNICO RURAL INSTALADO	80	2
O Orçamento para 2005 previa a instalação de 80 Postos, conseguiu-se adquirir mais 30, aumentando para 120 Postos. Contudo, não foi possível fazer a instalação de todos os postos, ficando o restante para 2006.				POSTO TELEFÔNICO		
0280	TELEFONIA RURAL	1.580.000,00	46.832,16			
P523	PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO SISTEMA DE TELEFONIA RURAL.	1.540.000,00	40.000,00	POSTO TELEFÔNICO RURAL INSTALADO	5	4
				POSTO TELEFÔNICO		
P525	MANUTENÇÃO NOS POSTOS TELEFÔNICOS RURAIS INSTALADOS.	40.000,00	6.832,16	MANUTENÇÃO REALIZADA	122	24
Ocorreu uma diminuição do número de solicitações por manutenção em postos telefônicos rurais, repercutindo na queda do número de manutenções realizadas.				SERVIÇO		
04101	FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO	2.132.514,00	99.248.335,80			
0341	APOIO AOS PROGRAMAS HABITACIONAIS	2.132.514,00	99.248.335,80			
P697	HABITAÇÕES POPULARES - PROHAB	2.131.514,00	99.248.335,80	UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA	270	0
Parte das despesas realizadas no decorrer do exercício referem-se ao Decreto nº 44079 de 28.07.2005 para Obrigações Creditórias e a outra parte para pagamento de obras em andamento (totalizando 9.961 unidades).				UNIDADE HABITACIONAL		
P842	PROJETOS ESPECIAIS E EMERGENCIAIS	1.000,00	0	PROJETO EXECUTADO	1	0
				PROJETO		
04331	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	1.000,00	0			
0556	FUNDO METROPOLITANO	1.000,00	0			
P989	APOIO FINANCEIRO AO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	1.000,00	0	PROJETO APOIADO	1	0
				PROJETO		
05071	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.618.000,00	3.895.603,00			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	179.500,00	1.490.450,00			
P513	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA - COHAB	179.500,00	1.490.450,00			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
P524	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA INTERNA - COHAB	1.000,00	0			
0213	LARES GERAES	1.437.500,00	2.405.153,00			
P337	CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS NA ZONA URBANA	1.437.500,00	2.405.153,00	UNIDADE HABITACIONAL URBANA CONSTRUÍDA	248	138

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
			UNIDADE HABITACIONAL		
05081 COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	.359.076.251,00	619.280.867,00			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	64.829.767,00	28.019.508,00			
P188 MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL - COPASA	64.829.767,00	28.019.508,00			
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	88.449.290,00	86.819.442,00			
P341 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA - COPASA	58.898.810,00	67.287.235,00			
P189 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA - COPASA	29.550.480,00	19.532.207,00			
0080 SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS	1.205.797.194,00	504.441.917,00			
P108 EXPANDIR E ASSEGURAR OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM LOCALIDADES COM CONCESSÃO DA COPASA	658.423.132,00	244.603.174,00	ECONOMIA RESIDENCIAL DE ÁGUA ATENDIDA	153.000	111.136
<i>Execução prejudicada devido a atrasos na licitação.</i>			ECONOMIA RESIDENCIAL		
P159 EXPANDIR E ASSEGURAR OS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM LOCALIDADES COM CONCESSÃO DA COPASA	439.723.343,00	235.334.457,00	ECONOMIA RESIDENCIAL DE ESGOTO ATENDIDA	167.000	59.315
<i>Ação em andamento. Execução prejudicada devido a atrasos na licitação</i>			ECONOMIA RESIDENCIAL		
P163 IMPLANTAR SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO EM LOCALIDADES COM CONCESSÃO DA COPASA	107.650.719,00	24.504.286,00	ESGOTO COLETADO TRATADO	48	32
<i>Execução prejudicada devido a atrasos na licitação.</i>			PERCENTUAL		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01341 COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTÊNCIA À PESSOA DEFICIENTE	302.544,00	300.420,29			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	289.926,00	283.735,80			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	205.496,00	202.163,64	PESSOA REMUNERADA	11	11
			UNIDADE		
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	72.000,00	71.217,46			
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	5.500,00	5.500,00			
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	6.930,00	4.854,70	AUXÍLIO CONCEDIDO	5	5
			AUXÍLIO		
0262 INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NAS POLÍTICAS SETORIAIS BÁSICAS	12.618,00	16.684,49			
P146 ASSESSORIA JURÍDICA ÀS ENTIDADES DE E PARA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA E AO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PPD - CONPED	1.000,00	675,00	ENTIDADE ASSESSORADA	58	94
			ENTIDADE		
P180 PUBLICAÇÃO DE BOLETIM INFORMATIVO DE AÇÕES EM PROL DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	10.618,00	5.433,00	PUBLICAÇÃO PRODUZIDA	8.000	5.000
			PUBLICAÇÃO		
P466 ORIENTAÇÃO PARA A INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	1.000,00	10.576,49	PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA ATENDIDA	10.000	13.851
			PESSOA		
01481 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES	73.824.461,00	73.863.709,32			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	29.464.519,00	30.856.916,48			
P423 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	60.000,00	2.290,19	SERVIDOR CAPACITADO	150	0
			SERVIDOR		
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	985.900,00	938.686,44	AUXÍLIO CONCEDIDO	798	788
			AUXÍLIO		
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	9.860.955,00	11.291.659,45			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	17.974.664,00	18.162.361,07	PESSOA REMUNERADA	2.473	1.774
			UNIDADE		
P706 OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA	10.000,00	0			
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	35.000,00	32.332,15			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P992	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS	150.000,00	99.507,19			
P807	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	5.000,00	37.630,29			
P742	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	5.000,00	824,70			
P751	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DA MULHER	10.000,00	26.471,64			
P753	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE DESPORTOS	1.000,00	0			
	Aguardando regulamentação.					
P765	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS	20.000,00	0			
	Aguardando regulamentação.					
P767	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO	10.000,00	705,69			
P770	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS DIFUSOS	1.000,00	0			
	Aguardando regulamentação.					
P792	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	36.000,00	17.187,24			
P799	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	30.000,00	15.556,62			
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	240.000,00	215.104,69			
P699	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE PARTICIPAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA	15.000,00	6.292,80			
P702	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL ANTI-DROGAS	15.000,00	10.306,32			
0255	POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	15.188.626,00	13.557.180,19			
P437	INTERMEDIACÃO DE MÃO- DE- OBRA	5.063.400,00	5.812.905,32	TRABALHADOR INSCRITO	339.933	297.168
				PESSOA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P461	DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS PARA O TRABALHO	5.000,00	0	TRABALHADOR QUALIFICADO/REQUALIFICADO PESSOA	350	0
Não houve liberação de recursos para execução da ação prevista para o corrente exercício.						
P463	PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO	976.950,00	851.428,00	EDIÇÃO PESQUISA PED REALIZADA	12	12
				PESQUISA		
P471	SEGURO-DESEMPREGO	1.578.150,00	1.186.316,27	TRABALHADOR ATENDIDO	580.880	648.393
				TRABALHADOR		
P478	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR	7.545.126,00	5.706.530,60	TRABALHADOR QUALIFICADO/REQUALIFICADO PESSOA	50.530	2.055
Houve um equívoco na previsão da meta para 2005 a programação real seria 5.824.						
P780	INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO - PRIMEIRO EMPREGO	20.000,00	0	TRABALHADOR COLOCADO	200	0
Ação executada no Projeto Estruturador - Primeiro Emprego na ação Estágio Remunerado.				PESSOA		
0277	ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS E FAMILIARES DE CRIMES VIOLENTOS.	1.167.000,00	5.576.670,56			
P153	ALBERGUE PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	1.000,00	0	PESSOA ATENDIDA	1	0
Não houve liberação de recursos financeiros para execução da ação prevista para o corrente exercício.				PESSOA		
P476	DISQUE DIREITOS HUMANOS	70.000,00	43.678,69	CIDADÃO ATENDIDO	15.000	82.000
				ATENDIMENTO		
P502	PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS - PROVITA	715.000,00	690.606,59	PROVITA/ PESSOA ASSISTIDA	54	39
				PESSOA		
P505	ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS	351.000,00	282.385,28	NÚCLEO DE ATENDIMENTO À VÍTIMA DE CRIME VIOLENTO/ PESSOA ASSISTIDA PESSOA	120	298
P515	INDENIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE TORTURA	30.000,00	4.560.000,00	PEDIDO DE INDENIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE TORTURAS DEFERIDO PEDIDO	1	152
A realização física é referente ao número de pedidos deferidos no exercício.						
0282	INCENTIVO AO DESPORTO	9.967.400,00	13.132.529,60			
P519	JOGOS DO INTERIOR DE MINAS (JIMI)	870.400,00	1.045.851,02	MUNICÍPIO ENVOLVIDO	200	189
				MUNICÍPIO		
P527	PROMOÇÃO DO DESPORTO	2.036.000,00	5.278.346,93	DESPORTISTA AMADOR PARTICIPANTE	28.000	27.996
				DESPORTISTA		
P535	APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES E PREFEITURAS	7.061.000,00	6.808.331,65	ENTIDADE APOIADA	150	108
				ENTIDADE		
0286	INTEGRAÇÃO SOCIAL PELO ESPORTE	2.681.800,00	1.436.360,73			
P545	PROGRAMA DE LAZER	257.200,00	432.975,77	CIDADÃO ATENDIDO	220.000	289.450

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				ATENDIMENTO		
P552	PINTANDO A LIBERDADE	2.424.600,00	1.003.384,96	MATERIAL ESPORTIVO CONFECCIONADO	90.000	105.786
				MATERIAL		
0305	DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES E INCREMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	1.441.000,00	1.366.541,80			
P854	APOIO E FOMENTO AO ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	1.440.000,00	1.366.541,80	ASSOCIAÇÃO/COOPERATIV A APOIADA	30	30
				ASSOCIAÇÃO/COOPERATIV A		
P179	ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA	1.000,00	0	EMPREENHIMENTO FOMENTADO	10	0
	Não houve liberação de recursos financeiros para execução da ação prevista para o corrente exercício.			EMPREENHIMENTO		
0622	INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS	10.580.302,00	5.109.688,62			
P352	SOS DROGAS	30.000,00	29.503,17	PESSOA ATENDIDA	15.000	1.171
				PESSOA		
P469	COMBATE À VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL	400.000,00	348.197,01	MUNICÍPIO ATENDIDO	100	853
				MUNICÍPIO		
P487	CURUMIM	624.800,00	556.092,54	CRIANÇA/ADOLESCENTE DO PROGRAMA CURUMIM ATENDIDA	4.700	4.278
				CRIANÇA / ADOLESCENTE		
P514	ATENDIMENTO AO MIGRANTE - FORNECIMENTO DE PASSES	70.000,00	69.951,88	MIGRANTE ATENDIDO	7.800	1.776
				PESSOA		
P516	CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO MENOR - CIAME	125.850,00	115.748,28	PESSOA ATENDIDA	1.080	946
				PESSOA		
P576	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA (SIPIA) NOS CONSELHOS TUTELARES DOS MUNICÍPIOS	189.600,00	163.960,99	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO ADOLESCENTE IMPLANTADO	110	0
	A instalação do SIPIA nos municípios está atrasada sem previsão certa de término devido ao atraso no repasse de recursos federais baseados no convênio firmado, que foi assinado somente no dia 24/12/2005.			SISTEMA		
P942	FAMÍLIA ACOLHEDORA	100.000,00	100.000,00	MUNICÍPIO ATENDIDO	1	1
				MUNICÍPIO		
P628	PROGRAMA SEGUNDO TEMPO	5.289.500,00	143.297,19	CRIANÇA/ADOLESCENTE EM MEIO ABERTO ATENDIDA	33.000	33.000
				CRIANÇA / ADOLESCENTE		
P715	ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	3.225.552,00	3.139.205,77	CRIANÇA E OU ADOLESCENTE ABRIGADO	620	682
				CRIANÇA/ADOLESCENTE		
P728	APOIO AOS MUNICÍPIOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	525.000,00	443.731,79	MUNICÍPIO ASSESSORADO	853	600
				MUNICÍPIO		
0630	PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	31.000,00	0			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P155	MEMORIAL DOS DIREITOS HUMANOS	1.000,00	0	MEMORIAL IMPLANTADO	1	0
Não houve liberação de recursos financeiros para execução da ação prevista para o corrente exercício.				MEMORIAL		
P193	PROJETO VOCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, SOCIAL E HUMANO	30.000,00	0	MUNICÍPIO ASSESSORADO	150	0
Ação cancelada.				MUNICÍPIO		
0643	PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO	3.302.814,00	2.827.821,34			
P590	CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO PARA O PROGRAMA 1º EMPREGO	993.000,00	257.260,99	PROFISSIONAL TREINADO E CAPACITADO	578	955
				PROFISSIONAL		
P598	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS PÚBLICOS DE PROMOÇÃO DO TRABALHO	1.501.014,00	2.378.596,08	CENTRO PUBLICO DE PROMOÇÃO AO TRABALHO IMPLANTADO	4	6
				UNIDADE		
P603	INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS PARA O TRABALHO	176.800,00	62.515,68	TRABALHADOR CAPACITADO	3.400	5.008
				TRABALHADOR		
P607	ESTÁGIO REMUNERADO	582.000,00	38.952,00	ESTAGIÁRIO MANTIDO	500	37
Ação com baixa execução em virtude da quantidade de documentação exigida e burocracia do process				ESTAGIÁRIO		
P610	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O 1º EMPREGO	50.000,00	90.496,59	PROFISSIONAL QUALIFICADO	2.000	5.031
				PROFISSIONAL		
02231	ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	5.177.105,00	4.543.342,22			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.850.423,00	1.397.993,51			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	712.623,00	787.221,69	PESSOA REMUNERADA	65	65
				UNIDADE		
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	957.700,00	536.047,49			
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	12.000,00	8.973,92			
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	69.100,00	56.471,90	AUXÍLIO CONCEDIDO	65	65
				AUXÍLIO		
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	99.000,00	9.278,51			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	9.352,00	474,70			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	9.352,00	474,70			
0329	ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS	3.317.330,00	3.144.874,01			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P773	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESTÁDIO MINEIRINHO	976.000,00	711.085,17	ESTÁDIO CONSERVADO E MANTIDO	1	1
				ESTÁDIO		
P785	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESTÁDIO MINEIRÃO	1.810.178,00	2.110.228,58	ESTÁDIO CONSERVADO E MANTIDO	1	1
				ESTÁDIO		
P795	PROMOÇÕES E EVENTOS	531.152,00	323.560,26	EVENTO REALIZADO	246	236
				EVENTO		
02281	FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO DE MINAS GERAIS	5.770.100,00	3.454.309,97			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.247.264,00	3.125.714,00			
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	27.231,00	13.147,54			
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	2.094.479,00	2.058.403,78			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.039.000,00	1.021.388,98	PESSOA REMUNERADA	152	85
				UNIDADE		
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	86.554,00	32.773,70	AUXÍLIO CONCEDIDO	201	79
				AUXÍLIO		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	31.824,49			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	31.824,49			
0237	HABILITAÇÃO DE PROFESSORES, EM NÍVEL SUPERIOR, PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	441.268,00	70.165,00			
P400	HABILITAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	441.268,00	70.165,00	PROFESSOR HABILITADO	230	100
				PROFESSOR		
0337	TRABALHO E DIGNIDADE SOCIAL PARA TODOS	698.068,00	47.498,01			
P788	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	698.068,00	47.498,01	ATIVIDADE DE CAPACITAÇÃO REALIZADA	350	249
				PROFISSIONAL		
0393	CURSOS TÉCNICOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	382.500,00	179.108,47			
P118	FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL	382.500,00	179.108,47	ALUNO FORMADO	500	390
				ALUNO		
04091	FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA	2.082.000,00	2.315.748,59			
0622	INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS	2.082.000,00	2.315.748,59			
P951	QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA GESTÃO E CONTROLE DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	200.000,00	198.120,38	PESSOA CAPACITADA	3.200	2.500

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				PESSOA		
P630	APOIO AOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES NAS POLÍTICAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	1.882.000,00	2.117.628,21	MUNICÍPIO APOIADO	70	12
				MUNICÍPIO		
04251 FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		12.762.453,00	15.366.034,72			
0260	APOIO E ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	713.622,00	368.628,39			
P344	SERVIÇOS ASSISTENCIAIS DE AÇÃO CONTINUADA DE CRIANÇA E ADOLESCENTE - ABRIGO/SAAC	713.622,00	368.628,39	CRIANÇA/ADOLESCENTE ABRIGADA	958	364
				CRIANÇA / ADOLESCENTE		
0305	DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES E INCREMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	1.848.000,00	588.527,44			
P501	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO PARA AS FAMÍLIAS DO PETI-PRODESA	1.848.000,00	588.527,44	FAMÍLIA BENEFICIADA	1.266	0
Ação cancelada. O recurso financeiro realizado é decorrente de devolução do convênio TR 563/MPAS/SEAS/2002 PRODESA ao Ministério do Desenvolvimento Social.				FAMÍLIA		
0622	INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS	10.200.831,00	14.408.878,89			
P633	DESCENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	330.000,00	277.925,87	MUNICÍPIO ASSESSORADO	853	600
				MUNICÍPIO		
P640	ATENDIMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	1.829.979,00	3.432.325,81	PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA ATENDIDA	3.007	10.221
				PESSOA		
P775	QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA GESTÃO E CONTROLE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	200.000,00	290.832,51	PESSOA CAPACITADA	1.600	1.821
				PESSOA		
P875	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS	280.000,00	279.986,00	MUNICÍPIO BENEFICIADO	20	29
				MUNICÍPIO		
P990	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	300.000,00	268.970,04	SISTEMA IMPLANTADO.	1	0
Assinatura e publicação do convênio com a UFMG para desenvolvimento do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Social ocorreu em dez/05, portanto, o sistema será implantado em 2006.				Sistema Módulo		
P605	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL / PETI - JORNADA AMPLIADA	768.660,00	383.614,00	CRIANÇA/ADOLESCENTE PROTEGIDA	1.278	1.753
				CRIANÇA / ADOLESCENTE		
P521	REVISÃO E AVALIAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)	1.300.000,00	1.027.250,82	BENEFÍCIO REVISADO/BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA BENEFÍCIO	24.529	26.709
P543	ATENDIMENTO AO IDOSO	417.019,00	430.445,74	SAAC - IDOSO ATENDIDO EM ASILO	2.168	2.244
				PESSOA		
P575	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL / PETI - BOLSA	1.131.008,00	347.865,74	CRIANÇA/ADOLESCENTE PROTEGIDO	1.278	1.753
				CRIANÇA/ADOLESCENTE		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P357	ATENDIMENTO AO MIGRANTE E POPULAÇÃO DE RUA	883.362,00	956.254,10	PESSOA ATENDIDA	4.740	3.516
				PESSOA		
P359	CENTROS DE ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	597.034,00	4.086.934,00	MUNICÍPIO APOIADO	8	146
				MUNICÍPIO		
P365	AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO	677.280,00	493.476,13	ADOLESCENTE QUALIFICADO	295	495
				ADOLESCENTE		
P462	ATENDIMENTO À CRIANÇA	1.486.489,00	2.132.998,13	CRIANÇA/ADOLESCENTE EM MEIO ABERTO ATENDIDA	4.563	9.215
				CRIANÇA / ADOLESCENTE		
04321	FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO DE ENTORPECENTES	520.000,00	220.000,00			
0389	PROGRAMA ESTADUAL ANTIDROGAS	520.000,00	220.000,00			
P111	CONCURSO DE FRASES E DESENHOS: VIVA FELIZ SEM DROGAS	100.000,00	0	EVENTO REALIZADO	1	1
	<i>Evento realizado em parceria com Organizações não Governamentais</i>			EVENTO		
P113	FORMAÇÃO DE AGENTE MULTIPLICADOR PARA PREVENÇÃO DO ABUSO DE DROGAS	53.540,00	0	MONITOR TREINADO	160	0
	<i>Recurso não liberado pelo Governo Federal.</i>			MONITOR		
P131	APOIO ÀS AÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO DE ENTORPECENTES	221.460,00	200.000,00			
P137	LEVANTAMENTO EPIDEMIOLÓGICO DO USO INDEVIDO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS EM MINAS GERAIS	50.000,00	0	PESQUISA REALIZADA	1	0
	<i>Recurso não liberado pelo Governo Federal.</i>			PESQUISA		
P140	MUNICIPALIZAÇÃO DAS AÇÕES ANTIDROGAS	45.000,00	20.000,00	CONSELHO FORTALECIDO E ESTRUTURADO	50	0
	<i>Recurso utilizado na promoção de 12 Seminários de conscientização para criação de Conselhos Municipais Antidrogas.</i>			CONSELHO		
P143	MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA	50.000,00	0	MUNICÍPIO ENVOLVIDO	50	0
	<i>Recurso não liberado pelo Governo Federal.</i>			MUNICÍPIO		
04401	FUNDO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1.000,00	0			
0630	PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1.000,00	0			
P914	APOIO ÀS AÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1.000,00	0			
	<i>Não houve liberação de recursos financeiros para execução da ação prevista para o corrente exercício.</i>					
04421	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	1.000,00	0			
0630	PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1.000,00	0			
P917	APOIO ÀS AÇÕES DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	1.000,00	0			
	<i>Não houve liberação de recursos financeiros para execução da ação prevista para o corrente exercício.</i>					

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : EDUCAÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01261 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	.698.040.231,00	3.069.544.665,30			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	274.493.922,00	283.528.786,68			
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	2.783.583,00	2.881.970,25			
P090 ADMINISTRAÇÃO DA AÇÃO EDUCACIONAL	6.450.933,00	7.134.680,15			
P182 MANUTENÇÃO DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE ENSINO	147.840.481,00	116.448.872,27			
P183 OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO FUNDEF	5.000,00	611,10			
P187 OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	1.630.130,00	1.625.137,36			
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	115.783.795,00	155.437.515,55			
0116 MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.790.884.272,00	.966.288.010,25			
P156 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES - ENSINO FUNDAMENTAL	16.748.000,00	27.625.612,32	PRÉDIO BENEFICIADO	39	26
P210 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.285.307.338,00	1.344.413.694,70	PRÉDIO		
P443 DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO DO EDUCADOR	17.351.621,00	16.875.805,84	ALUNO ATENDIDO	1.761.251	1.793.092
P748 APOIO ADMINISTRATIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL	349.069.230,00	388.179.739,74	ALUNO		
P447 PADRÕES DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA DO ENSINO FUNDAMENTAL	122.408.083,00	189.193.157,65	PROFISSIONAL BENEFICIADO	293.978	173.743
0177 ATENDIMENTO AO ENSINO PROFISSIONAL	2.240.125,00	1.018.720,29	PROFISSIONAL		
P956 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL	2.240.125,00	1.018.720,29	PROFISSIONAL BENEFICIADO	53.549	51.367
0179 ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO INFANTIL	13.481.638,00	16.089.519,92	PROFISSIONAL		
P736 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	13.481.638,00	16.089.519,92	ESCOLA BENEFICIADA	3.619	3.646
			ESCOLA		
			ALUNO ATENDIDO	5.373	1.371
			ALUNO		
			ESCOLA BENEFICIADA	457	1.398
			ESCOLA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : EDUCAÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0180	ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	35.468.515,00	42.222.763,58			
P351	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ENSINO FUNDAMENTAL	19.354.071,00	2.195.438,75	PESSOA REMUNERADA	I	3.191
Ação incluída em 2005, sendo a meta programada lançada como abertura, tendo em vista que não havia como se estimar o número de servidores alocados em tal atividade.				UNIDADE		
P831	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	16.114.444,00	40.027.324,83	JOVEM E ADULTO ATENDIDO	240.716	152.921
				JOVEM E ADULTO		
0181	ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESPECIAL	49.863.414,00	76.358.406,99			
P269	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	9.665.442,00	33.030.565,53	ESCOLA PREPARADA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	391	266
				ESCOLA		
P907	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - ENSINO FUNDAMENTAL	40.197.972,00	43.327.841,46	PESSOA REMUNERADA	I	5.341
Ação incluída em 2005, sendo a meta programada lançada como abertura, tendo em vista que não havia como se estimar o número de servidores alocados em tal atividade.				UNIDADE		
0269	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	51.232.708,00	61.096.028,85			
P483	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	51.232.708,00	61.096.028,85	ALUNO BENEFICIADO COM MERENDA ESCOLAR	1.690.242	1.831.026
				ALUNO		
0281	COOPERAÇÃO ESTADO E MUNICÍPIO	43.615.000,00	45.927.310,59			
P092	TRANSPORTE ESCOLAR	40.245.000,00	42.911.373,42	ALUNO BENEFICIADO	534.000	168.264
				ALUNO		
P522	ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS	3.070.000,00	2.721.997,17	MUNICÍPIO BENEFICIADO	100	13
				MUNICÍPIO		
P913	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	300.000,00	293.940,00	PROFESSOR CAPACITADO	5.084	0
Recurso utilizado na inscrição de profissionais da área que irão participar do Congresso de Educação Internacional de Educação Infantil a ser realizado em fevereiro de 2006.				PROFESSOR		
0310	UNIVERSALIZAÇÃO E MELHORIA DO ENSINO MÉDIO	38.264.386,00	32.235.029,56			
P334	EXPANSÃO DO ENSINO MÉDIO	21.935.869,00	21.718.007,61	DEMANDA DO ENSINO MÉDIO ATENDIDA	30.000	52.000
				VAGA NOVA		
P674	ESCOLAS REFERÊNCIA DO ENSINO MÉDIO	7.818.517,00	3.188.851,50	ESCOLA IDENTIFICADA COMO REFERÊNCIA	220	204
				ESCOLA DE ENSINO MÉDIO		
P677	ESCOLA VIVA, COMUNIDADE ATIVA NO ENSINO MÉDIO	4.960.000,00	635.320,20	ESCOLA PREPARADA PARA ATUAR EM ÁREA DE RISCO	47	101
				ESCOLA		
P680	ESCOLAS EM REDE NO ENSINO MÉDIO	3.050.000,00	6.194.284,33	ESCOLA ASSISTIDA	500	1.438
				ESCOLA		
P915	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ENSINO MÉDIO	500.000,00	498.565,92	MERENDA DISTRIBUÍDA	16.661	44.540
				MERENDA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : EDUCAÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0328	MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	52.485.000,00	86.834.176,92			
P136	AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	13.712.000,00	17.833.551,15	ESCOLA BENEFICIADA	2.645	2.645
				ESCOLA		
P539	ESCOLA REFERÊNCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL	14.397.000,00	33.550.385,97	ESCOLA IDENTIFICADA COMO REFERÊNCIA	440	196
				ESCOLA		
P763	ESCOLA VIVA COMUNIDADE ATIVA	13.976.000,00	19.132.126,87	ESCOLA PREPARADA PARA ATUAR EM ÁREA DE RISCO	157	168
				ESCOLA		
P774	REGISTRO DO ALUNO	2.000.000,00	0	ALUNO IDENTIFICADO	460.859	0
	<i>Esta ação foi incorporada ao projeto Escola em Rede</i>			ALUNO		
P791	ESCOLAS EM REDE NO ENSINO FUNDAMENTAL	8.400.000,00	16.318.112,93	ESCOLA ASSISTIDA	1.006	2.324
				ESCOLA		
0353	AValiação EDUCACIONAL	2.400.000,00	197.083,64			
P859	AValiação EDUCACIONAL	2.400.000,00	197.083,64	ESCOLA AVALIADA	3.710	0
	<i>Recurso destinado à implementação do projeto de avaliação de aprendizagem a ser realizada em 2006.</i>			ESCOLA		
0634	ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA	1.150.000,00	137.760,00			
P261	ATENDIMENTO À ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA	1.150.000,00	137.760,00	ESCOLA BENEFICIADA	9	4
				ESCOLA		
0638	MELHORIA DO ENSINO MÉDIO	342.461.251,00	457.611.068,03			
P369	APOIO ADMINISTRATIVO DO ENSINO MÉDIO	22.837.159,00	27.654.883,33	PROFISSIONAL BENEFICIADO	2.883	3.389
				PROFISSIONAL		
P392	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	314.410.482,00	426.159.272,90	ESCOLA DO ENSINO MÉDIO ATENDIDA	1.657	1.808
				ESCOLA DE ENSINO MÉDIO		
P411	DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO DO EDUCADOR DO ENSINO MÉDIO	246.610,00	144.011,93	EDUCADOR DO ENSINO MÉDIO BENEFICIADO	6.000	0
	<i>Recurso destinado a capacitação de servidores para atuarem na avaliação de desempenho.</i>			EDUCADOR DO ENSINO MÉDIO		
P431	PADRÕES DE FUNCIONAMENTO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO	4.967.000,00	3.652.899,87	ESCOLA DE ENSINO MÉDIO BENEFICIADA	1.605	99
				ESCOLA		
02151	FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	2.935.574,00	3.303.002,09			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.078.243,00	1.336.325,06			
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	15.000,00	6.280,10			
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	87.065,00	68.093,55			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : EDUCAÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	795.794,00	1.095.619,11	PESSOA REMUNERADA	269	308
				UNIDADE		
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	180.384,00	166.332,30	AUXÍLIO CONCEDIDO	193	237
				AUXÍLIO		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	180.142,21			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	180.142,21			
0151	MANUTENÇÃO DE BIBLIOTECA COMUNITÁRIA	8.000,00	7.800,01			
P025	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA	8.000,00	7.800,01	ATIVIDADE DE BIBLIOTECA DESENVOLVIDA	1	1
				UNIDADE		
0152	CRESCER PARA A VIDA E PARA O TRABALHO.	20.000,00	14.566,27			
P315	OFICINAS PEDAGÓGICAS	10.000,00	9.884,54	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO NAS OFICINAS PEDAGÓGICAS	709	600
				CRIANÇA / ADOLESCENTE		
P321	ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO CLÍNICO	10.000,00	4.681,73	CRIANÇA ADOLESCENTE ATENDIDO NAS CLÍNICAS PSICOPEDAGÓGICAS	500	750
				CRIANÇA / ADOLESCENTE		
0366	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO - ESCOLA SANDOVAL SOARES DE AZEVEDO	885.239,00	859.674,17			
P928	ENSINO MÉDIO	885.239,00	859.674,17	ALUNO DO ENSINO MÉDIO MATRICULADO	1.118	959
				ALUNO		
0367	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA SANDOVAL SOARES DE AZEVEDO	943.092,00	904.494,37			
P936	ENSINO FUNDAMENTAL	943.092,00	904.494,37	ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL MATRICULADO	1.438	1.502
				ALUNO		
02161	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CAIO MARTINS	2.547.003,00	2.681.593,96			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.190.035,00	1.223.132,25			
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	33.788,00	31.075,40	AUXÍLIO CONCEDIDO	35	31
				AUXÍLIO		
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	997.167,00	1.033.727,59	PESSOA REMUNERADA	98	98
				UNIDADE		
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	155.080,00	154.900,82			
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	4.000,00	3.428,44			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : EDUCAÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	81.198,96			
P004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	81.198,96			
0032 CAIO MARTINS PRÓ-CRIANÇAS E ADOLESCENTES	1.355.968,00	1.377.262,75			
P042 ACOLHIMENTO E EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E PARCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POBRES.	1.355.968,00	1.377.262,75	ALUNO QUALIFICADO	1.350	1.418
			ALUNO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : FAZENDA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01191 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA	346.170.652,00	434.199.701,42			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	297.527.324,00	394.883.120,21			
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	8.000.000,00	7.183.757,59			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	266.785.175,00	368.280.323,59	PESSOA REMUNERADA	4.180	4.429
			UNIDADE		
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	799.800,00	447.091,64	AUXÍLIO CONCEDIDO	3.860	449
			AUXÍLIO		
P423 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	750.000,00	625.248,53	SERVIDOR CAPACITADO	800	1.388
			SERVIDOR		
P427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20.123.140,00	16.969.401,35			
P435 IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	100.000,00	3.757,95	SERVIDOR AVALIADO	4.000	3.640
			SERVIDOR		
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	969.209,00	1.373.539,56			
0210 MODERNIZAÇÃO DA RECEITA ESTADUAL	15.645.000,00	12.686.827,21			
P323 APRENDER PARA FAZER MELHOR	1.200.000,00	1.475.002,23	SERVIDOR CAPACITADO.	250.000	251.478
			HORA TREINAMENTO		
P328 UM COMPUTADOR PARA CADA FISCAL	3.000.000,00	1.828.171,10	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	500	477
			EQUIPAMENTO		
P333 FROTA EM DIA - SUPORTE ESSENCIAL À AÇÃO FISCAL	2.500.000,00	2.486.175,77	VEÍCULO EM CONDIÇÃO DE USO DISPONIBILIZADO	130	130
			VEÍCULO		
P864 MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DA RECEITA	245.000,00	2.373.721,92	MANUTENÇÃO EFETUADA	25	17
			UNIDADE		
P892 EDUCAÇÃO FISCAL - UM PRESSUPOSTO PARA A CIDADANIA	500.000,00	305.854,94	EVENTO REALIZADO	1.200	2.106
			EVENTO		
P960 AMPLIANDO A MOBILIDADE FISCAL	1.200.000,00	1.117.901,25	DESLOCAMENTO REALIZADO	4.300	4.300
			DESLOCAMENTO		
P986 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - EM BUSCA DA EXCELÊNCIA FISCAL	7.000.000,00	3.100.000,00	SISTEMA IMPLANTADO	3	1
			SISTEMA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : FAZENDA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0284 RESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SEF - PNAFE/ BID/ ESTADO DE MINAS GERAIS P826 CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SEF - PROJETO PNAFE/BID/ESTADO DE MINAS GERAIS	8.780.000,00	6.297.854,92	SISTEMA IMPLANTADO	I	I
	8.780.000,00	6.297.854,92	SISTEMA		
0326 GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO E DE TRIBUTAÇÃO ESTADUAL P755 DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SEF	24.199.328,00	20.320.043,17	GERENCIAMENTO DA FISCALIZAÇÃO, ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO MANTIDO SERVIÇO	I	I
	24.199.328,00	20.320.043,17			
0335 GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES CONTÁBEIS RELATIVAS À GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO ESTADO P779 EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES CONTÁBEIS RELATIVAS À GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO ESTADO	14.000,00	7.681,09	SISTEMA DE REGISTROS CONTÁBEIS IMPLANTADO NO SIAFI	I	I
	14.000,00	7.681,09	SISTEMA		
0346 GERENCIAMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO ESTADO, DOS GASTOS PÚBLICOS E DA DÍVIDA ESTADUAL P811 DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES RELATIVAS À GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO ESTADO	5.000,00	4.174,82	AÇÃO ADMINISTRATIVA REALIZADA	I	I
	5.000,00	4.174,82	AÇÃO		
01911 EGE SEC.FAZENDA-ENCARGOS DIVERSOS	409.189.417,00	6.885.554.889,53			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12.998.686,00	25.934.992,61			
P350 PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.000,00	0			
P053 PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	1.000,00	0			
P445 PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	6.000,00	0			
P446 PUBLICAÇÃO DE ATOS MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-TRIBUNAL DE ALÇADA	1.000,00	0			
P733 PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-SETOR SAÚDE	745.000,00	2.014.904,67			
P825 PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-SETOR EDUCAÇÃO	818.800,00	2.104.130,67			
P871 MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - SIAFI	7.692.570,00	11.741.070,03			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : FAZENDA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P893	PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-FAPEMIG	50.000,00	245.832,00			
P924	PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-DEMAIS UNIDADES DO PODER EXECUTIVO	3.683.316,00	9.829.055,24			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.396.190.731,00	1.859.619.896,92			
P620	ENCARGOS DECORRENTES DA EXTINÇÃO DE FUNDOS ESTADUAIS	4.000,00	0			
P658	ENCARGOS DEVIDOS AOS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA	52.372.329,00	52.372.329,00			
P663	CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA FORMAÇÃO DE PASEP	110.270.748,00	164.884.151,00			
P786	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA CENTRAL	38.580.000,00	30.488.298,33			
P798	PARTICIPAÇÃO NO AUMENTO DO CAPITAL DE EMPRESAS FINANCEIRAS E COMERCIAIS	1.000,00	0			
P896	GESTÃO DA DÍVIDA CONTRATADA EXTERNA	244.875.249,00	183.940.012,54			
P844	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	4.164.937.063,00	4.599.423.657,54			
P846	ENCARGOS DECORRENTES DA EXTINÇÃO DA MINASCAIXA, DECRETO Nº 39.835, DE 25/08/98	7.859.790,00	7.478.928,67			
P862	TRANSFERÊNCIAS AO FUNSET	2.559.650,00	2.303.493,40			
P886	GESTÃO DA DÍVIDA CONTRATADA INTERNA	1.774.730.902,00	1.818.729.026,44			
01915	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO A EMPRESAS	67.590.293,00	86.755.809,94			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	67.590.293,00	86.755.809,94			
P723	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE	1.000,00	20.000.000,00			
P734	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - COHAB	1.000,00	3.000.000,00			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : FAZENDA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P737	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	1.000,00	0			
P752	PROGRAMAÇÃO A CARGO DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MG - BDMG	67.580.293,00	63.755.809,94			
P758	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA COMPANHIA ENEGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	1.000,00	0			
P759	PROGRAMAÇÃO A CARGO DO TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE	1.000,00	0			
P700	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A - MGI	1.000,00	0			
P707	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A - MGS	1.000,00	0			
P716	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS S/A - DIMINAS	1.000,00	0			
P541	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CODEMIG	2.000,00	0			
05181	DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS SA	1.000,00	0			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.000,00	0			
P588	COORDENAR,SUPERVISIONAR E EXECUTAR OS SERVIÇOS - DIMINAS	1.000,00	0			
05191	MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.	6.951.074,00	720.824,95			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	51.000,00	529.924,95			
P595	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA - MGI	51.000,00	529.924,95			
0608	APORTE DE CAPITAL - MGI	6.900.074,00	190.900,00			
P601	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA - MGI	6.900.074,00	190.900,00			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : GOVERNADORIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01071	GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	12.150.531,00	16.303.168,94			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.368.181,00	4.253.181,59			
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.306.298,00	1.458.950,61			
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	36.758,00	27.038,40	AUXÍLIO CONCEDIDO	29	29
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.917.720,00	2.699.554,55	PESSOA REMUNERADA	63	66
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	107.405,00	67.638,03	UNIDADE		
0057	SERVIÇO ESPECIAL DE SEGURANÇA	4.232.350,00	8.408.931,12			
P125	PROTEÇÃO GOVERNAMENTAL A AUTORIDADES E SEGURANÇA FÍSICA DOS PALÁCIOS	4.232.350,00	8.408.931,12			
0064	AÇÕES DE DEFESA CIVIL NOS MUNICÍPIOS MINEIROS	3.550.000,00	3.641.056,23			
P211	ASSISTÊNCIA A MUNICÍPIOS EM CALAMIDADE OU EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	500.000,00	663.235,42	MUNICÍPIO ASSISTIDO	853	478
P980	APOIO EMERGENCIAL A COMUNIDADES	3.050.000,00	2.977.820,81	COMUNIDADE ATENDIDA	50	117
01081	ADVOCACIA GERAL DO ESTADO	95.140.182,00	107.953.138,72			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	25.324.373,00	28.061.664,48			
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	4.756.585,00	5.365.448,43			
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	21.135,00	8.623,29			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	18.948.381,00	21.735.382,77	PESSOA REMUNERADA	412	423
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	71.010,00	61.638,00	AUXÍLIO CONCEDIDO	69	42
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.527.262,00	890.571,99	UNIDADE		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	69.142.368,00	79.311.956,58			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : GOVERNADORIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P803	INDENIZAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	69.142.368,00	79.311.956,58			
0320	REPRESENTAÇÃO JURÍDICA DO ESTADO	671.041,00	577.917,66			
P177	COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	234.636,00	302.983,27	CRÉDITO TRIBUTÁRIO RECEBIDO	I	180.217.490
				R\$ 1,00		
P196	INSCRIÇÃO DO CRÉDITO NA DÍVIDA ATIVA	211.010,00	175.015,09	CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA EMITIDA	I	21.724
				CERTIDÃO		
P720	ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA AO PODER EXECUTIVO	1.200,00	1.185,92	NOTA TÉCNICA EMITIDA	I	944
				NOTA		
P732	DEFESA DO ESTADO EM PROCESSOS DE AÇÕES TRABALHISTAS	19.474,00	3.446,70	AÇÃO TRABALHISTA DEFENDIDA	I	1.663
				AÇÃO		
P735	CONSULTORIA JURÍDICA RELATIVA AO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	44.481,00	31.336,97	PROCESSO ACOMPANHADO	I	9.518
				PROCESSO		
P739	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DO ESTADO DE NATUREZA INDENIZATÓRIA	95.940,00	32.149,71	AÇÃO JUDICIAL ACOMPANHADA	I	11.319
				AÇÃO		
P741	DEFESA JUDICIAL DO ESTADO NA ESFERA CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVA	59.680,00	31.635,00	PROCESSO ACOMPANHADO	I	27.964
				PROCESSO		
P744	CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO	4.620,00	165,00	PARECER/NOTA TÉCNICA EMITIDA	I	585
				PARECER		
0325	JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DE DIREITOS RECLAMADOS	2.400,00	1.600,00			
P750	DECISÕES SOBRE RECLAMAÇÕES EFETUADAS POR SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS	2.400,00	1.600,00	PROCESSO/RECURSO JULGADO	I	3.869
				PROCESSO		
01101	OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	837.600,00	2.736.029,09			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	487.200,00	1.425.430,24			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	100.000,00	667.586,09	PESSOA REMUNERADA	50	35
				UNIDADE		
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	13.800,00	1.109,40	AUXÍLIO CONCEDIDO	10	2
				AUXÍLIO		
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	50.000,00	866,68			
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	323.400,00	755.868,07			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : GOVERNADORIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0194	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS, DIFUSOS E SEGURANÇA DO CIDADÃO	350.400,00	1.310.598,85			
P285	MANUTENÇÃO DE NÚCLEOS DA OUVIDORIA NAS MACRORREGIÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	150.400,00	81.907,28			
P965	FORTEALECIMENTO DA OUVIDORIA DA POLÍCIA	200.000,00	1.228.691,57	SISTEMA IMPLANTADO	12	9
				SISTEMA		
01521	AUDITORIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.683.931,00	2.862.478,19			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.549.631,00	2.662.640,49			
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	30.500,00	17.387,98			
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	345.000,00	802.666,61			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	921.331,00	1.514.660,43	PESSOA REMUNERADA	95	43
				UNIDADE		
P423	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	84.000,00	17.477,20	SERVIDOR CAPACITADO	80	80
				SERVIDOR		
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	13.800,00	3.298,10	AUXÍLIO CONCEDIDO	20	2
				AUXÍLIO		
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	155.000,00	307.150,17			
0605	CONTROLE INTERNO	69.300,00	191.834,55			
P551	GERENCIAMENTO DO SUBSISTEMA DE AUDITORIA OPERACIONAL	40.000,00	16.060,04	UNIDADE DE AUDITORIA SETORIAL E SECCIONAL IMPLANTADA	18	35
				UNIDADE		
P570	GERENCIAMENTO DA AUDITORIA DE GESTÃO	29.300,00	175.774,51	RELATÓRIO DE AUDITORIA ELABORADO	31	22
				RELATÓRIO		
0607	CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA	65.000,00	8.003,15			
P572	GERENCIAMENTO DO SUBSISTEMA DE CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA	65.000,00	8.003,15	PROCESSO ADMINISTRATIVO ACOMPANHADO PROCESSO	880	885
02011	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	486.611.813,00	444.126.497,87			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	121.219.369,00	117.246.546,95			
P423	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	228.000,00	111.377,86	SERVIDOR CAPACITADO	209	97

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : GOVERNADORIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				SERVIDOR		
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	3.124.000,00	2.455.956,43	AUXÍLIO CONCEDIDO	1.643	2.240
				AUXÍLIO		
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	104.299.369,00	96.441.883,68	PESSOA REMUNERADA	4.512	4.255
				UNIDADE		
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	423.000,00	921.204,56			
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	6.335.000,00	11.812.297,13			
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6.800.000,00	5.503.827,29			
P435	IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	10.000,00	0	SERVIDOR AVALIADO	4.500	3.989
				SERVIDOR		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	68.256.455,00	68.489.962,39			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	68.256.455,00	68.489.962,39			
0315	ATENÇÃO À SAÚDE DO SEGURADO	230.576.939,00	200.170.137,38			
P685	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA PRÓPRIA NA CAPITAL	3.330.000,00	2.625.332,71	PROCEDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO	450.000	307.228
				PROCEDIMENTO		
P690	ASSISTÊNCIA SOCIAL AO SEGURADO	720.000,00	644.945,00	BENEFICIÁRIO ATENDIDO	81.121	66.159
				BENEFICIÁRIO		
P696	PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA	30.000,00	51.218,30	PESSOA ATENDIDA	0	0
	<i>O Hotel da Previdência de Araxá está fechado para reformas desde 2003 e se mantém fechado, sendo realizadas no momento obras para sua recuperação. As despesas realizadas nesta ação referem-se à manutenção e segurança das dependências do hotel.</i>			PESSOA		
P704	CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO	840.000,00	545.000,00	AUXÍLIO DIVERSO PAGO	1.200	1.662
				AUXÍLIO		
P708	ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO HOSPITAL GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	58.938.852,00	56.143.794,88	ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR PRESTADO	1.845.833	1.948.354
				ATENDIMENTO		
P729	ASSISTÊNCIA À SAÚDE PRÓPRIA NO INTERIOR	3.250.000,00	3.053.763,80	ATENDIMENTO MÉDICO ODONTOLÓGICO PRESTADO	813.746	204.553
				ATENDIMENTO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : GOVERNADORIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P738	ASSISTÊNCIA À SAÚDE DESCENTRALIZADA NO INTERIOR	103.003.498,00	72.346.505,65	ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO PRESTADO	7.506.060	3.406.796
				ATENDIMENTO		
P746	ASSISTÊNCIA À SAÚDE DESCENTRALIZADA NA CAPITAL	51.028.589,00	59.540.947,00	ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO PRESTADO	808.012	945.890
				ATENDIMENTO		
P756	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	1.100.000,00	1.376.013,82	BENEFICIÁRIO ATENDIDO	60.000	68.548
				BENEFICIÁRIO		
P766	GESTÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR	1.988.000,00	180.632,22	SERVIDOR ATENDIDO	60.000	164.902
				SERVIDOR		
P777	PROMOÇÃO DA SAÚDE DO SERVIDOR	156.000,00	0	ATENDIMENTO PRESTADO	10.000	7.077
				ATENDIMENTO		
P784	PRESERVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	6.192.000,00	3.661.984,00	CONSTRUÇÃO E REFORMA REALIZADA	13.420	1.330
				METRO QUADRADO		
0349	PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS	66.559.050,00	58.219.851,15			
P833	CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE PECÚLIO	27.283.400,00	26.034.275,15	AUXÍLIO DIVERSO PAGO	1.250	1.900
				AUXÍLIO		
P838	ENCARGOS COM PENSIONISTAS - CONVÊNIOS	39.000.000,00	32.050.310,00	PENSÃO PAGA	5.600	5.137
				PENSÃO		
P890	GESTÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FUNPEMG	275.650,00	135.266,00	RENTABILIDADE DA RESERVA TÉCNICA ASSEGURADA	1	0
	Esta atividade não se caracteriza como ação finalística do IPSEMG, porque a despesa executada é apenas para a manutenção do FUNPEMG. Neste sentido, o tipo desta ação fora alterado para atividade meio do orçamento fiscal, ficando, portanto, isenta de acompanhamento físico.			CRESCIMENTO PERCENTUAL		
04431	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	43.092.596,00	0			
0624	ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA	43.092.596,00	0			
P055	CONSTITUIÇÃO DE RESERVA TÉCNICA PARA PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS	43.092.596,00	0	RESERVA TÉCNICA CONSTITUÍDA	43.092	0
	De acordo com a Lei Complementar 64, de 25 de março de 2002, artigos 39 e 40, os recursos financeiros serão utilizados para pagamento de benefícios somente a partir de 31 de dezembro de 2009. Por este motivo, não há registro de execução financeira e física.			R\$ MIL		
04461	FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA	565.580.809,00	2.833.686.027,75			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.565.580.809,00	1.833.686.027,75			
P115	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-DEOP	1.716.579,00	1.507.812,50			
P631	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IMPRESA OFICIAL	3.538.688,00	3.570.955,45			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : GOVERNADORIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P205 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-DER	167.317.374,00	151.356.257,55			
P209 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUNED	2.887.410,00	3.135.464,31			
P022 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FAPEMIG	280.971,00	294.715,18			
P045 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-CETEC	5.869.959,00	5.938.031,73			
P046 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-UNIMONTES	2.932.898,00	3.888.009,45			
P047 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IPEM	665.296,00	682.900,15			
P060 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-UEMG	4.272.062,00	4.617.946,75			
P082 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IGA	1.516.727,00	1.574.536,84			
P083 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-RURALMINAS	1.934.628,00	1.937.123,85			
P088 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IMA	6.658.993,00	7.248.473,76			
P089 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	169.247,00	176.895,77			
P091 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUCAM	193.569,00	200.713,21			
P094 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FAOP	20.845,00	24.347,05			
P096 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO	702.452,00	697.723,38			
P104 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IEPHA	413.103,00	465.969,23			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : GOVERNADORIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P105	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUNDAÇÃO TV MINAS	188.560,00	183.769,55			
P840	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IPSM	373.814,00	501.589,77			
P939	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IDENE	327.122,00	350.568,26			
P957	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1.032.417.484,00	1.237.661.010,56			
P959	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-SECRETARIA DE SAÚDE	50.631.158,00	54.169.212,79			
P962	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DAS DEMAIS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO	742.849.483,00	746.124.164,76			
P550	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-ADEMG	232.156,00	392.747,79			
P586	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-UTRAMIG	133.062,00	124.324,73			
P617	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-LOTERIA	902.826,00	898.504,59			
P722	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FJP	6.215.463,00	6.502.390,01			
P428	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FEAM	1.283.325,00	1.142.428,16			
P225	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FHEMIG	14.540.966,00	14.926.951,94			
P312	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-HEMOMINAS	410.755,00	605.914,50			
P529	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-JUCEMG	1.190.396,00	1.784.079,56			
P533	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-DETEL	371.587,00	544.674,85			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : GOVERNADORIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P473 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IEF	3.994.140,00	3.314.664,28			
P484 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IGAM	355.720,00	379.034,84			
P725 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IPSEMG	508.070.991,00	576.762.120,65			
P922 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-ITER	1.000,00	0			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : GOVERNO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01111 ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM BRASÍLIA	676.347,00	689.655,36			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	472.341,00	508.948,86			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	465.331,00	502.692,06	PESSOA REMUNERADA	16	18
			UNIDADE		
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	7.010,00	6.256,80	AUXÍLIO CONCEDIDO	5	10
			AUXÍLIO		
0196 REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM BRASÍLIA	204.006,00	180.706,50			
P286 REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	204.006,00	180.706,50			
01141 ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO RIO DE JANEIRO	166.185,00	275.337,69			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	141.237,00	231.466,50			
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	2.500,00	2.003,80	AUXÍLIO CONCEDIDO	5	2
			AUXÍLIO		
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	138.737,00	229.462,70	PESSOA REMUNERADA	5	5
			UNIDADE		
0197 REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO RIO DE JANEIRO	24.948,00	43.871,19			
P287 REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	24.948,00	43.871,19			
01161 ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM SÃO PAULO	69.368,00	51.519,08			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.000,00	0			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.000,00	0	PESSOA REMUNERADA	1	0
<i>O Escritório de Representação de São Paulo foi instalado no exercício de 2005, porém não houve nomeações para os cargos de estrutura básica.</i>			UNIDADE		
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.000,00	0	AUXÍLIO CONCEDIDO	1	1
			AUXÍLIO		
0199 REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM SÃO PAULO	67.368,00	51.519,08			
P288 REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	67.368,00	51.519,08			
01491 SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	32.025.034,00	88.090.850,33			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	15.325.516,00	18.372.441,95			
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	206.000,00	146.168,60	AUXÍLIO CONCEDIDO	210	191
			AUXÍLIO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : GOVERNO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	8.251.222,00	8.924.831,64	PESSOA REMUNERADA	688	356
				UNIDADE		
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	6.267.294,00	8.452.852,78			
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	61.000,00	64.824,14			
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	540.000,00	783.764,79			
0183	ADMINISTRAÇÃO DE PALÁCIOS	536.854,00	733.144,76			
P246	ADMINISTRAÇÃO DOS PALÁCIOS DA LIBERDADE E DOS DESPACHOS	318.178,00	370.951,80			
P668	ADMINISTRAÇÃO DA RESIDÊNCIA OFICIAL DO GOVERNADOR	218.676,00	362.192,96			
0187	COORDENAÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR	862.664,00	1.092.292,27			
P266	ASSESSORIA DO CERIMONIAL	315.365,00	522.567,14			
P268	ASSESSORIA À GESTÃO DO GOVERNADOR DO ESTADO	300.000,00	394.791,80			
P270	ASSISTÊNCIA À AÇÃO DA VICE GOVERNADORIA	247.299,00	174.933,33			
0193	COMUNICAÇÃO SOCIAL	10.400.000,00	67.278.670,04			
P280	DIVULGAÇÃO GOVERNAMENTAL	10.400.000,00	67.278.670,04			
0338	SEGURANÇA ALIMENTAR	400.000,00	548.064,15			
P783	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DE MINAS GERAIS - CONSEA	400.000,00	548.064,15			
0382	MINAS SEM FOME	4.500.000,00	66.237,16			
P310	MUTIRÃO PELA SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL EM MINAS GERAIS - PRO SAN	4.500.000,00	66.237,16	PROJETO DE SEGURANÇA ALIMENTAR APOIADO	1	0
	Por problemas burocráticos não foi firmado convênio com o Ministério de Defesa Social em 2005.			PROJETO		
02041	LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	27.511.053,00	29.335.785,98			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6.616.849,00	4.491.247,80			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.241.269,00	1.072.926,06	PESSOA REMUNERADA	33	32

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : GOVERNO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				UNIDADE		
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	4.175.580,00	3.279.757,12			
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	11.000,00	5.439,50	AUXÍLIO CONCEDIDO	2	5
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.000.000,00	55.911,06	AUXÍLIO		
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	189.000,00	77.214,06			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0182	EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE LOTERIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	20.893.204,00	24.844.538,18			
P243	OPERACIONALIZAÇÃO DE JOGOS DE LOTERIA	20.893.204,00	24.844.538,18	RECURSO ARRECADADO	19.938.784	31.011.214
				R\$ MIL		
02391	IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	24.826.437,00	39.813.216,25			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	13.816.697,00	15.122.636,92			
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	105.500,00	76.739,43	AUXÍLIO CONCEDIDO	180	170
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	5.611.754,00	5.533.011,12	AUXÍLIO		
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	5.967.443,00	6.738.609,61	PESSOA REMUNERADA	251	251
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	98.000,00	3.763,00	UNIDADE		
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.034.000,00	2.770.513,76			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	3.008.743,00	3.157.954,11			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	3.008.743,00	3.157.954,11			
0113	EDIÇÃO E CONFECCÃO GRÁFICA	7.915.997,00	21.520.321,44			
P119	EDIÇÃO E IMPRESSÃO DO JORNAL MINAS GERAIS	5.685.450,00	7.097.455,60	JORNAL MINAS GERAIS IMPRESSO	33.000.000	357.240.848

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : GOVERNO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
<i>A meta física anual de 33.000.000 foi indevida, uma vez que a programação correta é de 33.000.000 mensais perfazendo um total anual de 396.000.000 de páginas.</i>				PÁGINA		
P127	CONFEÇÃO DE IMPRESSOS, FORMULÁRIOS E SERVIÇOS GRÁFICOS EM GERAL.	2.230.547,00	14.422.865,84	IMPRESSO CONFECCIONADO	600.000	10.078.385
<i>A meta física anual de 600.000 foi indevida, uma vez que a programação física correta é de 600.000 mensais, perfazendo um total anual de 7.200.000 impressos confeccionados.</i>				IMPRESSO		
0121	COMERCIALIZAÇÃO DE JORNAL E SERVIÇOS GRÁFICOS EM GERAL.	85.000,00	12.303,78			
P130	ASSINATURA DO JORNAL MINAS GERAIS	30.000,00	0	ASSINATURA REALIZADA	18.000	16.500
				ASSINATURA		
P132	ASSINATURA DO JORNAL MINAS GERAIS - VIA INTERNET	20.000,00	0	ACESSO ELETRÔNICO REALIZADO	200.000	789.827
<i>Crescimento devido à maior informatização do "Minas Gerais".</i>				ACESSO		
P138	VENDA AVULSA DE CADERNOS DO JORNAL MINAS GERAIS	35.000,00	12.303,78	CADERNO VENDIDO	9.000	11.500
				CADERNO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0137I SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	22.597.164,00	24.981.337,78			
000I APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.254.397,00	3.398.644,71			
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	320.000,00	177.934,12			
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.021.998,00	1.097.545,52			
P427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	85.000,00	70.698,07			
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	18.850,00	12.494,40	AUXÍLIO CONCEDIDO	48	4
			AUXÍLIO		
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.250.549,00	1.415.251,09	PESSOA REMUNERADA	50	50
			UNIDADE		
P504 APOIO À GESTÃO AMBIENTAL	1.558.000,00	624.721,51	AÇÃO AMBIENTAL APOIADA	1	1
			AÇÃO		
0134 GESTÃO AMBIENTAL MG SÉCULO XXI	15.788.760,00	20.937.919,26			
P534 INDICADORES AMBIENTAIS	250.000,00	76.998,17	INDICADOR DE QUALIDADE AMBIENTAL SELECIONADO E CONSOLIDADO	15	13
No processo de validação dos indicadores, verificou-se que apenas 13 indicadores possuíam consistência e séries históricas confiáveis e disponíveis para a coleta e tratamento estatístico de dados.			INDICADOR		
P538 COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E EXTENSÃO AMBIENTAL	250.000,00	559.045,58	AÇÃO DE EDUCAÇÃO E EXTENSÃO AMBIENTAL REALIZADA	5	6
			EVENTO		
P160 DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	700.000,00	710.635,66	COPAM REGIONAL IMPLANTADO	8	8
			MUNICÍPIO		
P165 NÚCLEO DE GESTÃO AMBIENTAL - SEMAD	100.000,00	55.385,00	NÚCLEO IMPLANTADO/ CONSOLIDADO	2	0
A Ação Núcleo de Gestão Ambiental contava, para a sua efetiva operacionalização em 2005, com a realização das avaliações ambientais estratégicas, que acabaram não sendo realizadas por questões técnicas e administrativas afetas às duas Secretarias escolhidas como piloto: SEDE e SETOP. Há indicativo de desistência por parte da SEDE de realizar a AAE. A SETOP não conseguiu operacionalizar o contrato com empresa para viabilizar os estudos.			NÚCLEO		
P167 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	700.000,00	8.985.684,43	SERVIDOR TREINADO E CAPACITADO	500	850
			SERVIDOR PÚBLICO		
P169 INTEGRAÇÃO FÍSICA DO SISEMA	1.000.000,00	741.370,80	PRÉDIO REFORMADO	1	0
A licitação foi suspensa, sendo transferida a execução da obra para o DEOP. Os recursos financeiros foram utilizados para a compra de um helicóptero que ficará à disposição do SISEMA para ser utilizado na fiscalização ambiental, bem como veículos e equipamentos para o fortalecimento das ações da Polícia Ambiental.			PRÉDIO		
P170 SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AMBIENTAL	4.968.760,00	3.410.090,39	SISTEMA IMPLANTADO	4	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO / ENTIDADE		FINANCEIRO		FÍSICO		
PROGRAMA		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
AÇÃO						
O Sistema já está no ar, faltando a execução de testes finais e posterior validação. Serão entregues quatro módulos até o final de março.				SISTEMA		
P322	ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	3.700.000,00	2.146.609,88	PLANO DE ZONEAMENTO AMBIENTAL COORDENADO/APOIADO PLANO	3	0
O ZEE está sendo executado tendo em vista cronograma reajustado à efetiva data de início dos trabalhos, que teve seu início retardado em função de acertos administrativos por parte da SEMAD. Este atraso teve como consequencia a não liberação dos recursos necessários para o seu início em outubro, como previsto. A primeira liberação financeira ocorreu em dezembro de 2005 e correspondeu ao percentual estipulado em convênio - 30%. Os primeiros produtos estão programados para entrega ainda em janeiro de 2006.						
P168	LIXO E CIDADANIA	4.120.000,00	4.252.099,35	AÇÃO REALIZADA	20	624
				AÇÃO		
0172	REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	450.000,00	329.133,81	PROJETO ELABORADO	1	0
P338	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	135.000,00	58.292,87			
Os recursos foram utilizados para a realização do Seminário "São Francisco falando a Verdade".				PROJETO		
P932	TRATAMENTO DE EFLUENTES E RESÍDUOS URBANOS	315.000,00	270.840,94	MUNICÍPIO APOIADO	50	47
				MUNICÍPIO		
0175	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	2.104.007,00	315.640,00	MUNICÍPIO ENVOLVIDO	15	0
P281	FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	2.104.007,00	315.640,00			
Utilização de saldo de convênio com o Ministério do Turismo, para acelerar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PEDITS).				MUNICÍPIO		
02091 FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE		22.695.827,00	15.974.912,38			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		12.747.845,00	10.393.771,95	PESSOA REMUNERADA	112	145
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	4.518.473,00	4.456.716,58			
				UNIDADE		
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	3.367.000,00	1.434.674,51			
Não existem marcos físicos.						
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.926.372,00	3.560.892,17			
Não existem marcos físicos.						
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	10.000,00	8.402,20	AUXÍLIO CONCEDIDO	7	8
Não existe marco físico.				AUXÍLIO		
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	26.000,00	34.456,09			
Sem marcos físicos.						
p804	APOIO ÀS UNIDADES REGIONAIS DO COPAM	900.000,00	898.630,40			
Não existem marcos físicos.						
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS		66.826,00	118.334,20			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	66.826,00	118.334,20			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0142 GESTÃO DA MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL		9.881.156,00	5.462.806,23			
P175	MONITORAMENTO AMBIENTAL	2.082.000,00	636.833,80	PROGRAMA IMPLEMENTADO	4	4
Programas como qualidade do ar e saneamento e cidadania possuem dinâmica própria na medida em que já vinham sendo executados de exercícios anteriores. Os demais estão em etapas diversas de desenvolvimento.				PROGRAMA		
P618	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	4.980.656,00	4.481.261,03	LICENÇA ANALISADA	1.950	1.651
				LICENÇA		
P622	FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	2.695.000,00	248.690,07	AUTO DE FISCALIZAÇÃO EMITIDO	3.500	4.198
Orçamento contingenciado, redução da fonte 31 e atraso na cobrança da Taxa de Fiscalização.				AUTO		
P657	COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E EXTENSÃO AMBIENTAL	123.500,00	96.021,33	PROGRAMA IMPLEMENTADO	4	4
				PROGRAMA		
02101 INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS		71.428.251,00	74.157.594,11			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		30.981.846,00	36.552.661,81			
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	13.641.607,00	19.833.694,25			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	15.271.239,00	15.411.484,31	PESSOA REMUNERADA	816	996
				UNIDADE		
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	160.000,00	138.639,26	AUXÍLIO CONCEDIDO	50	128
				AUXÍLIO		
p804	APOIO ÀS UNIDADES REGIONAIS DO COPAM	1.400.000,00	861.266,79			
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	509.000,00	307.577,20			
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS		1.012.405,00	1.476.246,55			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.012.405,00	1.476.246,55			
0172 REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO		800.000,00	1.492.639,43			
P577	GESTÃO DA BIODIVERSIDADE E AMPLIAÇÃO DA BASE FLORESTAL NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	800.000,00	1.492.639,43	ÁREA AMBIENTAL RECUPERADA.	20	21
				HECTARE		
0186 CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO FLORESTAL		36.634.000,00	33.853.866,11			
P257	MONITORAMENTO DA COBERTURA VEGETAL, FAUNA SILVESTRE E AQUÁTICA.	19.700.000,00	18.231.105,48	ÁREA MONITORADA	18.250.000	18.250.000
				HECTARE		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P262	AMPLIAÇÃO DA BASE FLORESTAL	4.415.000,00	3.592.881,50	ÁREA REFORESTADA	18.000	18.123
				HECTARE		
P263	AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS	5.030.000,00	670.453,02	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ADMINISTRADA	5	5
	Não houve aquisição de terras das unidades de conservação.			UNIDADE		
P264	GESTÃO DA PESCA E DA AQUICULTURA	600.000,00	356.614,63	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO PESQUEIRA CONCEDIDA	26.600	30.304
				LICENÇA		
P267	PROTEÇÃO DA MATA ATLÂNTICA EM MINAS GERAIS - PROMATA	6.879.000,00	11.002.811,48	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO APOIADA	5	5
	Obras não previstas inicialmente foram realizadas nas unidades de conservação do Promata.			UNIDADE DE CONSERVAÇÃO		
P984	CRIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO SETOR DE BASE FLORESTAL	10.000,00	0	CENTRO IMPLANTADO.	1	0
	Recursos destinados a esta ação são insuficientes para sua implantação.			ESTRUTURA FUNCIONANDO		
0340	PROJETO JAÍBA	2.000.000,00	782.180,21			
P829	GESTÃO AMBIENTAL DO PROJETO JAÍBA	2.000.000,00	782.180,21	CONDICIONANTE ATENDIDA	4	4
				CONDICIONANTE		
02241	INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS	36.693.333,00	24.329.841,32			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6.862.919,00	5.181.937,20			
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	41.700,00	27.597,40	AUXÍLIO CONCEDIDO	32	25
				AUXÍLIO		
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.482.410,00	1.215.485,27	PESSOA REMUNERADA	72	85
				UNIDADE		
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.954.109,00	3.457.725,83			
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	159.700,00	209.130,62			
p804	APOIO ÀS UNIDADES REGIONAIS DO COPAM	225.000,00	271.998,08			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	25.347,51			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	25.347,51			
0075	GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	29.629.414,00	18.703.528,88			
P036	CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS EM MINAS GERAIS	257.000,00	305.485,60	OUTORGA CONCEDIDA	3.800	2.243
	Número de pedidos de outorga superestimado.			PORTARIA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P037	MONITORAMENTO DO TEMPO E DO CLIMA	291.120,00	335.318,43	SISTEMA IMPLANTADO	1	1
				SISTEMA		
P164	GESTÃO DESCENTRALIZADA E PARTICIPATIVA DA ÁGUA	1.231.478,00	2.260.956,94	COMITÊ DE BACIAS APOIADO	35	26
				COMITÊ		
P174	MONITORAMENTO DAS ÁGUAS	2.293.816,00	2.469.153,95	RELATÓRIO ELABORADO	1	1
				RELATÓRIO		
P656	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS PARA O SEMI-ÁRIDO MINEIRO - PROÁGUA	25.224.000,00	13.332.613,96	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA IMPLANTADO	3	1
				SISTEMA		
P976	COMITÊS DAS BACIAS DOS RIOS JEQUITINHONHA, MUCURI, SÃO MATEUS, MURIAÉ E DOCE	332.000,00	0	COMITÊ IMPLANTADO	72	0
	<i>O apoio e a implantação de CBHs destas regiões estão sendo executadas na ação P164.</i>			PERCENTUAL		
0172	REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	200.000,00	419.027,73			
P659	MONITORAMENTO DAS ÁGUAS PARA AVALIAÇÃO DA POLUIÇÃO HÍDRICA	200.000,00	419.027,73	REDE DE MONITORAMENTO DA ÁGUA IMPLANTADA	15	3
	<i>Foram implantadas 3 (três) redes de amostragem, com o objetivo de ampliação do número de estações de monitoramento na Bacia do Rio São Francisco. Uma delas na sub-bacia do Rio das Velhas, visando a manutenção das melhorias implementadas com as ações de saneamento ambiental na bacia com vistas a atender a proposta estabelecida no âmbito do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, Meta 2010. As outras duas visam o aperfeiçoamento do monitoramento da rede básica já existente no restante da bacia do Rio São Francisco, onde foram implantadas as redes São Francisco Norte e Rede São Francisco Sul, onde fazem parte o Rio Pará e o Rio Paraopeba.</i>			REDE		
04341	FUNDO DE RECUPERAÇÃO, PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	40.698.774,00	0			
0172	REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	13.000.000,00	0			
P661	ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS COMITÊS DE BACIA DO SÃO FRANCISCO	13.000.000,00	0	COMITÊ DE BACIAS APOIADO	10	0
	<i>A Lei do FHIDRO foi votada pela Assembleia Legislativa em Dezembro de 2005, o que adiou a execução da ação</i>			COMITÊ		
0360	FHIDRO	27.698.774,00	0			
P944	APOIO FINANCEIRO A PROJETOS DE RACIONALIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E MELHORIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO.	27.698.774,00	0	PROJETO APROVADO	10	0
	<i>Ação paralisada por incompatibilidades na legislação do Fhidro</i>			PROJETO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01501	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	67.172.496,00	75.059.072,33			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	30.049.343,00	38.888.946,45			
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	4.317.362,00	10.909.728,14			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	24.866.203,00	26.881.613,58	PESSOA REMUNERADA	947	1.211
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	469.910,00	461.229,89	AUXÍLIO CONCEDIDO	600	640
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	395.868,00	636.374,84			
0035	CENTRO ADMINISTRATIVO DO GOVERNO DE MINAS GERAIS	1.300.000,00	1.026.084,58			
P648	PROJETOS DE ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.300.000,00	1.026.084,58	PROJETO ELABORADO	1	1
0271	CHOQUE DE GESTÃO - PESSOAS, QUALIDADE E INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	5.259.000,00	1.823.070,95			
P202	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	452.000,00	514.341,95	SERVIDOR AVALIADO	250.000	95.203
P303	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL	238.000,00	237.981,89	ACORDO CELEBRADO	10	10
P354	ADOÇÃO DE NOVO MODELO DE PARCERIA NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	180.000,00	178.074,70	OSCIPI QUALIFICADA	5	59
P712	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS PARA SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	620.000,00	892.672,41	LEGISLAÇÃO PUBLICADA	5	34
P851	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO	3.769.000,00	0	PROJETO PNAGE EXECUTADO	26	0
0287	GOVERNANÇA ELETRÔNICA	2.332.000,00	6.286.905,52			
P793	GESTÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	490.000,00	567.632,87	MODELO DE GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO IMPLANTADO	20	25
P794	IMPLANTAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	382.000,00	3.550.384,62	MODELO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO IMPLANTADO	20	20

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				PERCENTUAL		
P796	MINAS ON-LINE / PORTAL MINAS - LIG-MINAS	1.460.000,00	2.168.888,03	SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO DISPONIBILIZADO PERCENTUAL	50	184
0340	PROJETO JAÍBA	16.000.000,00	10.213.026,29			
P853	CONCLUSÃO DO ACORDO DE CRÉDITO COM O JBIC	16.000.000,00	10.213.026,29	INFRA-ESTRUTURA CONSTRUÍDA PERCENTUAL	100	100
0348	INTEGRAÇÃO ENTRE PLANO E ORÇAMENTO	551.000,00	492.224,61			
P349	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E DE PLANEJAMENTO DO PLANO PLURIANUAL - SIGPLAN	26.000,00	29.508,00	MANUTENÇÃO REALIZADA SERVIÇO	1	1
P426	ELABORAÇÃO DO ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - IMRS	300.000,00	286.568,70	ÍNDICE ELABORADO ÍNDICE	1	1
P553	COORDENAÇÃO DA ELABORAÇÃO E DA REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL	5.000,00	150,00	PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL ELABORADO E REVISADO PLANO	1	1
P855	CONTROLE E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	45.000,00	5.537,41	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA AVALIADA RELATÓRIO	1	1
P911	AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DO PLANO PLURIANUAL	45.000,00	22.793,50	PPAG AVALIADO PLANO	1	1
P937	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E DE PLANEJAMENTO DO PLANO PLURIANUAL - SIGPLAN	130.000,00	147.667,00	MÓDULO DO SIGPLAN IMPLANTADO MÓDULO	2	2
0352	GESTÃO ESTRATÉGICA DE SUPRIMENTOS	4.388.883,00	3.945.257,22			
P594	DEFINIÇÃO E CONTROLE DE METODOLOGIA DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	75.000,00	0	MODELO CONCEBIDO, IMPLANTADO E AVALIADO MODELO	1	0
	<i>Publicado em dezembro de 2005 o edital de licitação na modalidade "concorrência", para contratação de consultoria técnica especializada para desenvolvimento e implantação do modelo de gestão estratégica de suprimentos do estado.</i>					
P857	DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE SUPRIMENTOS PARA O ESTADO	174.000,00	9.770,00	ESTUDO/PESQUISA REALIZADO ESTUDO / PESQUISA	1	0
	<i>Publicado em dezembro de 2005 o edital de licitação na modalidade "concorrência", para contratação de consultoria técnica especializada para desenvolvimento e implantação do modelo de gestão estratégica de suprimentos do estado.</i>					
P901	DEFINIÇÃO DE UMA LOGÍSTICA INTEGRADA DE TRANSPORTES OFICIAIS	70.000,00	16.363,77	ESTUDO ELABORADO ESTUDO	1	0
	<i>Publicado em dezembro de 2005 o edital de licitação na modalidade "concorrência", para contratação de consultoria técnica especializada para desenvolvimento e implantação do modelo de gestão estratégica de suprimentos do estado.</i>					
P905	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS - SIAD	1.220.965,00	1.909.027,45	SISTEMA IMPLANTADO SISTEMA	1	1
P908	MANUTENÇÃO DO SIAD	2.848.918,00	2.010.096,00	SISTEMA MANTIDO	1	1

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				SISTEMA		
0356	GERAES - GESTÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS E AÇÕES DO ESTADO	265.000,00	241.697,71			
P868	DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE GESTÃO PARA OS PROJETOS ESTRUTURADORES	15.000,00	0	METODOLOGIA DE GESTÃO DE PROJETOS IMPLANTADA. METODOLOGIA	I	I
P869	MONITORAMENTO DOS PROJETOS ESTRUTURADORES	100.000,00	34.001,06	PROJETO COORDENADO E APOIADO PROJETO	3I	3I
P873	AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROJETOS ESTRUTURADORES	150.000,00	207.696,65	PROJETO AVALIADO PROJETO	3I	3I
0359	GESTÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO	199.000,00	3.495.441,11			
P934	GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	199.000,00	3.495.441,11	SISTEMA DE CONTROLE IMOBILIÁRIO APERFEIÇOADO SISTEMA	I	I
0364	PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS	40.000,00	132.345,55			
P964	COORDENAÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL	5.000,00	109.043,20	AÇÃO DE COORDENAÇÃO REALIZADA AÇÃO	50	50
P966	DESENVOLVIMENTO DA CENTRAL DE PROJETOS	35.000,00	23.302,35	PROJETO ENCAMINHADO E MONITORADO PROJETO	20	27
0371	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	6.788.270,00	8.514.072,34			
P967	IMPLEMENTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	669.940,00	2.398.955,41	SISTEMA IMPLANTADO SISTEMA	I	I
P968	MANUTENÇÃO DO SISAP	6.113.330,00	6.113.330,00	SISTEMA MANTIDO SISTEMA	I	I
P969	DEFINIÇÃO DE POLÍTICA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	5.000,00	1.786,93	EVENTO REALIZADO EVENTO	10	I
<i>Meta prevista para a realização de cursos de saúde vocal para os candidatos aprovados e nomeados no último concurso público realizado em 2005 pela SEE. Como a nomeação só ocorreu em 14/12/05, ficou inviabilizado o cumprimento da meta.</i>						
01941	EGE-SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	56.351.026,00	64.549.368,56			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	55.394.380,00	63.587.722,56			
P220	PAGAMENTO À MGS POR INDENIZAÇÃO TRABALHISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS	466.416,00	452.225,28			
P441	PENSÕES ESPECIAIS E INDENIZAÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	54.927.964,00	63.135.497,28			
0601	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS GERENCIAIS CORPORATIVOS	956.646,00	961.646,00			
P215	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE PONTO - FORPONTO	46.000,00	51.000,00	SISTEMA MANTIDO	I	I

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				SISTEMA		
P219	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE PROTOCOLO - SIPRO	910.646,00	910.646,00	SISTEMA MANTIDO	1	1
				SISTEMA		
02061 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO		15.179.826,00	20.946.153,48			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8.144.064,00	10.984.882,34			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	7.016.733,00	8.800.013,77	PESSOA REMUNERADA	289	237
				UNIDADE		
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	131.784,00	51.487,89			
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	984.241,00	2.122.685,08			
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	11.306,00	10.695,60	AUXÍLIO CONCEDIDO	30	29
				AUXÍLIO		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	2.194.400,00	3.597.154,26			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	2.194.400,00	3.597.154,26			
0190	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS/PROJETOS EM GESTÃO PÚBLICA	556.137,00	311.692,76			
P330	FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	466.137,00	295.743,86	ALUNO TREINADO	130	130
				ALUNO		
P336	ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA	90.000,00	15.948,90	ESTUDO/PESQUISA REALIZADO	2	1
				ESTUDO / PESQUISA		
0254	PRODUÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS	807.061,00	760.551,02			
P701	COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS SECUNDÁRIOS E PRIMÁRIOS	807.061,00	760.551,02	SISTEMA DESENVOLVIDO	9	9
				SISTEMA		
0271	CHOQUE DE GESTÃO - PESSOAS, QUALIDADE E INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.467.093,00	3.308.213,08			
P145	FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PELA ESCOLA DE GOVERNO	2.467.093,00	3.308.213,08	ALUNO QUALIFICADO	2.000	1.391
				ALUNO		
0322	DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS APLICADAS	1.011.071,00	1.983.660,02			
P730	ESTUDOS ADMINISTRATIVOS E CONSULTORIAS ORGANIZACIONAIS	599.662,00	1.119.434,85	PROJETO ELABORADO	5	5
				PROJETO		
P747	ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS ECONÔMICOS E SOCIAIS	178.792,00	565.165,40	PROJETO ELABORADO	4	4

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				PROJETO		
P754	ESTUDOS, PESQUISAS E CONSULTORIAS MUNICIPAIS	166.742,00	206.188,75	PROJETO ELABORADO	4	4
				PROJETO		
P827	PUBLICAÇÕES DE PESQUISAS HISTÓRICAS E CULTURAIS	65.875,00	92.871,02	PESQUISA PUBLICADA	2	2
				PESQUISA		
04041	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO JAÍBA	29.874.345,00	28.318.455,10			
0340	PROJETO JAÍBA	29.874.345,00	28.318.455,10			
P332	ATIVIDADE DE APOIO COM CRÉDITO AGRÍCOLA AO PROCESSO PRODUTIVO DOS IRRIGANTES DO PROJETO JAÍBA	29.874.345,00	28.318.455,10	FINANCIAMENTO CONCEDIDO	60	37
	<i>A execução do Fundo ficou prejudicada em virtude de atrasos ocorridos na fase de compra dos lotes através do processo licitatório. Foram concedidos 37 financiamentos.</i>			UNIDADE		
04061	FUNDO PRÓ-FLORESTA	5.653.450,00	12.912.000,00			
0336	POTENCIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO	5.653.450,00	12.912.000,00			
P544	IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE FLORESTAS	5.653.450,00	12.912.000,00	EMPRESA FINANCIADA	4	4
				EMPRESA		
04181	FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES	1.000,00	0			
0615	PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO DE COMUNIDADES	1.000,00	0			
P874	APOIO AO PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO DE COMUNIDADES	1.000,00	0	ENTIDADE BENEFICIADA	1	0
	<i>Não houve repasse financeiro para atender este programa.</i>			ENTIDADE		
05141	COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	2.009.834,00	1.267.066,71			
0613	EFICIÊNCIA TECNOLÓGICA E OPERACIONAL	2.009.834,00	1.267.066,71			
P667	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA	1.456.500,00	721.341,91	INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA ATUALIZADA PERCENTUAL	30	18
P669	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO	553.334,00	545.724,80	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO IMPLANTADO PERCENTUAL	60	69
05381	MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.	401.000,00	0			
0604	APOIO A SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS	401.000,00	0			
P512	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL - MGS	401.000,00	0	SERVIÇO PRESTADO	46	9
	<i>Não foram adquiridos os novos carros como estava previsto, por decisão do governo.</i>			SERVIÇO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01511 POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	546.439.089,00	533.735.287,62			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	469.312.407,00	440.554.910,00			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	404.917.141,00	356.912.608,04	PESSOA REMUNERADA	10.494	10.497
			UNIDADE		
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	41.834.466,00	63.146.560,68			
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.026.300,00	599.961,64	AUXÍLIO CONCEDIDO	346	572
			AUXÍLIO		
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	3.234.500,00	1.197.751,77			
P427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	18.300.000,00	18.698.027,87			
0227 EXERCÍCIO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	1.845.000,00	922.721,94			
P375 REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICO-LEGAIS	575.000,00	423.153,90	PERÍCIA MÉDICO-LEGAL REALIZADA	1.445.500	26.475
			PERÍCIA		
P378 REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS TÉCNICO-CIENTÍFICAS	670.000,00	102.039,94	PERÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA REALIZADA	1.400.000	70.913
			PERÍCIA		
P691 IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL	600.000,00	397.528,10	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E OU CRIMINAL EMITIDO	1.420.476	1.713.868
			DOCUMENTO		
0228 RECOLHIMENTO E GUARDA DE DETENTOS DO ESTADO	37.298.000,00	36.059.410,03			
P379 ASSISTÊNCIA AOS DETENTOS	37.298.000,00	36.059.410,03	DETENTO ASSISTIDO	18.000	22.710
			DETENTO		
0229 PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA E EXERCÍCIO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA NO ESTADO	9.550.000,00	8.240.875,09			
P383 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	9.550.000,00	8.240.875,09	PROCEDIMENTO CRIMINAL INSTAURADO	309.500	336.118
			PROCEDIMENTO		
0230 FORMAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS	2.492.000,00	1.939.035,46			
P387 FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE POLICIAIS CIVIS	2.492.000,00	1.939.035,46	POLICIAL TREINADO/REICLADO	1.620	2.489
			POLICIAL		
0234 ENSINO MÉDIO E FUNDAMENTAL- ESCOLA ESTADUAL ORDEM E PROGRESSO	70.000,00	60,83			
P389 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA ORDEM E PROGRESSO	40.000,00	60,83	ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL MATRICULADO	680	539
			ALUNO		
A baixa execução financeira se deve ao fato da ação ser mantida também com recursos da Secretaria de Estado da Educação.					

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P390	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO- ESCOLA ORDEM E PROGRESSO	30.000,00	0	ALUNO DO ENSINO MÉDIO MATRICULADO	1.200	1.187
A não execução financeira se deve ao fato da ação ser mantida também através de recursos da Secretaria de Estado da Educação.				ALUNO		
0235	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS DA POLÍCIA CIVIL	743.386,00	1.286.690,12	UNIDADE AMPLIADA/REFORMADA UNIDADE	31	28
P393	REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS	743.386,00	1.286.690,12			
0240	ADMINISTRAÇÃO DE TRÂNSITO	15.380.000,00	21.519.300,38	DOCUMENTO EMITIDO DOCUMENTO	3.300.000	5.275.103
P398	EMISSION DE DOCUMENTOS, CONTROLE E REGISTROS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO	15.380.000,00	21.519.300,38			
0244	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DA POLÍCIA CIVIL	650.000,00	1.217.020,12	ATENDIMENTO MÉDICO ODONTOLÓGICO PRESTADO ATENDIMENTO	60.000	102.005
P399	ATENDIMENTO MÉDICO-ODONTOLÓGICO	650.000,00	1.217.020,12			
0306	INTEGRAÇÃO E EFICIÊNCIA DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS	205.292,00	225.635,10	GABINETE IMPLANTADO GABINETE	1	1
P272	COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS - POLÍCIA CIVIL	20.000,00	172.864,00			
P277	PAZ NOS ESTÁDIOS - POLÍCIA CIVIL - APARELHAMENTO DA DELEGACIA ADIDA DO MINEIRÃO	12.540,00	12.341,10	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	14	2
				EQUIPAMENTO		
P278	POLÍCIA COMUNITÁRIA EM MINAS GERAIS - POLÍCIA CIVIL	172.752,00	40.430,00	PROJETO IMPLANTADO	1	1
				PROJETO		
0313	REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA EM MINAS GERAIS	4.503.250,00	18.392.272,98	CENTRO DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE IMPLANTADO CENTRO	10	10
P297	FICA VIVO - CONTROLE DE HOMICÍDIOS - POLÍCIA CIVIL	605.420,00	355.428,55			
P318	IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE POLICIAMENTO - POLÍCIA CIVIL	50.000,00	15.680.787,43	ÁREA INTEGRADA IMPLANTADA	36	75
				ÁREA		
P693	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - SIDS - PCMG	3.847.830,00	2.356.057,00	SISTEMA IMPLANTADO	2	4
				SISTEMA		
0376	REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL	3.430.650,00	2.815.624,86	SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA REESTRUTURADO UNIDADE	1	0
P451	REESTRUTURAÇÃO DA COORDENAÇÃO GERAL DE SEGURANÇA DA POLÍCIA CIVIL	1.418.168,00	197.130,49			
O gasto financeiro desta ação fora alocado na elaboração dos projetos executivos para construção do prédio da Coordenação Geral de Segurança e serviços de reformas e adequações em seu prédio antigo.						
P987	REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA	2.012.482,00	2.618.494,37	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	1.230	1.585
				EQUIPAMENTO		
0384	VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	959.104,00	561.730,71			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO	
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO EXECUTADO
P020	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL	381.250,00	221.682,63	ATENDIMENTO PRESTADO	1.000 2.285
				ATENDIMENTO	
P031	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE POLICIAIS CIVIS	577.854,00	340.048,08	POLICIAL TREINADO/RECICLADO	650 902
				POLICIAL	

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01251 POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	.157.013.406,00	2.262.950.640,07			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.311.865.790,00	.223.778.003,91			
P063 AUXÍLIO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, FUNERAL E DOENÇA PARA SERVIDORES MILITARES - PM	1.330.482,00	1.702.669,35	AUXÍLIO CONCEDIDO	1.509	1.764
			AUXÍLIO		
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.293.088.557,00	1.204.009.688,01	PESSOA REMUNERADA	40.502	39.928
			UNIDADE		
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	5.493.204,00	6.056.425,93			
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	1.718.890,00	1.722.223,33			
P427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.234.657,00	10.286.997,29			
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	730.325.453,00	881.739.603,01			
P007 PROVENTOS DE INATIVOS MILITARES	730.325.453,00	881.739.603,01			
0231 POLÍCIA OSTENSIVA	68.350.656,00	74.309.359,60			
P391 POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL	56.806.929,00	64.271.586,77	OCORRÊNCIA DE POLICIAMENTO OSTENSIVO REALIZADA	3.401.827	3.574.817
			OCORRÊNCIA		
P395 POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO	4.009.867,00	4.403.083,39	OCORRÊNCIA DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO REALIZADA	281.754	282.333
			OCORRÊNCIA		
P396 POLICIAMENTO OSTENSIVO DE MEIO AMBIENTE	2.069.118,00	432.139,29	OCORRÊNCIA DE POLICIAMENTO AMBIENTAL REALIZADA	44.738	43.256
			UNIDADE		
P731 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES	5.464.742,00	5.202.550,15	EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO ADQUIRIDO	500	947
			EQUIPAMENTO		
0243 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO - COLÉGIO TIRADENTES	20.831.513,00	20.842.639,84			
P402 DESENVOLVIMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL - COLÉGIO TIRADENTES	9.718.743,00	11.437.969,95	ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL MATRICULADO	13.580	13.212
			ALUNO		
P406 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO - COLÉGIO TIRADENTES	11.112.770,00	9.404.669,89	ALUNO DO ENSINO MÉDIO MATRICULADO	7.520	6.173
			ALUNO		
0304 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.752.038,00	2.227.270,93			
P624 TREINAMENTO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.752.038,00	2.227.270,93	MILITAR CAPACITADO	24.550	14.049

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				UNIDADE		
0306	INTEGRAÇÃO E EFICIÊNCIA DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS	2.205.058,00	5.680.210,27			
P496	REAPARELHAMENTO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.144.943,00	4.076.370,29	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	1.506	1.487
				EQUIPAMENTO		
P498	GESTÃO PÚBLICA DE CONFLITOS AGRÁRIOS E TENSÕES RURAIS - PMMG	100.000,00	0	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	128	0
Não execução em virtude da falta de assinatura do convênio que lastreava esta ação com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.				EQUIPAMENTO		
P894	COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS - PMMG	526.615,00	1.098.106,48	GABINETE IMPLANTADO	1	1
				GABINETE		
P902	PAZ NOS ESTÁDIOS - PMMG - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO	333.500,00	415.000,00	EQUIPAMENTO INSTALADO	89	89
				EQUIPAMENTO		
P536	POLÍCIA COMUNITÁRIA EM MINAS GERAIS - PMMG	100.000,00	90.733,50	PROJETO IMPLANTADO	1	1
				PROJETO		
0309	ASSISTÊNCIA AO MILITAR	13.888.896,00	14.401.182,55			
P649	ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	1.205.262,00	454.502,88	MILITAR ASSISTIDO	3.700	287
A execução física não acompanhou o programado, haja vista que tais valores foram superestimados				UNIDADE		
P652	ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOLÓGICA	11.657.816,00	11.893.903,74	ATENDIMENTO MÉDICO/PSICOLÓGICO REALIZADO	2.650.000	972.906
A execução física não acompanhou o programado, haja vista que as metas físicas foram superestimadas, já que foram calculadas levando-se em conta os atendimentos realizados pela rede credenciada, que é custeada pelo IPSM.				UNIDADE		
P653	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	1.025.818,00	2.052.775,93	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO	460.000	270.255
A execução física não acompanhou o programado, haja vista que as metas físicas foram superestimadas, já que foram calculadas levando-se em conta os atendimentos realizados pela rede credenciada, que é custeada pelo IPSM.				ATENDIMENTO		
0313	REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA EM MINAS GERAIS	6.794.002,00	39.972.369,96			
P688	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - SIDS - PMMG	4.661.250,00	3.021.605,52	SISTEMA IMPLANTADO	2	3
A execução desta ação continuará em 2006, uma vez que trata-se de convênio com vigência plurianual				SISTEMA		
P800	IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE POLICIAMENTO - PMMG	1.606.250,00	36.782.508,41	ÁREA INTEGRADA IMPLANTADA	36	75
				ÁREA		
P821	FICA VIVO- CONTROLE DE HOMICÍDIOS - PMMG	526.502,00	168.256,03	CENTRO DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE IMPLANTADO	10	10
				CENTRO		
02121	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	550.279.154,00	513.465.562,21			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	11.860.600,00	9.565.097,66			
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	6.296.186,00	5.152.827,76			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.544.414,00	1.738.262,37	PESSOA REMUNERADA	118	93
				UNIDADE		
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	40.000,00	55.758,90	AUXÍLIO CONCEDIDO	18	28
				AUXÍLIO		
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.830.000,00	2.595.496,30			
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	150.000,00	22.752,33			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	19.830.925,00	21.177.713,71			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	19.830.925,00	21.177.713,71			
0211	PRESTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	336.649.552,00	315.162.763,94			
P324	CONCESSÃO DE PENSÃO	315.825.000,00	310.334.071,56	PENSÃO PAGA	8.935	8.870
				PENSÃO		
P327	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS	5.797.981,00	4.652.335,31	AUXÍLIO CONCEDIDO	4.541	3.337
				AUXÍLIO		
P329	RESERVA DE BENEFÍCIOS	15.026.571,00	176.357,07	RESERVA TÉCNICA CONSTITUÍDA	15.026	175
				R\$ MIL		
0214	SISTEMA DE SAÚDE DOS MILITARES	181.938.077,00	167.559.986,90			
P371	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR AOS SEGURADOS E A SEUS DEPENDENTES.	158.397.981,00	144.411.992,75	ATENDIMENTO MÉDICO REALIZADO	2.652.965	2.828.168
				ATENDIMENTO		
P372	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA AOS SEGURADOS E A SEUS DEPENDENTES.	23.540.096,00	23.147.994,15	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO	589.852	551.961
				ATENDIMENTO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : REFORMA AGRÁRIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
02411 INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	2.489.249,00	4.293.246,81			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.051.771,00	2.750.815,08			
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	4.000,00	7.892,90	AUXÍLIO CONCEDIDO	2	15
			AUXÍLIO		
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.018.081,00	1.265.085,04	PESSOA REMUNERADA	37	65
			UNIDADE		
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	44.738,00	91.627,14			
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	984.952,00	1.386.210,00			
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
P004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0339 APOIO A REFORMA AGRÁRIA	436.478,00	1.542.431,73			
P054 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	102.426,00	365.045,23	TÍTULO CONCEDIDO	1.100	1.206
A parceria com o IEF, permitiu a regularização fundiária de várias famílias tendo em vista a implantação dos Parques Estaduais do Itambé e do Brigadeiro.			TÍTULO		
P093 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	50.240,00	34.872,34	CONFLITO INTERMEDIADO	17	70
			CONFLITO		
O acréscimo na execução física se deve, principalmente, às parcerias firmadas, o crescimento da demanda e à articulação dos movimentos de grupos organizados.					
P133 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS E ACAMPADOS	76.668,00	214.516,71	PESSOA CAPACITADA	1.500	1.582
			PESSOA		
Os recursos utilizados possibilitaram atender um número maior de pessoas capacitadas.					
P148 INFRA-ESTRUTURA BÁSICA E PRODUTIVA	120.000,00	865.039,90	SISTEMA IMPLANTADO.	5	5
			Sistema Módulo		
P200 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA	42.144,00	28.478,72	FAMÍLIA ATENDIDA	170	8.014
			UNIDADE		
A previsão anual de 170 famílias considerava apenas os assentamentos já consolidados. Porém, considerando, também, os acampamentos/pré-assentamentos houve um acréscimo considerável do nº de famílias atendidas, uma vez que novos municípios foram contemplados.					
P317 IMPLANTAÇÃO DE AGROVILAS	1.000,00	0	FAMÍLIA RURAL BENEFICIADA	50	0
			FAMÍLIA		
P790 OBTENÇÃO DE NOVAS ÁREAS PARA REFORMA AGRÁRIA	44.000,00	34.478,83	ÁREA ARRECADADA	85.000	81.924
			HECTARE		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : REFORMA AGRÁRIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
04411 FUNDO ROTATIVO DE FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR E DE VIABILIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS	1.000,00	0			
0616 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	1.000,00	0			
P440 APOIO FINANCEIRO A AGRICULTURA FAMILIAR E ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS	1.000,00	0	FINANCIAMENTO CONCEDIDO	0	0
			UNIDADE		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : RESERVA DE CONTINGÊNCIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01991 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	215.953.404,00	0			
0999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	215.953.404,00	0			
P999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	215.953.404,00	0			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : SAÚDE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0132I SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	164.475.075,00	169.847.537,37			
000I APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	164.475.075,00	169.847.537,37			
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	42.672.739,00	46.668.133,20			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	118.341.736,00	120.036.593,38	PESSOA REMUNERADA	10.356	10.909
			UNIDADE		
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	3.370.600,00	3.038.924,67	AUXÍLIO CONCEDIDO	3.380	3.312
			AUXÍLIO		
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	90.000,00	103.886,12			
0226I FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS	100.002.520,00	72.945.275,92			
000I APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	18.695.323,00	18.073.291,76			
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	145.000,00	67.568,05	AUXÍLIO CONCEDIDO	150	144
			AUXÍLIO		
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	8.734.693,00	9.913.612,71	PESSOA REMUNERADA	314	311
			UNIDADE		
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	8.705.190,00	7.272.997,63			
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	1.110.440,00	819.113,37			
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	7.998.142,00	12.879.172,79			
P004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	7.998.142,00	12.879.172,79			
0327 PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MEDICAMENTOS	48.681.185,00	24.199.924,19			
P764 DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS E FITOTERÁPICOS	42.018.327,00	23.167.096,85	MEDICAMENTO PRODUZIDO	900.000	1.007.259
			UNIDADE (MIL)		
P123 DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS	6.662.858,00	1.032.827,34	SORO PRODUZIDO	200.000	251.993
			AMPOLA		
036I PRODUÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS	12.982.250,00	5.460.744,11			
P919 SERVIÇOS LABORATORIAIS	12.982.250,00	5.460.744,11	SERVIÇO PRESTADO	500.000	581.379
			SERVIÇO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : SAÚDE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0412 GERAÇÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS E BIOTECNOLÓGICOS P194 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DE SAÚDE	2.176.620,00 2.176.620,00	1.412.270,17 1.412.270,17	PESQUISA DESENVOLVIDA PESQUISA	20	7
0519 CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-FUNED/ESP P465 CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	6.492.000,00 6.492.000,00	5.705.387,45 5.705.387,45	PROFISSIONAL TREINADO PROFISSIONAL	6.000	6.799
0528 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS - FUNED P547 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS	2.977.000,00 2.977.000,00	5.214.485,45 5.214.485,45	UNIDADE PREDIAL CONSTRUIDA REFORMADA AMPLIADA UNIDADE PREDIAL	9	9
02271 FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	352.120.864,00	399.684.038,95			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	155.244.122,00 119.570.770,00	176.127.195,21 145.293.141,07	PESSOA REMUNERADA UNIDADE	7.099	7.921
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	30.067.139,00	25.034.035,37			
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	765.562,00	1.221.436,72	AUXÍLIO CONCEDIDO AUXÍLIO	1.175	2.726
P423 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.320.650,00	356.922,22	SERVIDOR CAPACITADO SERVIDOR	11.091	10.273
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	20.001,00	5.842,81			
P427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.500.000,00	4.215.817,02			
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS P004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	499.815,00 499.815,00	4.144.534,34 4.144.534,34			
0161 ATENDIMENTO HOSPITALAR AMBULATORIAL E EMERGENCIAL P203 PRESTAÇÃO DE ATENDIMENTO ASSISTENCIAL AMBULATORIAL HOSPITALAR E EMERGENCIAL AO USUÁRIO DO SUS	179.246.581,00 179.246.581,00	212.067.758,09 212.067.758,09	ATENDIMENTO PRESTADO ATENDIMENTO	5.846.617	8.342.116
0515 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-FHEMIG P224 FORMAÇÃO DE RESIDENTES	5.200.000,00 5.200.000,00	5.319.975,71 5.319.975,71	RESIDÊNCIA MÉDICA OFERECIDA	264	254

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : SAÚDE

ÓRGÃO / ENTIDADE		FINANCEIRO		FÍSICO		
PROGRAMA AÇÃO		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				RESIDÊNCIA MÉDICA		
0518	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS - FHEMIG	11.930.346,00	2.024.575,60			
P251	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS	11.930.346,00	2.024.575,60	UNIDADE PREDIAL REFORMADA/AMPLIADA	8	7
Recurso destinado a elaboração de projetos para as reformas e ampliações de todos hospitais da FHEMIG, com previsão de execução dos projetos no exercício de 2006. Em andamento as obras de reforma e adequação do Centro de Referência em Reabilitação do Sanatório Santa Fé, as reformas e ampliação do Hospital Regional Antônio Dias em Patos de Minas, do Hospital Regional João Penido em Juiz de Fora e do Sanatório São Francisco de Assis em Bambuí				UNIDADE		
02321	FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MINAS GERAIS	67.678.744,00	66.781.277,47			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	34.757.310,00	34.814.043,95			
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	400.000,00	163.568,50	AUXÍLIO CONCEDIDO	120	217
				AUXÍLIO		
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	25.104.810,00	25.458.268,58	PESSOA REMUNERADA	1.319	1.409
				UNIDADE		
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	9.252.500,00	9.192.206,87			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	77.704,00	92.137,86			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	77.704,00	92.137,86			
0062	ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DA HEMORREDE E CETEBIO EM MG	4.154.189,00	725.072,08			
P041	CENTRO DE TECIDOS BIOLÓGICOS EM MINAS GERAIS	583.500,00	0	UNIDADE CONSTRUÍDA	1	0
Em fase de licitação de projetos arquitetônicos básicos complementares e para construção do prédio destinado a Centro de Tecidos Biológicos - CETEBIO a ser realizado pelo Departamento Estadual de Obras Públicas- DEOP.				UNIDADE		
P197	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES PREDIAIS - HEMOMINAS	3.570.689,00	725.072,08	UNIDADE CONSTRUÍDA	5	1
Suspensão das obras de construção dos Hemocentros de Pouso Alegre e Ituiutaba e da Sede de São João del Rei em decorrência do cancelamento de cessão de terreno. Recurso utilizado em reformas nos hemocentros de Montes Claros, Uberaba, Governador Valadares e Juiz de Fora e conclusão do Hemocentro de Manhuaçu.				UNIDADE		
0078	ASSISTÊNCIA HEMATOLÓGICA E HEMOTERÁPIA	28.389.541,00	30.786.328,77			
P144	DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE SANGUE E HEMODERIVADOS	27.555.541,00	30.786.328,77	HEMOCOMPONENTE PRODUZIDO	612.274	636.989
				BOLSA		
P845	MANUTENÇÃO DO BANCO DE SANGUE, CORDÃO UMBILICAL, PLACENTÁRIO E OUTROS	834.000,00	0	SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL ARMAZENADO	1	0
Projeto em tramitação no Ministério da Saúde, aguardando aprovação e liberação dos recursos necessários para implantação e manutenção do Serviço.				SANGUE ARMAZENADO		
0083	ESTUDOS E PESQUISAS EM HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	300.000,00	363.694,81			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : SAÚDE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P110	DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	100.000,00	56.319,21	ESTUDO/PESQUISA REALIZADO	42	5
				ESTUDO / PESQUISA		
P181	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	200.000,00	307.375,60	SERVIDOR TREINADO/CAPACITADO	1.000	1.301
				SERVIDOR		
04291 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE		966.374.074,00	1.007.151.598,42			
0023	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	5.850.070,00	6.794.269,32			
P178	PROMOÇÃO E PROTEÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO	5.850.070,00	6.794.269,32	ESTABELECIMENTO INSPECIONADO	3.650	4.125
				ESTABELECIMENTO		
0242	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE	17.199.040,00	17.746.405,19			
P059	COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E EXECUÇÃO COMPLEMENTAR DAS AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS	17.199.040,00	17.746.405,19	MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, ANÁLISE E INTERVENÇÃO OPORTUNA REALIZADA	29	29
				MONITORAMENTO		
0509	REGIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE.	137.466.884,00	114.826.296,13			
P241	REDE ESTADUAL DE REGULAÇÃO EM SAÚDE	10.000.000,00	1.939.900,00	REDE DE REGULAÇÃO IMPLANTADA POR MACROREGIÃO REDE	7	3
P256	FORTALECIMENTO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS HOSPITAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - PRÓ HOSP	69.000.000,00	64.549.135,42	UNIDADE HOSPITALAR CONTEMPLADA	145	120
				UNIDADE HOSPITALAR		
P319	FORTALECIMENTO DA SAÚDE EM PEQUENOS MUNICÍPIOS	10.466.884,00	6.363.469,46	MUNICÍPIO BENEFICIADO	60	87
				MUNICÍPIO		
P557	VIVA VIDA	20.000.000,00	8.509.749,65	LEITO DE UTI DISPONIBILIZADO	50	181
				LEITO		
P564	ESTRUTURAÇÃO DE REDE ASSISTENCIAL	10.000.000,00	16.525.500,00	LEITO DE UTI DISPONIBILIZADO	100	126
				LEITO		
P195	CÂMARA DE COMPENSAÇÃO BIPARTITE DA PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA -PPI	18.000.000,00	16.938.541,60	CÂMARA DE COMPENSAÇÃO BIPARTITE MENSAL REALIZADA	12	12
				CÂMARA		
0520	SAÚDE EM CASA	40.350.000,00	114.178.000,00			
P335	SAÚDE EM CASA	40.350.000,00	114.178.000,00	INCENTIVO MENSAL PAGO POR EQUIPE PSF	2.500	3.038
				INCENTIVO		
0531	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.	157.589.208,00	195.052.014,85			
P239	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	102.689.000,00	152.594.303,13	PACIENTE ATENDIDO	25.000	39.000
				PACIENTE		
P309	MEDICAMENTOS ESTRATÉGICOS	8.339.708,00	16.498.192,21	PACIENTE ATENDIDO	280.000	20.083

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : SAÚDE

ÓRGÃO / ENTIDADE		FINANCEIRO		FÍSICO		
PROGRAMA AÇÃO		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
<i>Programação física equivocada. A meta é não cumulativa pois atende mensalmente o mesmo número de pacientes.</i>				PACIENTE		
P665	FARMÁCIA DE MINAS	46.560.500,00	25.959.519,51	MEDICAMENTO BÁSICO DISTRIBUÍDO	184.800.000	558.923.529
<i>Acréscimo de unidades distribuídas decorrente da entrega de produtos adquiridos em exercícios anteriores e da recuperação e ampliação da capacidade produtiva da Fundação Ezequiel Dias - FUNED.</i>				MEDICAMENTO		
0543	GESTÃO EM SAÚDE	11.050.000,00	6.600.006,64			
P075	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	8.300.000,00	5.164.594,98	ATIVIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS REALIZADA	51	52
				ATIVIDADE		
P305	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE	2.700.000,00	1.304.454,52	INTERNET PROTOCOLO IP UTILIZADA	1.545	1.100
				INTERNET PROTOCOLO IP		
P311	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE MINAS GERAIS	50.000,00	130.957,14	REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA	12	11
				REUNIÃO		
0546	ATENÇÃO À SAÚDE	596.868.872,00	551.954.606,29			
P014	ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO TRABALHADOR	608.160,00	88.523,50	SERVIÇO ORGANIZADO	6	0
<i>Erro na definição da meta. O serviço organizado é de competência do município, conforme Portaria Federal 1679/02. Os recursos são repassados Fundo a Fundo.</i>				SERVIÇO		
P023	SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO - SISVAN	144.000,00	213.056,39	MUNICÍPIO ATENDIDO	188	420
				MUNICÍPIO		
P150	ASSISTÊNCIA À PESSOAS PORTADORAS DE HIV/AIDS	3.078.466,00	3.472.078,50	PACIENTE ATENDIDO	132.000	11.300
<i>Programação física equivocada. A meta é não cumulativa pois atende mensalmente o mesmo número de pacientes.</i>				PACIENTE		
P216	SAÚDE BUCAL	2.000.000,00	2.034,75	MICRORREGIÃO BENEFICIADA	27	3
				MICRORREGIÃO		
P425	ASSISTÊNCIA À SAÚDE	468.284.200,00	467.421.126,12	ESTABELECIMENTO ASSISTENCIAL DE SAÚDE BENEFICIADO	6.045	6.045
				ESTABELECIMENTO		
P762	ATENÇÃO A SAÚDE DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	2.000.000,00	228.070,04	UNIDADE CREDENCIADA	71	106
				UNIDADE		
P768	SAÚDE MENTAL	1.000.000,00	391.190,00	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL IMPLANTADO	33	59
				CENTRO		
P781	PROMOÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DE SAÚDE	119.754.046,00	80.138.526,99	MACRORREGIÃO BENEFICIADA	13	13
				MACRORREGIÃO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01301 SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	291.854.900,00	371.253.430,02			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.591.701,00	3.541.918,96			
P001 DIREÇÃO SUPERIOR	30.000,00	12.214,95			
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.143.639,00	1.170.937,56			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.343.512,00	2.292.250,49	PESSOA REMUNERADA	111	103
			UNIDADE		
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	44.550,00	38.386,10	AUXÍLIO CONCEDIDO	44	40
			AUXÍLIO		
P427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30.000,00	28.129,86			
0014 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	14.405.063,00	10.917.212,07			
P012 CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	460.000,00	1.785.902,84	UNIDADE CONSTRUÍDA	1	0
<i>Obra em andamento.</i>			UNIDADE		
P021 MINAS OLÍMPICA	50.000,00	0	OBRA EXECUTADA	1	0
<i>Ação não implementada devido à redefinição de prioridade no direcionamento do programa</i>			OBRA		
P043 CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVENÇÕES DE JUIZ DE FORA	10.000.000,00	1.999.991,93	CENTRO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES DE MINAS GERAIS ACOMPANHADO CENTRO DE FEIRAS	1	0
<i>Obra em andamento, cedida ao DEOP/MG para ser concluída com recursos da CODEMIG conforme termo de transferência.</i>					
P223 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	50.000,00	2.505.608,98	UNIDADE CONSTRUÍDA	1	0
<i>Recursos financeiros destinados ao pagamento de dívidas do DEOP/MG junto a empresa responsável da execução do Hospital de Pronto Socorro de Venda Nova.</i>			UNIDADE		
P866 AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DA SEF	3.225.063,00	1.527.024,63	UNIDADE AMPLIADA/REFORMADA	37	13
			UNIDADE		
P948 AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	620.000,00	3.098.683,69	UNIDADE AMPLIADA/REFORMADA	10	28
			UNIDADE		
0035 CENTRO ADMINISTRATIVO DO GOVERNO DE MINAS GERAIS	10.300.000,00	0			
P666 REFORMA DO EDIFÍCIO CREDIREAL E DO ANTIGO HOSPITAL SÃO TARCÍSIO	300.000,00	0	PRÉDIO REFORMADO	1	0
			PRÉDIO		
P852 DESATIVACÃO DO AEROPORTO CARLOS PRATES	10.000.000,00	0	AEROPORTO MELHORADO ATENDIDO	1	0
<i>Dificuldade com o DAC e Infraero impediram a desativação do Aeroporto Carlos Prates em 2005.</i>			AEROPORTO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0036 AUXÍLIO AOS MUNICÍPIOS EM AÇÕES EMERGENCIAIS E OBRAS INFRA-ESTRUTURAIS	61.308.644,00	142.904.873,57			
P049 APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADE E EM OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	44.774.000,00	117.608.276,59	MUNICÍPIO APOIADO	300	729
			MUNICÍPIO		
P050 EXECUÇÃO DE OBRAS EMERGENCIAIS E INFRA-ESTRUTURAIS EM APOIO AOS MUNICÍPIOS	16.534.644,00	25.296.596,98	MUNICÍPIO ATENDIDO	326	174
			MUNICÍPIO		
0134 GESTÃO AMBIENTAL MG SÉCULO XXI	200.000,00	0			
P531 NÚCLEO DE GESTÃO AMBIENTAL- SETOP	200.000,00	0	NÚCLEO IMPLANTADO/ CONSOLIDADO	1	0
<i>A Ação Núcleo de Gestão Ambiental contava, para a sua efetiva operacionalização em 2005, com a realização das avaliações ambientais estratégicas, que acabaram não sendo realizadas por questões técnicas e administrativas afetas às duas Secretarias escolhidas como piloto : SEDE e SETOP. Há indicativo de desistência por parte da SEDE de realizar a AAE. A SETOP não conseguiu operacionalizar o contrato com empresa para viabilizar os estudos.</i>			NÚCLEO		
0155 MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DOS ACESSOS VIÁRIOS	7.520.000,00	5.799.196,57			
P185 FORNECIMENTO DE BUEIROS METÁLICOS	1.000.000,00	4.323.880,00	BUEIRO METÁLICO FORNECIDO	121	605
			BUEIRO		
P201 CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS	100.000,00	453.640,57	PONTE E VIADUTO CONSTRUÍDO ATENDIDO	1	1
			PONTE E VIADUTO		
P204 FORNECIMENTO DE MATA-BURROS	1.500.000,00	615.000,00	MATA-BURRO FORNECIDO	1.567	4.285
<i>A quantidade de mata-burros entregue superior ao programado é justificada pela utilização do saldo disponível em estoque na regional do DER/MG.</i>			MATA-BURRO		
P212 FORNECIMENTO DE VIGAS METÁLICAS	4.920.000,00	406.676,00	VIGA METÁLICA FORNECIDA	1.373	963
			VIGA		
0175 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	3.274.402,00	0			
P360 ESTUDO, REFORMAS E IMPLANTAÇÃO DE AEROPORTOS - PRODETUR/NE/II	3.274.402,00	0	AEROPORTO MELHORADO	1	0
<i>Aguardando aprovação do PDTIS.</i>			AEROPORTO		
0176 ESTRADAS TURÍSTICAS E ECOLÓGICAS	400.000,00	292.848,60			
P207 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE ESTRADAS TURÍSTICAS E ECOLÓGICAS	400.000,00	292.848,60	ESTRADA CONSTRUÍDA/CONSERVADA	4	48
			QUILÔMETRO		
0201 APOIO A INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA EM REGIÕES ESTRATÉGICAS	3.000.000,00	52.374.468,99			
P313 INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DE SETORES ESTRATÉGICOS DA ECONOMIA MINEIRA	3.000.000,00	52.374.468,99	ESTRADA E ACEIRO CONSTRUÍDO E CONSERVADO	15	15
<i>Estão em execução nessa ação as obras de pavimentação Itabira - João Monlevade e pavimentação Divisa Nova-Botelhos, a desapropriação e remoções para instalação do complexo viário da linha verde, assim como os projetos necessários à implementação e acompanhamento de diversas outras obras.</i>			QUILÔMETRO		
0210 MODERNIZAÇÃO DA RECEITA ESTADUAL	11.000.000,00	3.802.219,78			
P190 AMPLIAÇÃO E REFORMA DE POSTOS FISCAIS DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA	3.000.000,00	1.990.857,18	UNIDADE AMPLIADA/REFORMADA	16	17

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
<i>Obras em andamento e a iniciar.</i>			UNIDADE		
P206 O CONTROLE COMEÇA NAS FRONTEIRAS	8.000.000,00	1.811.362,60	UNIDADE CONSTRUÍDA	5	1
<i>Obras em andamento.</i>			UNIDADE		
0212 TURISMO EM MINAS	50.000,00	41.262,16			
P475 ARMAZÉM DE MINAS	50.000,00	41.262,16	ARMAZÉM IMPLANTADO	1	0
<i>Recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas para elaboração de projetos.</i>			ARMAZÉM		
0235 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS DA POLÍCIA CIVIL	10.800.000,00	8.206.451,72			
P166 AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL	50.000,00	320.174,09	UNIDADE CONSTRUÍDA/REFORMADA/AMPLIADA	1	2
			UNIDADE		
P186 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL	10.750.000,00	7.886.277,63	UNIDADE CONSTRUÍDA	13	8
			UNIDADE		
0313 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA EM MINAS GERAIS	12.630.234,00	12.818.016,26			
P757 CONSTRUÇÃO DE CENTROS SOCIOEDUCATIVOS	11.256.000,00	10.828.500,98	UNIDADE CONSTRUÍDA	2	1
			UNIDADE		
P686 IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE POLICIAMENTO - SETOP	1.374.234,00	1.989.515,28	PRÉDIO REFORMADO	1	1
			PRÉDIO		
0347 REESTRUTURAÇÃO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA E DE TRANSPORTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - RMBH	40.000.000,00	0			
P876 ALARGAMENTO E REESTRUTURAÇÃO DA AVENIDA ANTÔNIO CARLOS	40.000.000,00	0	INFRAESTRUTURA MELHORADA	17	0
<i>A responsabilidade de execução da ação foi transferida para a Prefeitura de Belo Horizonte</i>			PERCENTUAL		
0633 INFRA-ESTRUTURA EM MODAIS DE TRANSPORTE NO ESTADO DE MINAS GERAIS	49.592.856,00	22.797.574,29			
P249 CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS	37.568.559,00	4.389.001,69	AEROPORTO CONSTRUÍDO	5	0
<i>As obras infra-estruturais do Aeroporto Regional da Zona da Mata encontram-se concluídas. Os recursos utilizados foram para equipar o aeroporto com dispositivos diversos, como o balizamento, com data de conclusão prevista para março/06, para que ela possa entrar em operação.</i>			AEROPORTO		
P253 MELHORAMENTO DE AEROPORTOS	11.974.297,00	18.408.572,60	AEROPORTO MELHORADO	27	0
<i>Etapa de elaboração de projetos para adequação dos aeroportos de Diamantina, Iturama, Itajubá, Manhuaçu e São João Del Rei. Ordem de início para os aeroportos de Diamantina e São João Del Rei, com data de conclusão prevista para junho/06.</i>			AEROPORTO		
P258 PORTOS FLUVIAIS	50.000,00	0	TERMINAL PORTUÁRIO CONSTRUÍDO ATENDIDO	1	0
<i>Ação não implementada devido à redefinição de prioridade no programa</i>			PORTO		
0644 AMPLIAÇÃO DE VAGAS E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA PRISIONAL	63.782.000,00	107.757.387,05			
P679 CONSTRUÇÃO DE PENITENCIÁRIAS	48.709.999,00	62.691.172,02	UNIDADE CONSTRUÍDA	6	6
<i>Obras em andamento.</i>			UNIDADE		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P681	CONSTRUÇÃO DE PRESÍDIOS	10.072.001,00	42.942.359,37	UNIDADE CONSTRUÍDA	2	3
	Obras em andamento.			UNIDADE		
P682	REFORMA DE ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS	5.000.000,00	2.123.855,66	UNIDADE PREDIAL REFORMADA	50	13
	Obras em andamento.			UNIDADE		
02141	DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	4.240.165,00	11.588.566,72			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.997.209,00	5.375.338,36			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.291.890,00	3.327.042,46	PESSOA REMUNERADA	4.658	137
				UNIDADE		
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	12.600,00	12.600,00			
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	578.719,00	1.809.251,10			
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	54.000,00	52.993,40	AUXÍLIO CONCEDIDO	48	53
				AUXÍLIO		
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	60.000,00	173.451,40			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	159.818,00	159.817,07			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	159.818,00	159.817,07			
0079	GERENCIAMENTO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	83.138,00	6.053.411,29			
P102	ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS	23.138,00	5.915.030,70	PROJETO TÉCNICO ELABORADO	1	30
				PROJETO		
P103	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	60.000,00	138.380,59	OBRA FISCALIZADA	189	244
				OBRA		
02301	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS	759.798.836,00	950.350.398,54			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	145.789.834,00	141.990.044,75			
P002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	31.832.347,00	28.674.509,68			
P417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	109.753.037,00	109.987.194,85	PESSOA REMUNERADA	4.658	4.641
				UNIDADE		
P427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.300.000,00	2.733.166,38			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P423	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	150.000,00	31.785,74	SERVIDOR CAPACITADO	500	87
				SERVIDOR		
P420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	554.450,00	374.183,13	AUXÍLIO CONCEDIDO	1.040	748
				AUXÍLIO		
P001	DIREÇÃO SUPERIOR	200.000,00	189.204,97			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	173.902.859,00	190.484.323,23			
P004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	173.902.859,00	190.484.323,23			
0049	POTENCIALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA DO TRIÂNGULO - ALTO PARANAÍBA	10.000.000,00	8.637.238,55			
P149	MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE AEROPORTOS	1.450.000,00	120.000,00	AEROPORTO MELHORADO	2	0
	<i>Obra referente balizamento noturno no aeroporto de Ituiutaba, em andamento.</i>			AEROPORTO		
P221	IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS DE APOIO AO SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO	8.540.000,00	8.517.238,55	RODOVIA IMPLANTADA E PAVIMENTADA	33	20
	<i>Obras em andamento</i>			QUILÔMETRO		
P454	IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS DELEGADAS	10.000,00	0	RODOVIA IMPLANTADA E PAVIMENTADA	11	0
				QUILÔMETRO		
0068	PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS	77.460.000,00	67.258.910,67			
P171	PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS DA REDE FEDERAL DELEGADA-DNIT	65.000.000,00	16.424.311,81	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA	93	2
				QUILÔMETRO		
P296	IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS (PONTES E VIADUTOS)	10.000.000,00	349.870,60	PONTE E VIADUTO CONSTRUÍDO ATENDIDO	18	1
	<i>Obras em andamento.</i>			PONTE E VIADUTO		
P098	PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS DA REDE ESTADUAL	2.460.000,00	50.484.728,26	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA	13	47
				QUILÔMETRO		
0123	PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA	41.633.844,00	50.181.014,05			
P134	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	32.746.844,00	48.414.212,35	RODOVIA CONSERVADA	21.124	8.745
				QUILÔMETRO		
P142	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	1.200.000,00	1.766.801,70	RODOVIA RESTAURADA	14	22
				QUILÔMETRO		
P812	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS DELEGADAS - DNIT	5.187.000,00	0	RODOVIA CONSERVADA	285	0
	<i>Ação não implementada pois não houve repasse de recursos do DNIT e BNDS.</i>			QUILÔMETRO		
P814	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	2.500.000,00	0	RODOVIA RESTAURADA	36	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
<i>Ação não implementada pois não houve o repasse de recursos do DNIT.</i>			QUILÔMETRO		
0124 PROGRAMA DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA FERNÃO DIAS (BR381)	38.020.000,00	67.015.890,65			
P231 OBRAS DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA FERNÃO DIAS (BR381)	38.020.000,00	67.015.890,65	RODOVIA DUPLICADA	10	11
<i>Foram 2 Km de estradas construídas na Região Sul e 9,2 Km de intervenções distribuídas em construção de trevos, barragem, viaduto, drenagem superficial, sinalizações, restauração de pista, variante, pontes, iluminação e barreiras de segurança.</i>			QUILÔMETRO		
0126 METROPLAN	1.500.000,00	0			
P346 REDUÇÃO DO CUSTO DO TRANSPORTE DO SISTEMA METROPOLITANO	1.500.000,00	0	SERVIÇO DE TRANSPORTE ADEQUADO	1	0
<i>Ação não implementada devido ao fato do edital de licitação estar em fase de elaboração</i>			SERVIÇO		
0127 PROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA EM MUNICÍPIOS	2.582.035,00	0			
P347 MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DE CORREDORES DE TRANSPORTE COLETIVO DA RMBH	2.582.035,00	0	VIA URBANA PAVIMENTADA	20	0
<i>Ação não implementada uma vez que o projeto básico (pavimentação de vias urbanas) não foi concluído</i>			QUILÔMETRO		
0208 CORREDORES RADIAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	9.130.000,00	10.616.488,25			
P510 CORREDOR DE TRANSPORTE MG 050/BR 265 TRECHO: BELO HORIZONTE - FORMIGA - PASSOS - SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - DIVISA MG/SP	8.530.000,00	10.616.488,25	RODOVIA CONSERVADA	367	494
			QUILÔMETRO		
P847 PROJETO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE CONCESSÃO DOS CORREDORES RADIAIS	600.000,00	0	PROJETO ADEQUADO E ATUALIZADO	1	0
<i>O atraso no projeto da KPMG resultou no atraso da definição dos indicadores de desempenho, base essencial para elaboração do termo de referência do sistema de monitoramento.</i>			UNIDADE		
0212 TURISMO EM MINAS	420.332,00	420.332,00			
P470 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	420.332,00	420.332,00	SINALIZAÇÃO INSTALADA	10	3
			SINALIZAÇÃO		
0217 ESTRADA REAL	1.750.000,00	1.349.999,40			
P573 RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS VIAS DE ACESSO	750.000,00	749.999,40	VIAS DE ACESSO RECUPERADA	100	49
			QUILÔMETRO		
P477 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA ESTRADA REAL	800.000,00	600.000,00	SINALIZAÇÃO INSTALADA	6	9
			SINALIZAÇÃO		
P597 GEOPROCESSAMENTO DA ESTRADA REAL	200.000,00	0	QUILÔMETRO GEOPROCESSADO	625	0
<i>Ação não implementada por entraves do processo licitatório.</i>			QUILÔMETRO		
0224 PROGRAMA DE QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO - PQSP	275.000,00	4.339,58			
P401 ATENDIMENTO AO PÚBLICO	100.000,00	4.339,58	ATENDIMENTO PRESTADO	160.000	0
<i>Recursos utilizados na locação de serviços gráficos.</i>			ATENDIMENTO		
P415 CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	175.000,00	0	UNIDADE DO DER CERTIFICADA	30	0
<i>Ação não implementada devido à redefinição de prioridade.</i>			PERCENTUAL		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0340 PROJETO JAÍBA	3.000.000,00	3.500.000,00			
P837 REFORÇO DA INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO PROJETO JAÍBA	3.000.000,00	3.500.000,00	PONTE CONSTRUÍDA	1	1
<i>Foi entregue a infra-estrutura da ponte, estando previstos o encabeçamento e entrega da 1ª ponte sobre o Rio Verde Grande no dia 30/04/06.</i>			PONTE		
0347 REESTRUTURAÇÃO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA E DE TRANSPORTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - RMBH	23.017.200,00	13.871.622,73			
P366 RESTAURAÇÃO E DUPLICAÇÃO DA MG 010	15.264.200,00	13.079.685,83	RODOVIA DUPLICADA	8	0
<i>Não houve acréscimo de extensão pavimentada, mas foram realizados os seguintes serviços:</i> - capina, roçada e limpeza da faixa de domínio, acostamento e canteiro central; - tapa-buraco; - recapeamento; - limpeza do dispositivo de drenagem; - revitalização da sinalização vertical e horizontal.			QUILÔMETRO		
P382 RESTAURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA MG 424	5.803.000,00	791.936,90	RODOVIA RESTAURADA	10	6
			QUILÔMETRO		
P384 READEQUAÇÃO E DUPLICAÇÃO DA RODOVIA MG 020	1.950.000,00	0	PROJETO ELABORADO	1	0
<i>O convênio entre Governo de Minas (via SEPLAG), DER, Copasa, Gasmig e PBH atrasou e foi assinado em 26/12/2005, implicando em atraso na execução do projeto.</i>			PROJETO		
0397 PAVIMENTAÇÃO DE LIGAÇÕES E ACESSOS RODOVIÁRIOS AOS MUNICÍPIOS	196.823.732,00	277.089.471,28			
P961 MELHORIA DA ACESSIBILIDADE DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE - PROACESSO	168.870.000,00	277.089.471,28	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA	798	416
			QUILÔMETRO		
P971 MELHORIA E PAVIMENTAÇÃO DE LIGAÇÕES E ACESSOS - PRODETUR NE II	7.953.732,00	0	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA	100	0
			QUILÔMETRO		
P972 OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE LIGAÇÕES RODOVIÁRIAS EM CONVÊNIO COM A UNIÃO	20.000.000,00	0	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA	200	0
			QUILÔMETRO		
0529 PROGRAMA DE CONCESSÃO DE RODOVIAS	50.000,00	0			
P559 PROJETO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE CONCESSÕES	50.000,00	0	CONTRATO DE CONCESSÃO GERENCIADO	1	0
<i>Sistema de monitoramento não elaborado devido ao atraso na modelagem do programa de PPP.</i>			CONTRATO		
0636 PRO MG - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	34.444.000,00	117.930.723,40			
P316 DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA	444.000,00	165.000,00	SERVIDOR TREINADO	50	50
<i>Pagamento de consultoria do PROMG.</i>			SERVIDOR		
P325 RECUPERAÇÃO FUNCIONAL DE RODOVIAS	33.000.000,00	109.065.723,40	EXTENSÃO DE RODOVIA RECUPERADA	1.308	4.245
			QUILÔMETRO		
P339 MANUTENÇÃO DE RODOVIAS	1.000.000,00	8.700.000,00	EXTENSÃO DE RODOVIA CONSERVADA	1.308	862
			QUILÔMETRO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
04381 FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DE TRANSPORTES	52.706.132,00	26.691.269,99			
0122 PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA ESTADUAL	31.350.000,00	11.508.895,07			
P176 CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	25.000.000,00	11.481.218,27	RODOVIA CONSERVADA	8.300	1.149
			QUILÔMETRO		
P455 RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS	6.350.000,00	27.676,80	RODOVIA RESTAURADA	93	0
			QUILÔMETRO		
<i>Despesas sem realização de metas referentes à execução de 25,6% do projeto, Região de Sul de Minas - Passos e Capitólio.</i>					
0125 PROGRAMA DE OPERAÇÃO DE VIA - OPERVIA	21.356.132,00	15.182.374,92			
P244 CONTROLE DO TRANSPORTE DE CARGAS ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE BALANÇAS FIXAS E MÓVEIS	13.572.000,00	10.134.374,92	BALANÇA OPERADA	10	13
			UNIDADE		
P294 FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE VELOCIDADE	6.982.653,00	5.048.000,00	EQUIPAMENTO MANTIDO	58	44
			EQUIPAMENTO		
P878 CAMPANHA EDUCATIVA DE TRÂNSITO	801.479,00	0	CAMPANHA EDUCATIVA REALIZADA	30	0
			CAMPANHA		
<i>Ação não implementada por haver restrições no uso de recursos destinados ao custeio nessa ação, sendo seu valor remanejado para outra ação do DER.</i>					
05261 TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE S.A.	40.001.000,00	0			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.000,00	0			
P248 MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL - TREM METROPOLITANO	1.000,00	0			
0565 TRANSPORTE METROPOLITANO	40.000.000,00	0			
P240 MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DA RMBH	40.000.000,00	0	PASSAGEIRO TRANSPORTADO	141.576	0
			PASSAGEIRO		
<i>Como não foi implementada a descentralização do sistema de trens urbanos de passageiros da RMBH, a ação "manutenção e operação do sistema de trens urbanos da RMBH não se encontra sob a gestão do Estado de Minas Gerais e portanto, não há como se apurar os indicadores inicialmente propostos.</i>					

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : TURISMO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01411 SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO	48.213.953,00	9.226.021,09			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.135.520,00	2.806.763,18			
P417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.095.738,00	1.287.703,57	PESSOA REMUNERADA	47	50
			UNIDADE		
P002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.025.350,00	1.506.026,31			
P420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	14.432,00	13.033,30	AUXÍLIO CONCEDIDO	17	16
			AUXÍLIO		
0172 REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	180.000,00	0			
P978 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO AMBIENTAL	180.000,00	0	AGENTE CAPACITADO	720	0
			AGENTE		
0175 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	14.160.418,00	0			
P250 COORDENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS	5.304.037,00	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO	3	0
Não foram liberados recursos do BID.			MUNICÍPIO		
P717 ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR	1.551.109,00	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO	27	0
Não foram liberados recursos do BID.			MUNICÍPIO		
P282 FORTALECIMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL	5.533.623,00	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO	27	0
Não foram liberados recursos do BID.			MUNICÍPIO		
P284 CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DO SETOR PRIVADO	1.771.649,00	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO	27	0
Não foram liberados recursos do BID.			MUNICÍPIO		
0207 CIRCUITOS TURÍSTICOS	40.000,00	39.891,28			
P300 CONSOLIDAÇÃO E APOIO AOS CIRCUITOS TURÍSTICOS	40.000,00	39.891,28	CIRCUITO IMPLANTADO	10	22
Esta ação está sendo desenvolvida com recursos do Programa 0212 - Turismo em Minas.			CIRCUITO		
0212 TURISMO EM MINAS	27.800.000,00	2.743.543,91			
P198 PROMOÇÃO DA ATIVIDADE ARTESANAL	125.000,00	0	AÇÃO REALIZADA	1	0
			AÇÃO		
P331 INCENTIVO AO ECOTURISMO E AO TURISMO RURAL	24.000.000,00	0	CIRCUITO IMPLANTADO	5	6
Esta ação foi executada com recursos financeiros do Programa 176 - Estradas Turísticas e Ecológicas que pertence à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas.			CIRCUITO		
P079 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	3.675.000,00	2.743.543,91	AÇÃO REALIZADA	5	6
			AÇÃO		
0216 PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO	1.680.515,00	1.919.589,76			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2005
SETOR : TURISMO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
P342	ELABORAÇÃO DE MATERIAL PROMOCIONAL	125.000,00	372.000,00	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO PRODUZIDO	15	21
				UNIDADE		
P343	REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO	1.555.515,00	1.547.589,76	EVENTO PARA PROMOÇÃO DO TURISMO REALIZADO	40	35
				EVENTO		
0217	ESTRADA REAL	2.217.500,00	1.716.232,96			
P348	INTEGRAÇÃO DOS CIRCUITOS TURÍSTICOS NO DESENVOLVIMENTO DA ESTRADA REAL	87.500,00	86.232,96	CIRCUITO INTEGRADO	6	10
				CIRCUITO		
P353	PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO	1.000.000,00	500.000,00	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO PRODUZIDO	25	32
				UNIDADE		
P356	POTENCIALIZAÇÃO DO ECOTURISMO	100.000,00	100.000,00	CIRCUITO POTENCIALIZADO	4	5
				CIRCUITO		
P569	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	1.000.000,00	1.000.000,00	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO REALIZADA	40	106
				MUNICÍPIO		
P920	CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E AVALIAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS DO TURISMO NA ESTRADA REAL	30.000,00	30.000,00	SISTEMA DE COLETA DE DADOS ESTATÍSTICOS DO TURISMO	1	1
				PESQUISA E ESTUDO ELABORADO		
04151	FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO TURISMO	1.000,00	0			
0217	ESTRADA REAL	1.000,00	0			
P448	FASTUR - APOIO FINANCEIRO AO TURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA.	1.000,00	0	EMPRESA FINANCIADA	1	0
				EMPRESA		
05241	COMPANHIA MINEIRA DE PROMOÇÕES	201.000,00	34.568,00			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	201.000,00	34.568,00			
P128	REFORMA DO ESTACIONAMENTO -EXPOMINAS	150.000,00	0	PROJETO IMPLANTADO E SUPERVISIONADO	1	0
	Esta ação não foi executada devido a não liberação de recursos por parte do Ministério do Turismo.			PROJETO		
P991	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL - PROMINAS	51.000,00	34.568,00	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	1	53
	Houve um equívoco na programação inicial causando a distorção da execução física.			EQUIPAMENTO		